

A FACE FEMININA DA POBREZA EM MEIO À RIQUEZA DO AGRONEGÓCIO

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C198f Campos, Christiane Senhorinha Soares
A face feminina da pobreza em meio a riqueza do
agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios
do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS / Christiane
--1.ed.—Buenos Aires : CLACSO, 2011
208 p. : fots., graf., mapas. --(CLACSO-CROP)

Vários autores.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-64421-11-0

1. Mulher e trabalho – Cruz Alta – RS. 2. Mulher –
Agronegócio – Cruz Alta – RS. 3. Mulher e pobreza – Cruz
Alta - RS. 4. Pobreza – Produção social. I. Título. II. Série.

CDU 396
316.344.56

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

A Coleção CLACSO-CROP tem como objetivo principal difundir pesquisas inéditas e de alta qualidade sobre a temática da pobreza. A coleção inclui os resultados das atividades que se realizam no marco do programa CLACSO-CROP de Estudos sobre a Pobreza na América Latina e no Caribe (bolsas de estudos, seminários internacionais e outros projetos especiais), assim como pesquisas relacionadas com esta problemática que realizam os membros da rede CLACSO-CROP e que são aprovadas por avaliações acadêmicas externas.



Secretário Executivo

Emir Sader

Secretário Executivo-adjunto

Pablo Gentili

Comitê Diretivo [Membros Titulares]

Julio César Gambina

Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISyP), Argentina

Luis Tapia

Posgrado Multidisciplinario en Ciencias del Desarrollo (CIDES), Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Bolivia

José Vicente Tavares

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Carmen Caamaño Morúa

Instituto de Investigaciones Sociales (IIS), Universidad de Costa Rica (UCR), Costa Rica

Jesús Redondo Rojo

Departamento de Psicología (DP), Facultad de Ciencias Sociales (FACSO), Universidad de Chile (UC), Chile

Gabriel Misas Arango

Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), Universidad Nacional de Colombia (UNAL), Colombia

Suzy Castor Pierre-Charles

Centre de Recherche et de Formation Économique et Sociale pour le Développement (CRESFED), Haïti

Francisco Luciano Concheiro Bórquez

Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades (CUCSH), Universidad de Guadalajara (UDG), México

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Av. Callao 875, piso 4º G
C1023AAB, Buenos Aires, Argentina
Tel. (54 11) 4811 6588 / 4814 2301 - Fax (54 11) 4812 8459
<www.clacso.org>
<clacso-crop@clacso.edu.ar>



Diretor

Alberto D. Cimdamore

Comitê Científico

Thomas Pogge

Chair of CROP Scientific Committee
Leitner Professor / Philosophy and International Affairs
Yale University, USA

Julio Boltvinik

Professor / Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México

Atilio Boron

Professor / Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales (PLED), Argentina

Jean Comaroff

Professor / Department of Anthropology, University of Chicago, USA

Bob Deacon

Professor / Department of Sociological Studies
University of Sheffield, UK

Shahida El Baz

Dr. / The National Center for Social and Criminological Research (NCSCR), Egypt

Sara Hossain

Lawyer / Supreme Court, Bangladesh

Asunción Lera St. Clair

Professor / Department of Sociology, University of Bergen, Norway

Karen O'brien

Professor / Department of Sociology and Human Geography, University of Oslo, Norway

Adebayo Olukoshi

Director / United Nations African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), Senegal

Isabel Ortiz

Associate Director / UNICEF

Shahra Razavi

Research Co-ordinator / United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)

CROP

Comparative Research Programme on Poverty

P.O. Box 7800
N-5020 Bergen, Noruega
Tel. 47 5558 9744
<www.crop.org>
<crop@uib.no>

COLEÇÃO CLACSO-CROP

A FACE FEMININA DA POBREZA EM MEIO À RIQUEZA DO AGRONEGÓCIO

**TRABALHO E POBREZA DAS MULHERES EM
TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL –
O CASO DE CRUZ ALTA/RS**

Christiane Senhorinha Soares Campos





Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Editor Responsável Emir Sader, Secretário Executivo do CLACSO

Coordenador Acadêmico Pablo Gentili, Secretário Executivo Adjunto do CLACSO



Coleção CLACSO-CROP

Diretores da coleção Alberto Cimdamore e Hans Egil Offerdal

Coordenação Fabiana Werthein

Assistente Santiago Kosiner

Área de Produção Editorial e Conteúdos Web de CLACSO

Responsável editorial Lucas Sablich

Diretor de arte Marcelo Giardino

Responsável de conteúdos web Juan Acerbi

Webmaster Sebastián Higa

Logística Alejandro Cipolloni

Produção Krits Estúdio

Arte de capa Marcos Cartum

Impressão Cromosete

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Av. Callao 875 Piso 5° J | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Tel. [54 11] 4811 6588 | Fax [54 11] 4812 8459 | <clacso@clacso.edu.ar> | <www.clacso.org>

Editora Outras Expressões

Rua Abolição, 201 | Bela Vista | 01319-010 | São Paulo – SP

Tel [11] 3105 9500 | Fax [11] 3112 0941 | livraria@expressaopopular.com.br | www.expressaopopular.com.br

Primeira edição em português

A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS (São Paulo: CLACSO | Expressão Popular, outubro de 2011)

ISBN 978-85-64421-11-0

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723

Patrocinado pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento



Norad

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<www.biblioteca.clacso.edu.ar>

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos livros, artigos, estudos e outras colaborações é exclusivamente dos autores e sua publicação não necessariamente reflete os pontos de vista da Secretaria Executiva do CLACSO.



Dedicatória,

À minha saudosa mãe, Rita Soares de Brito Campos, que influenciou intensamente meu modo de pensar e de agir, e cuja ausência deixou tão árido o meu caminho e tão desbotado meu horizonte.

Às minhas filhas Luiza e Júlia, que reterritorializam o encanto em meu cotidiano.

Às mulheres do MST e de outros movimentos sociais da Via Campesina do Brasil que, com coragem e ousadia, alimentam minha convicção de que um mundo sem desigualdades é possível e necessário.



AGRADECIMENTOS

Ao Programa CLACSO-CROP de estudos sobre Pobreza pela oportunidade de realizar esta pesquisa e ampliar as perspectivas teóricas e empíricas de compreensão dos mecanismos de produção da pobreza.

À Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF pela indicação de meu projeto para o CLACSO e pela oportunidade de trabalhar como docente de lideranças de organizações sociais de todas as regiões brasileiras e de vários países da América Latina.

Ao Núcleo de Estudos Agrários – NEAG pelo apoio neste estudo e na minha formação como pesquisadora, particularmente à professora Rosa Maria Vieira Medeiros, coordenadora do Núcleo e minha orientadora na tese de doutorado, desenvolvida a partir deste projeto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Ao professor Antônio David Cattani, do PPG-Sociologia da UFRGS, meu tutor no projeto desenvolvido no Programa CLACSO-CROP.

À professora Sonia Alvarez Leguizamón, Universidade de Salta – Argentina, cujos textos foram um suporte fundamental de nossa crítica a política de combate a pobreza, por escrever o prefácio deste livro.

À Rosana Soares Campos, minha irmã e colega na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, pelas valiosas contribuições na elaboração dos instrumentos de pesquisa empírica e do banco de dados, bem como pelas pertinentes sugestões nas análises teóricas.

A Mauro Cibulski pelo apoio na logística familiar para garantir a realização dos trabalhos de campo desta pesquisa.

Como todo processo de pesquisa, este também envolveu muitas mentes e mãos, por isso, agradeço a todas as pessoas que colaboraram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

Prefácio

15

Introdução

19

Capítulo I:

Contribuições da “lente” de gênero para mirar
a realidade social

29

Capítulo II:

A pobreza como uma produção social

51

Capítulo III:

Os mecanismos de produção e reprodução da pobreza
em um contexto neoliberal

75

Capítulo IV:

A territorialização do agronegócio no Brasil

101

Capítulo V:

Cruz Alta – estudo de caso de um território do agronegócio

133

Capítulo VI:

Perfil do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta

155

Conclusões

179

Bibliografia

187

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa I – Brasil – divisão política em regiões.	80
Mapa II – Comparação do Coeficiente de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município – Brasil – censos 1995-1996 e 2006	122
Mapa III – Localização do município de Cruz Alta no Estado do Rio Grande do Sul	135
Mapa IV – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul.	138
Mapa V – Cruz Alta – macrozoneamento municipal.	139

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural, por sexo – Brasil – 2006 (%)	46
Gráfico II – Distribuição dos ocupados na atividade agrícola, por faixa de rendimento, segundo o sexo – Brasil, 2006 (%)	48
Gráfico III – Distribuição da população por local de residência. – Brasil 1950 – 2006 (%)	61
Gráfico IV – Coeficiente de Gini da desigualdade de renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – 1977 a 2007.	67
Gráfico V – Brasil – % de carga tributária, por decis de renda – 2002-2003	69
Gráfico VI – Classificação das famílias beneficiárias do Bolsa Família de acordo com a escala brasileira de insegurança alimentar	96
Gráfico VII – Brasil – Evolução da produção de grãos	116
Gráfico VIII – Brasil – Evolução da área plantada com grãos	116
Gráfico IX – Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria – Brasil e grandes regiões – 1998 (%)	124
Gráfico X – Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor – Brasil e grandes regiões – 1995-1996 (em %)	125

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Número médio de horas trabalhadas na semana em afazeres domésticos, segundo sexo e decis de renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – 2001/2004.	41
Tabela 2 – Famílias segundo sexo e posição ocupacional chefes – Brasil – 2007	43
Tabela 3 – Média de renda da ocupação principal da população, por sexo, segundo posição na ocupação – Brasil – 2007	44
Tabela 4 – Distribuição percentual da população feminina ocupada, segundo faixa etária e posição na ocupação – Brasil – 2007	45
Tabela 5 – Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo – Brasil e regiões – 2006 (em R\$ de setembro de 2006)	47

Tabela 6 – Evolução Temporal dos Indicadores de Desigualdade de Renda – Brasil – 1977 a 1999	65
Tabela 7 – Índices de Gini relativos à distribuição de renda bruta das pessoas e das famílias – total e familiar <i>per capita</i> (Brasil, 1981 a 1999)	66
Tabela 8 – Evolução da PEA, da Ocupação e Desocupação 1981-1990-2003	83
Tabela 9 – Participação % de mulheres entre ativos, ocupados e desocupados da População Economicamente Ativa - PEA - Brasil (1981-2001-2004)	87
Tabela 10 – Taxa de desemprego por sexo e decis de renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – 2004	88
Tabela 11 – Número médio de horas trabalhadas na semana segundo o sexo e decis de renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – 2004	89
Tabela 12 – Quantidade de famílias do tipo “mãe sem cônjuge” segundo o decil de renda familiar <i>per capita</i> – (%) e número absoluto – Brasil 2004.	90
Tabela 13 – Estrutura Fundiária – Brasil – 2003.	123
Tabela 14 – Variação do pessoal ocupado na agropecuária – Brasil 1993-2004 . . .	130
Tabela 15 – % de pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo por condição de gênero no Rio Grande do Sul.	136
Tabela 16 – Evolução da renda <i>per capita</i> – 1991-2000, comparativo entre Cruz Alta, Rio Grande do Sul e Brasil	143
Tabela 17 – Evolução demográfica de Cruz Alta – RS – 1970 a 2000	144
Tabela 18 – Cruz Alta – total de domicílios por gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007	144
Tabela 19 – Cruz Alta – domicílios urbanos segundo o gênero da pessoa de referência, em número absoluto e relativo – 1996 e 2007.	145
Tabela 20 – Cruz Alta – domicílios rurais segundo o gênero da pessoa de referência – em número absoluto e relativo – 1996 e 2007.	146
Tabela 21 Quantidade e características das famílias vinculadas ao Programa Bolsa Família em Cruz Alta	151
Tabela 22 – Perfil do emprego quanto à situação trabalhista	156
Tabela 23 – Perfil do emprego quanto à situação trabalhista por gênero	156
Tabela 24 – Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho	157
Tabela 25 – Perfil do emprego quanto ao contrato de trabalho por gênero	158
Tabela 26 – Perfil e quantidade de emprego feminino por grupos de empregadores do agronegócio em Cruz Alta	161
Quadro I – Proporção de homens e mulheres na População Economicamente Ativa do Brasil – PEA (%)	36
Quadro II – População Economicamente Ativa – PEA, de 16 anos ou mais, por gênero e cor/raça – Brasil – 1996/2007	37
Quadro III – Taxa de atividade segundo gênero – Brasil (1981, 2001, 2004)	37



PREFÁCIO

SONIA ALVAREZ LEGUIZAMÓN²

O livro *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio* é um estudo de caso detalhado e metodologicamente rigoroso que permite entender os múltiplos fatores que incidem sobre os processos de produção, reprodução e perpetuação da pobreza na América do Sul, vinculado a uma das formas mais importantes da expansão do capitalismo e destruição do meio ambiente: os “agronegócios” da soja transgênica. Processos que, como mostra a autora, afetam, sobretudo as mulheres.

No bojo de um discurso que se autoproclama hegemônico acerca dos benefícios de um “desenvolvimento produtivista” em grande escala (um dos que mais divisas aporta aos países latino-americanos que produzem soja), o livro oferece meticolosas provas de que a produção de soja transgênica é um dos maiores produtores e reprodutores de pobreza e de concentração da riqueza no Brasil, como também demonstraram outros estudos promovidos pela Clacso Crop, para o caso da Argentina e Paraguai.

Este estudo é paradigmático para entender a expansão do capitalismo transnacionalizado apoiado, nesse caso, por um discurso ideológico que o naturali-

² Professora de Antropologia urbana e de problemáticas regionais da Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta – Argentina. Entre suas áreas de especialização e investigação estão a teoria e a história dos processos de produção da pobreza e do desenvolvimento da América Latina, bem como análises do discurso do desenvolvimento humano, debatendo acerca da biopolítica como parte da governabilidade neoliberal e a construção/produção da desigualdade e da pobreza, particularmente na atualidade. Entre suas publicações estão “Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores” (comp.) – CLACSO, 2005; Pobreza y desarrollo em América Latina, el caso de Argentina (EUNSA, 2008).

za. A autora realiza uma minuciosa análise sobre a gênese dos *agronegócios* no mundo e, particularmente, no Brasil e o seu vínculo com o discurso do “desenvolvimento”, o que permite compreender o sistema de interesses em jogo e os dispositivos particulares que se desdobram para naturalizá-lo e legitimá-lo, inclusive dentro de um governo que se constituiu como defensor dos direitos dos pobres, como o do Partido dos Trabalhadores.

Para Christiane Campos, as mudanças produzidas pelo saber prático neoliberal são objetivas e subjetivas e alteram não somente a economia, mas também a política, as leis e a prática social da classe trabalhadora. As organizações de trabalhadores, tanto no campo quanto nas cidades brasileiras abandonaram, segundo a autora, a perspectiva da luta pela ampliação dos direitos e da transformação social, substituindo-a pela manutenção dos direitos já obtidos que se veem ameaçados pelos impactos do neoliberalismo. Nesta perspectiva, passaram a usar mais a tática da negociação do que as mobilizações e greves que predominavam no país nas décadas de 1970/ 1980. Tudo isso garantiu a estabilidade política e econômica em países como Brasil, onde o governo que chegou ao poder “era o representante das forças sociais que combatiam o neoliberalismo como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT)”.

A investigação mostra como se transforma um território limitado por essa forma particular de expansão do capitalismo – o agronegócio – que gera pobreza de diversas maneiras: poucas oportunidades de emprego, trabalhos precários ou baixas condições de superexploração na área rural. E as cidades centrais destes territórios se convertem em ilhas encurraladas pela expansão do agronegócio, que aumenta a migração do campo para a cidade. Isso, junto à falta de infraestrutura básica e da carência de políticas habitacionais, potencializam a cadeia de perpetuações, aumentando a pobreza urbana.

Um dos mais importantes aportes do trabalho são as descrições detalhadas e rigorosas acerca da complexidade dessa nova maneira de produção e expansão do capitalismo e do seu sistema produtivo, assim como de suas fortes conexões com o poder político e governamental. Tudo isso permite desentranhar a lógica do funcionamento dos agronegócios da soja transgênica neste espaço particular, mas também entender como funciona em escala global. De modo que, o caso estudado, embora tenha suas particularidades contextuais locais e nacionais, serve para entender os processos de produção da pobreza e expansão do capitalismo por meio da soja transgênica em outros países e regiões.

Partindo da análise das interrelações entre setores do capital com o Estado a autora mostra, através de dados empíricos, a existência de uma “tríplice aliança” (Latifúndio-Agronegócio-Estado) que contribui para a perpetuação da pobreza, criando condições técnicas, políticas e socioeconômicas para o aumento da concentração da riqueza. Sobretudo dos meios de produção (terra, recursos hí-

dricos, entre outros) e da renda, fatores que provocam o aumento da desigualdade, base da produção e reprodução da pobreza.

A concentração da riqueza, a desigualdade e a produção e reprodução da pobreza no Brasil e na região estudada são abordadas a partir de diferentes dimensões como: a apropriação de renda, o caráter do sistema tributário, a concentração de terras, o nível dos salários, entre outros, assim como os vínculos entre os setores mais concentrados com os políticos e as organizações empresariais. Esse estudo não seria possível se concretizar, por exemplo, na Argentina atual, dado que não contamos com essa riqueza de dados.

Além de uma pormenorizada análise de dados secundários existentes no Brasil e no município estudado, realizou-se uma pesquisa com os empregadores dos distintos segmentos dos agronegócios (vendas de insumos, comercialização de máquinas e implementos agrícolas, de armazenamento e comercialização de grãos, produção e contratação de mão de obra e transporte), acerca do tipo e da qualidade do emprego que se produz, resultados que na análise estão articulados com os dados secundários existentes, mostrando a precarização do escasso emprego e seu androcentrismo.

O livro realiza importantes aportes para a compreensão da complexa trama dos processos de produção e reprodução da pobreza em geral e, em particular, a feminina, sobretudo a partir da análise das condições de trabalho, do desemprego e do trabalho doméstico não remunerado em relação à conformação das unidades domésticas. Enfatiza temas pouco abordados nas Ciências Sociais para estudar a produção da pobreza feminina, indagando: a relação entre baixos ingressos e seu vínculo com a estrutura das unidades domésticas sobretudo monoparentais; a escassez de trabalho (medidos em horas trabalhadas, desocupação e intermitência) e a qualidade da ocupação.

As diferentes maneiras em que se reproduz a pobreza feminina, a partir dos mecanismos associados ao trabalho, é abordada com rigorosa meticulosidade mostrando como as mulheres, sendo as que piores salários possuem entre a população economicamente ativa e que menos rendimentos familiares recebem são as “privilegiadas” na titularidade do programa Bolsa Famílias.

Os distintos programas de transferência condicionada ou assistenciais focalizados que foram adotados no Brasil são, segundo a autora, parte do receituário neoliberal e da focopolítica que atua sobre os efeitos e não sobre as causas, sendo ações paliativas e limitadas a um grupo reduzido do conjunto de pessoas nessa situação (apesar da quantidade de beneficiários).

Mostra-se no livro como, o programa Bolsa Família não só está focalizado nos mais pobres, mas também nas mulheres, sendo que essas são as titulares em mais de 90% dos casos. Como demonstra Anete Brito Leal Ivo, esses programas diminuíram a indigência embora não tenham modificado a concentração da

riqueza e da desigualdade, num processo de debilidade dos direitos vinculados com o trabalho e de “universalização” da assistência no Brasil.

O livro realiza uma interessante análise sobre as novas formas de exclusão social no Brasil da qual o estudo é um exemplo. Enquanto as antigas formas de pobreza se localizam com uma densidade significativa, sobretudo, nas regiões acima do Trópico de Capricórnio, no Norte e Nordeste. As novas formas, são mais intensas no Sul e Sudeste brasileiro.

É auspicioso que o programa CLACSO CROP de estudos sobre a pobreza, depois de um delicado processo de seleção entre pesquisadores do sul e centro América, preocupados por estes temas, tenha financiado esta investigação de alta qualidade que hoje temos a honra de prefaciar.

Salta – Argentina, 1 de agosto de 2011

INTRODUÇÃO

No Brasil os temas mulher, agronegócio e pobreza são frequentes nas agendas de pesquisa, nos discursos em parlamentos, em conferências, nas notícias veiculadas pelos meios de comunicação, entre outros espaços de construção e difusão de ideias e ideologias. Contudo, tanto no âmbito da pesquisa acadêmica quanto das políticas públicas e mesmo nos debates e lutas sociais, estes temas geralmente são tratados de forma separada, não se entrecruzam, dificultando a percepção e, por conseguinte, a análise das múltiplas conexões que há entre eles.

O agronegócio aparece na mídia, nas justificativas para ações de apoio governamentais e nos discursos de diversas instituições públicas e privadas como a força-motriz da economia brasileira, sendo apontado como responsável pela geração de uma grande parcela do PIB do país nas últimas décadas. Entretanto, por trás dos números das supersafras há muitas contradições e a acelerada expansão desse tipo de negócios vem intensificando múltiplas desigualdades, aliás como é próprio dos processos produtivos capitalistas.

Um aspecto importante a ser considerado é que o agronegócio ganhou papel de destaque no cenário nacional no mesmo contexto em que ocorre a intensificação da pobreza e da exclusão social em decorrência das políticas neoliberais, que passam a ser implementadas no Brasil a partir da década de 1990. Entre outras coisas, essas políticas promoveram elevação do desemprego, do subemprego, da informalidade, em síntese, a precarização do mundo do trabalho no país.

Entretanto, do ponto de vista de gênero o processo de exclusão ou de inserção precária da força de trabalho nas atividades econômicas não é homogêneo, é mais intenso para a população feminina. Em que pese a significativa ampliação da participação feminina na vida econômica, social e política no Brasil nos últimos dois séculos, neste início de século XXI as mulheres continuam invisíveis em diversos lugares do mundo do trabalho e naqueles em que elas se inserem, em geral, se concentram nas ocupações mais precárias e recebem os piores salários. Uma das explicações para isso é o fato de que, historicamente, se construiu uma desigualdade de gênero, desfavorável às mulheres, que se materializa em múltiplas dimensões da vida social, particularmente na divisão do trabalho. Assim, quando se implementam as políticas neoliberais, “a corda arrebenta do lado mais fraco”. Ou seja, a força de trabalho feminina é a mais afetada pela precarização.

Como os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras, a precária condição feminina no mundo do trabalho contribui para que a pobreza no Brasil tenha cada vez mais rosto de mulher. E a pobreza feminina tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que em um número crescente de domicílios o trabalho feminino constitui-se em uma importante e muitas vezes na única fonte de renda familiar.

Tanto o aumento da pobreza, principalmente das mulheres, quanto o enriquecimento do agronegócio podem ser lidos na paisagem dos pequenos e médios municípios brasileiros, em que a maior parte do capital tem vínculos diretos ou indiretos com o agronegócio. E os dois fenômenos tiveram seu crescimento fomentado pelas políticas neoliberais.

Desse modo, os dois processos se expandiram, simultaneamente, em um número significativo de municípios brasileiros: a riqueza do agronegócio e a pobreza feminina. A pujança do agronegócio se visibiliza tanto nos campos quanto nas zonas urbanas dos municípios em que o capital, direta ou indiretamente vinculado ao setor agropecuário, se territorializa. Já a pobreza feminina tem como endereço principal a periferia desses núcleos urbanos, ainda que também possa ser percebida em algumas áreas rurais.

Nesse sentido é que nos parece pertinente investigar quais os pontos de intersecção entre esses processos que se intensificaram no Brasil no contexto neoliberal: a riqueza do agronegócio e a pobreza feminina.

Há muitos estudos sobre o agronegócio, inclusive alguns que ressaltam os impactos negativos para a população e o meio ambiente, mas ignorando ou dando pouca relevância ao fato de que as mulheres são as mais excluídas ou são incluídas de modo ainda mais precário que os homens no mundo do trabalho vinculado ao agronegócio. Assim como também há muitas pesquisas sobre a pobreza no Brasil, porém, como critica Hildete Pereira de Mello (2005:5), a

maioria se refere à pobreza de forma assexuada, como se o fenômeno afetasse igualmente seres masculinos e femininos.

No Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios, nos quais tem o poder de, entre outras coisas, condicionar a divisão do trabalho em seus aspectos técnico (definir perfil de profissionais de maior demanda e respectivas remunerações), espacial (definindo os lugares com mais ou menos postos) e de gênero (estabelecendo os lugares masculinos e femininos nos processos de trabalho).

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender o processo de territorialização do agronegócio buscando, a partir da perspectiva de gênero, verificar se o agronegócio contribui para o processo de produção da pobreza, especialmente feminina. Para atingir esse objetivo levantamos duas hipóteses.

A primeira hipótese é de que a trílice aliança latifúndio-agronegócio-Estado, no contexto neoliberal, se constitui um importante agente de perpetuação da pobreza (Oyen, 2002), pois sua atuação cria as condições técnicas, políticas e socioeconômicas para a manutenção e/ou aumento da concentração de terras e de outras formas de riqueza em poucas mãos e, desse modo, contribui decisivamente para a produção e reprodução da pobreza e da exclusão social nos municípios do interior do Brasil, fenômenos cuja forma e conteúdo são ainda mais perversos para as mulheres.

A segunda hipótese é que o agronegócio não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais em que se territorializa, por promover a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no mundo do trabalho, e estes processos retroalimentam a produção da pobreza no Brasil, uma vez que a maioria das famílias garante seu sustento com os rendimentos do trabalho.

A sociedade brasileira está assentada no latifúndio desde o início da colonização portuguesa no século XVI e até hoje ele permanece como um elemento estruturante da formação socioeconômica e política do país. As consequências perversas da enorme concentração fundiária para o país são bastante conhecidas uma vez que foram objeto de análise de muitos intérpretes do Brasil (Castro, 1963; Guimarães, 1968; Furtado, 1971, entre outros) que por diferentes enfoques chegaram a uma conclusão semelhante: o latifúndio é a raiz da pobreza e da desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira. E é sobre esta arcaica estrutura fundiária que vem se desenvolvendo as modernas produções do agronegócio, o que vem resultando em aumento da concentração da propriedade da terra como evidenciou o último censo agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma generalização do termo agronegócio como sinônimo de quaisquer negócios agrícolas, aparecendo com frequência

na imprensa e mesmo em publicações científicas. Essa simplificação conceitual desconsidera várias características do agronegócio, tais como seu viés elitista e a capacidade de expansão por meio da construção de territórios. Por isso, propomos uma abordagem crítica e multidisciplinar para a análise do agronegócio.

Nessa perspectiva, compreendemos o agronegócio como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais.

Os conglomerados do agronegócio, em geral, não têm vínculos com os lugares onde ocorrem as produções, cujos preços e custos são regidos por um mercado internacional. Assim, a oferta e a procura de alimentos no mercado interno, bem como as condições de produção locais têm pouca influência nas cotações das *commodities*. E, como ocorre em toda produção em que predomina a forma capitalista, as decisões de o que, como, quanto e para quem produzir, não levam em conta as necessidades da população e dependem da taxa de lucro que proporcionam. De modo que, paralelamente ao crescimento das safras agrícolas, tem-se a manutenção e até o aumento da insegurança alimentar no Brasil.

É verdade que em algumas regiões brasileiras ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agropecuárias nas décadas de 1970 e 1980, que resultou na elevação da composição orgânica do capital, numa maior integração com mercados mundiais e na produção orientada pela busca contínua da maximização do lucro. Entretanto, é a partir da década de 1990 que o agronegócio se torna uma realidade no conjunto do país, transformando a paisagem, impondo um novo tempo e uma nova dinâmica socioespacial tanto no meio urbano, quanto nas áreas rurais dos municípios em que se territorializa. Por isso, no caso do Brasil, não há como dissociar o agronegócio das políticas neoliberais que criam as condições econômicas e geopolíticas para sua expansão em múltiplas escalas geográficas, desde a local até a global.

Completando a tríplice aliança tem-se o Estado brasileiro, que pode ser caracterizado como “fiel servidor” dos organismos internacionais na implementação das reformas neoliberais que viabilizam, entre outras coisas, o avanço do capitalismo no campo. Na prática, a participação do Estado nessa aliança garantiu a adoção de um conjunto de medidas essenciais para o fortalecimento do agronegócio entre as quais: financiamento ou a realização direta de grandes obras em infraestrutura de transporte (rodoviário, ferroviário e portuário) e de energia, flexibilização de legislações trabalhistas e ambientais; isenções ou grande redução de impostos para os produtos destinados à exportação, como é o caso da soja, liberação do cultivo e comercialização de variedades transgênicas,

empréstimos subsidiados para grandes grupos do agronegócio implantarem ou ampliarem empreendimentos, além da renegociação de dívidas e concessão de créditos a proprietários rurais, sobretudo para grandes e médios.

Assim, a despeito do viés ideológico das forças políticas, que assumem os governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, essa tríplice aliança se mantém e sua atuação tem garantido a estabilidade e até o aumento da concentração das riquezas. E o avanço do agronegócio é um dos vetores desse processo de concentração não só de renda, mas principalmente de meios de produção (terras, recursos hídricos, agroindústrias, entre outros) nos municípios do interior do Brasil. O resultado da concentração de riquezas, como ensina a história do país, é a desigualdade social que, por sua vez, é a base da produção da pobreza e da exclusão social.

Por outro lado, o Brasil, sob o comando do presidente Lula, foi apontado pelo Banco Mundial como um dos casos de maior sucesso na implementação das políticas de combate à pobreza, realizado principalmente através do Programa Bolsa Família – um programa de transferência de renda para famílias pobres, que em 2009 atendia cerca de 12 milhões de famílias brasileiras, a maior parte em situação de extrema pobreza².

Além do foco nos pobres este programa também tem um foco de gênero, uma vez que são as mulheres que recebem o dinheiro. E na seleção das famílias beneficiárias as que são chefiadas por mulheres têm prioridade. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2005), responsável pelo Bolsa Família no âmbito do governo federal, indicam que cerca de 90% das famílias beneficiadas com o programa eram chefiadas por mulheres em 2005. O índice mais elevado foi o do Rio Grande do Sul, onde 94% das famílias beneficiadas pelo programa tinham uma mulher como responsável, sendo que 55% delas não trabalhavam, apesar da maioria estar em idade economicamente ativa (57,4% tinham entre 19 e 40 anos). Não nos parece mera coincidência que as mulheres, que são as mais atingidas pela exclusão social, pobreza e precarização das condições de trabalho no Brasil no contexto neoliberal, sejam o principal alvo das políticas compensatórias.

As políticas compensatórias ou “focopolíticas”, como denomina Sonia Alvarez Leguizamón (2005), se disseminaram na América Latina no contexto neoliberal revestidas pelo discurso do desenvolvimento humano tendo como meta reduzir a pobreza como se esse fenômeno não tivesse nenhuma relação com o modo capitalista de produção, particularmente nessa fase neoliberal. Para Leguizamón (2001), este é um discurso dual e esquizofrênico, pois com uma mão

² Os órgãos governamentais no Brasil classificam como pobres famílias com rendimento *per capita* mensal de meio salário mínimo e como indigentes ou vivendo em extrema pobreza as famílias com rendimento *per capita* mensal de até ¼ do salário mínimo.

se promovem as políticas macroeconômicas que aprofundam a desigualdade, a concentração da riqueza e a pobreza e com a outra se propõe a equidade social do desenvolvimento humano.

Essa dualidade e esquizofrenia são bem demarcadas tanto nos discursos quanto nas ações do governo brasileiro em vários aspectos. No interior do país, por exemplo, o Estado se alia com o latifúndio e o agronegócio, contribuindo para a ampliação da concentração de riquezas e como forma de compensar a população mais afetada intensifica as políticas assistenciais focalizadas. Nessa perspectiva, o Estado contribui para a retroalimentação da pobreza mesmo implementando políticas que aliviam a miséria, pois em vez de combater as causas do empobrecimento é parceiro nas ações que viabilizam o processo de produção e reprodução da pobreza.

No que tange ao setor agropecuário brasileiro, por exemplo, a dualidade na ação e no discurso do Estado é inclusive institucionalizada. Há no país dois ministérios voltados para este setor. De um lado, há o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que é voltado para atender as demandas do agronegócio. É o ministério que garante recursos financeiros, infraestrutura, apoio político entre outras demandas de grandes e médios proprietários e, sobretudo, das empresas vinculadas às diferentes cadeias produtivas do agronegócio.

De outro lado, há o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como incumbência potencializar a produção da agricultura familiar e realizar a reforma agrária. Na prática é o ministério responsável por atender a população pobre que vive e trabalha no campo ou que luta para conquistar um pedaço de terra. Assim, no governo, em tese, tem espaço para sem-terras e para latifundiários, mas tanto a influência política quanto o orçamento do MAPA são muito maiores que o do MDA. De modo que, frequentemente, há manifestações reivindicando reforma agrária e denunciando que o governo só tem uma tímida política de assentamentos, através de compras de terras, que é executada como mecanismo de solução de conflitos. Enquanto o agronegócio vai se expandindo com a ajuda de uma “mão bem visível” do Estado.

Quanto à metodologia da pesquisa trabalhamos com dados secundários que permitem visibilizar a desigualdade de gênero, a pobreza e a exclusão social no país, bem como os múltiplos impactos do agronegócio no conjunto no Brasil. E também lançamos mão de uma pesquisa empírica, um estudo de caso, uma vez que concordamos com a tese de que “não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes a nova maneira de produzir” (Santos, 1996:47).

O estudo de caso foi realizado no município de Cruz Alta, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma região com grande produção de

grãos, especialmente soja, que é o principal produto agrícola brasileiro. Além da produção agrícola, neste município estão territorializados diversos segmentos do agronegócio incluindo indústria de beneficiamento, redes de armazenagem e comercialização de grãos, fornecedores de insumos e máquinas agrícolas, entre outros. De modo que se pode ter uma ampla visão do agronegócio em um único lugar. Outro aspecto decisivo para a escolha de Cruz Alta é o fato de que neste município há muita pobreza e exclusão social, especialmente feminina, em meio à riqueza do agronegócio.

No estudo de caso o principal procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa quantitativa para traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio. Aplicamos questionários aos empregadores dos distintos ramos do agronegócio territorializados no local incluindo empresas de vendas de insumos agropecuários; de comercialização de máquinas e implementos agrícolas; de armazenamento e comercialização de grãos; agroindústria de esmagamento de soja; empresa de contratação de força de trabalho temporário para as lavouras; e de transporte ferroviário. No total a pesquisa envolveu 31 empregadores, atingindo entre 60 e 100% dos empregadores de cada um dos segmentos do agronegócio pesquisado. Conforme dados do Ministério do Trabalho³ em Cruz Alta foram gerados 10.797 empregos formais no ano de 2008. E os empregadores entrevistados geraram 3.099 postos de trabalho. Portanto, esta pesquisa abrangeu empregadores responsáveis por 28% dos empregos gerados no município no ano pesquisado.

Também realizamos uma pesquisa qualitativa para compreender a percepção de mulheres, que vivem diferentes realidades socioeconômicas, sobre a condição feminina em um território do agronegócio. Esta parte da pesquisa consistiu em entrevistas com mulheres proprietárias rurais, com moradoras da periferia urbana beneficiárias do Programa Bolsa Família ou inscritas para receber o benefício e com agricultoras assentadas, algumas também beneficiárias do PBF. Importante ressaltar que, como o objetivo principal do estudo de caso foi traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio, esta pesquisa qualitativa é apenas um instrumento complementar. Para resguardar a identidade das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios no texto.

No que tange ao método, procuramos estudar os processos em sua totalidade, entendendo sua origem, seu desenvolvimento, suas contradições e seus impactos, ou seja, adotamos o materialismo histórico-dialético como método de análise. A apreensão dos aspectos gerais se baseou nas leituras e na coleta de dados secundários, e o estudo de caso possibilitou analisar como os processos, que são objeto de estudo nessa pesquisa, se materializam em um determinado

³ Os dados de empregos formais do Ministério do Trabalho do Brasil podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: www.mte.gov.br/pdet/consultas/isper

espaço, neste caso o município de Cruz Alta-RS. O resultado desse método de pesquisa é o estreitamento da fronteira entre o teórico e o empírico, entre o que é materializado e o que é abstraído pelo pensamento. De modo que a teoria se sustenta em uma base material, histórica e espacialmente determinada, e o concreto torna-se mais inteligível, porque se evidenciam as múltiplas determinações dos processos que se materializam em um determinado contexto espaço-temporal.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa tem como principal referencial o conceito de pobreza como uma produção social. Isto significa que nos baseamos na compreensão de que pobreza é um fenômeno produzido e reproduzido socialmente e que, portanto, não resulta da escassez de recursos naturais e de técnicas que possibilitem satisfazer as necessidades humanas. Atualmente, na maioria dos lugares a pobreza é resultado do acesso desigual aos meios de produção, ou seja, é engendrada pelas condições econômicas, políticas e socioespaciais como a riqueza é produzida e distribuída. No caso do Brasil, por exemplo, a brutal concentração de riquezas, que se mantém incrivelmente estável ao longo dos séculos, coloca o país no topo do *ranking* mundial de desigualdade socioeconômica e é a principal explicação para a pobreza que afeta milhares de famílias no país. Outros conceitos relevantes deste estudo são desigualdade de gênero neoliberalismo, agronegócio, território e territorialização do agronegócio, sempre analisados em uma perspectiva crítica.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro, utilizando como alicerce teórico o conceito de gênero, buscamos entender a construção histórica da invisibilidade feminina, tendo como preocupação evidenciar a desigualdade de gênero, no mundo do trabalho, tanto nos espaços urbanos quanto rurais do Brasil. Isso porque a inserção feminina no mercado de trabalho, sob domínio do agronegócio, é o foco de análise da pesquisa empírica.

No capítulo dois abordamos a temática da produção da pobreza, analisando como esse fenômeno se insere no debate do desenvolvimento econômico da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, na segunda metade do século XX, e de como o neoliberalismo se utiliza do discurso do desenvolvimento humano para resignificar a pobreza no final do século passado e início do século XXI.

O capítulo três tem como objeto de análise os mecanismos que intensificaram o fenômeno da pobreza no contexto neoliberal com ênfase para os impactos no mundo do trabalho. Também analisamos a focalização da política social, especialmente o Programa Bolsa Família – PBF, entendido como um mecanismo utilizado pelo Estado que, apesar de aliviar a pobreza extrema, contribui para sua retroalimentação na medida em que não propicia uma superação dessa condição socioeconômica e convive em harmonia com as políti-

cas macroeconômicas neoliberais que intensificam a produção e a reprodução da pobreza.

No capítulo quatro o tema é o agronegócio. Inicialmente buscamos compreender como surge o termo “agronegócio”, onde e em que contexto histórico, e também como e quando chega ao Brasil. A partir dessa discussão, realizamos uma análise do processo de territorialização do agronegócio do país, tendo como suporte teórico a categoria território. O objetivo é demonstrar que a expansão do agronegócio no Brasil se dá por meio da construção de territórios, em que os grupos hegemônicos têm poder de condicionar os usos do e no espaço. Analisamos também neste capítulo a atuação da tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado.

O capítulo cinco é dedicado ao município de Cruz Alta, onde realizamos o estudo de caso. Resgatamos um pouco da história e levantamos as principais características socioeconômicas na primeira década do século XXI para analisarmos o papel do agronegócio no âmbito local e os vários impactos que engendra. Também detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa empírica.

Por fim, no capítulo seis detalhamos o perfil do emprego gerado pelos diversos segmentos do agronegócio em Cruz Alta. Os resultados da pesquisa quantitativa mostram que nos diferentes espaços do agronegócio o perfil predominante dos empregos gerados pode ser resumido em quatro palavras: masculino, formal, temporário e precário. Apesar de focalizado em um pequeno ponto no imenso território brasileiro, o estudo de caso contribui para visibilizar a produção da pobreza das mulheres que cresce junto com as supersafras de grãos no interior do Brasil.

Em síntese, este estudo de caso e os dados secundários, demonstram que o agronegócio é um dos grandes responsáveis pela retroalimentação da produção da pobreza e pela precarização do mundo do trabalho em seus territórios, e que esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.



CAPÍTULO I:

CONTRIBUIÇÕES DA “LENTE” DE GÊNERO

PARA MIRAR A REALIDADE SOCIAL

Nos últimos anos o conceito de gênero tem se consolidado como um importante instrumento analítico para dar visibilidade ao caráter histórico e socio-cultural dos papéis e dos espaços masculinos e femininos, portanto para “des-naturalizar” a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres.

Apesar das transformações ocorridas no mundo no século XX, que alteraram completamente a economia, a distribuição demográfica, os hábitos e costumes da população, produzindo muitos impactos na vida das famílias e particularmente na das mulheres, a condição feminina na sociedade ainda é marcada pela discriminação tanto na esfera privada quanto na pública. Ou seja, a mulher segue sendo uma cidadã de segunda categoria.

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras formas, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano de milhares de mulheres em todos os países.

E um dos grandes obstáculos para romper essa situação é o fato de que ao longo da história a desigualdade de gênero adquiriu *status* de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores.

O conceito de gênero surge exatamente para romper o determinismo biológico como suporte da opressão feminina, que está presente tanto no senso comum quanto nas argumentações “científicas”. Por meio de análises sócio-históricas os estudos baseados no conceito de gênero têm contribuído para evidenciar que a desigualdade entre homens e mulheres é socialmente construída, através da atribuição a estes de papéis diferenciados e hierarquizados.

Los atributos sexuales son una realidad biológica, pero género es un producto del proceso histórico. El hecho de que las mujeres tengan hijos responde al sexo; que las mujeres los críen se debe al género, una construcción cultural. El género es el principal responsable de que se asignara un lugar determinado a las mujeres en la sociedad (Lerner, 1990, *apud* Petersen, 1999:16)

Desse modo, o conceito de gênero permite abrir a “caixa de Pandora”⁴, revelando o segredo guardado, a sete chaves, há vários séculos: as mulheres estão condenadas a serem cidadãs de segunda categoria não por forças naturais, biológicas, e sim por forças sociais que se manifestam em múltiplas dimensões e espaços.

Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...) Pretende-se, desta forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (Louro, 1997:20-21).

Enfim, como constata Hildete Mello (2005:5), “o uso do conceito de gênero trata, assim, de dar conta dessa vivência diferenciada das mulheres e homens na vida econômica e social”. Nesse sentido, a questão de gênero é, por essência, multidimensional.

O Gênero se constrói e se expressa em muitas áreas da vida social. Inclui a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, mas não se restringe a elas. A divisão do trabalho por gênero, no lar e no trabalho assalariado, a organização do Estado, a sexualidade, a estruturação da violência e muitos outros aspectos contribuem para a construção das relações de gênero (...) a diferença de gênero se associa à desigualdade de gênero, com os homens exercendo poder sobre as mulheres (Dicionário do Pensamento Social do século XX -1996, *apud* Petersen,1999,15:16).

⁴ Na mitologia grega, Pandora é a primeira mulher criada pelo deus Zeus e enviada aos homens. Por curiosidade ela abre uma caixa que pertencia ao marido Epitemeu. Nessa caixa estavam guardados todos os males. Ela tenta fechar novamente a caixa, mas só consegue reter um dos males, o temor por antecipação, que algumas vezes é traduzido do idioma grego também como esperança (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pandora>). É comum se utilizar a expressão “caixa de Pandora” como sinônimo de algo que intencionalmente é pouco divulgado e pouco conhecido.

O conceito de gênero é utilizado no universo acadêmico desde a década de 1970 (Bock, 1991, *apud* Petersen, 1999), mas ganha destaque em vários países da Europa e nos Estados Unidos nos anos de 1980 e 1990 à medida que é apropriado também pelo movimento feminista. No Brasil esse conceito passou a ser usado pelas diferentes correntes do movimento feminista no final do século XX e na avaliação de feministas permitiu avançar tanto no debate teórico quanto nas estratégias de luta das mulheres.

Entretanto, muitas feministas chamam atenção para a necessidade de articular o conceito de gênero com outras categorias analíticas como classe e etnia, uma vez que a forma e o conteúdo da desigualdade de gênero não são iguais para todas as mulheres (Nobre e Faria, 1997; Araújo, 2000). No que tange ao mundo do trabalho, por exemplo, os estudos confirmam que as mulheres trabalhadoras pobres são mais excluídas que as ricas, e as negras são muito mais discriminadas do que as brancas (Pinheiro *et al.*, 2008).

Uma contribuição importante do conceito de gênero para os movimentos feministas vinculados às organizações de trabalhadores é revelar a fragilidade do argumento, que durante muito tempo foi usado pelas entidades e partidos de esquerda, de que a luta pela transformação social, entendida como geral, deve ter prioridade sobre as lutas específicas, como as das mulheres.

As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres (Nobre e Faria, 1997:31).

Nesta perspectiva de análise, a dominação de classe é considerada fundamental, mas não suficiente para explicar a totalidade das desigualdades reais entre os sujeitos sociais, bem como as respectivas representações sociais deles. Pois mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero, por exemplo.

O uso do conceito de gênero acelerou mudanças importantes nas abordagens teóricas das desigualdades entre homens e mulheres em vários campos de produção intelectual e vem motivando muitas propostas de políticas públicas de promoção do chamado empoderamento feminino. Entretanto, na vida real as transformações seguem um ritmo mais lento, de tal modo que o cotidiano das mulheres ainda é marcado por muitas discriminações. E o mundo do trabalho é um *locus* privilegiado de observação da produção e reprodução das assimetrias de poder, de oportunidades e de rendimentos, entre outras.

BASES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

Para compreender essa problemática das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho é fundamental o aporte teórico de gênero, que permite “rastrear a las mujeres en la história” (Petersen, 1999:18). Ou seja, só é possível compreender a condição feminina como trabalhadora atualmente quando se analisa os papéis que historicamente foram atribuídos ao gênero masculino e feminino, em nossa formação social.

Ângela Almeida (2003), analisando a situação das mulheres brasileiras no século XIX, constata que a sociedade burguesa promove uma grande transformação no papel social da mulher, mas reforça a subordinação feminina e encontra na natureza a justificativa “racional” para isso. No campo da representação se constrói uma espécie de “tipo ideal”⁵ burguês em que a figura feminina adulta passa a ter como corolário o casamento e a maternidade.

Com a ascensão social da burguesia na Europa surge uma nova mentalidade ligada à família, agora uma entidade intimista e sentimental, (...). Diante da bandeira democrática da igualdade entre todos os homens, definir a subalternidade da mulher pela obediência ao marido seria um contra-senso ideológico. A subalternidade foi então atribuída à natureza: todos os homens nasciam livres e iguais; quis, no entanto, a natureza que as mulheres, pelas suas qualidades (maior sensibilidade), e deficiências (menor capacidade de raciocínio e menor força física), fossem destinadas à maternidade. E para melhor se dedicarem a essa sublime função elas deviam abdicar de participar do espaço público, fazendo do espaço privado, o lar, o seu mundo (Almeida, 2003:60).

Nesta mesma perspectiva de análise, José Roberto Tozoni Reis (1984), ao fazer uma retrospectiva histórica dos tipos de famílias, demarca o século XVIII e a Europa como o tempo e o espaço de construção da família burguesa, na qual a maternidade é estabelecida como a principal função social feminina.

A família burguesa, nascida na Europa em meados do século XVIII, rompeu com os modelos familiares vigentes e criou novos padrões familiares. (...) Eles se caracterizam antes de tudo pelo fechamento da família em si mesma. Esse isolamento marcou uma clara separação entre a residência e o local de trabalho, ou seja, entre a vida pública e a privada. (...) Outras separações se fizeram, a mais notável foi a rigorosa divisão de papéis sexuais. O marido passa a ser o provedor material da casa e a autoridade dominante, considerada racional e capaz de resolver quaisquer situações. A mulher burguesa ficou responsável pela vida doméstica, pela organização da casa e educação dos filhos. Considerada menos capaz e mais emotiva que o homem, tornou-se completamente dependente do marido⁶ (Reis, 1984:110-111).

⁵ Utilizamos a terminologia “tipo ideal” numa referência ao conceito weberiano de tipos ideais de dominação. Ver Cohn, Gabriel (1979) *Weber – Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 13 (São Paulo, Ática).

⁶ Conforme José Roberto Tozoni Reis, em outros tipos de família que existiram na Europa, como a aristocrática e a camponesa, não havia uma valorização tão grande do espaço privado e o cuidado das crianças pequenas não era responsabilidade principal das mães. Na aristocracia os servos assumiam esta função, inclusive a amamentação em geral era realizada pelas amas de leite, e para o campesinato a família era toda a

Muitas teorias, em várias áreas do conhecimento, foram produzidas para dar caráter científico a esta concepção que atribui à inferioridade feminina à natureza. Para Ângela Almeida (2003), Rousseau foi o principal teórico dessa construção.

Ninguém contribuiu mais amplamente para forjar essa mentalidade do que Jean Jacques Rousseau. Suas ideias sobre a mulher e sua função natural de mãe, expostas em *Emílio* e em *La Nouvelle Héloïse*, passaram a ser a bíblia da nova mentalidade burguesa. A noção de igualdade ficava mantida, já que não eram os homens que queriam dominar as mulheres; elas se queixavam sem razão, pois “essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou o cuidado dos filhos” (Rousseau, 1979, *apud* Almeida, 2003:60).

Importante notar que esse “tipo ideal” feminino, forjado em consonância com o estilo de vida da burguesia, foi sendo paulatinamente adotado pelo conjunto da sociedade, de tal modo que a família monogâmica patriarcal, centrado na tríade pai-mãe-filhos, em que o homem adulto é o “chefe” da família se tornou o modelo de família hegemônico à medida que o modo de produção capitalista foi se consolidando nos diferentes lugares.

Isso reforça a tese marxista de que em uma sociedade dividida em classes, a classe dominante, na medida em que controla a estrutura econômica e condiciona a superestrutura político-jurídica à manutenção/proteção das relações sociais que lhes são favoráveis, também tem grande poder no processo de formação da consciência social e grande influência nos estilos de vida.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (Marx e Engels, 1991:72).

Ao forjar esse “tipo ideal” feminino que estabelece uma relação umbilical entre mulher e maternidade, a burguesia definiu a reprodução (física e social) como a função social prioritária das mulheres. Nesse sentido, quaisquer outras

aldeia; neste contexto o cuidado das crianças era socializado, sendo feito especialmente pelas moças solteiras e mulheres idosas.

tarefas só poderiam ser cumpridas se não atrapalhassem a maternidade. Entre outras coisas isso limitou a participação feminina no mercado de trabalho. Um exemplo disso é um anúncio de uma fábrica de papel em 1865, justificando a decisão de não contratar mulheres.

A fim de evitar que as crianças sejam negligenciadas nas suas casas, não empregamos mães com filhos pequenos na nossa fábrica, exceto se forem viúvas, mulheres abandonadas pelos seus maridos ou cujos maridos sejam incapazes de ganhar a vida (Scott, 1994:460).

Mas, se por um lado a moral burguesa estava preocupada em preservar a família, por outro a racionalidade burguesa, sempre voltada para a maximização dos lucros, nunca prescindiu do trabalho feminino. Ao contrário, o capitalismo nascente usufruiu bastante do trabalho das mulheres das “camadas inferiores” da sociedade por meio da intensificação do trabalho, da extensão da jornada e de salários menores que os masculinos (Saffioti, 1976).

Uma das justificativas para a *superexploração* era o fato de que as mulheres só poderiam se dedicar ao trabalho industrial por curtos períodos de suas vidas, “pois depois de se casarem ou de terem filhos deveriam abandonar os seus empregos, e somente voltariam a ele caso seus maridos não tivessem a capacidade de sustentar a família” (Scott, 1994:444).

Infelizmente essa concepção não é coisa do passado. Ainda hoje, em muitas sociedades, incluindo a brasileira, predomina o pensamento e a prática social de atribuir ao homem o papel de provedor da família. Isso, além de contribuir para a manutenção do machismo, possibilita aumento de lucros para o capital, pois na medida em que o trabalho feminino remunerado é visto como complementar se justifica que o salário das mulheres seja menor. O resultado é um rebaixamento geral dos salários à medida que a força de trabalho feminina vai se ampliando em uma determinada atividade econômica.

Apesar desses efeitos negativos o combate à desigualdade de remuneração não é prioridade dentro das próprias organizações sindicais, conduzidas em geral por lideranças masculinas. E não é difícil percebermos que ainda é presente no senso comum, tanto masculino quanto feminino, a ideia de que os homens devem ficar orgulhosos quando conseguem ter uma renda suficiente para que sua esposa “não precise trabalhar fora de casa”.

De acordo com Tatau Godinho (2005), a desigualdade de gênero, que se materializa na opressão e na exploração feminina tem contribuído, sob múltiplos aspectos, para o processo de acumulação de capital.

A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e com-

petição de interesses e privilégios dentro do proletariado; assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto, da sua capacidade de revolta (Godinho, 2005:49-50).

Nesta mesma direção, Claudia Nogueira (2004, 2006), corroborando com análises de Antunes (1999), constata que a condição feminina no mundo do trabalho, marcada por enormes desvantagens comparativas em relação aos homens, é funcional para o processo de reprodução do capital.

Ao constatarmos que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, podemos afirmar que essa situação se dá porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica (Nogueira, 2004:76).

Importante registrar que a “naturalização” da desigualdade de gênero é retroalimentada tanto por homens quanto pelas mulheres, de diferentes classes sociais. E, além dos aspectos ideológicos que já foram pontuados, uma das bases materiais desse processo de retroalimentação é a divisão sexual do trabalho em que o homem tem como espaço prioritário de trabalho o mundo da produção e a mulher o da reprodução. Romper essa dicotomia é desconfortável para as próprias mulheres educadas dentro desse padrão de organização social, como constata Claudia Nogueira (2006).

(...) os papéis hierárquicos ainda se encontram mantidos na maioria das casas. Não são poucas as vezes que presenciamos na fala das mulheres, que se encontram nessa nova função, o sentimento de que exercem simultaneamente os papéis de pai e mãe em suas famílias, legitimando, em grande medida, o fato de serem responsáveis pelas tarefas femininas, específicas da mulher e mãe, como também responsáveis pelas tarefas masculinas, como pai e provedor do lar (Nogueira, 2006:27).

A partir desse resgate das bases históricas da desigualdade de gênero não é difícil entendermos o ciclo vicioso dentro do qual até hoje se insere a maior parte da força de trabalho feminina brasileira: a mulher não tem um bom emprego porque tem que conciliar com as responsabilidades de mãe e esposa, e milhares de mulheres não podem deixar de trabalhar devido à condição de pobreza, então têm que se sujeitar aos trabalhos com jornadas parciais, que em geral estão associados a condições precárias, sem direitos e com baixa remuneração. No próximo item vamos analisar de modo mais detalhado como a inserção das mulheres no mundo do trabalho tem contribuído para retroalimentar esse ciclo de pobreza e exclusão feminina.

O MUNDO DO TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO – O CASO BRASILEIRO

No Brasil um dos terrenos mais férteis para o desenvolvimento de pesquisas baseadas no conceito de gênero tem sido o mundo do trabalho (Strey, 1999; Prehn, 1999; Hirata, 2002; Lavinás, 2002; Nogueira, 2004 e 2006; Soares e Oliveira, 2004). Um ponto em comum das pesquisas sobre esse tema é o fato de demonstrarem que vem se ampliando continuamente a participação feminina na População Economicamente Ativa – PEA. Ou seja, há um número cada vez maior de mulheres trabalhando ou em busca de emprego fora de casa. O que indica uma tendência de feminização do trabalho fora do âmbito doméstico.

De acordo com Mitchell (1977), *apud* Claudia Nogueira (2006:31), a condição feminina no mundo do trabalho se alterou profundamente a partir da década de 1970, “com a vigência de um novo e expansivo padrão de acumulação flexível na era da mundialização do capital”, que desencadeou um processo de feminização do trabalho. No Brasil esse fenômeno pode ser facilmente comprovado através do aumento da proporção de mulheres na População Economicamente Ativa – PEA, que é constituída pelo total de pessoas empregadas ou em busca de trabalho. No Quadro I se observa que o percentual de mulheres na PEA cresce paulatinamente desde a década de 1980.

QUADRO I – PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA – DO BRASIL – EM %

Anos	1981	1985	1990	1993	1995	1998
Homens	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3
Mulheres	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6

Fonte: Nogueira (2004:69) a partir de dados das PNAD⁷/do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados do Quadro I revelam que apesar da desigualdade de gênero ainda ser evidente, com os homens representando quase 60% da População Economicamente Ativa no país, a participação das mulheres cresceu quase dez pontos percentuais no período considerado, passando de 31,3%, em 1981, para mais de 40% em 1998.

O Quadro II permite a visualização do crescimento da PEA feminina e masculina em números absolutos em um período mais recente, e comprova que o número de mulheres ocupadas ou em busca de emprego teve uma variação maior do que o de homens entre 1996 e 2007.

⁷ Um dos mais importantes levantamentos estatísticos sobre um conjunto de aspectos da realidade brasileira é a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, que é realizada anualmente pelo IBGE em áreas urbanas e rurais.

**QUADRO II – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA,
DE 16 ANOS OU MAIS, POR GÊNERO E COR/RAÇA – BRASIL – 1996/2007**

Gênero e cor/raça	1996 – PEA (em número absoluto)	2007 (em número absoluto)	Variação em %
Mulher	27.847.794	41.747.239	49,9
Mulher Branca	15.976.677	21.917.773	37,2
Mulher Negra	11.686.671	19.829.466	69,7
Homem	41.039.486	53.483.600	30,3
Homem Branco	22.819.910	26.389.214	15,6
Homem Negro	17.963.419	27.094.386	50,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por Ipea, Unifem,SPM – divulgados em anexo ao livro de Pinheiro *et al.*, (2008). Dados disponíveis em www.ipea.gov.br,

OBS.: Na categoria Negro/a estão incluídas as pessoas que se declaram pretos/as e pardos/as.

Fazendo um recorte étnico se observa que a população negra, tanto masculina quanto feminina, foi a que teve maior crescimento no período considerado. Em número absoluto, os homens negros já superaram os brancos. Na População Economicamente Ativa feminina as mulheres brancas ainda são maioria. Mas, em termos percentuais, as mulheres negras obtiveram a maior variação da PEA entre 1996 e 2007, com um crescimento de quase 70%.

Retomando o enfoque de gênero, outro indicador que comprova que, em termos numéricos, as mulheres são cada vez mais visíveis no mundo do trabalho é o aumento da taxa de atividade feminina, como mostra o Quadro III. Para calcular esta taxa se consideram as pessoas com idades entre 16 e 65 anos ocupadas ou em busca de emprego.

**QUADRO III – TAXA DE ATIVIDADE SEGUNDO GÊNERO – BRASIL
(1981, 2001, 2004)**

Taxa de Atividade	1981		2001		2004	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	90%	40%	89%	66%	90%	68%

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:51), elaboração a partir de dados da Pnad/IBGE.

Como se pode observar a taxa masculina se mantém elevada, em torno de 90%, em todo o período considerado. Mas o que chama atenção é a variação da taxa de atividade feminina que teve um crescimento bastante expressivo de 28 pontos percentuais entre o início e o final da série temporal do Quadro.

Contudo, a maior participação feminina na População Economicamente Ativa não se traduziu em igualdade de gênero no mundo do trabalho uma vez que junto com a feminização cresce a precarização e informalidade dos empregos.

Mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, 40% da ocupação feminina encontram-se nesse segmento do mercado de trabalho. As diferenças continuam: as mulheres têm menor presença sindical e estão mais expostas ao desemprego. (...) A inserção feminina nos anos de 1990 no mundo do trabalho foi favorecida pelo intenso crescimento do setor terciário na economia brasileira. Porque é na prestação de serviços que há um claro predomínio das mulheres, quase 80% das que trabalham fora de casa estão nestas atividades. E foram estas as que mais cresceram no Brasil na última década, como resposta à reestruturação da indústria e da agropecuária. A heterogeneidade que caracteriza os serviços explica esta absorção. São tarefas que permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada feminina. Os serviços englobam desde comerciárias e ambulantes, as tradicionais trabalhadoras domésticas, as professoras, as profissionais da saúde e da beleza (Mello, 2004a:5).

Conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal (anuário estatístico), no Brasil, em 2005, o setor industrial empregava 27% da População Economicamente Ativa masculina, enquanto esta porcentagem para as mulheres não chega a 13%. Em contrapartida, 71% das mulheres estão concentradas no setor de serviços e esta porcentagem é de 50% para os homens. Portanto, o setor de serviços é o *locus* feminino no mundo do trabalho. E é exatamente neste tipo de atividade econômica que predominam a informalidade, o trabalho temporário, jornadas mais curtas, menores remunerações, piores condições de trabalho, resumindo em uma palavra, a precarização.

No que tange à remuneração, dados divulgados pelo governo brasileiro revelam que a desigualdade salarial entre os gêneros masculino e feminino é muito elevada no país, e inclusive é maior que a desigualdade por raça/etnia. Conforme os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea⁸ (2006:45-46), os brancos com características observáveis idênticas as dos negros, em 2004, tinham uma remuneração em média 30% maior, enquanto as mulheres trabalhadoras recebiam, no mesmo período, salários que na média eram 70% menores que os dos homens trabalhadores.

Um impacto perverso dessa desigualdade salarial devido ao gênero é o empobrecimento de muitas famílias, uma vez que em um número crescente de domicílios o trabalho feminino não é apenas um complemento do trabalho masculino, mas a principal, e muitas vezes a única, fonte de renda.

⁸ O Ipea é um instituto de pesquisas vinculado ao Ministério do Planejamento, do Governo Federal brasileiro.

Entretanto, como bem destaca Mary Castro (1999) não se pode estabelecer uma relação direta entre chefia feminina de domicílio e pobreza, uma vez que também é grande o percentual de famílias chefiadas por homens nessa mesma condição social. Para ela as mulheres chefes em famílias monoparentais, que anteriormente tinham cônjuge,

Empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado. Por outro lado, os diferenciais de rendimentos entre mulheres e homens chefes de família de igual escolaridade e idade, comumente tanto no Brasil quanto em outros países, são negativos para as mulheres, indicando que independente do estado conjugal e da situação quanto à maternidade, as mulheres seriam vistas como esposa e mãe no mercado. Portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seu rendimento considerado como complementar (Castro, 1999:92).

De fato, vários estudos de gênero já demonstraram que na maioria dos arranjos familiares é grande a vulnerabilidade feminina frente à pobreza devido ao fato delas terem posse de poucos ativos e de muitas não terem rendimentos próprios. Conforme Vera Soares (2004:179) os dados da realidade brasileira no início do século XXI revelavam que “66% das mulheres casadas, nos domicílios pobres, e 43% nos domicílios não pobres, não tinham renda”. E essa falta de autonomia de renda feminina sem dúvida aumenta a probabilidade de as mulheres serem pobres quando ocorrem mudanças na vida familiar.

Contudo, a causa da pobreza das famílias monoparentais sob chefia feminina não decorre do simples fato de terem uma mulher como única provedora. O maior risco de pobreza nesses domicílios se deve à dificuldade feminina de obter trabalho com boa remuneração. Um indicador de que a chefia feminina, por si só, não é sinônimo de pobreza é a existência desse tipo de arranjo familiar nas diferentes faixas de renda no Brasil, assim como em muitos outros países.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontam o crescimento do número de domicílios em que as mulheres são referência⁹ no país. Em 1993 a proporção de famílias brasileiras que tinham a mulher como maior responsável pelo sustento econômico era de 22% e em 2007 esse percentual já era de 33%. Esse fenômeno é mais intenso nas áreas urbanas em que as mulheres eram responsáveis principais em 35,4% das famílias em 2007, e nas áreas rurais o percentual ficava em 19,3% (Pinheiro *et al.*, 2008:17).

⁹ Algumas autoras que adotam o referencial teórico de gênero têm questionado o uso do termo “chefe de família” uma vez que é associado com a família patriarcal e a chefia masculina, e propõem romper esse paradigma também na linguagem. Por isso utilizam a expressão “pessoa de referência” para indicar quem é o/a responsável pelo sustento familiar (Mello, 2005).

No Brasil era predominante entre as famílias que tinham uma mulher como responsável o tipo de arranjo familiar denominado monoparental feminino, em que não há o cônjuge masculino e a mulher é a única provedora. Mas dados recentes do IBGE apontam uma mudança relevante no perfil das famílias brasileiras. A proporção de monoparentais femininas entre as famílias que tem uma mulher como responsável caiu de 63,9% em 1993 para 49,2% em 2006. E houve um crescimento do número de arranjos familiares formados por casais com filhos, tendo uma mulher como pessoa de referência.

Em números absolutos esse tipo de arranjo familiar, casal com filhos sob chefia feminina, caracterizava 604.553 famílias brasileiras em 1997, e dez anos depois, em 2007, já havia 3.288.953 famílias com esse tipo de arranjo no país. Em números relativos, os dados do IBGE indicam que em 1993 o arranjo familiar¹⁰ casal com filhos correspondia a 3,4% das famílias com chefia feminina em 2007 o percentual já havia saltado para 18%. O que indica que paulatinamente vem se desconstruindo o padrão familiar alicerçado no homem como principal ou único provedor (Pinheiro *et al.*, 2008:17-22).

Mas, antes de se comemorar acreditando que isso implica em uma maior igualdade de gênero dentro das casas, os dados estatísticos sobre o uso do tempo demonstram que o trabalho doméstico segue sendo “coisa de mulher”, especialmente das mais pobres. Os dados da Tabela 1 evidenciam que as mulheres, de todas as faixas de renda familiar, trabalham em casa muito mais que os homens. E nas famílias pobres (primeiro decil da distribuição de renda) elas gastam 12 horas a mais que as ricas (décimo decil) nos afazeres domésticos.

Como se pode observar na Tabela 1 a quantidade de horas que os homens dedicam ao trabalho doméstico é praticamente invariável entre as faixas de renda, nos dois anos analisados. O que revela que a divisão sexual do trabalho dentro das residências pouco se altera em função da condição financeira. Já entre as mulheres decresce a quantidade de horas dedicadas ao serviço doméstico à medida que aumenta a renda familiar. Isso porque as mais ricas tendem a ter maior acesso a eletrodomésticos que reduzem o tempo das tarefas, como máquina de lavar, e também a possibilidade de transferir as tarefas para outra mulher – a empregada doméstica.

Dados recentes do IBGE confirmam que se mantém a desigualdade de gênero no que se refere ao trabalho doméstico. Em 2007 em média as mulheres dedicaram 27,2 horas semanais a esses afazeres, enquanto os homens dedicaram um tempo quase três vezes menor, em média 10,6 horas semanais (Pinheiro *et al.*,

¹⁰ De acordo com dados da Pnad – IBGE no ano de 2007 os arranjos familiares no Brasil eram: 51,6% do tipo casal com filhos, 15,5% mãe com filhos, 14,8% casal sem filhos, 8,5% mulher sozinha, 7,6% homem sozinho e 2% homem com filhos (Pinheiro *et al.*, 2008:11).

2008:35). E, de acordo com a análise destes autores, essa desigualdade está presente tanto nas áreas urbanas quanto rurais, e entre brancos e negros.

**TABELA 1 – NÚMERO MÉDIO DE HORAS TRABALHADAS NA SEMANA EM
AFAZERES DOMÉSTICOS, SEGUNDO SEXO E DECIS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA – BRASIL – 2001/2004**

Decis de renda	2001	2001	2004	2004
	Trabalho doméstico Homem (horas)	Trabalho doméstico Mulher (horas)	Trabalho doméstico Homem (horas)	Trabalho doméstico Mulher (horas)
1	12	32	11	29
2	10	31	10	28
3	11	29	10	27
4	10	28	11	25
5	10	27	10	24
6	11	26	10	23
7	11	25	10	23
8	10	24	10	22
9	10	23	10	20
10	9	19	9	17

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:56).

À primeira vista poderia se pensar que os homens dedicam menos tempo ao trabalho doméstico porque trabalham mais fora de casa. Entretanto, as pesquisas nos domicílios brasileiros jogam por terra esse argumento. Dados do IBGE mostram que, em 2007, em média as mulheres ocupadas no mercado de trabalho gastaram 22,3 horas semanais com trabalho doméstico, enquanto os homens inativos, portanto que não trabalham fora de casa, gastaram somente 13,7 horas semanais com as tarefas domésticas, ou seja, 8 horas e 36 minutos a menos que elas. Analisando estes dados Luana Pinheiro e outros (2008) constata que

De fato a sobrecarga de trabalho das mulheres, que, mesmo ocupando postos no mercado de trabalho, continuam respondendo pelas árduas atividades domésticas, encontra raízes na divisão sexual do trabalho e na naturalização da responsabilidade feminina pelas tarefas executadas no âmbito doméstico (...). Esta é uma questão que diz respeito à qualidade de vida, pois a soma dos tempos dedicados pelas mulheres ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado implica em precarização da vida, diminuição das oportunidades de interação social e de fruição de bens de educação e de cultura, e falta de descanso e de lazer (Pinheiro *et al.*, 2008:35).

No Brasil há uma expressão popular que diz “o que se faz em casa se leva pra praça”, indicando que as pessoas costumam agir no espaço público de forma se-

melhante ao modo como atuam no espaço doméstico. E no caso das mulheres esse ditado popular se confirma, uma vez que no mercado laboral a maioria da força de trabalho feminina se concentra nas atividades que no imaginário social são consideradas femininas¹¹, entre as quais se destaca o serviço doméstico.

Conforme Luana Pinheiro e outros (2008:27), no ano de 2007 somente 0,8% dos homens, entre o total de ocupados no Brasil, se dedicavam ao trabalho doméstico remunerado. Já entre as mulheres ocupadas 16,4% atuavam como empregadas domésticas (em números absolutos eram aproximadamente seis milhões de trabalhadoras). Este é um forte indicador da precarização que caracteriza a inserção feminina no mundo do trabalho, uma vez que esse tipo de emprego em geral é informal (sem direitos trabalhistas), sem controle de jornada de trabalho e com baixos salários. Tanto que, segundo os autores, em 2007 apenas 30% das mulheres brancas que exerciam trabalho doméstico remunerado tinham carteira assinada e entre as negras o percentual das que contava com proteção legal era ainda menor, 25,2%.

O *apartheid* de gênero no mercado de trabalho foi evidenciado por um estudo sobre a distribuição ocupacional no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo, realizado na segunda metade da década de 1990. Pesquisando 19 grupos ocupacionais de trabalhadores com pouca escolaridade, Ricardo Barros e outros (1997:26) constataram que 52% do emprego feminino se concentravam nos grupos de: serviços domésticos, vestuário e serviços de beleza. E para os homens com as mesmas características educacionais essas ocupações representavam somente 2% dos empregos. Em contrapartida, 54% do emprego masculino estavam nos grupos ocupacionais: construção civil, serviços de transporte, serviços braçais, serviços de reparação e indústria metalúrgica. E essas ocupações representavam apenas 2% do emprego feminino.

Analisando a inserção dos trabalhadores com as mesmas características educacionais, os autores verificaram que “as ocupações femininas não são apenas diferentes, mas também piores”, confirmando a existência de uma estratificação ocupacional por gênero bastante considerável.

A proporção de mulheres em grupos ocupacionais de baixa renda é sistematicamente superior (...). Por exemplo, enquanto 80% das mulheres encontram-se em ocupações com salários abaixo da média, a correspondente proporção de homens é de apenas 40% (Barros *et al.*, 1997:27).

¹¹ Profissionalmente as mulheres se concentram em atividades como educação, saúde, assistência social, vestuário, serviços de beleza e serviços domésticos que envolvem o cuidado com pessoas ou com o espaço onde trabalham, de modo que o trabalho profissional feminino em geral é uma extensão do que a maioria das mulheres faz em casa (cuida das crianças, dos mais velhos, organiza o espaço etc.).

Nesse sentido, observaram que “o salário médio nas ocupações da indústria metalúrgica e ocupações genéricas de produção são mais que o dobro daqueles pagos nos serviços domésticos” (Barros *et al.*, 1997:20). E a partir de simulações estatísticas os autores concluem que

Ao menos parte das diferenças salariais interocupacionais deve-se não às diferenças intrínsecas às ocupações, mas sim às diferenças nas características dos trabalhadores que ocupam estas posições. Assim, o mais baixo salário pago aos trabalhadores em serviços domésticos deve-se, em parte ao elevado grau de feminização desta ocupação (*idem, ibidem*).

E infelizmente a estratificação ocupacional por gênero não é coisa do século passado. Conforme se pode ver na Tabela 2, que traz dados de 2007 sobre as ocupações das pessoas que são referência de família no Brasil, o trabalho doméstico ainda é um reduto quase exclusivo da força de trabalho feminina.

TABELA 2 – FAMÍLIAS SEGUNDO SEXO E POSIÇÃO OCUPACIONAL DOS CHEFES – BRASIL – 2007

Ocupações do/a chefe da família	Famílias com chefe Homem (número absoluto)	% entre as famílias com chefe Homem	Famílias com chefe Mulher (número absoluto)	% entre as famílias com chefe Mulher
Empregado com carteira	11.801.488	37,13%	2.418.590	25,89%
Empregado sem carteira	4.973.247	15,65%	1.059.697	11,34%
Trabalhador/a conta própria	9.637.638	30,33%	2.031.116	21,74%
Empregador/a	2.098.544	6,6%	270.564	2,89%
Empregado/a Doméstico/a	288.324	0,9%	1.848.442	19,79%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por Ipea, Unifem, SPM, divulgados em anexo à publicação “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (Pinheiro *et al.*, 2008).

Como se pode observar na última linha da Tabela 2, somente 0,9% das famílias, com um homem como pessoa de referência, tem o emprego doméstico como ocupação do chefe. No entanto, em quase 20% das famílias em que a mulher é a pessoa de referência o empregado doméstico é a ocupação da chefe da família.

Situação contrária se observa na primeira linha da Tabela, em que a ocupação “empregado com carteira” corresponde a quase 40% dos empregos dos chefes nas famílias em que o homem é referência. E no caso das famílias em que a mulher é referência essa é a ocupação da chefe em menos de 26% das famílias.

Vale ressaltar que a estratificação ocupacional é acompanhada de uma estratificação salarial, pois a média de renda nas ocupações em que os homens se concentram é maior do que naquelas em que há um maior grau de feminização. O que confirma que as ocupações femininas não são apenas distintas das

masculinas, elas são as de pior remuneração. Além disso, há uma evidente discriminação devido à condição de gênero, uma vez que dentro de um mesmo grupo ocupacional as mulheres auferem uma renda média sempre menor que a masculina como mostram os dados da Tabela 3.

TABELA 3 – MÉDIA DE RENDA DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO, POR SEXO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – BRASIL – 2007

Ocupações	Média de renda masculina (em reais)	Média de renda feminina (em reais)	Média geral de renda da ocupação (em reais)
Empregado/a com carteira	1.030,80	832,20	956,60
Empregado/a sem carteira	565,00	525,00	551,80
Trabalhador/a por conta própria	886,00	584,70	787,80
Empregador/a	3.038,20	2.355,60	2.856,90
Funcionário/a público estatutário/a	2.026,60	1.376,10	1.640,80
Empregado/a doméstico/a	442,40	322,50	329,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por Ipea, Unifem, SPM (Pinheiro *et al.*, 2008).

OBS.: A renda é em reais a preços de setembro de 2007.

Como se pode observar na Tabela 3, em todos os grupos ocupacionais analisados a renda média feminina é menor, o que acaba por provocar o rebaixamento da média geral de renda das ocupações. Ou seja, numa perspectiva da luta de classe, o aumento da participação feminina em uma ocupação, nessas condições desiguais, implica a intensificação da exploração da força de trabalho ao promover a redução salarial da categoria. E o trabalho doméstico, que é a principal ocupação de um grande número de mulheres, inclusive de quase 20% das responsáveis por família, tem a pior renda entre as ocupações pesquisadas. E mesmo nessa “ocupação feminina” os homens têm uma renda média 37,27% maior que as mulheres no ano considerado.

Somente no mercado informal (que na Tabela aparece como empregado/a sem carteira assinada) a remuneração média feminina se aproxima da masculina, na medida em que ocorre um nivelamento por baixo, ou seja, a maioria das pessoas empregadas nesse tipo de ocupação são mal remuneradas e trabalham em condições precárias.

E essa condição feminina no mundo do trabalho, marcada pela precarização, vai sendo retroalimentada na medida em que o emprego informal em diversos ramos de atividade e o trabalho doméstico (que em geral também é sem carteira assinada) são as principais portas de entrada de mulheres jovens no mundo do trabalho. E em todas as faixas etárias existe um percentual elevado de mulheres que trabalham nessas ocupações, como mostram os dados da Tabela 4.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – BRASIL – 2007¹²

Ocupações	16 a 17 anos (%)	18 a 24 anos (%)	25 a 29 anos (%)	30 a 44 anos (%)	45 a 59 anos (%)	Mais de 60 anos (%)
Trabalhadora com carteira	7,1	41,8	41,7	29,7	18,3	5,4
Trabalhadora sem carteira	40,5	23,5	15,3	11,3	8,1	5,1
Empregada doméstica	23,0	13,7	14,3	18,2	17,0	10,6
Trabalha por conta própria	8,1	8,3	12,0	16,5	22,2	29,8
Funcionária pública e militar	—	2,2	6,4	11,1	14,9	6,4
Empregadora	0,2	0,6	1,8	2,8	3,5	2,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados tabulados por Ipea, Unifem, SPM. (Pinheiro *et al.*, 2008).

Analisando-se dados das Tabelas 2, 3 e 4 se verifica que as melhores remunerações femininas abrangem um percentual reduzido do trabalho das mulheres. Portanto, corroborando com o que foi constatado por Ricardo Barros e outros (1997), se verifica que as mulheres se concentram nas ocupações com as remunerações mais baixas.

E se a precarização é uma característica da inserção feminina no mundo do trabalho no Brasil, no espaço rural essa realidade é ainda pior, como se pode constatar nas análises do próximo item.

A CONDIÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO RURAL

Analisando a distribuição ocupacional da população brasileira em 2001, Hilde-te Pereira de Mello (2005:21-22) confirmou que o setor de serviços, que inclui o emprego doméstico remunerado, é o que mais absorve a força de trabalho feminina, tanto nas famílias pobres (36% das mulheres trabalham nesse setor) quanto nas não pobres (23% das mulheres trabalham no setor de serviços). Já entre as famílias indigentes, 27% das mulheres atuam na prestação de serviços.

¹² A soma dos percentuais não totaliza 100% porque na tabela se considerou apenas as principais ocupações declaradas. O IBGE classifica todas as demais ocupações no item “outras”, que tem um percentual significativo nos dois extremos da tabela, as mais jovens e as mais idosas. Entre 16 e 17 anos, o percentual de “outras” fica em torno de 20%, provavelmente devido ao elevado número de estudantes. E acima dos 60 anos o percentual de “outras” é de cerca de 40%, possivelmente por incluir as aposentadas.

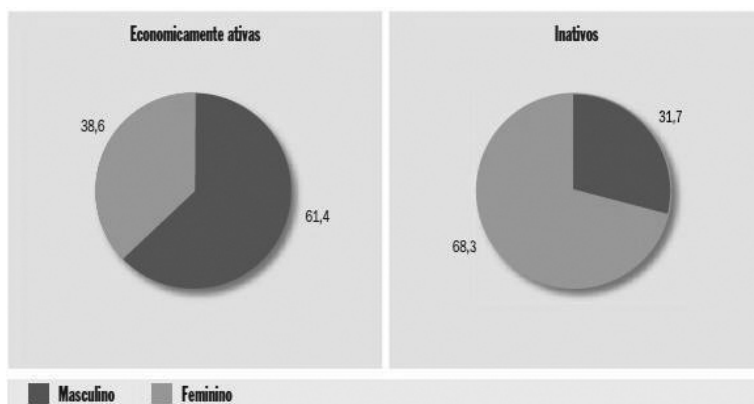
No entanto, é na agricultura que trabalha a maior parte das pessoas de ambos os sexos que estão em condição de indigência. 53% das mulheres e 65% dos homens das famílias indigentes são ocupados em atividades agrícolas. Isso leva a pesquisadora a concluir que “os indigentes brasileiros (mulheres e homens) concentram-se na zona rural” (*idem*).

A autora constatou ainda que o trabalho em atividades agropecuárias também tem um peso significativo entre as famílias pobres (30% para mulheres e 40% para os homens). Já entre as famílias não pobres apenas 10% das mulheres e 14% dos homens se dedicam ao setor agropecuário.

De fato, o recorte geográfico entre o rural e o urbano não pode ser ignorado em uma análise do mundo trabalho, especialmente quando se pretende enfatizar a questão de gênero. Pois, se numa perspectiva geral há grandes desvantagens comparativas das mulheres em relação aos homens, a situação é ainda pior quando se analisa especificamente a realidade rural.

Um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural é a maior dificuldade da mulher residente na área rural em se tornar economicamente ativa. Dados do IBGE/Pnad, analisados por Lena Lavinias e Marcelo Nicoll (2006:52) indicam que a proporção de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) nacional, em 2004, era de 45%, isso se considerando tanto as residentes em áreas urbanas quanto rurais. Entretanto, quando se considera somente a proporção de mulheres, entre as pessoas economicamente ativas residentes na área rural, o percentual é menor. Em 2006 ficava em torno de 39%, como mostra o Gráfico I.

GRÁFICO I – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS E DOS INATIVOS RESIDENTES NA ÁREA RURAL, POR SEXO – BRASIL – 2006 (%)



OBS: exclui as pessoas sem declaração de rendimentos.

Fonte: Dieese/Nead (2008:100), a partir de dados da PNAD/IBGE.

E quando as mulheres residentes em áreas rurais conseguem se tornar economicamente ativas são vítimas de uma desigualdade salarial ainda maior do que as trabalhadoras urbanas. Como se pode ver na Tabela 5, no Brasil, em 2006, o rendimento médio feminino nas áreas urbanas era equivalente a 55% do rendimento médio masculino. Mas, no meio rural, a média de rendimento feminino ficava abaixo da metade do valor recebido pelos homens, mais exatamente 46,3%.

TABELA 5 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO – BRASIL E REGIÕES – 2006*

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)	Masculino	Feminino	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)
Norte	595	332	55,8	364	147	40,4
Nordeste	530	330	62,3	219	135	61,6
Sudeste	989	524	53,0	479	207	43,2
Sul	977	536	54,9	623	246	39,5
Centro-Oeste	916	513	56,0	566	193	34,1
BRASIL	847	467	55,1	374	173	46,3

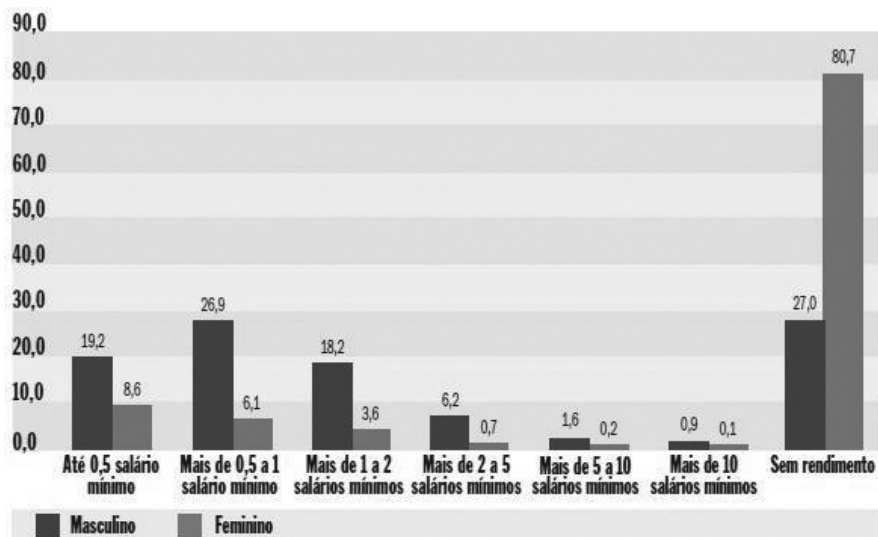
Fonte: Dieese/Nead (2008:137).

*Valores em reais pagos em setembro de 2006.

Chama atenção o fato de que nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as mais ricas do país, a desigualdade salarial entre homens e mulheres supera a média nacional. Na região Sul, por exemplo, onde se realizou a pesquisa empírica deste estudo, as mulheres urbanas recebem quase o equivalente à média nacional (54,9% do valor recebido pelos homens), mas nas áreas rurais a assimetria é maior, o rendimento médio feminino corresponde a apenas 39,5% do valor médio recebido pelos homens.

A maior igualdade salarial ocorre na região Nordeste, a mais pobre do país, em que tanto no meio urbano quanto no rural as mulheres recebem, em média, pouco mais de 60% do valor médio pago aos homens. Neste caso, assim como se havia constatado na análise da estratificação ocupacional, há um nivelamento por baixo. Ou seja, a igualdade de gênero na remuneração não se deve à elevação do rendimento médio feminino e sim ao rebaixamento do masculino. Contudo, o dado que mais impressiona na análise da condição de trabalho feminina no meio rural é que a maioria das mulheres ocupadas não obtém remuneração, como evidencia o Gráfico II.

GRÁFICO II – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA, POR FAIXA DE RENDIMENTO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL, 2006 (%)



Fonte: Dieese/Nead (2008:130). OBS.: Esses dados excluem as pessoas ocupadas sem declaração. A categoria sem rendimentos inclui as pessoas que receberam somente benefícios.

Como se pode observar no Gráfico, 80,7% das mulheres ocupadas em atividades agrícolas não têm nenhum rendimento do trabalho. O percentual de homens nessa situação é significativamente menor, 27%. É verdade que, como mostra o Gráfico, a maioria das pessoas ocupadas em atividades agrícolas tem baixo rendimento. Mas para a população feminina a situação é ainda mais adversa. Entre os homens, 46,1% dos ocupados recebem até um salário mínimo. Entre as mulheres somente 19,3% auferem renda do trabalho e a maior parte das que são remuneradas recebe até meio salário mínimo.

O principal motivo para que a maioria das pessoas, principalmente as mulheres, não tenha rendimentos ou receba remunerações pequenas nesse setor produtivo é o fato de que no Brasil a posição na ocupação em atividades agrícolas é condicionada pela posse da terra (Ney e Hoffman, 2003).

E a propriedade da terra no país está concentrada em pouquíssimas mãos e entre estas é mínima a quantidade de mãos femininas. Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários existentes no país apenas 656.228 estão sob gestão feminina, o que equivale a cerca de 13% do total dos estabelecimentos. O censo aponta ainda que 46% das mulheres responsáveis pelo estabelecimento rural têm mais de 55 anos, um

indício de que muitas assumiram essa condição por serem viúvas, uma vez que a longevidade feminina é maior que a masculina.

Isso comprova o que muitas pesquisadoras têm denunciado: que, por sua condição de gênero e não apenas de classe, as mulheres têm acesso muito mais restrito a recursos materiais e sociais.

La división del trabajo por sexo, al asignar a las mujeres el espacio doméstico, determina la “desigualdad en las oportunidades que ellas tienen como género para acceder a los recursos materiales y sociales (propiedad de capital productivo, trabajo remunerado, educación y capacitación), así como a participar en la toma de las principales decisiones políticas, económicas y sociales” (Bravo, 1998, *apud* Cepal/Unifem, 2004:13).

Uma das consequências da vulnerabilidade e da precariedade da inserção feminina no mundo do trabalho, bem como do limitado acesso aos recursos materiais, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, é a intensificação do fenômeno da feminização da pobreza. De acordo com organismos internacionais como a Unifem e movimentos feministas como a Marcha Mundial de Mulheres, a pobreza no mundo tem, cada vez mais, o rosto feminino. E no Brasil a situação não é diferente. Como constatou Hildete Mello (2005:27), “a desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda”.

No próximo capítulo vamos examinar de forma mais detalhada os processos de produção e reprodução da pobreza, buscando compreender como essa temática foi tratada no pensamento social brasileiro no século XX, bem como a nova roupagem discursiva que o tema da pobreza adquire no contexto neoliberal.



CAPÍTULO II: A POBREZA COMO UMA PRODUÇÃO SOCIAL

La población más primitiva del mundo tenía escasas posesiones, pero no era pobre. La pobreza no es una determinada y pequeña cantidad de cosas, ni es sólo una relación entre medios y fines; es sobre todo una relación entre personas. La pobreza es un estado social. Y como tal es un invento de la civilización (Sahlins, 1977, *apud* Gutiérrez, 2007:23).

Deste ponto de vista, com o qual concordamos, a pobreza não é um fenómeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar; ao contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente.

Quando se diz que algo é produzido socialmente significa que não surge aleatoriamente, mas que é fruto de um processo produtivo, em que determinados meios são utilizados para atingir determinados fins, que envolve pessoas e instituições que se relacionam umas com as outras e entre si.

Assim, são as relações que os seres humanos estabelecem, no processo que Karl Marx (1982:25) denomina de “produção social da vida”, que condicionam a produção e a reprodução da riqueza, por conseguinte da pobreza em uma determinada sociedade. Nesse sentido, a produção e reprodução da pobreza envolvem tanto a “infraestrutura” quanto a “superestrutura” social, na acepção marxista destes termos¹³.

Nesta perspectiva analítica a condição de pobreza vai muito além da escassez de renda monetária que é mensurada nas estatísticas de linhas de pobreza e in-

¹³ Na acepção marxista a infraestrutura corresponde à estrutura económica da sociedade que é constituída pela “totalidade das relações de produção”. É “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1982:25).

digência, ela abrange múltiplas dimensões, uma vez que “o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, político e espiritual” (*idem, ibidem*). E os mecanismos utilizados no processo de produção e reprodução da pobreza não se restringem ao campo da economia, incluem também instrumentos jurídicos, culturais, políticos, espaciais, entre outros.

Conforme Joana Costa e outros (2005:19), “a pobreza é resultado do nível e da distribuição de recursos na sociedade”. Portanto, pode ser fruto da escassez de recursos e/ou da desigualdade na distribuição. Em tese, quanto melhor for o aproveitamento dos recursos produtivos – que nos manuais de economia são divididos em recursos naturais, trabalho e capital – tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, em uma determinada formação social, menor tende a ser o nível de pobreza.

Entretanto, a história do capitalismo está aí para mostrar que o avanço das forças produtivas que possibilita a geração de maior excedente econômico e, por conseguinte, a redução da escassez, não se traduz em bem-estar para o conjunto da população. Tanto que na América Latina, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, a urbanização e a industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva, resultando em aumentos do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, mas isso não promoveu a eliminação da pobreza, ao contrário intensificou-a e engendrou novas formas.

Assim, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, analisar a pobreza se torna uma tarefa cada vez mais complexa. De um lado porque se amplia a complexidade de sua matriz comum, que em nosso ponto de vista é a mundialização da forma capitalista de produção e circulação. E de outro lado porque se multiplicam as formas e conteúdos da pobreza, uma vez que em cada sociedade o fenômeno resulta em diferentes geografizações, na medida em que é condicionado pela história, pela cultura, pela espacialidade das populações, dentre outros aspectos.

En cada sociedad se marcan pautas mínimas de calidad de vida para sus miembros, y aquellos que no las pueden obtener o disfrutar son los considerados “pobres”. Por ello, nos es posible establecer en abstracto, es decir, fuera de determinadas condiciones espacio-temporales, indicadores por debajo de los cuales situar a los pobres, sino que éstos se establecen históricamente (Gutiérrez, 2007:23).

Então como definir esse fenômeno, que se materializa de forma tão distinta no tempo e no espaço? Conforme Irma Arriagada (2005), apesar das diferentes abordagens sobre a temática, se chegou a um certo consenso sobre a compreensão de pobreza como sendo

La privación de activos y oportunidades esenciales a los que tienen derecho todos los seres humanos. La pobreza está relacionada con el acceso desigual y limitado a los recursos productivos y con la escasa participación en las instituciones sociales y políticas. Deriva de un acceso

restrictivo a la propiedad, de bajos ingreso y consumo, de limitadas oportunidades sociales, políticas y laborales, de insuficientes logros educativos, en salud, en nutrición, en acceso, uso y control en matéria de recursos naturales y otras áreas del desarrollo (Arriagada, 2005:102).

Em função dessa amplitude de aspectos que precisam ser analisados é que as linhas de pobreza, apesar de serem instrumentos úteis para se quantificar as pessoas que vivem sem ou com pouca renda, são insuficientes para elucidarem as múltiplas determinações da pobreza em cada lugar e em cada contexto histórico.

Majid Rahnema (2005) classifica a pobreza em três categorias:

- *pobreza convivial*, que seria própria das sociedades antigas em que se desenvolvia a capacidade de viver em comunidade para sua própria subsistência;
- *pobreza voluntária*, situação de pessoas que escolheram a pobreza como forma de liberação de dependência e;
- *pobreza modernizada*, que o autor define como uma forma corrupta de pobreza, gerada depois da Revolução Industrial, rompendo com as formas prévias do fenômeno. Esta última forma de pobreza, conforme o autor, é que tem se expandido e se intensificado no mundo.

Para Else Oyen (2002) a grande dificuldade para a superação da pobreza no período atual é porque há um conjunto de “perpetuadores” dessa condição socioeconômica. Ou seja, a pobreza é perpetuada por pessoas, instituições, grupos, fenômenos ambientais. Nesse sentido, identificar os agentes perpetuadores ganha importância nos estudos sobre a produção da pobreza na medida em que se observa que ela é resultante da ação de alguém, de algum grupo ou instituição, ou mesmo desastre natural, possibilitando, caso haja interesse, o controle dessa ação. Conforme Else Oyen (2002) há três tipos de perpetuadores da pobreza:

- a) *indireto*: aquele que não contribui diretamente com ações, mas está inserido no sistema que produz;
- b) *direto*: aquele que pratica diretamente a ação que perpetua a pobreza;
- c) *direto/indireto*: aquele que participa das duas primeiras formas de perpetuação da pobreza.

Levando em conta a contribuição destes autores se constata que para compreender o processo de produção e reprodução da pobreza é insuficiente saber quem são e quantos são os pobres, se faz necessário compreender como e o que causa o processo de empobrecimento, o que implica analisar o desenvolvimento econômico da sociedade, e como o tema da pobreza se inseriu nesse processo. Nesse sentido é que começamos nossa breve análise sobre a pobreza no Brasil

procurando compreender o fenômeno na perspectiva de algumas correntes de pensamento que influenciaram o debate intelectual e as práticas políticas e socioeconômicas no país no século XX.

O CAPITALISMO É O REMÉDIO OU A CAUSA DA DOENÇA?

Na perspectiva marxista, a pobreza “es el producto directo del modo de producción capitalista y condición necesaria – em cuanto resultante del proceso de acumulación del capital” (Herrán, 1972, *apud* Gutiérrez, 2007:23).

Isto porque as relações capitalistas de produção são alicerçadas na propriedade privada dos meios de produção (que inclui as riquezas naturais, como a terra, os equipamentos, as instalações produtivas, entre outros), que por sua vez viabiliza a exploração e até a *superexploração* da força de trabalho das pessoas que não têm propriedade de meios de produção.

Assim, nas sociedades em que predominam as relações capitalistas, a geração das riquezas tem um caráter social, na medida em que envolve o conjunto da população, no entanto, a apropriação da riqueza é privada, concentra-se nas mãos de quem controla os meios de produção e/ou circulação das mercadorias produzidas. Isso significa que a divisão da sociedade em classes condiciona a apropriação dos recursos e, por conseguinte, a dimensão da remuneração dos vários agentes¹⁴ sociais envolvidos.

Nessa perspectiva, o processo de acumulação capitalista se realiza por meio da desumanização de grande parte da humanidade, que é condenada a viver, ou melhor, a sobreviver em condições de pobreza. Isso é funcional para o sistema do ponto de vista econômico, pois há muita gente disposta a trabalhar muito recebendo salários insuficientes para atender suas necessidades. E também é funcional nos aspectos político e ideológico, porque na medida em que a luta pelas condições básicas de existência consome a totalidade ou a maior parte do tempo e das capacidades físicas e intelectuais de milhares de pessoas, a possibilidade de transformação social é limitada pois há poucas pessoas com condições de se dedicarem a esse tipo de luta.

Na América Latina, em que pese a existência de importantes intelectuais marxistas, entre os quais merece destaque o brasileiro Caio Prado Jr., essa tese não obteve hegemonia nem do ponto de vista teórico nem da luta social. A tese hegemônica na região, durante grande parte do século XX, foi a desenvolvimentista.

¹⁴ Na perspectiva marxista a remuneração de trabalhadores/as são os salários, dos agentes financeiros os juros, dos proprietários de imóveis rurais ou urbanos é a renda ou aluguel, dos capitalistas é o lucro e do Estado os impostos. E todas essas remunerações se originam da exploração da força de trabalho.

Formulada e implementada sob orientação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal, que teve entre seus principais intelectuais o brasileiro Celso Furtado, a teoria desenvolvimentista ganhou corações e mentes de várias gerações, tanto do meio acadêmico quanto de governos e organizações populares, e ainda hoje se percebe sua influência nos projetos governamentais, em textos de intelectuais, nos discursos de políticos de vários partidos e na pauta de reivindicações de organizações de trabalhadores urbanos e rurais.

Na década de 1950, a leitura cepalina era de que a pobreza na América Latina resultava do baixo nível de desenvolvimento industrial do capitalismo que aqui havia se constituído, em que os países eram especializados em exportar produtos primários e importar produtos industrializados, o que gerava um fluxo contínuo de envio do excedente aqui produzido para os países centrais. Isso, somado a problemas estruturais, como a falta de reforma agrária, impedia a formação de um mercado interno forte em que toda a população tivesse renda e poder de consumo, como havia nos países europeus em que vigorava a social democracia. Em outros termos, a pobreza era decorrente do subdesenvolvimento.

Portanto, a partir desse raciocínio, a pobreza não decorre do *modus operandi* do capital, como sustenta o marxismo. Ao contrário, o desenvolvimento de um capitalismo moderno, com elevada produtividade dos fatores de produção, em particular o trabalho e tecnologia, geraria constantes aumentos da capacidade produtiva do sistema econômico e isso beneficiaria a todos.

Outra tese que também atribuía as precárias condições de vida da população à falta do capitalismo é a do desenvolvimento em etapas preconizada pelo economista estadunidense Walt Whitman Rostow, difundida no Ocidente, no contexto da guerra-fria. Conforme Rambo e Filippi (2009), o desenvolvimento, na perspectiva rostowiana, deve ser obtido dentro do capitalismo, não com sua ruptura como prega o marxismo, e este processo pode ser resumido em cinco estágios:

- 1) Sociedade tradicional na qual a estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas havendo necessidade de dedicar proporções elevadas de recursos à agricultura. O poder político se concentrava com os que detinham o controle da terra.
- 2) Pré-condições para o arranque: surge no momento em que a ciência moderna passa a se converter em novas funções de produção na agricultura e na indústria. Difunde-se a ideia de progresso econômico como indispensável e benéfico. A formação de Estados nacionais centralizados em oposição ao tradicional poder agrário seria outro fator mobilizador de recursos para o arranque.
- 3) Arranque (desenvolvimento auto-sustentado): nesta fase são superadas as resistências ao progresso econômico expandindo-se a tecnologia. Difundem-se novas técnicas agrícolas e industriais. O aumento na produtividade agrícola é fundamental para o êxito do arranque. Este gera investimentos na indústria, o que se reverte na expansão das áreas urbanas.
- 4) Marcha para a maturidade: a produção ultrapassa o crescimento demográfico. Há um

progresso econômico contínuo cujas novas tecnologias permitem à sociedade não produzir tudo mas qualquer coisa que se pretenda produzir. 5) A era do consumo em massa: auge do desenvolvimento, que se caracteriza pela elevação geral dos níveis de renda, ampliação da capacidade de consumo de bens duráveis e de serviços. O automóvel é o símbolo desta fase. Há ainda uma disseminação das políticas sociais através do Estado do Bem-estar (Rambo e Filippi, 2009:125-126).

Na perspectiva rostowiana os países subdesenvolvidos deveriam alcançar e superar esses estágios como teriam feito os países capitalistas já desenvolvidos. E além de exercer forte influência no pensamento socioeconômico em meados do século XX, Rostow foi assessor de dois presidentes estadunidense (Kennedy e Johnson), influenciando a política internacional dos EUA durante a guerra-fria.

Todavia, apesar de não aceitar os referenciais marxistas, Celso Furtado também criticava o etapismo da teoria rostowiana. Na perspectiva teórica furtadiana o subdesenvolvimento não era etapa de uma escala evolutiva do capitalismo, uma vez que as economias subdesenvolvidas não tinham apenas diferenças quantitativas em relação aos países desenvolvidos, no que tange ao uso dos recursos produtivos e ao montante do excedente econômico que acumulavam. Eram, sobretudo, formações sociais qualitativamente distintas, e na avaliação de Furtado isso era resultado da forma desigual como se propagou o progresso técnico no plano internacional.

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (...) O avanço na acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do novo excedente. A acumulação, que nas economias cêntricas havia levado à escassez de mão de obra, criando as condições para que emergissem pressões sociais que conduziram à elevação dos salários reais e à homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por similares. Em verdade, acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial (Furtado, 1998:48).

Segundo o modelo furtadiano/cepalino, a saída para superar o subdesenvolvimento, e o círculo vicioso de pobreza que alimentava, era a industrialização, mas isso não poderia ser conduzido somente pelas forças do mercado, como pressupunha o pensamento liberal, uma vez que uma industrialização voltada para as necessidades do mercado interno significaria remar contra a maré da divisão internacional do trabalho e da lei das vantagens comparativas, que impunha ao Brasil, e aos demais países latino-americanos, a função de exportador de produtos primários.

Em outros termos, a saída da pobreza seria o desenvolvimento econômico, que na perspectiva de Furtado, vai muito além de um simples crescimento eco-

nômico ou acumulação de capital “porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade” (Mantega, 1985:87). E para garantir que esse processo beneficiasse o conjunto da população era fundamental a ação do Estado, com capacidade de planejamento, e um projeto capaz de mobilizar um amplo leque de forças sociais em torno do desenvolvimento. Nesse sentido, para Furtado, a superação do subdesenvolvimento exigia

(...) um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas sociais. (...) O objetivo estratégico seria remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições do subdesenvolvimento, está coarctada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa (Furtado, 1998:63).

Entretanto, como um grande observador da realidade social o próprio autor constatou que os benefícios da industrialização estavam ficando restritos a um pequeno grupo social privilegiado dentro dos países periféricos. Ele acredita que a manutenção da concentração de riquezas resulta de uma opção política que priorizou o crescimento e não o desenvolvimento, e isso seria fruto da incapacidade das elites industrializantes em perceber a gravidade dos problemas sociais que afetam a maioria da população.

Naquela época, dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condições necessárias para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração de renda, as desigualdades regionais. Mas demoramos a perceber que estavam longe de ser condição suficiente. Daí que a consciência de êxito que tive na fase inicial de avanço da industrialização haja substituída por sentimento de frustração. Seria simplificar o problema atribuir ao golpe militar de 1964 a causa principal da mudança de sentido em nossa história, que levaria a substituir a meta do desenvolvimento (prioritariamente social) pela do crescimento econômico, que é inerentemente criador de desigualdades e privilégios. Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil (Furtado, 1998:20).

Fiel a sua tradição antimarxista, Furtado não considera que aliança entre as elites industrial e agrária era fruto do antagonismo de classe entre burguesia e proletariado. Tanto que atribui a fatores culturais a manutenção da desigualdade social no Brasil e no conjunto da América Latina mesmo com o avanço da industrialização.

A permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural. A adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos implica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional. A variável independente

é, em última instância, o fluxo de inovações nos padrões de consumo que irradia dos países de alto nível de renda. Ora, esse mimetismo cultural tem como contrapartida o padrão de concentração de renda que conhecemos. Para liberar-se dos efeitos desse imperativo cultural perverso, faz-se necessário modificar os padrões de consumo no quadro de uma ampla política social, e ao mesmo tempo elevar substancialmente a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevadas rendas. Essas duas linhas de ação só têm eficácia se perseguidas conjuntamente, e requerem um planejamento que, por seu lado, deve apoiar-se em amplo consenso social (*idem*:60).

Enfim, mesmo tendo percebido várias contradições do processo de avanço capitalista na América Latina, e particularmente no Brasil, Furtado, e toda a geração de desenvolvimentistas que influencia, não vê o próprio modo de produção capitalista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico com prioridade para o bem-estar social do conjunto da população. Como sintetizou Guido Mantega (1985:93), na perspectiva furtadiana/cepalina, “não é por causa do capitalismo que padecem os países subdesenvolvidos, mas sim por falta dele, por falta dos mecanismos que se verificariam nos estágios mais desenvolvidos do capitalismo”.

Destoando desse paradigma, intelectuais de vertente marxista argumentavam que era um mito essa crença de que o desenvolvimento industrial traria bem-estar para todos, uma vez que este processo estava ocorrendo na América Latina na fase monopolística do capitalismo em que

(...) la alta tecnología y el aumento de la composición orgánica del capital requieren una menor cantidad de mano de obra, quedaba una gran parte de la población excedente sin posibilidades de ser incorporada al sector capitalista hegemónico, inclusive en los ciclos de expansión. La masa marginal sería la parte de la población obrera sobrante que no se relaciona de manera inmediatamente funcional con el núcleo productivo del sistema (Nun, 1972 *apud* Leguizamón, 2005:26).

Nessa perspectiva de análise, o avanço do capitalismo, ainda que provoque melhorias nas condições de vida de uma parte dos trabalhadores, vai produzindo uma “massa marginal” que é excluída dos processos de produção e consumo estando condenada à pobreza. Isso porque a “pobreza no era um estado sino producto de la lógica de acumulación capitalista” (*idem, ibidem*).

É a partir dessa perspectiva teórica que ganha destaque o conceito de massa marginal. José Nun (2001), trabalhando esta categoria a partir das formulações marxistas, observa que um século depois das análises de Marx uma grande parte de trabalhadores/as que não estão inseridos nos processos capitalistas não podem ser chamados de exército de reserva porque eles nunca foram nem serão absorvidos pelo mercado. Portanto, não é uma exclusão temporária. Para este autor uma parte cada vez maior da superpopulação relativa se transforma em uma “massa marginal”, cuja funcionalidade não é uma consequência do

comportamento dos agentes econômicos e sim do efeito da contradição fundamental entre as relações de produção imperantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Nesse sentido, a massa marginal só deixa de existir quando for resolvida essa contradição, ou seja, quando o capitalismo for substituído por outro modo de produção.

José Nun (2001) observa que no capitalismo o trabalhador somente pode ascender aos meios de produção para efetuar o trabalho necessário à reprodução de sua existência se seu trabalho excedente tem valor para o capital; quando este trabalho excedente deixa de ser necessário para o capital, é o trabalho necessário para o trabalhador o que se torna excedente e, portanto, o trabalhador passa a ser supérfluo. Assim, o que é funcional num primeiro momento depois se torna disfuncional. Essa disfuncionalidade não seria apenas material ou econômica, mas também no âmbito social. Segundo o autor, inicialmente a marginalidade foi vista como produto de um desajuste circunstancial das cidades, como um problema técnico de urbanização, e só depois foi se tornando uma questão social.

Outros autores que contribuem para a análise da pobreza a partir da conceituação de massa marginal são Aníbal Quijano e Francisco Weffort (1973). A tese deles é que há um polo central e um marginal nas economias latinas. Esse polo central era formado por setores de produção de bens de consumo duráveis e de alta tecnologia, ligado ao capital estrangeiro. Já o polo marginal seria constituído por setores ligados à produção de bens de consumo de massa, com menor produtividade e menor capacidade financeira e tecnológica.

O polo marginal, dessa forma, geraria uma população que se caracterizaria por sua fragmentação, instabilidade de inserção no sistema, ocupação nos setores da economia cuja significação para a produtividade do sistema era praticamente nula. Para estes autores, a mão de obra marginalizada se devia a uma variável externa – a dependência econômica. Ou seja, a massa marginal seria o produto da natureza dependente da industrialização latina, na fase monopolista do capital em nível mundial. Por isso, a industrialização da América Latina teria sido frustrada acarretando essa mão de obra marginalizada.

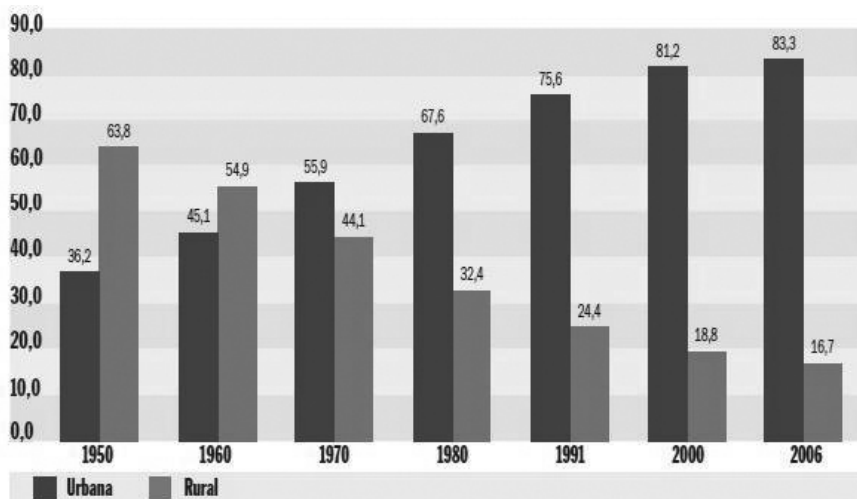
Mas essa tese de que o desenvolvimento do capitalismo produziu uma massa marginal de população sem função no sistema está longe de ser um consenso, mesmo dentro da corrente de pensamento marxista. Um dos que discordam desta perspectiva é Rui Mauro Marini. Partindo do pressuposto de Marx de que a pauperização das massas trabalhadores decorre da exploração da força de trabalho, Rui Mauro Marini (1977) levanta a tese de que a causa do empobrecimento da população latino-americana é gerada pela superexploração da força de trabalho no continente, portanto, a pobreza seria consequência da acumulação capitalista. Entretanto, ao contrário de Nun, ele argumenta que os marginais e

pobres não estão excluídos passivamente, mas estão envolvidos numa gama de atividades, que são funcionais para o sistema.

Seguindo essa mesma perspectiva de crítica, da qual partilhamos, Francisco de Oliveira argumenta que a produção de serviços pelas economias de pequena escala, realizada pela chamada massa marginal, servem de subsídios ao setor capitalista dinâmico. Um exemplo de que essa massa cumpre função no sistema seriam as construções de casas feitas pelos próprios moradores nas periferias urbanas das metrópoles brasileiras, que promove a redução do custo de reprodução da força de trabalho, beneficiando o capital (Oliveira, 2003a).

No Brasil, apesar de muitos pensadores brasileiros terem contribuído tanto do ponto de vista da análise quanto de propostas políticas para a temática do desenvolvimento, o que se verificou a partir de meados da década de 1960 foi a predominância do pensamento rostowiano, que orientou tanto os discursos quanto as ações dos governos militares. Com um forte viés anticomunista e sem nenhuma preocupação de “irradiar” os frutos do crescimento econômico como preconizava a tese furtadiana/cepalina, se implementou no país um grande projeto de transformação socioespacial que teve como vetores a urbanização, a industrialização e uma forte inserção do Estado na economia tanto com investimentos diretos quanto com incentivos e subsídios a investidores privados. Um dos resultados mais visíveis desse processo foi a inversão demográfica que ocorreu no Brasil em um período curto de tempo como mostra o Gráfico III.

GRÁFICO III – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA – BRASIL 1950 – 2006 (%)



Fonte: Dieese-Nead (2008:63).

Conforme se pode ver no Gráfico III, na década de 1950 aproximadamente 64% da população vivia em áreas rurais, e trinta anos depois, na década de 1980, a situação já tinha se invertido com mais de 67% da população sendo urbana. E esse processo de urbanização da população segue em curso no novo milênio.

Vale registrar que há muita controvérsia sobre o critério de classificação da população como rural ou urbana utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão do Estado responsável pela realização de censos demográficos no país.

A definição oficial brasileira de rural e urbano é baseada na lei e desconsidera a mensuração de características como o tamanho populacional, ocupação, renda ou pressão antrópica. A classificação baseia-se nas áreas, sendo a população classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio. Para o IBGE são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal (IBGE, 2000,v.7). As áreas rurais são aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos (Girardi, 2008:7).

Por isso, para muitos autores a população rural do Brasil é maior do que a que aparece nas estatísticas oficiais. Apesar das controvérsias sobre os critérios de classificação, por conseguinte sobre os resultados das contagens populacionais, é consenso entre os estudiosos das transformações demográficas que o país sofreu um intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX, que por sua vez teve como vetores o desenvolvimento industrial – que atraiu populações para as áreas urbanas, especialmente nas regiões Sudeste e Sul – e a modernização da agricultura – que expulsou populações das áreas rurais.

Mas essas transformações não fizeram diminuir a pobreza no Brasil, ao contrário. À velha pobreza alicerçada na concentração fundiária e no pequeno aproveitamento dos recursos produtivos, se somam pobreza modernas, resultantes do binômio industrialização-urbanização, das novas técnicas de produção e das configurações espaciais que engendraram, bem como das distintas estratégias de concentração de riquezas que foram se desenvolvendo, que incluem mecanismos tributários, financeiros, entre outros, muitos dos quais operados direta ou indiretamente pelo Estado. É neste contexto, sob a hegemonia econômica e ideológica do neoliberalismo, que as políticas de combate a pobreza adquirem uma nova roupagem discursiva: a do desenvolvimento humano, que é o objeto de análise do próximo item.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E A RETROALIMENTAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Nessa perspectiva discursiva, o debate do desenvolvimento é permeado pelos interesses do mercado e o ataque à pobreza é minimizado a políticas focais, ou o que

Sonia Alvarez Leguizamón (2005) chama de focopolítica – uma arte de governar preocupada com a provisão dos mínimos. Essa focopolítica se traduz em benefícios aos pobres, no mesmo momento em que se reduzem os direitos sociais.

No Brasil as focopolíticas são mais conhecidas como políticas compensatórias. Essas políticas se disseminaram na América Latina no contexto neoliberal revestidas pelo discurso do desenvolvimento humano tendo como meta reduzir a pobreza como se esse fenômeno não tivesse nenhuma relação com o modo capitalista de produção, particularmente nessa fase neoliberal. Para Sonia Leguizamón (2001) este é um discurso dual e esquizofrênico, pois com uma mão se promovem as políticas macroeconômicas que aprofundam a desigualdade, a concentração da riqueza e a pobreza, e com a outra se propõe a equidade social do desenvolvimento humano.

Esse “novo humanitarismo” que se materializa no discurso do desenvolvimento, conforme a autora, lamenta a pobreza e até procura aliviá-la, mas sem questionar o sistema de desigualdade e seus mecanismos, porque nesse discurso a desigualdade é naturalizada, assim como a dominação de uma população sobre as outras, através dos mecanismos de inferiorização, de desvalorização de uma cultura e negação de uma “arte de vida”, além de uma polarização entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, o superior e o inferior, o Norte e o Sul.

Conforme Sonia Leguizamón (2005) o “desenvolvimento humano”, enquanto discurso que se fortaleceu em fins de 1990 debaixo das premissas neoliberais, constrói teorias e categorias que produzem e sustentam a pobreza. Nesta perspectiva, conforme a autora, a teoria das necessidades básicas faz parte desse sistema discursivo minimalista, em que aos pobres é permitido apenas ter o que se convencionou chamar de “necessidades”, determinadas por instituições de países ricos, como o Banco Mundial. Dessa forma, se biologiza a pobreza, no sentido de que é necessário pensar no pobre apenas enquanto o indivíduo que não tem recurso suficiente para ingerir as calorias diárias necessárias, para a sobrevivência física.

A partir da análise do sistema discursivo de desenvolvimento humano, Sonia Alvarez Leguizamón (2005) concluiu que este sistema promove:

- a proteção social se territorializa, no sentido de ser vinculada a um local, e deixa de ser concebida universalmente;
- não há questionamento das causas que produzem a desigualdade e a pobreza, nem se propõe mudanças que combatam essas causas;
- omite-se o papel das lutas sociais para modificar a correlação de forças entre os interesses do capital e o bem-estar;
- a pobreza é reduzida a níveis mínimos biológicos e subsume-se o social no econômico.

Essas conclusões vão ao encontro da interpretação de Arturo Escobar (1998) sobre desenvolvimento. Este autor observa que o discurso e as estratégias do desenvolvimento em vez de produzir prosperidade, produziram miséria e subdesenvolvimento, além de sua máxima criação: a invenção do terceiro mundo.

Conforme esta perspectiva de análise, com a qual concordamos, em nome do desenvolvimento foram destruídas ou negadas práticas culturais, criou-se um contingente de desempregados rurais e urbanos, ignorou-se enfoques participativos e descentralizados, privilegiou-se a produção para o mercado externo enquanto os famigerados eram controlados através das políticas focalizadas que lhes ofereciam os mínimos necessários básicos (Escobar, 1988; Leguizamón, 2005).

É nesse sentido que nos parece pertinente a pergunta de Majid Rahnema (2005) se este tipo de desenvolvimento almeja a erradicação da pobreza ou dos pobres? Para este autor, o discurso do desenvolvimento tem sido usado para justificar a eliminação das pessoas pobres e não o fenômeno da pobreza.

A análise desses autores converge para um ponto: a força do discurso do desenvolvimento enquanto mecanismo de dominação e transformação de várias sociedades em prol de interesses do capital. E sua contraface: a falácia do bem-estar no momento em que produz e reproduz a pobreza.

Alguns desses autores veem nos movimentos sociais uma alternativa. Entretanto, esse mesmo discurso do desenvolvimento tem cooptado grandes e pequenos movimentos, na medida em que lhes oferece vantagens no sistema de poder, incorporando-os às suas instâncias. Muitos sindicatos hoje reproduzem esse discurso em suas pautas específicas, como, por exemplo, concordando com negociações que tiram dos trabalhadores direitos sociais e lhes oferecem benefícios temporários. E muitos movimentos reduzem a radicalidade de suas ações em função da participação em programas focalizados, que até aliviam a pobreza melhorando as condições de vida de muitas famílias, às vezes de milhares de pessoas, mas estão longe de serem instrumentos de promoção da justiça social, na medida em que não se baseiam no combate à desigualdade na distribuição da riqueza.

Aliás, este é um aspecto que o debate da pobreza, na ótica do desenvolvimento humano, tenta ofuscar: que a relação entre pobreza e riqueza é mediada pela desigualdade. Exatamente por não questionar o modo de produção e reprodução da riqueza essa perspectiva discursiva desconsidera que em sociedades como a brasileira há uma relação umbilical entre pobreza e desigualdade. E essa desigualdade não se restringe à distribuição de renda, que pode ocorrer circunstancialmente em função de um determinado contexto econômico, como, por exemplo, de alta inflação. No Brasil a desigualdade é estrutural e estável ao longo do tempo, uma vez que se sustenta, sobretudo, na concentração dos meios que geram a riqueza.

CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA COMO ALICERCE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

No caso do Brasil, analisar a pobreza implica em se debruçar sobre a desigualdade social, uma vez que o país é destaque internacional em termos de desigualdade na distribuição de renda, e isso é apontado por vários pesquisadores (Medeiros, 2005; Barros *et al.*, 2001 e 2007) como a raiz da pobreza que assola as condições de vida de milhares de pessoas.

Sônia Rocha (2005:31) afirma que o Brasil se situa no grupo de países em que “o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência de pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda”. Corroborando com esta tese Ricardo Barros (e outros) (2001) constata que a pobreza brasileira não decorre da escassez absoluta ou relativa dos recursos, uma vez que

(...) em primeiro lugar o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em segundo lugar, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social (Barros *et al.*, 2001:01).

Conforme estes autores, na classificação internacional pelo critério da renda *per capita*, o Brasil está entre o 1/3 mais rico do mundo, por isso não pode ser classificado como um país pobre. Entretanto, cerca de 30% da população total do Brasil é pobre enquanto nos países com renda *per capita* semelhante esse percentual gira em torno de 8%. Isso faz da sociedade brasileira uma campeã mundial em desigualdade (*idem*:5).

E o mais grave é que a desigualdade não é um fato recente, nem mesmo cíclico que se acentue nos momentos de crise e se reduza nos períodos de crescimento. Ao contrário, há décadas persiste no Brasil uma “inaceitável estabilidade” na desigual distribuição de renda (*idem*:1). E isso é comprovado pela análise de vários indicadores conforme se verifica na Tabela 6.

Como mostra a Tabela 6, durante as décadas de 1980 e 1990 o coeficiente de Gini se manteve em torno de 0,60, apesar das importantes mudanças políticas, jurídicas e econômicas que ocorreram no país nesse período, entre as quais o fim da ditadura militar e início da construção da democracia (1984), a promulgação de uma nova e progressista Constituição (1988), a implantação de vários planos de estabilização econômica com destaque para o Cruzado (1986) e o Real (1994).

A enorme concentração de renda que caracteriza a sociedade brasileira também pode ser constatada pela diferença de rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres. Tanto no início quanto no final da série temporal anali-

sada os 20% mais ricos recebiam 27 vezes mais renda que os 20% mais pobres. Na última coluna da Tabela se observa a diferença de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, que no período analisado tem uma pequena redução. Em 1977 os 10% mais ricos recebiam 27,6 vezes mais que os 40% mais pobres e em 1999 tinham uma renda 23,3 vezes maior.

TABELA 6 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA – BRASIL – 1977 A 1999

Ano	Coefficiente de Gini	Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres.	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.
1977	0,62	27,5	26,8
1978	0,60	31,3	25,0
1979	0,60	32,9	25,2
1981	0,59	24,0	21,8
1982	0,59	25,6	23,0
1983	0,60	25,7	23,5
1984	0,59	23,6	22,4
1985	0,60	25,5	23,6
1986	0,59	24,0	22,1
1987	0,60	27,6	24,4
1988	0,62	30,9	27,2
1989	0,64	34,3	30,4
1990	0,62	31,2	26,9
1992	0,58	26,7	21,8
1993	0,60	28,8	24,5
1995	0,60	28,0	24,1
1996	0,60	29,8	24,6
1997	0,60	29,2	24,5
1998	0,60	28,6	24,2
1999	0,60	27,2	23,3

Fonte: BARROS *et al.* (2001:16).

* O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. A distribuição utilizada pelos autores foi a de domicílios segundo a renda familiar *per capita*.

Sônia Rocha (2005) verificou que logo após a implantação do Plano Real (1994) ocorreu uma redução da pobreza no Brasil. “A proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas), 1993, para 33,3% (49 milhões de pessoas), em 1995”. No entanto, esse efeito positivo do plano se esgotou dois anos depois. A partir de 1996 a proporção de pobres encontrou um “novo patamar de resistência em torno de 34%”.

Conforme se verifica na Tabela 7, o coeficiente de Gini de distribuição de renda tanto das pessoas quanto das famílias se mantém em patamares muito elevados, mesmo com a redução da pobreza absoluta que ocorreu logo após o plano real.

TABELA 7 – COEFICIENTES DE GINI RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DE RENDA BRUTA DAS PESSOAS E DAS FAMÍLIAS – TOTAL E FAMILIAR *PER CAPITA* (BRASIL, 1981-1999)

Renda*	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Pessoas	0,583	0,599	0,609	0,601	0,611	0,629	0,647	0,620	0,574	0,603	0,592	0,590	0,588	0,583	0,576
Famílias	0,563	0,573	0,578	0,577	0,586	0,602	0,623	0,601	0,573	0,595	0,591	0,593	0,594	0,591	0,585
Familiar Per capita	0,599	0,607	0,609	0,607	0,620	0,631	0,654	0,631	0,598	0,621	0,618	0,618	0,618	0,617	0,612

Fonte: Pnad/IBGE, tabulações de Rocha (2005:38).

* A Renda aqui considerada é das pessoas acima de 10 anos com rendimentos positivos.

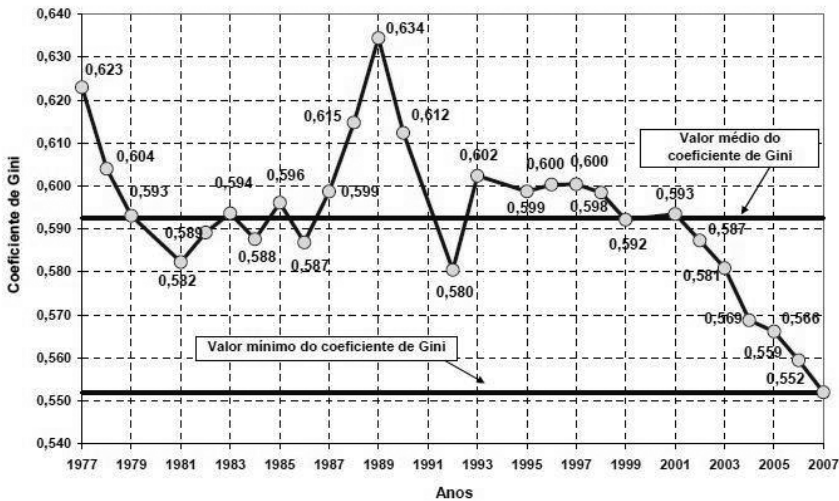
O coeficiente de Gini da renda das famílias e da renda familiar *per capita* no final da década de 1990 alcançou um patamar maior do que no início da década de 1980 e no caso da renda das pessoas o coeficiente de Gini teve uma pequena redução. A análise desses indicadores de distribuição de renda nessa série temporal evidencia que o alívio da pobreza não teve como corolário a desconcentração de renda.

A partir da observação desses indicadores sociais é que concordamos com Marcelo Medeiros (2005:47) quando afirma que “a desigualdade no Brasil não é só alta como extremamente estável uma indicação clara de que o problema não é circunstancial, mas uma característica da estrutura da sociedade brasileira”.

Dados mais recentes apontam uma tendência de queda da desigualdade a partir de 2001. O coeficiente de Gini, por exemplo, caiu significativamente, passando de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, como demonstra o Gráfico IV.

Um dos fatores que estariam contribuindo para a queda da desigualdade é que a renda dos pobres estaria crescendo em um patamar mais elevado que a renda dos ricos. Entretanto, como a herança histórica da desigualdade é muito acentuada, mesmo que se mantenha esse ritmo de redução, que é considerado bastante acelerado, o país levaria “18 anos para que sua posição internacional em relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição pertinente à renda *per capita*” (Ipea, 2008a:9). Isso porque, conforme se comentou anteriormente, em países com renda *per capita* semelhante à brasileira a fatia da renda apropriada pelos 20% mais pobres é muito maior do que no Brasil.

Gráfico IV – Coeficiente de Gini da desigualdade de renda familiar *per capita* – Brasil – 1977 a 2007



Fonte: Ipea, 2008a.

Apesar da queda na desigualdade, os dados apontam que a concentração de renda segue sendo extremamente elevada no país, tanto que em 2007 a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres correspondia a 15% da renda do país, uma parcela pouco maior do que a fatia apropriada pelo 1% mais rico da população, que correspondia a 12%. O que demonstra que a pobreza no país está intrinsecamente relacionada com a desigualdade social.

Entretanto, em nossa avaliação, a desigualdade na distribuição de renda é apenas a “ponta do *iceberg*”, é o que é mais visível uma vez que nas sociedades capitalistas as relações de consumo são mediadas pela mercadoria dinheiro. Todavia, uma análise mais aprofundada das causas da desigualdade de renda revela que ela é uma consequência da concentração das riquezas (das terras, fábricas, bancos, imóveis urbanos e rurais, títulos públicos e assim por diante) nas mãos de uma parcela muito pequena da população. Os que se apropriam das diversas formas de riqueza material concentram a maior parte dos rendimentos resultantes das atividades produtivas dos diferentes setores da economia.

A concentração é tão absurda que, segundo Pochmann (2004a:239), “do ponto de vista do estoque de riqueza percebemos que no Brasil *somente cinco mil famílias, de um universo de 51 milhões, respondem por 45% de toda a riqueza nacional*”. Isso significa que *quase metade da riqueza do país está nas mãos de 0,01% das famílias.* (grifo nosso).

Esses dados demonstram que a análise da pobreza não pode ser descolada de seu reverso, a riqueza. Afinal, como ressalta Hildete Mello (2004b:229), “quando pensamos em pobre, temos que pensar em rico. Pobreza é o contrário de riqueza. Só existe pobre porque existe rico.(...) Rico e pobre, então, são dois lados da mesma moeda”.

E a enorme assimetria socioeconômica, que do ponto de vista populacional resulta em uma pequena parcela muito rica e uma enorme massa pobre, tem se mantido incrivelmente estável desde a época que o Brasil era uma colônia portuguesa. Tanto que, segundo Márcio Pochmann (2004a:238), “quanto à concentração de renda, nos últimos três séculos praticamente não houve alteração entre as famílias que absorvem em torno de 75% da riqueza nacional”. De fato, os dados divulgados por este autor confirmam que essa situação não sofreu mudanças, pois os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza nacional.¹⁵

Por que a pobreza no Brasil atinge tanta gente, há tanto tempo?

Na avaliação de Márcio Pochmann (2004a:238) a manutenção dessa situação se deve em primeiro lugar ao fato de que o Brasil não tem tradição democrática, uma vez que somente após 1930 houve a universalização do direito ao voto e o início da democracia, mas esse processo foi interrompido duas vezes por regimes ditatoriais (o Estado Novo e a Ditadura Militar). A ausência dessa cultura democrática, entre outras coisas, dificulta a elaboração de políticas públicas eficientes articuladas entre municípios, estados e governo federal, bem como articuladas entre as diferentes áreas como saúde e educação, em cada uma dessas esferas governamentais. E essa desarticulação impede que o conjunto da população tenha acesso às políticas sociais e melhore a qualidade de vida.

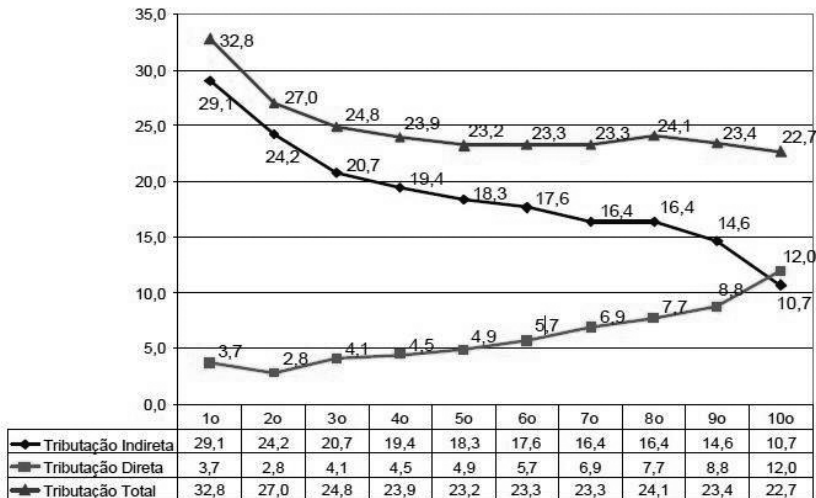
Em segundo lugar o pesquisador aponta a ausência na história brasileira de processos revolucionários ou reformistas, que em outros países permitiram reduzir o grau de desigualdade na sociedade.

O Brasil não teve nenhuma experiência concreta de revolução, seja do ponto de vista burguês, como a revolução inglesa, a norte-americana e a francesa, seja do ponto de vista social, como as revoluções socialistas: a revolução russa, a chinesa e a cubana, que são, na verdade, processos importantes de alteração da posse de ativos, de patrimônio, de propriedade. Também não tivemos experiências reformistas, basicamente aquelas, ao longo do século XX, de caráter social-democrata, reformas civilizatórias do capitalismo, fundamentais para gerar uma economia desenvolvida com baixa desigualdade (Pochmann, 2004a:239-240).

¹⁵ Informação divulgada por Márcio Pochmann, presidente do Ipea, no seminário Reforma Tributária, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Reportagens sobre o assunto foram publicadas em jornais de todo o país no dia 15-05-2008. Algumas dessas reportagens estão disponíveis em http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?rtCD_CHAVE=4571

Entre as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo que o Brasil não fez o autor destaca a reforma agrária e a reforma tributária. No que tange à questão dos tributos existe no país uma enorme injustiça, como mostra o Gráfico V.

GRÁFICO V – BRASIL – % DE CARGA TRIBUTÁRIA, SEGUNDO DECIS DE RENDA – 2002-2003



Fonte: IBGE/POF (pesquisa de orçamentos familiares), elaboração Ipea (Pochmann, 2008)

Como se pode observar no Gráfico, a tributação indireta, formada pelos impostos que incidem sobre o consumo e, portanto são pagos por toda a população, tem uma carga muito mais elevada que a tributação direta, formada pelos impostos que incidem sobre os rendimentos e o patrimônio. O resultado é que a tributação total (soma de impostos diretos + indiretos) dos 10% mais pobres corresponde em média a 32,8% da renda, enquanto para os 10% mais ricos a carga tributária equivale, em média, a 22,7% da renda. Ou seja, o peso dos impostos é maior para quem tem menores rendimentos na medida em que os 10% mais pobres pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos. A injustiça tributária fica evidente no Gráfico V quando se considera somente a tributação indireta. Neste item a carga dos mais pobres é de 29,1%, contra 10,7% dos mais ricos; isso ocorre porque a população mais pobre destina a totalidade ou grande parte de sua renda comprando os produtos básicos como alimentos sobre os quais incidem esses tributos. Conforme destaca Márcio Pochmann (2004b:112)

Para continuar a satisfazer os interesses da camada privilegiada, à qual se vincula parte da elite bem pensante, os pobres e as classes médias dependem uma parcela cada vez maior de sua renda bruta no pagamento de impostos e juros. Esta é a verdadeira herança maldita dos anos noventa.

Parte significativa da renda dos ricos é reinvestida nos processos produtivos e/ou em aplicações financeiras ou mesmo para aumentar patrimônio familiar, mas isso é pouco tributado no país. Essa situação reforça a tese de Márcio Pochmann e Ricardo Amorin (2003:21) de que “as lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributária e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades”.

E mudar essa realidade através de uma reforma tributária que desonere os pobres e penalize os mais ricos é extremamente difícil, assim como tem sido muito limitado o alcance dos planos de reforma agrária. A explicação para tamanha resistência às mudanças estruturais que favoreçam a população pobre está no fato de que “no Brasil há uma interseção entre as elites econômicas e as elites de poder” (Medeiros, 2005:35).

Em um estudo intitulado “O que faz os ricos ricos”, Marcelo Medeiros (2005) verifica que a elite econômica e a elite política são “coincidentes” no Brasil. No Congresso Nacional, por exemplo, a maioria dos deputados federais, responsáveis pela elaboração/alteração da legislação do país (entre as quais as leis tributárias e agrárias) pertence às elites econômicas e são resistentes a reformas que reduzam injustiças sociais. O resultado desta “coincidência” entre elite econômica e política é a perpetuação da enorme desigualdade social.

A sociedade brasileira é segmentada em uma grande massa homogênea de população de baixa renda e uma pequena elite rica. Este grupo, que detém a maior parte da riqueza do país e orienta os destinos da economia, é também uma elite política e social que se encontra em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública. Em poucas palavras, o estrato mais rico da população detém o poder de determinar os rumos do desenvolvimento brasileiro (Medeiros, 2005:51).

A manutenção dessa reduzida elite político-econômica no país mesmo com as mudanças no regime político, na economia, na demografia entre outras, se deve ao que Francisco de Oliveira (2003a:65) denomina de “pacto estrutural” costurado na década de 1930, que tem no populismo sua forma política. Esse pacto possibilita às classes burguesas empresário-industriais chegar ao poder no Brasil sem “uma ruptura total do sistema”, ou seja, sem liquidar política e economicamente as classes proprietárias rurais como ocorreu em revoluções burguesas clássicas da Europa, onde a destruição do poder feudal foi uma condição *sine qua non* para a consolidação e expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias.

No Brasil, segundo o autor, as classes proprietárias rurais não tinham hegemonia total como ocorria no sistema feudal. Aqui o poder delas era “no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora” (Oliveira, 2003a:64).

Com a depressão mundial no final da década de 1920, esse padrão de acumulação completamente dependente de demanda externa entra em crise o que também se reflete no campo político com a perda da hegemonia das elites agrárias. Mas isso, por si só, não viabiliza a industrialização por substituição de importações, uma vez que esse processo exigia um conjunto de reformas na estrutura e superestrutura da sociedade no sentido de criar as condições de produção, o que incluía “novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação” (*idem, ibidem*).

Na avaliação de Francisco de Oliveira (2003a), um dos principais instrumentos para forjar essas novas relações entre capital e trabalho foi a legislação trabalhista, que permite à burguesia industrial ganhar apoio das classes trabalhadoras urbanas enfraquecendo politicamente as classes proprietárias, por temer que estas pudessem retomar a hegemonia quando a crise internacional fosse superada. Entretanto, ao mesmo tempo em que precisava enfraquecer as elites agrárias a burguesia necessitava de seu apoio econômico, o que resultou na formação de uma “unidade de contrários” politicamente costurada pelo populismo.

Assim, inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que, de um lado, penalizam a produção para exportação mas procuram manter a capacidade de importação do sistema – dado que são as produções agropecuárias as únicas que geram divisas – e, de outro lado, dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia. No entanto, o processo se dá sob condições externas geralmente adversas – mesmo quando os preços de exportação estão em alta – e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a expansão global. Esse “pacto estrutural” preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagonicos, como pensa o modelo cepalino (Oliveira, 2003a:64-65).

Nesse sentido é que Francisco de Oliveira (2003a) critica duramente a “razão dualista” do modelo da Cepal, principalmente da teorização de Celso Furtado, que interpreta o novo (representado pela industrialização) como total oposição ao velho (representado pelo modelo primário-exportador), sem perceber a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro que ocorre por meio de

uma simbiose entre o arcaico e o moderno, alicerçada nas vantagens comparativas – o que não quer dizer iguais para ambos. Isso, obviamente, não resultou em benefícios para o conjunto da população como ingenuamente previa, o que depois o próprio Celso Furtado (1996) denominou de “o mito do desenvolvimento econômico”.

A crítica nos parece pertinente porque esse modelo dual-estruturalista, cepalino-furtadiano, não ficou restrito ao campo da produção intelectual. Suas proposições se converteram em plano de ação de vários governos da América Latina, e do Brasil em particular. E o que é mais grave se tornou uma ideologia¹⁶ e

(...) é evidente que essa ideologia recobria também, como é próprio de toda ideologia, antagonismos de classe e de interesses que, ou não interessava explicitar, ou ficavam submergidos no interesse maior, mais global, que era o do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, interesses de camponeses, de trabalhadores e de operários, dentro da construção ideológica, da construção teórica cepalina e de Furtado, não encontram lugar. Ela não está feita para sustentar esse tipo de proposição, nem seus pressupostos teóricos acolhem os conflitos sociais; e, sendo uma teorização para a ação, ela opera a submissão dos interesses de outras classes sociais aos interesses maiores das classes sociais predominantes. Não aparece na produção teórica de Furtado, nem da Cepal; como problemas do crescimento econômico, nenhum dos antagonismos sociais de que qualquer formação social, não escapam disto as da América Latina, é constituída. E é assim que ela se faz forte e se faz fraca, exatamente porque uma teoria desse porte, realmente original, uma contribuição inovadora do pensamento latino-americano, tem entretanto fragilidades teóricas do tipo assinalado (Oliveira, 2003b:47).

A existência da articulação entre “o moderno” e “o atrasado” foi fundamental para a chegada da burguesia ao poder econômico e político no Brasil, mas mantendo o quinhão das classes proprietárias. De modo que, redefinindo o conceito de subdesenvolvimento, Francisco de Oliveira (2003b:113) afirma que este “é a forma de modernização econômica sem revolução burguesa”.

Na operacionalidade dessa modernização conservadora, conforme a definição de Florestan Fernandes,¹⁷ o Estado tem papel fundamental, porque é no

¹⁶ Importante registrar que Francisco de Oliveira deixa muito evidente que do ponto de vista pessoal tanto Celso Furtado quanto Raúl Prebisch, os principais expoentes da Cepal, eram homens muito íntegros, tanto que se recusaram trabalhar para empresas privadas ganhando altos salários quando deixaram as funções públicas. Sobre Furtado ele diz: “é um dos homens públicos mais independentes dos poderes econômicos” e sobre as proposições de Prebisch classifica como “altamente éticas e igualmente ingênuas” (Oliveira, 2003a:31). Ao que tudo indica, de fato acreditaram no que depois o próprio Furtado define como “o mito do desenvolvimento econômico” que superaria o subdesenvolvimento através da industrialização e isso traria benefícios a toda a população. Mas, ainda que sem intenção, a teoria da Cepal e de Furtado “converteram-se em uma arma ideológica a serviço da nova burguesia industrial emergente no Brasil e em outros países da América Latina” (Oliveira, 2003b:47).

¹⁷ Segundo Francisco de Oliveira é Florestan Fernandes quem redefine o conceito de subdesenvolvimento ao considerá-lo como uma “forma do desenvolvimento desigual do capitalismo presente na periferia que se produz, sobretudo por uma modernização conservadora cujo processo é caracteristicamente o da “revolução passiva” gramsciana, ou uma modalidade da “via prussiana” na interpretação clássica marxista” (Oliveira, 2003b:112).

âmbito estatal que se criam as condições políticas, legais, técnicas e ideológicas para que se perpetue a concentração das riquezas enquanto a maioria da população, que tem como principal fonte de renda o próprio trabalho, vive na pobreza ou sob a ameaça de cair nesta condição. Essa leitura de Florestan Fernandes nos parece uma chave importante para interpretar o papel do Estado brasileiro na aliança com o latifúndio e o agronegócio que analisamos no capítulo um.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, o pacto das elites implicou na tutela das organizações sindicais urbanas pelo Estado, que impôs limites extremamente estreitos para a ação das mesmas. Nas áreas rurais a não aplicação da legislação trabalhista garantia a livre exploração da força de trabalho em condições subumanas. E as lutas para mudar essa realidade foram duramente combatidas, especialmente na ditadura do Estado Novo (1937-45) e na ditadura militar (1964-84).

Somente no final da década de 1970 é que um amplo movimento da classe trabalhadora começa a romper o controle estatal, é a chamada oposição sindical, que no meio urbano pauta a luta por emprego e salário digno e livre organização da classe trabalhadora. E no campo ressurgem com força a luta por reforma agrária. Mas todas essas mobilizações ocorrem em um contexto bastante adverso do ponto de vista macroeconômico, caracterizado pela estagnação econômica, elevada inflação e grande endividamento externo. Por isso, em nome de “um interesse maior” da nação, a estabilidade econômica, é remendado o velho pacto entre as elites e as transformações exigidas pelas classes populares mais uma vez são proteladas.

É neste cenário, já bastante desfavorável à maioria da população, uma vez que o desenvolvimento capitalista brasileiro não necessitou do Estado do Bem-Estar Social, como ocorrera em algumas regiões da Europa, que o Brasil vai adotar o receituário neoliberal, que resultou no aumento do desemprego, da precarização do mundo do trabalho, enfim na intensificação da produção da pobreza e da exclusão. Entretanto, esses processos não afetaram a sociedade brasileira de forma homogênea, o gênero feminino foi o mais prejudicado.

Por isso, no próximo item, além de descrever brevemente alguns impactos do neoliberalismo na América Latina, e particularmente no Brasil, vamos fazer um recorte de gênero para visibilizar que as mulheres trabalhadoras, particularmente as de famílias pobres, foram as mais penalizadas pelas políticas “sugeridas” pelo Consenso de Washington.

Sobre a crítica que alguns autores de que a via prussiana inclui a reforma agrária, Oliveira argumenta que estes tomam “o tipo ideal weberiano como historicamente real e não como aproximações sucessivas, e se esquece de que no caso italiano não houve reforma agrária” (*idem*:113). Na Itália o problema agrário só foi resolvido pelo Programa do Partido Comunista. E no caso japonês a reforma agrária só ocorreu na reconstrução do país, pós-Segunda Guerra.



CAPÍTULO III:

OS MECANISMOS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA POBREZA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL

“Estabilidade e liberalização econômica”. Este foi o mantra proferido pela maioria dos governos da América Latina e Caribe a partir da década de 1990. E, para atingir o “nirvana” de ter uma economia estável e sem barreiras para o capital, o caminho era um só: implementar o receituário neoliberal, sintetizado no Consenso de Washington.

Em linhas gerais o Consenso de Washington está fundamentado em quatro proposições básicas: políticas macroeconômicas conservadoras; liberalização do comércio e investimento internacional; privatização de empresas estatais; e, por fim, desregulação de preços e outras regras que definem limites para a ação dos agentes econômicos. Todas as proposições convergem no sentido da ampliação do espaço econômico para decisões alocativas de agentes privados (Ferreira *et al.*, 2003:14).

No âmbito do pensamento econômico, a hegemonia neoliberal implicou em uma mudança de paradigma. Saiu da agenda de debates o desenvolvimento e o pleno emprego, motivados pelo modelo keynesiano, e a centralidade da política econômica passou a ser a estabilidade, entendida como controle de inflação e de *deficit* público, mesmo que isso ocorresse, como de fato ocorreu, com elevados custos sociais.

Outra importante mudança foi em relação ao papel do Estado. A defesa do dirigismo estatal para ampliar a capacidade produtiva e a geração de emprego e renda foi substituída pela defesa do livre mercado, apontado como “único” caminho para atrair capital, especialmente do mercado externo, e promover crescimento econômico. Do ponto de vista internacional, é importante considerar que

(...) o paradigma da liberalização surge e se consolida em simultâneo a mudanças na conduta de empresas líderes mundiais e nos processos de concorrência, na direção da concentração e centralização do capital (Tavares e Belluzzo, 2002, *apud* Ferraz *et al.*, 2003:15).

Entretanto, ao contrário do que a retórica neoliberal prometia, a adoção das políticas definidas no Consenso de Washington, tarefa que a América Latina cumpriu com afinco, não teve como corolário o aumento da capacidade produtiva e do emprego e nem a melhoria das condições de vida da população. Mas, ao contrário, como destaca Pierre Salama (2000:208) “a rápida abertura das fronteiras levou a uma destruição-reestruturação do sistema de produção, prevalecendo a destruição sobre a reestruturação”. O resultado disso ficou bastante evidente nas medíocres taxas de crescimento do PIB.

Jaime Estay (2007:208), analisando dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud de 2005, constata que dos 33 países da América Latina e Caribe somente 12 tiveram crescimento do produto por habitante superior a 2% ao ano entre 1990 e 2003. E nos países que cresceram menos que este percentual vive 85% da população da região. E, mesmo se considerando que no mundo inteiro o período foi marcado por crescimentos medíocres, os dados indicam que o baixo desempenho das economias da América Latina e do Caribe só foi superado pela África Subsaariana e parte dos países do ex-bloco socialista europeu, regiões que passaram por situações socioeconômicas extremamente difíceis no final do século XX.

Conforme Pierre Salama (2000), a liberalização trouxe para as economias latino-americanas a necessidade de atrair cada vez mais capital, para cobrir *deficits* comerciais, pagamento de patentes, entre outras despesas. De modo que a saída adotada por muitos países foi transformar a economia em “economia cassino”, onde o principal atrativo são as elevadas taxas de juros.

O Brasil é um caso exemplar desse modelo de “economia cassino”, pois tem a maior taxa de juros do mundo. E isso contribuiu para atrair capital, verdade que bem menos do que os países asiáticos, mas na economia real significou uma forma de acumulação com elevadíssimos custos sociais – ainda que a nosso ver não há forma de acumulação de capital que não imponha altos custos sociais – na medida em gerou poucos empregos, muito endividamento interno, reduzindo a capacidade de investimento do Estado, além de uma enorme vulnerabilidade às crises financeiras internacionais.

No que se refere à geração de emprego, os dados da Cepal revelam que no período de implantação das políticas neoliberais ocorreu na América Latina e Caribe

Un notable aumento del desempleo: del 6,9% a comienzos de los años noventa al 10% en el 2004. Este aumento del desempleo estuvo acompañado por un ascenso de la informalidad, que implicó que, durante la última década, el 70% del aumento del empleo haya estado con-

centrado en los sectores informales, a la vez que más de 63% de los miembros activos del 40% de las familias más pobres de la región trabajan actualmente em el sector informal, y dedican la totalidad de sus ingresos laborales a subsistir (Cepal, 2005, *apud* Estay, 2007:208).

Portanto, com as políticas neoliberais, “a natureza dos empregos muda: a precariedade e simultaneamente a intensidade do trabalho aumentam” (Salama, 2000:218). E diante da ameaça do desemprego, a maioria dos/as trabalhadores/as tem que se submeter a trabalhar mais e em piores condições (o que inclui menor salário, maior jornada, relações de trabalho informais, entre outras coisas). Assim, seja pelo desemprego seja pelo emprego precário, após uma década de neoliberalismo a maior parte da população latino-americana passa a viver abaixo da linha de pobreza ou gravitando em torno dela, na medida em que o trabalho é a principal fonte de renda tanto pessoal quanto familiar na região.

A combinação de um crescimento baixo, e em muitos casos negativo, com um modelo de acumulação regido pelas regras neoliberais comprovou ser uma eficiente fórmula de aumentar a pobreza na América Latina, tanto na sua amplitude quanto na sua profundidade. Como constatou Pierre Salama (2000:207), “pobreza pelo emprego e pobreza pela recessão são os dois aspectos que dominam nos anos noventa”.

E no que tange à distribuição da riqueza a aplicação do Consenso de Washington na América Latina não provocou a redução da desigualdade social. Tanto que segundo a Cepal no início do atual milênio a maioria dos países em desenvolvimento convive com elevados indicadores de desigualdade: “América Latina y El Caribe ostentan la lamentable singularidad de ser la región más inequitativa del mundo” (Cepal 2005, *apud* Estay, 2007:210).

A adoção das políticas neoliberais, além de não reverter o histórico quadro de desigualdade social que vigora na América Latina, piorou as condições de vida de milhares de pessoas, na medida em que engendrou novas formas da produção e reprodução da pobreza na região, conforme analisa Sonia Leguizamón (2005).

Como consecuencia de la reestructuración neoliberal de la sociedad en los noventa, se llevaron adelante procesos de privatización, ajuste fiscal, flexibilización de las relaciones entre capital y trabajo, apertura de los mercados, y enajenación de los servicios públicos y de los recursos naturales y energéticos. Esto ha producido una alteración profunda en la reproducción social de las personas, producto de nuevas formas de explotación y exacción del trabajo y de las reformas del estado, generando una creciente exclusión social – aumento de la pobreza, empobrecimiento de los sectores médios, precarización del trabajo – y pérdida de derechos por el debilitamiento de la relación entre derechos sociales y ciudadanía política. Se puede decir que la transformación neoliberal implicó, entre otros procesos, desindustrialización, desalarización, desobrerización, desciudadanización, descampesinización y/o recampenización y enajenación de los recursos energéticos y servicios públicos básicos. La desobrerización y precarización del trabajo fueron producto tanto de la reestructuración del próprio capitalismo a nível global y local como de las políticas privatizadoras y desregulatorias, incluidas en las “reformas del estado”, propiciadas por el FMI y el Banco Mundial en los noventa (Leguizamón, 2005:27).

Mas não se pode concluir que as políticas neoliberais produziram efeitos nefastos para todos. Os grandes grupos econômicos, especialmente os multinacionais, ampliaram seus lucros, e uma parcela dos ricos dos países latino-americanos se tornou mais rica. Isso significa que o capital conseguiu, através dos mecanismos neoliberais, recompor forças para retroalimentar seu insaciável processo de acumulação, evidentemente que para isso alguns capitalistas, particularmente os menores, ou mesmo alguns representantes do grande capital foram prejudicados ou mesmo eliminados do mercado.

E nos parece fundamental constatar que o neoliberalismo alterou não somente a economia dos países; engendrou reformas também no âmbito da política, das leis, bem como do pensamento e da prática social da classe trabalhadora. Com isso, a maioria das organizações de trabalhadores/as tanto no campo quanto nas cidades abandonou a perspectiva da luta pela ampliação dos direitos e da transformação social, substituindo-a pela perspectiva da manutenção dos direitos já conquistados e “amenização” dos impactos perversos do livre mercado, tendo como tática principal a negociação em vez das mobilizações e greves utilizadas nas décadas de 1970 e 1980.

Esse conjunto de mudanças, objetivas e subjetivas, garantiu a estabilidade política e a liberdade econômica do capital, mesmo em países em que chegaram ao poder representantes de forças sociais que combatiam o neoliberalismo e que se elegeram exatamente porque mobilizaram as massas populares em torno do discurso da mudança, como é o caso do Partido dos Trabalhadores – PT, no Brasil. Nesse sentido, concordamos com Julio Gambina (2007) quando afirma que

El nuevo discurso oficial por los cambios aún no se materializa en modificaciones de las relaciones sociales de explotación. Más aún: en algunas ocasiones, privilegiando la legitimación del nuevo gobierno, se profundizan las políticas que antes, en carácter de oposición de izquierda, se rechazaban. Construir políticas de gobierno alternativas sigue siendo una asignatura pendiente en la mayoría de los países (Gambina, 2007:230).

O economista Delfim Neto, que foi responsável pelo Ministério da Fazenda em três governos da ditadura militar no Brasil, justificava a persistência da má distribuição de renda no país mesmo em um contexto de grande crescimento econômico (o chamado “milagre econômico brasileiro” na década de 1970) com a famosa “teoria do bolo”. Através da metáfora de que a riqueza nacional é como um bolo, afirmava que primeiro era necessário esperar o “bolo crescer para depois dividir”. Portanto, os mais pobres que tivessem paciência porque a hora da partilha um dia iria chegar.

Contrapondo à política econômica recessiva, lastreada nessa construção ideológica, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 explodiram grandes lutas de massa no Brasil. Os trabalhadores denunciavam que desigual-

dade social no país não era consequência de um “bolo” de riqueza pequeno. O problema é que os ricos se apropriavam de quase todo o bolo sobrando apenas migalhas para os pobres dividirem. Entre os críticos do ministro Delfim estava o intelectual Fernando Henrique Cardoso e o líder sindical Luís Inácio da Silva, conhecido como Lula.

E, confirmando a lei da dialética, de que “uma coisa pode se transformar no seu contrário”, esses dois personagens da política antiditatorial brasileira ao assumirem o governo do Brasil implantaram políticas econômicas que produziram um resultado muito semelhante ao do ex-ministro: aumento do “bolo” sem alteração substancial na sua distribuição.

O presidente Fernando Henrique foi o responsável por implementar de forma eficiente, no julgamento dos analistas neoliberais, um amplo programa de privatização e uma política macroeconômica preocupada em combater a inflação, gerar *superavit* e atrair capital com elevadas taxas de juros. Nesse contexto também promoveu a reforma do Estado, enxugando seu papel social e ampliando sua atuação como responsável por garantir condições para maior rentabilidade e segurança do capital no país, o que implicou em uma série de reformas (fiscal, trabalhista, previdenciária, agrária, entre outras) feitas à revelia da população.

E Lula, o grande ícone da esquerda brasileira, do ponto de vista macroeconômico, manteve os pressupostos neoliberais da política econômica beneficiando tanto o setor financeiro quanto grandes grupos econômicos do setor produtivo no país. E do ponto de vista sociopolítico o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores teve a vantagem de ter reduzido a instabilidade social, que caracterizou os governos FHC, em que houve várias lutas sociais lideradas tanto por organizações urbanas quanto rurais.

A redução da “pressão popular” nos governos Lula, a nosso ver, é fruto da combinação de três processos. Um deles é o estreitamento das fronteiras entre governo e entidades de luta popular obtido com a nomeação de lideranças dos movimentos sindicais e sociais para uma série de funções governamentais em diferentes esferas da hierarquia governamental. O outro é a ampliação de recursos repassados para Organizações Não Governamentais, Associações e Cooperativas, vinculadas às entidades de trabalhadores urbanos e rurais, para que executem funções que anteriormente eram realizadas pelo Estado, isso inclui projetos nas áreas de educação, saúde, assistência técnica, crédito, entre outras. Assim, consciente ou inconscientemente, as organizações populares aderiram ao processo de privatização de serviços públicos e o Estado foi deixando de ter a responsabilidade de garantir, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da quantidade, vários serviços essenciais para a população.

O terceiro processo é a ampliação quantitativa e qualitativa dos programas de alívio à pobreza, especialmente a pobreza extrema, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Mas esses programas não são executados no âmbito de uma política social ampla, preocupada em reduzir desigualdades, são focalizados, visando atingir os mais pobres entre os pobres, sem alterar a histórica assimetria na produção e distribuição das riquezas. Nesse sentido, esses programas convivem em perfeita harmonia com as políticas neoliberais, que são as grandes responsáveis pela ampliação e intensificação da pobreza nas últimas décadas.

NEOLIBERALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: O QUE JÁ ERA RUIM FICOU AINDA PIOR

Conforme Márcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003), atualmente a cartografia da exclusão social no Brasil se caracteriza pela presença do que chamam de “velha exclusão”, que existe em todas as regiões do país, mas com uma densidade significativamente maior nas regiões acima do Trópico de Capricórnio, o Norte e o Nordeste. E há as “formas mais sofisticadas de exclusão social”, produzidas em períodos mais recentes, que são mais evidentes no Centro-Sul brasileiro. O Mapa I com a divisão política do país facilita a visualização dessas regiões.

MAPA I – BRASIL – DIVISÃO POLÍTICA EM REGIÕES



Fonte: IBGE.

Conforme os autores, nas regiões Norte e Nordeste são mais evidentes as formas da velha exclusão. E nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul vêm crescendo a chamada nova exclusão, ainda que a herança do passado colonial e escravista também condicione a estrutura econômica e a realidade socioespacial dessas regiões.

A velha exclusão se materializa pelas formas mais perversas de desumanização socialmente produzidas e reproduzidas: a fome, o analfabetismo, a extrema pobreza. E, do ponto de vista geográfico, esses problemas estão mais concentrados no Norte e Nordeste do Brasil. Mas, segundo os autores, nas regiões do país

(...) em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio destaca-se a intensidade de uma “nova” exclusão, herdada do modelo econômico de corte neoliberal que gerou, a partir de 1990, milhões de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda (Pochmann e Amorim, 2003:22).

Nessa mesma direção, Jussara Reis Prá (2004) utiliza as denominações “tradicional” e “nova pobreza” para diferenciar os fenômenos de pobreza e exclusão que se observa na sociedade brasileira atualmente. Segundo a autora, a pobreza tradicional é mais característica de zonas rurais, ainda que também exista em comunidades urbanas, e “embora persistente tende a ser compensada por redes de apoio (familiares e de vizinhança), por sociabilidades”, entre outros mecanismos, de modo que, “por se expressar em contextos mais cooperativos, assume a feição de pobreza mais integrada, quer dizer, de pessoas semiexcluídas” (Almeida, 1992; Martins, 2000; *apud* Prá, 2004:279). Já a “nova pobreza” envolve pessoas em uma condição de maior vulnerabilidade, tais como

Desempregados/as de longa duração e de idades mais elevadas, pessoas com doenças crônicas ou necessidades especiais, dependentes químicos, ex-detentos, crianças e adolescentes em situação de risco, jovens em busca do primeiro emprego, minorias étnicas e famílias monoparentais (essencialmente femininas). Na nova pobreza a exclusão social é mais intolerável (multidimensional), com poucas perspectivas de projetos de vida em sociedade, incapaz de mobilizar recursos materiais, institucionais e cognitivos. Em decorrência disso, indivíduos e grupos estariam impedidos do usufruto de direitos sociais de integração e identidade (Prá, 2004:280).

E, descolados dessa “selva” de exclusão, seja da “velha” ou “nova” forma, é possível enxergar no mapa brasileiro alguns “acampamentos de inclusão”, em que se “reproduzem padrões de vida somente comparáveis aos dos países mais ricos” (Pochmann e Amorim, 2003:22). Isso significa que o contexto neoliberal, intensificador dessa nova pobreza, foi favorável para uma parcela da população do país, a elite econômica e política.

No próximo item vamos mirar mais de perto os impactos das políticas neoliberais sobre o mundo do trabalho. Isso porque a remuneração obtida com o trabalho é a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras. Portan-

to, a forma como os/as trabalhadores/as – especialmente os/as responsáveis pela família – se inserem no mundo do trabalho é um dos aspectos determinantes da pobreza no país.

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO DO TRABALHO – O CASO DO BRASIL

Márcio Pochmann (2001:7-9) define os anos de 1990 do século XX como “a década dos mitos”. Segundo este autor, a retórica neoliberal produziu oito mitos que ao longo da década os indicadores socioeconômicos foram desmistificando:

1. O esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação do nível de ocupação. O caminho para encolher o tamanho do Estado na economia era a privatização;
2. A abertura comercial e a internacionalização da economia permitiriam a modernização do parque produtivo, reduzindo assim o desemprego;
3. Com o tecnoglobalismo o Brasil podia reduzir as políticas nacionais de ciência e tecnologia. A compra de tecnologia no mercado internacional é que levaria o país a reduzir o atraso técnico e ampliar a sua capacidade para receber novos investimentos, gerando mais ocupações qualificadas;
4. O país deveria romper com as políticas de desenvolvimento regional, porque o livre mercado possibilitaria o desenvolvimento do conjunto das regiões, inclusive das mais atrasadas, ampliando o nível de empregos;
5. A concentração de renda era causada pelas altas taxas inflacionárias, portanto, a redução da desigualdade de renda seria resultante da estabilização monetária, uma vez que a carestia do custo de vida era o “principal imposto pago pelos pobres”;
6. O custo do trabalho no Brasil é muito elevado gerando perda de competitividade e dificuldade de ampliação do emprego formal, por isso é fundamental a flexibilização das legislações e a desregulamentação do mercado de trabalho;
7. O salário mínimo definido pelo Estado não deve ter como principal preocupação reduzir a desigualdade de rendimentos, a elevação dos rendimentos deve ser provocada pelos ganhos de produtividade;
8. O país precisa se modernizar através de reformas que pudessem garantir as condições políticas, tributárias e trabalhistas para a superação do “capitalismo tupiniquim”.

No início do século XXI já era possível constatar que as políticas neoliberais de fato reduziram o papel do Estado no que tange à prestação de serviços públicos e à garantia de direitos aos trabalhadores, mas em vez de isso significar mais

emprego e melhores rendimentos produziram a elevação do desemprego, da desigualdade e a exclusão social, além do agravamento das assimetrias regionais da dependência econômica do país.

O mundo do trabalho foi o *locus* mais afetado pelas políticas neoliberais no país. Márcio Pochmann (2001:29) verificou que as privatizações resultaram no fechamento de 546 mil postos de trabalho no Brasil (246 mil no setor produtivo, especialmente indústria de transformação, e 300 mil na área de serviços que incluiu transporte, telecomunicações, energia, entre outros). Conforme este autor, ao longo da década de 1990 as políticas neoliberais resultaram na destruição de 3,2 milhões de empregos assalariados formais. Sendo que, de cada cinco empregos perdidos no período, um pertencia ao setor estatal.

Os dados da Tabela 8 mostram que em termos de taxa de desemprego, após uma década de neoliberalismo a situação do país era pior do que no início dos anos de 1980, que foi considerada pelos economistas uma “década perdida” devido ao baixo crescimento econômico e ao elevado nível de desemprego.

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA PEA*, DA OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO – BRASIL – 1981-1990-2003

Anos	PEA	Ocupados	Desocupados	Taxa de desocupação
1981	47.488.526	45.465.410	2.023.116	4,3%
1990	64.457.981	62.100.499	2.357.482	3,7%
2003	87.787.660	79.250.627	8.537.033	9,7%

* PEA – População Economicamente Ativa
Fonte: IBGE- PNAD *apud* Campos (2007:21).

Um aspecto importante a ser considerado é que um número significativo das ocupações que se ampliaram nessa década ocorreu no mercado de trabalho informal, especialmente no setor de serviços, em trabalhos precários e mal remunerados.

Entre 1940 e 1980, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho abertos no país, 8 eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada. Já na década de 1990, a cada 10 vagas abertas, 8 são não assalariadas (ocupação sem remuneração, autônomo, ambulante, conta-própria, trabalho independente, empresário, cooperativado), sendo somente 2 assalariados, uma apenas com carteira assinada. Ainda para os anos 90, os postos de trabalho em alta foram emprego doméstico, vendedor ambulante, limpeza e conservação e segurança pública ou privada, que responderam por 7 a cada 10 vagas geradas no país (Pochmann, 2003:78).

E, apesar de a informalidade ter crescido no conjunto da sociedade brasileira, ela afeta principalmente as pessoas pobres. De acordo com Sônia Rocha (2005:148), 41% dos não pobres tinham emprego com relações de trabalho

formal no ano de 1999. Enquanto entre os pobres somente 21% tinham emprego formal.

Na medida em que ampliaram o desemprego e a precarização do trabalho as políticas neoliberais foram importantes instrumentos de produção e reprodução da pobreza no país, tanto que durante toda a década de 1990 e início do século XXI o número de pobres no Brasil não desceu do patamar dos 30% da população.

Para a socióloga Miriam Cardoso, uma característica da forma de acumulação capitalista no final do século XX é a geração de exclusão, o que, segundo ela, é bastante diferente da marginalização de parte da força de trabalho que constitui o que Marx denominou de “exército de reserva”, que é típico do capitalismo.

Há muito se sabe que é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir. A formação e o desenvolvimento capitalista sempre se fizeram por meio da divisão social, mantendo permanentemente uma parte – variável na sua dimensão e na sua composição – da força de trabalho como potencial, colocada, portanto, à margem do sistema produtivo. Essa, porém, era em geral uma marginalização temporária e com funções definidas no desenvolvimento da própria produção sob forma capitalista. A disponibilidade de determinado “excesso” de mão de obra como “reserva” faz parte da integração mesma do sistema produtivo em moldes capitalistas. Rigorosamente falando, aí existem diferenciação e desigualdade, que podem ser elevadíssimas, e marginalização, ambas estruturais. No entanto, apesar de que se possa encontrar na história do capitalismo momentos em que a desigualdade se agudiza ou se polariza, não costuma tratar-se de exclusão na concepção estrita do termo (Cardoso, 2000:110).

As pessoas que são excluídas não são incluídas no processo produtivo nem mesmo nos períodos de crescimento econômico, portanto, a exclusão não tem tendência cíclica como a marginalização. Entre os fatores que produzem a exclusão, a socióloga destaca as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho que possibilitam aumento substancial da produtividade com redução do número de empregados/as.

O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver pelo menos boa parte da mão de obra expulsa do sistema produtivo. Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social – e exclusão que é estrutural. Neste caso, a redução do trabalho necessário não libera tempo para a vida. Libera para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para “a sociedade”, reverte exclusivamente para o capital. À massa de excluídos pelo “progresso” e pela “racionalização” da produção resta travar dia a dia a mais árdua luta para garantir minimamente a própria sobrevivência. As designações formais criadas para reconhecer as atividades “marginais” ou “subterrâneas” a que esses trabalhadores excluídos passam a se dedicar constituem em geral um meio de – no campo das ideias, das representações e das ideologias – tratá-las sob algum vínculo no qual eles apareçam integrados à sociedade. De fato, porém, são atividades de excluídos sociais para, enquanto excluídos, conseguirem se manter vivo (Cardoso, 2000:114-15).

Evidentemente, é questionável essa formulação de que atualmente o sistema exclui de forma irreversível e em outros contextos históricos promovia uma marginalização que diminuía ou aumentava conforme as necessidades do processo de acumulação. Há muitos registros de situações que podem ser classificadas como de “exclusão social” de trabalhadores/as em várias partes do mundo decorrentes do uso de equipamentos e técnicas desenvolvidos visando a ampliação da acumulação capitalista, inclusive alguns relatos bem antigos, como é o caso do clássico livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de F. Engels, de 1845. Neste mesmo país, no início do século XIX, ocorreu o movimento de trabalhadores que destruíam máquinas por acreditar que elas eram as responsáveis pelo desemprego em massa, os chamados “ludistas”¹⁸.

Contudo, nos parece pertinente considerar que, de fato, com as políticas neoliberais, o tempo que as pessoas ficam desempregadas procurando trabalho tem crescido cada vez mais. E como constata Mirian Cardoso (2000) os que permanecem empregados também ficam em uma situação complicada, na medida em que a massa de trabalhadores desocupados contribui para que o capital intensifique a exploração da força de trabalho. Assim, “o mercado” exige trabalhadores/as cada vez mais qualificados/as para trabalhar de forma cada vez mais intensa, mas os salários seguem uma tendência oposta, a da redução.

Assim, a maior liberdade, obviamente que para o capital e não para os/as trabalhadores/as, possibilita aos capitalistas criar novas e/ou retomar antigas formas de exploração da força de trabalho para intensificar a maximização dos lucros.

Do ponto de vista material, o processo de exclusão do mercado de trabalho formal promove a precarização das condições de vida; com isso, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos países ricos, se amplia e aprofunda a pobreza. E uma das grandes vítimas deste processo de exclusão, até por conta de sua condição historicamente desfavorável no mundo do trabalho e na distribuição da riqueza, são as mulheres.

Nesse sentido consideramos relevante enfatizar que no contexto neoliberal em que as condições de vida da maioria da população piorou, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade do atendimento das necessidades, os impactos para as mulheres têm amplitude e profundidade bem maiores.

¹⁸ O movimento ludista sugiu na Inglaterra no início do século XIX. O nome deriva de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Os ludistas chamaram muita atenção pelos seus atos. Invadiram fábricas e destruíram máquinas, que retiravam o trabalho de muitos e ainda impunham aos que continuavam trabalhando duras horas de jornada. Os ludistas ficaram lembrados como “os quebradores de máquinas” mas para o historiador Eric J. Hobsbawm. o ludismo “era uma mera técnica de sindicalismo no período que precedeu a revolução industrial e as suas primeiras fases” (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luddismo> – Acesso em 20 de maio/2009).

O RECORTE DE GÊNERO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

“A corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. Essa é uma expressão popular no Brasil para mostrar que diante de grandes problemas que atingem uma determinada coletividade os que mais sofrem são os indivíduos que se encontram em uma situação mais desfavorável.

Consideramos esse ditado popular bastante pertinente para ilustrar o impacto das políticas neoliberais para as mulheres, uma vez que elas historicamente são as mais excluídas devido à desigualdade de gênero vigente no país, que se traduz na enorme assimetria entre homens e mulheres tanto no acesso aos bens quanto nos rendimentos, sem contar na participação política e no acesso ao poder.

Mas, na medida em que as mulheres vêm aumentando sua participação no mundo do trabalho remunerado exatamente no contexto de ampliação das políticas neoliberais, que como se verificou anteriormente vem produzindo efeitos nefastos para a maior parte da população, a feminização do trabalho cresce junto com a chamada feminização da pobreza. Segundo Mészáros, citado por Claudia Nogueira (2006:227), as mulheres estão na “péssima situação de representar 70% dos pobres do mundo”.

Mas, apesar da pobreza ter cada vez mais rosto feminino, as mulheres seguem invisíveis nas pesquisas sobre o tema. Como esclarece Hildete Mello (2005:5), a maioria se refere à pobreza de forma assexuada, como se o fenômeno afetasse de forma igualitária seres masculinos e femininos. Nesse sentido, o uso da perspectiva de gênero nos estudos sobre pobreza tem contribuído para visibilizar que esse fenômeno não afeta igualmente os sujeitos sociais.

De acordo com Cristiane Soares e Sônia Oliveira (2004:179), dados estatísticos apontam que no Brasil metade das mulheres com 15 anos ou mais não tem renda própria, enquanto o percentual de homens nesta situação é de 20%. A maioria das que não tem rendimento próprio são mulheres casadas que vivem em domicílios pobres. E essa falta de autonomia econômica é apenas um dos indicadores da vulnerabilidade social feminina, que tem uma probabilidade muito maior que os homens de cair na pobreza diante das mudanças tanto no âmbito familiar – o fim do casamento, por exemplo – quanto no cenário socioeconômico do país.

Entretanto, mesmo as mulheres que conseguiram se inserir no mundo do trabalho não escapam dessa situação de maior vulnerabilidade porque estão mais sujeitas aos impactos das políticas macroeconômicas, conforme se pode visualizar na Tabela 9.

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO % DE MULHERES ENTRE ATIVOS, OCUPADOS E DESOCUPADOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA* BRASIL (1981-2001-2004)

	1981 % de Mulheres	2001 % de Mulheres	2004 % de Mulheres
Ativos	31	44	45
Ocupados	31	43	43
Desocupados	34	64	64

Fonte: Elaborada a partir de Lavinás e Nicoll (2006:52).

*Na PEA são consideradas pessoas maiores de 15 e menores de 65 anos.

Como se pode observar na Tabela 9, no início da década de 1980 a participação das mulheres entre os ocupados da PEA era de 31% e entre os desocupados de 34%. Passados pouco mais de 20 anos a participação feminina entre os ocupados passou para 43%, um crescimento de aproximadamente 40% no período. Em contrapartida, a participação das trabalhadoras entre os desocupados do país, em 2004, superava os 60%, o que representa um aumento de quase 90% em comparação com o ano de 1981. Essa elevada taxa de desemprego feminino é um dos indicadores de que os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho foram mais perversos para as mulheres, uma vez que oferta de emprego para mulheres tem sido muito menor que a demanda.

Essa diferença entre oferta e procura do emprego feminino aumentou substancialmente com as políticas neoliberais e não há sinais de que a situação se reverta, tanto que o percentual de mulheres entre desocupados em 2001 é o mesmo de 2004. Esses indicadores contrariam um pressuposto fundamental da teoria do livre mercado de que a oferta cria sua própria procura – a chamada lei de Say.

E a desvantagem feminina no acesso ao emprego é ainda maior para as mulheres pobres. Os dados de 2004, sistematizados na Tabela 10, revelam que no primeiro decil (10% mais pobres) a taxa de desemprego tanto masculino quanto feminino é bem mais elevada que no último. Entretanto, para as mulheres, a diferença entre ricas e pobres é bem maior.

Como se observa na Tabela 10, para os homens a taxa de desemprego dos mais pobres é de 9%, portanto, sete pontos percentuais acima da taxa dos mais ricos (décimo decil). Já entre as mulheres, a diferença é de 17 pontos percentuais quando se comparam as taxas do primeiro e do décimo decil. Ou seja, as mulheres mais pobres têm uma taxa de desemprego de 21%, enquanto para as mais ricas a taxa é de 4%. Isso significa que as trabalhadoras mais pobres são as maiores vítimas do desemprego.

**TABELA 10 – TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO E DECIS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA – BRASIL – 2004**

Decis de Renda	Taxa de desemprego masculino (%)	Taxa de desemprego feminino (%)	Taxa de desemprego total (%)
1	9	21	15
2	6	15	10
3	5	15	9
4	6	12	8
5	5	11	7
6	4	9	6
7	3	8	5
8	3	6	4
9	3	5	4
10	2	4	3
Total	4	10	7

Fonte: Lavinias e Nicoll (2006:52). Elaboração a partir de dados da Pnad/IBGE.

Dados mais recentes sobre taxas de desocupação¹⁹, apontam a permanência de uma intensa desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Em 2007 a taxa de desocupação dos homens brancos ficou em 5,3%, para os homens negros a taxa ficou em 6,4%. Já para as mulheres os percentuais são bem maiores. As mulheres brancas tiveram uma taxa de desocupação de 9,2% e as negras, 12,2%. Isso significa que as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo desemprego, particularmente as negras (Pinheiro *et al.*, 2008:25).

E como destacam estes autores, “a dificuldade de ter acesso ao mercado de trabalho começa cedo para a população feminina”. Tanto que em 2007 a taxa de ocupação para as mulheres jovens de 16 e 17 anos era de 69,4%. Entre os homens da mesma faixa etária a taxa de ocupação era de 81,1% (*idem*, 26).

Um indicador importante para se analisar a inserção no mundo do trabalho é a quantidade de horas trabalhadas. E, como constata Lena Lavinias e Marcelo Nicoll (2006:48), “jornadas semanais de trabalho mais curtas são características de uma inserção precarizada e do acesso instável e irregular ao mercado de trabalho, e têm como corolário a reprodução da pobreza”. De fato, como mostram os dados da Tabela 11, quanto mais pobres as mulheres, menor a jornada de trabalho que possuem. Importante notar que nessa jornada não se está considerando o trabalho doméstico feito na própria casa.

¹⁹ A taxa de desocupação mensura a proporção de pessoas desempregadas ou à procura efetiva de emprego.

TABELA 11 – NÚMERO MÉDIO DE HORAS TRABALHADAS* NA SEMANA, SEGUNDO O SEXO E DECIS DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* – BRASIL – 2004

Decis de Renda	Média de horas de trabalho masculino	Média de horas de trabalho feminino	Média total de horas trabalhadas por ambos os sexos
1	40	26	34
2	44	30	39
3	45	32	40
4	45	35	41
5	46	36	42
6	46	38	43
7	46	38	43
8	46	38	43
9	46	39	43
10	46	39	43
Total	45	37	42

Fonte: Lavinás e Nicoll (2006:48) a partir de dados da Pnad/IBGE 2004.

* Para o cálculo dessa média de horas trabalhadas não é somado o tempo gasto com o trabalho doméstico no próprio domicílio.

Como se pode observar na Tabela 11, a variação de horas trabalhadas entre os homens é bem menor que a variação que ocorre entre as mulheres. Os homens no decil de renda *per capita* familiar mais baixa trabalham apenas seis horas a menos que os do decil de renda mais elevado. Já as mulheres mais pobres, em média, trabalham 13 horas a menos que as mais ricas. Assim, quanto menor a renda familiar maior tende a ser a precarização da inserção feminina no mercado de trabalho. Isso porque os trabalhos com jornadas reduzidas são em geral informais (sem direitos), temporários e com baixa remuneração, o que contribui decisivamente para a retroalimentação da pobreza.

E a feminização da pobreza tem um impacto multiplicador na sociedade, na medida em que vem crescendo entre a população pobre o número de famílias uniparentais, com a mulher como responsável pelo sustento. Sônia Rocha (2005:159) constata que em 1992 cerca de 24% das famílias pobres no Brasil eram chefiadas por mulheres e em 1999 esse percentual tinha aumentado para 31%.

A Tabela 12 evidencia que o número de famílias uniparentais em que somente a mulher tem a responsabilidade de sustentar, educar e cuidar dos filhos é muito maior nos primeiros decis de renda familiar *per capita*, ou seja, entre as famílias mais pobres.

**TABELA 12 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS DO TIPO “MÃE SEM CÔNJUGE”
SEGUNDO O DECIL DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* –
EM % E NÚMERO ABSOLUTO – BRASIL 2004**

Decis de renda	Número de famílias no decil de renda (número absoluto)	Famílias do tipo “mãe sem cônjuge” (em %)	Famílias do tipo “mãe sem cônjuge” (número absoluto)
1	4.608.514	37	1.705.150,18
2	4.070.291	20	814.058,2
3	4.430.610	19	841.815,9
4	5.170.932	24	1.241.023,68
5	5.110.012	20	1.022.002,40
6	6.236.657	16	997.865,12
7	5.797.243	16	927.558,88
8	6.054.092	15	908.113,8
9	6.479.951	13	842.393,63
10	6.880.604	11	756.866,44
Total	54.838.906	18	9.871.003,08

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Pnad/IBGE 2004 tabulados por Lavinás e Nicoll (2006:72).

Como mostra a Tabela em 2004 quase 40% das famílias com renda mais baixa eram do tipo monoparentais com chefia feminina. Em números absolutos isso significava 1.705.150 famílias. Já no decil de renda mais elevada o percentual deste tipo de família era de apenas 11%, totalizando 756.866 famílias. E essas famílias pobres com esse perfil são um dos grandes focos das políticas compensatórias no país, como é o caso do Programa Bolsa Família.

No próximo item se pretende analisar a focalização das políticas sociais do Estado, uma vez que esse fenômeno faz parte do receituário neoliberal e, em nossa avaliação, contribui para desconstruir a compreensão da pobreza como decorrente do próprio processo de acumulação capitalista, que alicerçou as lutas sociais e mesmo processos revolucionários na América Latina no século XX. Desse modo as análises e as iniciativas estatais se concentram nos efeitos e não nas causas do empobrecimento, o que resulta em ações, na melhor das hipóteses, paliativas e/ou restritas a uma pequena parcela da população. No Brasil, as mulheres, na medida em que estão sobre representadas entre os 10% mais pobres, entre os desocupados da PEA e entre os que têm piores rendimentos ou mesmo rendimento negativo, são um alvo privilegiado das políticas focalizadas de combate à pobreza, que passam a caracterizar a política social do país no contexto neoliberal, como se verá no próximo item.

FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Segundo Anete Ivo (2006), a temática da pobreza ganha destaque na história do Brasil em três momentos consecutivos: o primeiro entre as décadas de 1970 e 1980, marcado pela luta democrática da abertura política e de explosão dos movimentos sociais reivindicatórios dos direitos cidadãos. O segundo foi o período de ajustes institucionais da década de 1990, que gerou na prática mais exclusão, fomentando a perda de sentido de organização da vida e menor credibilidade política, e de desordem social. O terceiro momento seria em fins da década de 1990, quando se tem uma estabilidade econômica importante, mas não suficiente para combater os efeitos perversos da ação de desregulação, surgindo a necessidade de ações que contemplem novas formas de integração e coesão social.

O segundo momento de emergência da questão da pobreza dá-se num contexto de políticas neoliberais e ruptura do modelo que caracterizou a construção parcial do Estado social, no Brasil, instituído no pós-guerra, segundo Anete Ivo (2006).

O centro dessa mudança situa-se na ruptura da proteção através das reformas da Previdência, afetando fundamentalmente os direitos dos trabalhadores protegidos e na reorientação da concepção de universalidade das políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios de assistência focalizada na linha da pobreza segundo diferentes públicos (Ivo, 2006:65).

Para a autora, este período representou uma vivência controvertida entre democracia reafirmando-se enquanto valor moral e práticas política e econômica de “negação” dos direitos sociais, afetando a participação da comunidade nacional pela via do trabalho. Dessa forma, no contexto neoliberal as ações políticas contra a pobreza sofreram uma reconversão ganhando um caráter compensatório e focalizador.

A contradição também se instala entre os direitos sociais conquistados na Constituição Federal, promulgada em 1988, e a orientação neoliberal da política macroeconômica. No final da década de 1980 pela primeira vez na história do país a legislação garantiu a universalização de direitos básicos como saúde, educação e previdência social. Por isso a lei máxima do Brasil ficou conhecida como “constituição cidadã”.

Entretanto, ao prever a universalização das políticas sociais, a Constituição brasileira vai na contramão do neoliberalismo, que prescreve a focalização. Assim, se instala no país um conflito entre a política social e a política econômica, com evidentes prejuízos para a primeira. Conforme André Campos e outros (2008) esse conflito pode ser mensurado pela participação das despesas sociais e das despesas financeiras na despesa efetiva total do Estado brasileiro. Comparando a evolução desses gastos os autores constatam que em 1995 as despesas

sociais tinham uma participação de 59,3% na despesa efetiva total da União, e em 2005 a participação dessas despesas tinha caído para 56,5%. Em contrapartida, a participação das despesas financeiras na despesa efetiva total da União passou de 19,6% em 1995 para 27,2% em 2005. Ou seja, “ao provocar um maior crescimento do gasto financeiro tal política reduziu as chances de ampliação substancial do gasto social” (Campos *et al.*, 2008:156).

A política macroeconômica neoliberal tinha como objetivos reduzir os gastos do Estado, particularmente sociais, para garantir os *superavits* que por sua vez eram transferidos ao setor financeiro principalmente sob a forma de pagamentos de juros. Com isso, a incorporação de novos grupos da população nas políticas de proteção social foi acompanhada pela degradação da qualidade dos serviços, um processo que alguns analistas denominam de privatização “a frio”, ou dissimulada.

Essa degradação esteve na raiz de uma privatização “a frio” dessas áreas da política social, focando a educação básica, saúde e previdência nos grupos populacionais caracterizados pela indigência ou pobreza – os demais grupos passaram a acessar cada vez mais, bens e serviços privados, em busca de parâmetros minimamente adequados de qualidade. Pode-se dizer que a focalização da política social andou de braços dados com a sua privatização no período (Campos *et al.*, 2008:154).

O argumento utilizado para justificar a focalização da política social é de que havia muita demanda para poucos recursos, uma vez que na década de 1990 o PIB brasileiro teve um crescimento medíocre, uma média de 1,6% a.a. Nesse contexto a “escassez” de recursos para os investimentos sociais era apresentada como uma “realidade inquestionável” e não como uma opção de política macroeconômica. Por isso, em nome da “racionalidade, da eficácia e da efetividade” dos gastos públicos deveria se priorizar o atendimento dos mais pobres entre os pobres, evidenciando uma concepção minimalista da proteção social em consonância com a concepção de Estado mínimo, do receituário neoliberal.

Com isso, na década de 1990, ao mesmo tempo em que a política macroeconômica agravava as condições de vida sociais, pelo desemprego e precarização do trabalho, a pobreza e a indigência ganharam “uma centralidade ímpar nas discussões sobre proteção social” (Campos *et al.*, 2008).

Além de focalizada a política social passa a ser composta por vários mecanismos de transferência de renda, evidenciando uma concepção monetarista, que entende pobreza, sobretudo, como escassez de renda. A saída da pobreza e a conquista da cidadania, nessa perspectiva, implicam principalmente obter renda para ser consumidor ou consumidora, portanto na inserção da população pobre no mercado de consumo. Desse modo o combate à pobreza passa a ser feito não por meio de uma política social ampla e universal, como está previsto na Constituição, mas através de programas focalizados.

Sônia Leguizamón (2005) denomina como “focopolítica” estes programas que visam a provisão dos mínimos básicos. Isso porque eles não têm a pretensão de combater as causas do processo de empobrecimento, mas apenas aliviar a pobreza extrema de determinados grupos, identificados como prioritários.

Ao longo da década de 1990 as focopolíticas foram se multiplicando no Brasil. Em 2001, só de programas de transferência de renda, o país contava com cinco: Benefícios assistenciais (para idosos e portadores de deficiência), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, Bolsa alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás, que juntos transferiram 7,3 bilhões de reais em 2001 (Rocha, 2003).

O governo Lula se elegeu em 2002 com o discurso centrado nas políticas sociais, particularmente no combate à fome. De fato se ampliou tanto a quantidade de pessoas atendidas quanto de recursos repassados e os vários programas de transferência de renda foram integrados em um programa: o Bolsa Família. Mas na prática não há uma mudança na concepção norteadora da política social, uma vez que ela segue focalizada em atender os mais pobres entre os pobres, como podemos constatar no próximo item.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família do governo brasileiro, que foi implementado em 2003 no primeiro mandato do presidente Lula, surgiu a partir da unificação de outras iniciativas de transferência direta de renda. O programa consiste em distribuir mensalmente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza um benefício monetário. Podem ser beneficiárias do programa as famílias com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que em maio de 2009 correspondia a R\$ 137,00²⁰.

Para receberem o benefício as famílias se cadastram no chamado Cadastro Único para Programas Sociais. Podem fazer parte deste cadastro as famílias com renda *per capita* mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo brasileiro.²¹ Em 31/1/2009 havia cerca de 17,7 milhões de famílias cadastradas com o perfil de cadastro único, sendo que dessas 16,3 milhões de famílias se encaixavam no perfil do Bolsa Família (renda *per capita* mensal de até R\$ 137,00). Contudo, apenas 11 milhões de famílias recebiam o benefício até o primeiro semestre de 2009, sendo este número ampliado para cerca de 12 milhões de famílias no segundo semestre.²²

²⁰ Valor válido em maio/2009. O valor máximo da renda *per capita* exigido das famílias beneficiárias, bem como o valor dos benefícios pagos pelo programa são reajustados a cada ano tendo como base as elevações do salário mínimo brasileiro.

²¹ O salário mínimo em maio de 2009 era de R\$ 465,00.

²² Utilizamos os dados do PBF de 2009 porque este foi o ano de conclusão deste estudo sobre a face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio.

Os defensores do programa Bolsa Família argumentam que ele não é uma política focalizada porque atende milhares de famílias, beneficiando no primeiro semestre de 2009 aproximadamente 54 milhões de pessoas, o que significa que 1 em 4 brasileiros/as recebe o benefício. Entretanto, a diferença entre o número de famílias cadastradas e as efetivamente beneficiadas demonstra que há uma seleção dos mais pobres entre os pobres.

A escolha das famílias beneficiárias é feita pelas prefeituras dos municípios. A cota de benefícios que cabe a cada município é feita com base na disponibilidade de recursos do programa e na estimativa do número de pobres de cada local. Essa estimativa, por sua vez, se baseia nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O último levantamento feito por este instituto a respeito da condição de pobreza no país é de 2004, nesse ano havia cerca de 22 milhões de famílias pobres com perfil de renda do cadastro único (renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo).

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família, em 2009, variavam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00²³ de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

O Benefício Básico, de R\$ 62,00, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 69,00 por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O Benefício Variável, de R\$ 20,00, é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 137,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, o que correspondia em 2009 a um valor máximo de R\$ 60,00.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00, é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, o que correspondia em 2009 a um valor máximo de R\$ 60,00.

Além de se adequarem ao perfil de renda estabelecido pelo programa, as famílias beneficiárias também se comprometem a cumprir algumas condicionalidades, que são: manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e seguir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

²³ Valores válidos em junho 2009, conforme divulgados pelo Ministério Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br).

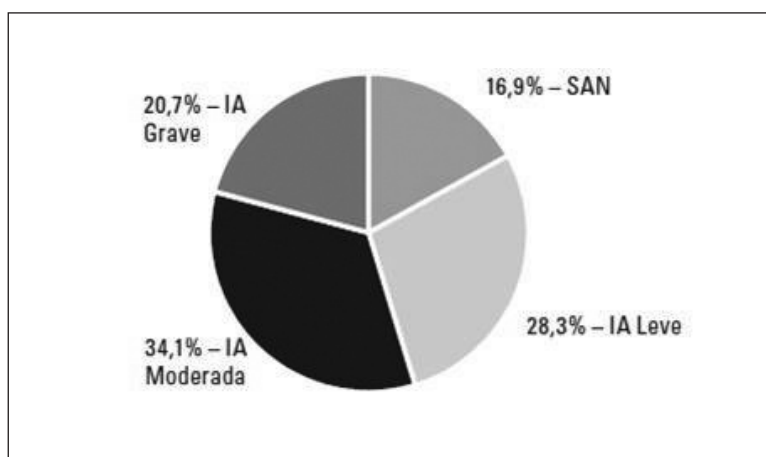
Pesquisas feitas pelo governo brasileiro e por pesquisadores de organizações da sociedade civil constataam que, em que pese o fato de haver denúncias de corrupção, o programa é bem focalizado, porque a maioria das famílias beneficiárias realmente atende aos critérios estabelecidos.

A pesquisa “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiárias”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase traz uma espécie de radiografia da população atendida. O levantamento dos dados foi realizado em 2007 e a publicação dos resultados ocorreu em 2008. Conforme o documento síntese da pesquisa (Ibase, 2008):

- 94% das pessoas titulares do cartão do PBF são mulheres. Titular do cartão é a pessoa responsável por receber o dinheiro do benefício e garantir o cumprimento das condicionalidades;
- 27% das titulares são mães solteiras;
- 85% das mulheres titulares estão em idade economicamente ativa – tem entre 15 e 49 anos;
- 64% das pessoas titulares são negras ou pardas;
- 78% das famílias beneficiárias residem em áreas urbanas e 22% nas rurais. A maior concentração das que residem em áreas rurais (50%) está na região Nordeste;
- 81% das pessoas titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental;
- A maioria das famílias beneficiárias gasta o dinheiro do benefício nos seguintes itens: alimentação, material escolar e remédios;
- 74% da população beneficiada afirma ter ampliado o consumo de alimentos com o programa, ainda assim muitas famílias se encontram em situação de insegurança alimentar, como mostra o Gráfico VI.

Segundo a escala brasileira, a insegurança alimentar grave existe quando há fome entre adultos e/ou crianças nas famílias. Como se pode ver no Gráfico cerca de 21% das famílias beneficiárias do PBF (2,3 milhões de famílias em número absoluto) estão nesse estágio de insegurança alimentar. A insegurança alimentar moderada é quando há restrição na quantidade de alimentos na família. Nesse estágio se encontravam 34% das famílias do PBF (3,8 milhões de famílias) na época da coleta dos dados da pesquisa. A insegurança alimentar leve é quando não há falta de alimentos, mas existe a preocupação em relação ao futuro (não há garantia de que o padrão alimentar se mantenha). 28% das famílias do PBF (3,1 milhões de famílias) estavam nessa situação. E somente 17% das famílias beneficiárias (1,9 milhão) estavam em situação de segurança alimentar e nutricional segundo essa escala brasileira.

GRÁFICO VI – CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA DE ACORDO COM A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR



Fonte: Ibase (2008:8).

No que tange à condição ocupacional da pessoa titular do benefício a pesquisa constatou que 44% delas exerceram atividade remunerada no mês anterior ao da pesquisa, mas somente 16% destas em carteira assinada. Entre as pessoas que não trabalharam de forma remunerada no mês anterior, 68% estavam desempregadas há mais de um ano.

Em síntese, a pesquisa constata que o PBF melhora a condição de vida das famílias beneficiárias, principalmente no que tange ao consumo de alimentos. Entretanto, pela análise do perfil das famílias se confirma que programa “só tem porta de entrada e não de saída”. Ou seja, o Bolsa Família é um típico programa de assistência que visa atender necessidades básicas, mas é insuficiente para retirar as pessoas da condição de pobreza. Nesse sentido, o programa condiz com as orientações de organizações internacionais de erradicação de extrema pobreza, mas não oferece garantias de uma real mobilidade social.

E, na medida em que é um programa em que muitos querem, mas nem todos recebem, estar incluída(o) é um privilégio, não um direito, por isso a pessoa beneficiada desenvolve não a consciência de seus direitos, mas um sentimento de gratidão pelo governo em geral, e pelo presidente Lula em particular, mas isso não se reflete em ampliação da consciência política.

O objetivo do programa Bolsa Família é colocar as pessoas acima da linha da pobreza, mensurar de forma a garantir ao indivíduo apenas as necessidades energéticas básicas, a partir da transferência de renda. Mas estar acima dessa linha de pobreza não dá garantias à população de melhoria de vida. Milhões de

brasileiros estão vivendo no limite dessa mensuração de pobreza. O que se pretende com o programa é apenas aliviar a pobreza dessas famílias beneficiárias, mantendo-as sob controle social, porque o desemprego em massa, o subemprego, a instabilidade no emprego, não ter renda para viver ou a possibilidade de perdê-la expande a zona de vulnerabilidade da sociedade alimentando turbulências (Castel, 1998).

Neste sentido, é que, para Robert Castel (1998), a assistência social sistematiza-se e cresce quando a grande questão social – a coesão – está fragilizada. A fragmentação da sociedade na atualidade pode ser sintetizada, conforme este autor, em três importantes e inquietantes questões sociais:

- 1) a desestabilização dos estáveis;
- 2) a instalação da precarização, como uma das respostas sociais à exigência de flexibilidade, alternando períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, inatividade e ajuda social;
- 3) e a existência de pessoas que poderiam ser chamadas de sobrantes, que não são integradas na sociedade e talvez também não sejam porque foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos.

Pelas características do perfil ocupacional, a maior parte das pessoas titulares do Bolsa Família está na condição de precarização ou de sobrantes, uma vez que entre os que trabalham predomina o emprego informal, temporário e mal remunerado. Mas a maioria, cerca de 60%, está desempregada há muito tempo ou nunca trabalhou.

Como se mostrou anteriormente, mais de 90% das pessoas titulares do PBF são mulheres. O programa prioriza a entrega dos recursos para as mulheres, partindo do pressuposto que elas vão garantir melhor o cumprimento das condicionalidades, uma vez que são basicamente o cuidado com a saúde e a educação dos filhos, atribuições que já são socialmente entendidas como das mães.

Assim, ainda que haja o discurso do empoderamento feminino, porque elas é que controlam o gasto do dinheiro, o programa reforça a maternidade como a principal função social feminina, na medida em que a continuidade do recebimento do benefício não está condicionada à necessidade da mulher adquirir uma habilidade profissional, estudar ou desenvolver atividades que gerem renda. Continua recebendo o benefício quem faz o pré-natal, mantém os filhos na escola, leva-os para vacinar, enfim, a mulher pobre que cumpre bem o papel social de mãe. Nesse sentido, Silvana Mariano e Cássia Carloto (2009:907) constataam que PBF contribui para manutenção dos papéis tradicionais de gênero uma vez que minimiza a responsabilidade dos homens e amplia a responsabilidade das mulheres com o cuidado de crianças e adolescentes.

Os discursos sobre feminilidade e maternidade apropriados pelo PBF com o intuito de potencializar o desempenho de suas ações no combate à pobreza reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução. É preciso que o programa se questione sobre o peso de cada uma dessas categorias para a subordinação e a autonomia das mulheres (Mariano e Carlotto, 2009:906-907).

Vale a pena ressaltar que as mulheres são titulares do benefício não apenas porque o programa é direcionado para isso, mas principalmente porque elas são responsáveis pelo sustento familiar em milhares de domicílios pobres. Esse dado é preocupante porque na sociedade brasileira o aumento da chefia feminina de domicílios em geral não está associado a uma melhoria na condição de rendimentos das mulheres – pode ser decorrente da maior longevidade feminina, do desemprego masculino, do aumento do número de separações, entre outros fatores, nem implica em menor desigualdade de gênero, seja no âmbito público ou privado.

Como constatou a pesquisa do Ibase, mais de 60% das pessoas titulares do Programa Bolsa Família se encaixam no perfil definido por Robert Castel como “sobrantes”, uma vez que não estão excluídas do mundo do trabalho remunerado temporariamente. O que predomina é a situação inversa, elas se incluem no mundo do trabalho temporariamente. E se a quase totalidade dessas pessoas “sobrantes” são mulheres, principalmente chefes de famílias, então nos parece bem pertinente classificar o programa como um instrumento de retroalimentação da pobreza, particularmente da pobreza feminina, operado pelo governo brasileiro. Isso porque o Bolsa Família não oferece mecanismos para a superação da condição de pobreza, que como ressalta Guacira Oliveira (2004) não se resume à escassez de alimentos, uma vez que a fome vem sempre acompanhada de muitos outros problemas.

Para um efetivo combate à pobreza e, em especial, à tendência ainda mais aguda de empobrecimento entre as mulheres é preciso compreender que o problema não se limita ao insuficiente atendimento às necessidades básicas de consumo. A pobreza não é um estado de carência individual ou familiar que impede as pessoas de um acesso adequado aos bens imprescindíveis à satisfação de suas necessidades. Para deixar de ser pobre não basta um programa de bolsas que transfira um pouco de renda para as mãos das mulheres, porque se mantém a exclusão completa da maioria dos bens que a sociedade atual produz, além da violação dos seus direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. Em uma situação de pobreza, a fome – que as estas de alimentos e as bolsas famílias podem resolver – nunca está sozinha. (...) A fome, via de regra, vem acompanhada de humilhação, de desemprego, de *superexploração*, de violência doméstica, de discriminações sexistas e racistas, de cerceamento dos direitos sexuais, de violação dos direitos reprodutivos, da violência estrutural, entre várias outras privações (Oliveira, 2004:295).

E o fato de ter tantas mulheres responsáveis por famílias nessa condição de sobrantes é um importante indicativo de que a população feminina foi a mais

afetada pelas políticas macroeconômicas implementadas a partir da década de 1990, cujas bases seguem sendo preservadas.

Nesse sentido é que nos parece extremamente pertinente a crítica de Sônia Leguizamón (2005) ao discurso do desenvolvimento humano utilizado para justificar as focopolíticas, uma vez que os governos que as mantêm são os mesmos que implementam as políticas neoliberais que, entre outras coisas, engendram a intensificação da feminização da pobreza e da exclusão social. O mesmo Banco Mundial que fomenta esses programas de combate a pobreza estabelece as metas de controle orçamentário que só são atingidas com os cortes de investimentos sociais.

Neste capítulo procuramos evidenciar como o contexto neoliberal foi prejudicial para a sociedade brasileira, particularmente no que se refere ao mundo do trabalho, que sofreu uma grande precarização, sendo a força de trabalho feminina a mais afetada pelo desemprego e subemprego, por conseguinte se intensifica a pobreza feminina. Também analisamos o papel do Estado neste contexto social, evidenciando que o mesmo Estado que implementa as políticas neoliberais, intensificadoras da pobreza e da exclusão social, passa a privilegiar o combate a pobreza em sua política assistencial mas de forma focalizada, e como as mulheres são maioria entre os pobres elas são um alvo privilegiado dessas focopolíticas. Esse mesmo contexto neoliberal que fomentou a intensificação da pobreza e da exclusão social foi muito favorável à expansão do agronegócio no país. Como o objeto de estudo desta pesquisa é a relação entre o enriquecimento do agronegócio e a pobreza feminina, vamos analisar no próximo capítulo o agronegócio, buscando compreender seu processo de territorialização no Brasil e o papel da aliança latifúndio-agronegócio-Estado nesse processo.



CAPÍTULO IV:

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Quando se analisa o meio rural brasileiro, constata-se que de fato ocorreram grandes transformações nas últimas décadas que podem ser “lidas” na paisagem, na configuração territorial, na dinâmica social. E essas transformações foram, em grande medida, provocadas pela expansão e intensificação do chamado agronegócio no país.

O avanço do agronegócio pode ser constatado a partir de vários enfoques, entre os quais o aumento da produção/produktividade e da área plantada com produtos de exportação, o crescimento da participação do agronegócio no PIB brasileiro que já ultrapassa os 30%, pela crescente mecanização e tecnificação dos processos produtivos no campo, pelo aumento da integração entre os capitais agropecuários-industriais-financeiros, bem como pela ampliação das cadeias produtivas agroalimentares e de insumos sob controle de conglomerados econômicos, via de regra multinacionais, que dominam parcelas cada vez mais significativas dos mercados em que atuam.

Mas o que é o agronegócio? O que há de novo e o que é velho no chamado agronegócio?

À primeira vista, *agronegócio* é apenas a tradução do inglês *agribusiness*, que, por sua vez, em sentido literal, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Entretanto, esta não é apenas mais uma das tantas expressões do vocabulário inglês que incorporamos em nossa linguagem de forma abramileirada ou mantendo a escrita original. Na realidade trata-se de um conceito, e, como destacou Marco Aurélio Saquet (2007:13), “todo conceito tem uma

história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos (...).” E se faz mister conhecer esse processo para utilizá-lo.

Com a preocupação de historicizar e espacializar os conceitos, consideramos pertinente começar estas discussões evidenciando onde, quando e como surge o termo “agronegócio”, e também quando, como, por que e por quem é importado para Brasil.

O QUE SIGNIFICA, COMO SURGE E COMO SE DIFUNDE O TERMO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Conforme Nivaldo Hespanhol (2007),²⁴ a origem do conceito de agronegócio remonta à década de 1950, nos Estados Unidos. A crescente integração das atividades agropecuárias com a indústria e com setores de serviços tornaram obsoletas as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário. É nesse contexto que os americanos J. David e R. Goldberg (1957) propõem a análise das atividades agropecuárias e agroindustriais em uma perspectiva sistêmica, utilizando a matriz insumo-produto para avaliar as articulações externas da agricultura.

Na perspectiva sistêmica a agricultura é estudada como parte de um sistema complexo, do qual também participam indústrias fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transporte, armazenagem, beneficiamento, bem como uma gama de serviços de assistência técnica, contábil, de logística, de crédito, entre outros. Enfim, articulações à montante e à jusante do processo agrícola propriamente dito.

Vale lembrar que nesse período, pós Segunda Guerra Mundial, se difundiu a chamada “Revolução Verde”, que consistiu em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos. Nesse contexto espaço-temporal, *agribusiness* é o conceito construído por esses pesquisadores estadunidenses que propõem que se veja o processo agropecuário como uma totalidade, “que se divide em antes da porteira (insumos), dentro da porteira (a produção rural), depois da porteira (transporte, armazenagem, industrialização e comércio)” (Rodrigues, 2002, *apud* Suzuki, 2007).

Na década de 1960 essa perspectiva também é adotada por economistas franceses que utilizam o conceito de *filière* (cadeia agroalimentar), para eviden-

²⁴ Os textos de Nivaldo Hespanhol e Júlio Suzuki aqui utilizados fazem parte de um livro, que reúne textos apresentados no III Encontro dos Grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais, realizado em Porto Alegre em 2007, que está no prelo e ainda não tem numeração de páginas.

ciar o encadeamento das múltiplas atividades que compõem o sistema agroindustrial. Conforme Nivaldo Hespanhol (2007), destacaram-se nessa abordagem os trabalhos de Louis Malassis (1968), que analisava a cadeia agroalimentar a partir da integração de quatro subsetores: a) empresas fornecedoras de serviços e meios de produção para a agricultura (crédito, assistência técnica, insumos agrícolas, etc.); b) exploração agropecuária; c) agroindústrias de transformação e alimentícias; e d) distribuição de alimentos e de produtos agrícolas (Michellon, 1999, *apud* Hespanhol, 2007).

No Brasil, de acordo com Nivaldo Hespanhol (2007), o pioneiro no uso dessa perspectiva sistêmica na análise da agricultura foi Alberto Passos Guimarães, em 1978. Na década de 1980 essa vertente analítica passa a ser adotada por diversos autores de várias áreas de pesquisa, que baseavam suas análises no conceito de “Complexo Agroindustrial – CAI”.

Caracteristicamente o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e de insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora de matérias-primas de origem agrícola. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria (Muller, 1987, *apud* Campos, 1999:68).

Além da integração da agricultura-indústria o complexo agroindustrial também engloba a articulação com o setor financeiro, com segmentos comerciais e o Estado. Para José Graziano da Silva (1998), o conceito de CAI não pode ser entendido como a tradução brasileira da abordagem sistêmica, uma vez que esta é estática e o complexo agroindustrial, da forma como é entendido no Brasil tem uma abordagem dinâmica tanto de fluxos intersetoriais quanto entre os vários ramos que o compõem. É importante destacar que no Brasil o conceito de CAI serviu de suporte teórico para densas críticas ao processo de modernização²⁵ da agricultura. Esses estudos não se restringiram a compreender o funcionamento das cadeias produtivas, englobaram os impactos socioeconômicos das mudanças (como, por exemplo, na divisão do trabalho), bem como das permanências (concentração fundiária, por exemplo). Bernardo Sorj, Geraldo Muller, Guilherme Delgado, Tamás Szmrecsányi, José de Souza Martins, Octá-

²⁵ A modernização da agricultura brasileira consiste em um amplo processo de transformação na base técnica da produção agropecuária e na dinâmica das relações sociais no campo, bem como na maior integração entre agricultura e indústria. Esse processo se inicia no pós-Segunda Guerra Mundial e se intensifica na década de 1970, tendo grande apoio do Estado tanto em termos de créditos quanto de infraestruturas. Conforme Graziano (1998) a modernização resultou na própria industrialização da agricultura que passou a depender cada vez menos de condições naturais de solo, clima e relevo, e passou a ser cada vez mais dependente de insumos industriais, que criam de modo artificial as condições favoráveis para a expansão da produção e da produtividade. Mas as mudanças do avanço do capitalismo no campo não se restringiram aos aspectos técnicos, provocou impactos no meio ambiente, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, resultando no agravamento das desigualdades socioespaciais e econômicas, na permanência do latifúndio. Por isso esse processo é conhecido como modernização conservadora (Delgado, 2002).

vio Ianni, José Graziano da Silva, Wenceslau Gonçalves Neto são alguns dos autores que dentro da abordagem socioeconômica contribuíram nessa perspectiva crítica do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, que resultou em mais e maiores desigualdades. O papel do capital no condicionamento das dinâmicas socioespaciais no campo brasileiro também adquiriu centralidade nas análises de geógrafos como Manuel Correia de Andrade, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rosa Ester Rossini, Júlia Adão Bernardes e Roberto Lobato Corrêa, entre outros.

Entretanto, em nenhuma das áreas do conhecimento se usava o conceito de “agronegócio” para se referir à articulação de capitais propulsora de grandes transformações no processo produtivo agrícola e, por conseguinte, nas relações sociais e na organização socioespacial, tanto do campo quanto das cidades, das regiões modernizadas do Brasil.

Conforme Nivaldo Hespagnol (2007), o emprego do termo “agronegócio” no Brasil ocorre a partir da última década do século XX, quando entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial, como CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e Abag – Associação Brasileira do Agronegócio, passam a difundir-lo entre os associados, no mercado financeiro, nos órgãos governamentais e na mídia. Assim, se populariza o uso da palavra agronegócio para designar “o conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna” (*idem*).

Uma das entidades que mais se empenham na difusão do termo agronegócio com esse significado é a Associação Brasileira de Agribusiness – Abag, fundada em 1993. Conforme Antônio César Ortega (2005) desde o início da década de 1980 alguns líderes do movimento associativo do empresariado rural e agroindustrial já trabalhavam na perspectiva de constituir uma entidade que “representasse todas as cadeias do agronegócio brasileiro, desde as indústrias de insumos agropecuários até as empresas de distribuição”. Entre essas lideranças o autor destaca Ney Bittencourt Araújo, empresário da área de grãos e sementes, e Roberto Rodriguez²⁶, na época presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e empresário agroindustrial. E foi no contexto da disputa de interesses sobre a questão agrária, que marcou a elaboração da atual Constituição brasileira, que foi plantada a semente da Abag.

Na época se formou uma “Frente Ampla da Agricultura”, que na prática era uma articulação de diversos segmentos econômicos e políticos contra a reforma agrária, defendida por movimentos sindicais e sociais. A Frente saiu vitoriosa

²⁶ Em 2009 era coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp, Professor do Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal/SP. Ex-ministro da agricultura. Como empresário do agronegócio tem investimentos em várias áreas com destaque para produção de cana e álcool.

da Constituinte na medida em que conseguiu limitar a possibilidade de apropriação às chamadas “terras improdutivas”, cuja definição se baseia em critérios imprecisos e indicadores desatualizados, tanto que teve pouca aplicação prática até os dias atuais.

Importante ressaltar que essa articulação, apesar de na época ser hegemônica pela UDR – União Democrática Ruralista, foi a expressão política da unificação de múltiplos interesses rurais e urbanos em torno da defesa da propriedade privada como princípio estruturador do Estado de Direito no país. Foi para defender essa bandeira que se constituiu uma aliança elitista entre o campo e a cidade.

A burguesia urbana cerrou fileiras com a burguesia agrária na Constituinte porque o direito à propriedade privada estava em jogo, mas não é por isso que se vai confundir UDR com a FIESP. A produção de alguns grandes conglomerados é significativa, mas muitos deles utilizam a terra somente para obter recursos subsidiados ou como reserva de valor (Martine, 1990, *apud* Ortega, 2005:77).

Passado o processo constitucional, a UDR fica enfraquecida tanto porque sua principal reivindicação já estava atendida – a garantia do direito de propriedade – quanto porque tinha sua imagem estigmatizada, associada à violência rural, o que dificultava o diálogo com setores mais modernos da agricultura, principalmente o setor agroindustrial. É nesse contexto que ganha força a proposta de uma entidade que reunisse todos os segmentos do *agribusiness*, como explica Antônio César Ortega (2005).

Diversas organizações por produto que haviam tomado parte do lobby agrário durante o período constituinte (1986-1988) formaram a chamada Frente Ampla da Agricultura. Mais tarde, esses grupos foram convocados para criar a Abag, o que, em certo sentido, pode ser visto como tentativa de se institucionalizar a Frente Ampla e torná-la uma organização de caráter vertical, independente das organizações tradicionais de corte horizontal, unitarista, exclusivista, representante apenas do setor agropecuário, e não de toda a cadeia produtiva do agronegócio (Ortega, 2005:86).

Assim, a Abag, que tem sua origem vinculada a uma conservadora articulação política contra a reforma agrária na Constituinte, surge no cenário nacional como símbolo de um novo padrão de organização do empresariado rural e agroindustrial, que tem como prioridade pautas econômicas e “não ideológicas”, como mecanismo de atuação o diálogo com a sociedade civil e com governos e como missão “conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião para a importância e complexidade do *agribusiness* e a sua relevância no desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de tratá-lo sistemicamente” (Ortega, 2005:88).

Na avaliação de Antônio César Ortega (2005), a Abag não consegue ser hegemônica na representação do interesse do patronato rural principalmente

por privilegiar interesses agroindustriais e dar menor ênfase aos interesses agropecuários. Ainda assim, é uma importante articulação do agronegócio e deste com governos, tanto que seu ex-presidente Roberto Rodriguez foi ministro da agricultura no primeiro governo Lula. A entidade representa o agronegócio no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) e o principal evento da Abag, a feira internacional Agrishow, realizada em Ribeirão Preto – SP, é uma referência na difusão de novas técnicas e tecnologias para os diversos complexos agroindustriais.

A capacidade da ABAG de articular amplos setores na defesa do agronegócio pode ser medida pela diversidade do perfil de associados, que inclui bancos e empresas públicas, como Banco do Brasil, Petrobras e Embrapa, grupos de comunicação como o Estado de São Paulo e a Rede Globo, a Pricewaterhouse – uma consultoria muito influente no mercado financeiro e nas decisões de investimentos de grandes empresas –, a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BMF e uma instituição de ensino de renome na formação de profissionais da área de agronomia, a Fealq vinculada à Universidade de São Paulo – USP. Isso sem contar as grandes empresas nacionais e multinacionais da indústria para agricultura ou da agroindústria que atuam no Brasil. A relação completa dos 58 associados da entidade pode ser vista nos anexos desta pesquisa.

O resultado dessa articulação de capitais entre si e com o Estado é o aumento dos investimentos nos diversos complexos agroindustriais, o amplo apoio institucional que o agronegócio recebe das mais distintas esferas governamentais e a difusão no imaginário social da representação do agronegócio como corolário de desenvolvimento rural e de riqueza para o país.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta nesse resgate da história da construção do conceito de agronegócio no Brasil é o contexto político e econômico da década de 1990, caracterizado pela implementação de um conjunto de reformas neoliberais, a reboque das determinações de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial.

Conforme se analisou no capítulo anterior na década de 1990, contexto do maior avanço neoliberal no Brasil, o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a intensificação dos processos concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos impactos socioespaciais. Nesse sentido, é que consideramos pertinente considerar o agronegócio como a face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro.

Nessa perspectiva, é bastante pertinente a observação de Carlos Walter Porto Gonçalves de que não se pode confundir agronegócio com agricultura, afinal “cultura está associada à distribuição de riqueza no sentido forte da palavra e não necessariamente a negócio. Eis o contraste entre a *agricultura* e o *agronegócio*” (Golçalves, 2004:245).

AGRONEGÓCIO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E MULTIDISCIPLINAR

A partir desse breve resgate do contexto socioeconômico em que o uso do termo agronegócio se difunde no país, pode-se constatar que no Brasil seu significado extrapola a tradução literal de *agribusiness* e *filière*, na medida em que traz em seu cerne um evidente recorte de classe, um modelo de política-econômica para o país e uma estratégia de ocupar e condicionar os usos de espaços cada vez mais amplos em todas as regiões brasileiras.

Do ponto de vista da divisão de classes sociais, o agronegócio é atrelado às classes dominantes nas diferentes escalas. O caráter elitista do agronegócio brasileiro ganhou visibilidade no processo da Constituinte em que tanto grupos empresariais quanto latifundiários se uniram para inviabilizar a possibilidade de uma reforma agrária ampla e efetiva no país. Mas também se evidencia nos discursos de seus líderes de combate às lutas dos movimentos sociais; nos *lobbies* para impedir aprovação de leis favoráveis aos trabalhadores como a lei que prevê desapropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo; nos *lobbies* para garantir renegociações de dívidas favoráveis aos grandes proprietários rurais e extremamente prejudiciais aos cofres públicos; na defesa de projetos que beneficiam grandes grupos econômicos em detrimento de populações, como é o caso da transposição do São Francisco no Nordeste do país.

As empresas e pessoas físicas vinculadas ao agronegócio são, via de regra, detentoras de propriedades rurais e/ou urbanas, de indústrias, de ações e outras aplicações no mercado financeiro, de múltiplas formas de riqueza, de modo que há uma base material que justifica seu caráter elitista.

Evidentemente que, como integrantes das forças políticas dominantes, os grupos empresariais e empresários/as do agronegócio produzem discursos que escamoteiam esse caráter de classe, e se apresentam como agentes meramente econômicos, quando na verdade também atuam na esfera política, incidindo sobre as decisões governamentais desde a escala local até a nacional, e produzem ideologia. Na acepção marxista desse conceito, com a qual concordamos, a ideologia está sempre associada ao uso das ideias para dominar, para velar e/ou inverter a realidade.

O conceito de ideologia em Marx é inseparável dos seguintes elementos:

- ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais (Iasi, 2007:81).

Nesse caso, se difunde a concepção de que o agronegócio é o grande motor da economia brasileira, quando, na verdade, responde por menos de 1/3 do PIB nacional²⁷ ainda que em alguns Estados e em muitos municípios de fato seja a principal força econômica. E se alardeia que o sucesso do agronegócio é bom para o país, de modo que os interesses dos capitais investidos nos seus diversos ramos de atividade aparecem como sendo interesse nacional. E os setores sociais que se contrapõem ao agronegócio aparecem como sendo inimigos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Bernardo Mançano Fernandes (2004:01) define agronegócio como “uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”. Nesse sentido, a difusão do agronegócio como algo fundamental para o progresso do país tem evidentes interesses de tirar da agenda política e social do país outras concepções de agropecuária, como explica Nivaldo Hespanhol (2007).

O termo “agronegócio” passou a ser utilizado de maneira cada vez mais ampla pela mídia e pelas organizações que representam os interesses dos agentes direta e indiretamente vinculados aos complexos agroindustriais do país a partir dos anos 1990, num esforço estratégico para demonstrar a competitividade e a importância do agronegócio, se contrapondo assim, aos interesses dos movimentos sociais que demandam a democratização do acesso a terra por intermédio da reforma agrária.

No que tange à política-econômica, o agronegócio defende as propostas neoliberais que resultam na abertura de novos *locus* de acumulação de capital, como as privatizações e as parcerias público-privadas, bem como a redução do papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, no controle de recursos naturais e na garantia de direitos sociais universais, como saúde e previdência. Entretanto, reivindica políticas protecionistas, créditos subsidiados e investimentos estatais para viabilizar maior capacidade produtiva e rentabilidade aos setores do agronegócio. As forças hegemônicas do agronegócio no Brasil defendem que a base da economia do país deve ser a produção e a exportação de

²⁷ Conforme Hespanhol (2007), a participação do agronegócio no PIB nacional varia de 27 a 35%, de acordo com os critérios que são empregados para o seu dimensionamento. Guilhoto *et al.*, (2006), analisando a participação do agronegócio no PIB brasileiro entre 1995 e 2003, constata que no início da série temporal o PIB do Agronegócio correspondia a 30,1% e no final a 30,6%.

commodities. E é nessa perspectiva que intervêm nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial, tributária e trabalhista no país.

Quanto à dimensão espacial, o agronegócio busca continuamente ampliar seus territórios e, nos espaços apropriados, tem o poder de condicionar a produção e distribuição da maior parte da riqueza, contribuindo também para o seu reverso, a produção da pobreza.

Levando em conta todos esses elementos, é um equívoco considerar qualquer produção agropecuária ou agroindustrial como agronegócio, como tem sido feito aleatoriamente pelos meios de comunicação e por várias instituições públicas e privadas. Em nossa concepção, faz parte da estratégia ideológica do capital, empregado no agronegócio, o uso generalizado desse termo. Com isso, para o senso comum a produção de alimentos vai se tornando sinônimo de agronegócio.

A participação de representantes da agricultura familiar em eventos do agronegócio contribui para criar essa confusão no imaginário social, mesmo que esta não seja a intenção dos governos que propõem e das organizações que aceitam. Também contribuem para ampliar essa confusão estudos que, inclusive no intuito de mostrar a importância da pequena agricultura na geração de alimentos, emprego e renda, dividem o agronegócio em patronal e familiar (Guilhoto *et al.*, 2006). Os agricultores que consomem insumos e máquinas modernos não podem ser confundidos com o agronegócio, caso contrário todos nós, consumidores de mercadorias, seríamos capitalistas.

Mesmo unidades agrícolas familiares integradas aos complexos agroindustriais como fornecedoras de matéria-prima não podem ser rotuladas genericamente como representantes do agronegócio. Via de regra, as famílias que trabalham nessas condições têm grande parte de sua renda apropriada pelos setores industriais devido à imposição de preços abaixo do valor e dos elevados custos de produção, como já demonstraram vários autores (Oliveira, 1986 e 2002; Amin e Vegopoulos, 1986).

Em nossa concepção, o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

Entre os agentes que compõem essa engrenagem capitalista denominada agronegócio estão os agropecuaristas, que controlam processos produtivos em terras próprias e/ou arrendadas, que se dedicam a produzir alimentos-mercado-

ria, ou seja, produzem o que propicia maior lucro, não o que a população necessita ou o que é mais típico da cultura local. Esses “produtores/as rurais”, como gostam de ser chamados, ainda que na maioria dos casos não se envolvem nos processos de produção propriamente dita e sim na gestão dos negócios, apesar de terem poder econômico e político nas escalas local e regional, por concentrarem terras e outras formas de riqueza, não constituem os detentores dos capitais hegemônicos no agronegócio brasileiro. Isso fica evidente quando se analisa a composição do Produto Interno Bruto do agronegócio. Dados de 2003²⁸ indicam que “os insumos representam 6,6%, a produção agropecuária perfaz 31,1%, a indústria 30,3% e os serviços participam com 32% do total” do PIB do agronegócio no Brasil.

Além disso, o processo de valorização dos capitais investidos nos distintos ramos do agronegócio segue a mesma lógica de outros setores econômicos sob a égide do capital. Ou seja, se baseia na relação social típica do modo capitalista de produção: a exploração do trabalho pelo capital, a extração de mais-valia (Marx, 1985). Essa é a relação social hegemônica nos processos produtivos do agronegócio. Portanto, quando se considera a escala mundial e nacional, que são as escalas da maioria dos mercados do agronegócio, as atividades alicerçadas em relações de trabalho familiares, em que os produtores têm a propriedade dos meios de produção, não são centrais nos produtos do agronegócio, são periféricas. O que não impede que, em uma escala local, as atividades da agricultura familiar tenham relevância na produção de excedentes econômicos e movimentem a economia.

Nesse sentido, simplificar o agronegócio como sinônimo de negócios com produtos agropecuários é desconsiderar seu viés elitista, sua dimensão político-ideológica, o modelo de política econômica em que se insere, sua complexa articulação interna e com outros setores da economia e sua capacidade de expansão espacial por meio da construção de territórios, nos quais tem o poder de, entre outras coisas, incluir ou inviabilizar a agropecuária e agroindústria alicerçada no uso da força de trabalho familiar.

Todavia, nos parece necessário entender que agronegócio não pode ser caracterizado apenas como “agricultura capitalista”. Trata-se, evidentemente, de uma forma capitalista de produção agrícola, mas que possui características bem demarcadas. Uma dessas características é o fato de que o agronegócio envolve uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada de um lado, por um contexto de globalização neoliberal em que os capitais têm ampla liberdade de

²⁸ Dados da CEPEA-USP, referentes ao ano de 2003 e apresentados por Silva e Nonnenberg, 2007, *apud* Hespanhol, 2007.

circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do mundo do trabalho em todos os países capitalistas. Por outro lado, o agronegócio se viabiliza por meio da apropriação de espaços nos estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades.

Nesse sentido, propomos uma perspectiva de análise do agronegócio que tenha um caráter multidisciplinar, levando em conta aspectos político-ideológicos, socioeconômicos e espaciais. E uma abordagem crítica, preocupada em revelar os interesses que estão por trás dos discursos e das ações, compreender as estratégias utilizadas para se consolidar e se expandir territorialmente, além de evidenciar a multidimensionalidade de seus impactos.

Feita essa tarefa de “limpar o terreno” do agronegócio, no campo conceitual, consideramos necessária uma breve discussão sobre o conceito de “território”. Isso porque no contexto neoliberal, com a menor intervenção estatal, o que está longe de dizer sem a colaboração do Estado, cresce substancialmente a capacidade de agentes privados de ocupar e estabelecer prioridades de uso de vários espaços no Brasil, construindo e/ou ampliando territórios, em diferentes lugares do país. Entre esses agentes estão os conglomerados que compõem o agronegócio.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1994:251), “etimologicamente Território deriva do latim *Terra e Torium*, significando terra pertencente a alguém”. Per-tencer não necessariamente no sentido de propriedade, mas de apropriação.

Essa apropriação de um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido, o conceito de território vincula-se a geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade. (...) Os dois significados podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente (*idem, ibidem*).

Nas últimas décadas têm-se difundido a concepção de que a construção de territórios não é uma prerrogativa exclusiva dos estados. Um dos autores que defendem essa mudança de paradigma é Claude Raffestin (1993), para quem o Estado é sem dúvida um ator sintagmático uma vez que “está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (*idem*:152). Mas enfatiza que há uma multidimensionalidade do poder, uma vez que outros atores, como as empresas e os indivíduos, também constroem território.

Conforme Rogério Haesbaert Costa e Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) a construção de um território implica em um processo, ao mesmo tempo, de domínio (político-econômico) e de apropriação (simbólico) do espaço. Além disso, por serem espaços de poder os territórios não são permanentes. Isso exige

de quem detém o poder a contínua elaboração e implementação de estratégias para mantê-lo. É nessa perspectiva da multidimensionalidade do poder que se pretende analisar a territorialização do agronegócio no Brasil.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Corroboramos com a tese de Rogério Haesbaert Costa e Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) de que são inerentes ao capitalismo seu caráter desterritorializador e globalizador, uma vez que para o capital territorializar-se em geral promove desterritorializações: das formas não capitalistas de produção e circulação de produtos, entre os quais os alimentos; das pessoas, especialmente de trabalhadores e trabalhadoras, que se deslocam tanto porque são excluídos quanto porque são atraídos pela possibilidade de novas formas de inclusão; de técnicas e tecnologias que se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor é mais amplo e/ou acelerado; de identidades socioculturais uma vez que estas são atreladas ao modo de vida que é transformado para se adequar às necessidades do capital que se territorializa. Exatamente porque vem acompanhado de muitas desterritorializações esse processo implica sempre em muitos conflitos. Aliás, como observa Rogério Haesbaert Costa (2004) o processo de territorialização, à medida que se baseia em uma relação de poder, produz sempre um cenário conflituoso.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (Costa, 2004:259).

A territorialização do agronegócio, que também é marcada por muitos conflitos, ocorre à medida que segmentos da sua complexa articulação de capitais se apropriam dos espaços. Essa apropriação pode incluir ou não a propriedade de áreas. Como exemplos se pode citar a instalação de segmentos industriais (como agroindústrias, fábricas de fertilizantes e de máquinas agrícolas), de serviços (como empresas de comercialização e armazenamento, de assistência técnica, de transporte, revenda de insumos, crédito, entre outros), e o setor de produção agropecuária propriamente dita. É necessário ressaltar que o agronegócio não é apenas uma articulação de capitais, mas também de técnicas, associadas aos processos de trabalho, dos distintos segmentos capitalistas que o compõem. E, como constatou Milton Santos (1997), “as técnicas são solidárias, quando se impõe uma técnica, cria-se a obrigação de trazer outras, sem as quais aquela

não funciona bem”. Além dessa solidariedade técnica, há uma interdependência entre os capitais, uma articulação sistêmica, de modo que o processo de valorização de um está associado ao desempenho do outro. Esses fatores fazem com que a territorialização do agronegócio ocorra em bloco, um segmento nunca se instala de forma isolada.

Segundo Milton Santos (2003) a moderna “agricultura científica”, baseada na ciência e na técnica, tem como pré-requisitos o fornecimento do segmento de insumos químicos, máquinas, equipamentos, projetos de irrigação ou drenagem, técnicas de correção de solo, crédito, assistência técnica, entre outros. E após a produção se impõe a necessidade de uma rede de transporte, armazenagem e comercialização. Quanto mais complexo o bloco de capitais, maior a viabilidade econômica do processo de acumulação e maior o poder de apropriação material e simbólica do espaço, transformando-o em território do agronegócio.

Evidentemente que, como cada segmento do agronegócio é constituído por empresas que concorrem entre si, e entre os segmentos há disputas para abocanhar maior fatia do lucro total, a territorialização é marcada por muitos conflitos internos. Portanto, a solidariedade técnica e articulação sistêmica não eliminam a concorrência e a competitividade típicas do modo capitalista de produção e circulação de mercadorias, ainda que em boa parte dos segmentos atualmente predomine a oligopolização²⁹ dos mercados.

Também é necessário entender que para um determinado espaço ser território do agronegócio não basta a presença física de empreendimentos como os que foram citados. Conforme se evidenciou anteriormente, a construção de território(s) implica, sobretudo, uma relação de poder. Portanto, um determinado espaço torna-se território do agronegócio quando nele os seus segmentos têm o domínio, ou seja, condicionam os usos do espaço; utilizam do poder econômico para adequar as decisões políticas a seus interesses; controlam o mercado de trabalho estabelecendo as condições e as remunerações, que servem de referência para outros setores da economia; atraem ou excluem investimentos de outros setores econômicos; enfim, condicionam o que Milton Santos (1996) define como sendo os dois componentes do espaço, a configuração territorial e a dinâmica social.

A configuração territorial ou configuração espacial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos e aeroportos, redes de comunicação; prédios residenciais, comerciais e industriais, etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. (...) A dinâmica social é dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc., que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo ser humano, isto é, à configuração territorial (Santos, 1996:111/112).

²⁹ Situação em que poucas empresas dominam a maior parte do mercado.

No seu processo de territorialização, o agronegócio se apropria dos espaços que já contam com uma densa configuração territorial, adequando o uso da mesma às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões que já têm tradição de produção agrícola, mas que, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos, bem como ampliaram a integração com segmentos a montante e jusante da produção em escala mundial. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões Sul e Sudeste e parte do Centro-Oeste que já haviam passado por um processo de modernização da agricultura.

Mas o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaços com baixa densidade técnica e demográfica, que constituíam o que Denise Elias e Renato Pequeno (2006:15) denominaram de “lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados”. Segundo estes autores o Sul dos Estados do Maranhão e do Piauí e Oeste da Bahia são exemplos de regiões em que a produção de soja tem promovido bruscas transformações no meio técnico e na dinâmica social. Em todos os casos, a territorialização do agronegócio provoca mudanças não só no campo, mas também nas áreas urbanas das localidades afetadas.

(...) As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas tem o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna sua regulação (Elias, 2006:60-61).

Assim, conforme essa autora, à medida que o agronegócio se espalha no território nacional vão se multiplicando as “cidades do agronegócio” (Elias, 2006). Estas podem ser cidades antigas, que são adaptadas para realizar as novas funções demandadas pelo agronegócio, ou cidades literalmente criadas pelo agronegócio, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães³⁰, no oeste da Bahia. O que caracteriza essas cidades – as antigas e as novas – é o fato de que “as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (*idem*:63).

Mas a incorporação dessas regiões à economia globalizada segue uma hierarquia funcional mundial, em que há as regiões que comandam e as que executam. Os territórios do agronegócio no Brasil, considerando-se uma escala mundial, constituem o que Denise Elias (2006:73) denomina de “regiões do

³⁰ Conforme Elias (2006:65-66) esse município foi criado em 2000, desmembrado de Barreiras, e na época contava com uma população de 10 mil habitantes. Em 2004 já possuía 40 mil habitantes, pessoas atraídas pelas possibilidades de emprego nas atividades agrícolas, basicamente soja, e nas agroindústrias instaladas nesse período.

fazer, jamais regiões do reger”. Isso porque os processos do agronegócio no país seguem determinações e atendem interesses que são alheios aos lugares. De modo que não há ingerência das populações locais nem dos poderes públicos. Estes, aliás, em geral são obedientes às imposições das empresas ou são omissos aos ditames destas.

Assim, enquanto na escala nacional, e principalmente na escala local, os segmentos do agronegócio têm muito poder econômico, no contexto internacional o agronegócio brasileiro não é tão relevante, e isso pode ser confirmado pela reduzida participação país no comércio internacional, como demonstra Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003).

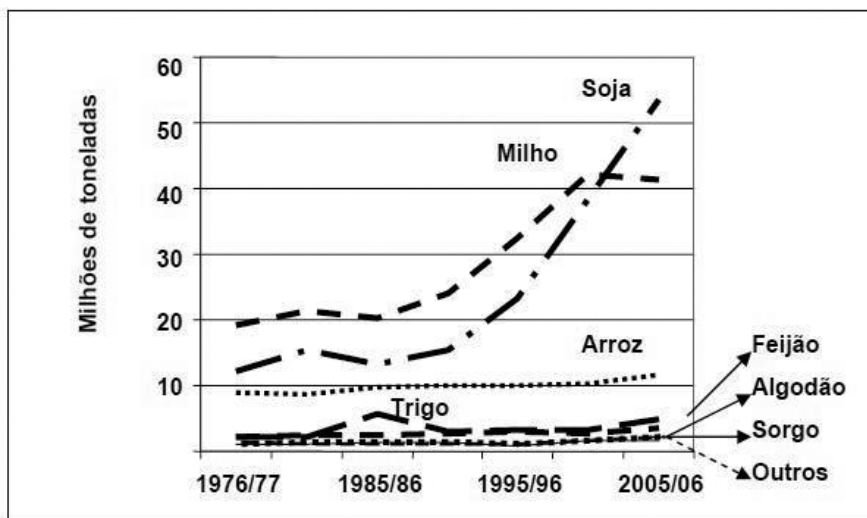
Os dados referentes a 1980 e 1985 indicavam, respectivamente, que as exportações brasileiras (20,1 e 25,6 bilhões de dólares) representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais (1.924,2 e 1.872,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (9,4 e 8,8 bilhões de dólares) representaram 0,48% e 0,47% das exportações mundiais. (...) Em 2002 e 2003, os indicadores apontavam respectivamente, que as exportações brasileiras (60,4 e 73,0 bilhões de dólares) representavam 0,96% e 1,02% das exportações mundiais (6.262,0 e 7.119,0 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (24,8 e 30,7 bilhões de dólares) representaram 0,39% e 0,43% das exportações mundiais. (...) Pode-se afirmar que mesmo em 2003, as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1980, nas exportações mundiais. O que isso quer dizer é que se amplia a produção para continuar com participação inferior em termos percentuais do que antes. O Brasil de 2003, teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1980: 1,2% contra 1,02% (Oliveira, 2003, 125-126).

Isso revela a importância da escala no processo de análise territorial. Pois se no âmbito internacional o agronegócio brasileiro tem pouco peso econômico, no âmbito nacional a realidade é diferente. Isso porque nos lugares que transforma em seus territórios, os segmentos do agronegócio constituem as atividades hegemônicas do circuito superior³¹ da economia (Santos, 2004), controlando os principais fluxos (de mercadorias, incluindo mercadoria-dinheiro, de pessoas, de informação, etc.) e condicionando o uso dos fixos (vias de transporte, estruturas industriais e comerciais, redes de energia e comunicação, etc.). E um número significativo de lugares do interior do Brasil tem se transformado em territórios do agronegócio.

Para se ter uma dimensão da difusão do agronegócio no Brasil, tomemos o exemplo da expansão da produção de soja, o principal produto do agronegócio no país, que pode ser melhor visualizada nos Gráficos VII e VIII.

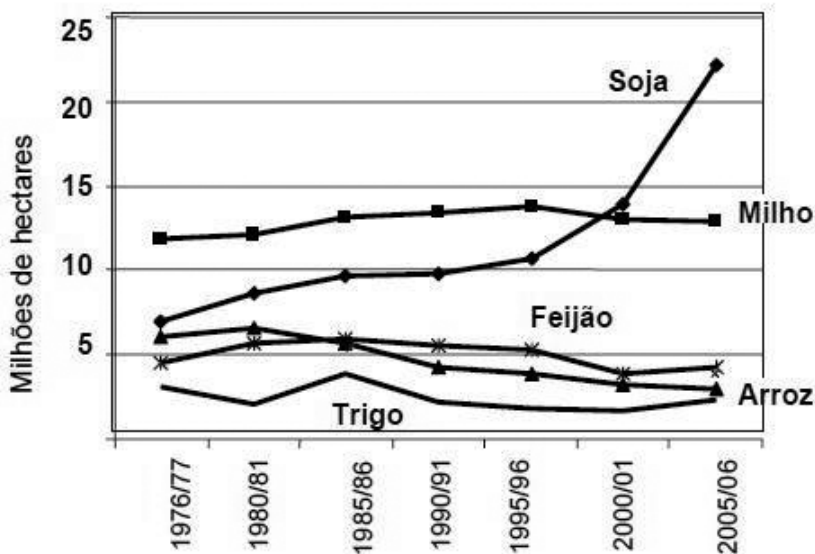
³¹ Conforme Santos (2004:40) o circuito superior é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas, transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não capital-intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”. Os dois circuitos são fruto da modernização tecnológica, mas o superior “consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles”. O inferior “se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (*idem*:38).

GRÁFICO VII – BRASIL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS – SAFRAS 1975/76, 1985/86, 1995/96 E 2005/06



Fonte: Silva e Mesquita (2009).

GRÁFICO VIII – BRASIL – EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA COM GRÃOS



Fonte: Silva e Mesquita (2009).

Como se observa no Gráfico VII, a partir da década de 1990, período em que se implementam as políticas neoliberais no Brasil, ocorre uma acentuada elevação da produção de soja, que é um dos produtos cuja exportação cresceu muito com a abertura comercial empreendida no bojo das reformas neoliberais. Em contrapartida, desde a década de 1970, período em que se intensifica a modernização da agricultura brasileira, a produção de feijão e arroz teve um desempenho bem mais tímido, e estes são os principais alimentos que compõem a dieta alimentar da população do país. E quando se considera a evolução da área plantada (Gráfico VIII) fica ainda mais evidente o predomínio da soja, que duplica a área ocupada a partir da década de 1990 enquanto as áreas plantadas com feijão e arroz sofrem redução nesse período.

A territorialização do agronegócio, independente do segmento que serve como carro-chefe do processo, é sempre acompanhada de muitos conflitos uma vez que produz impactos no meio ambiente, na economia, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, no jogo de interesses políticos, enfim nas relações sociais com e no espaço. Para avançar no seu processo de territorialização, nesse cenário conflituoso, um dos principais mecanismos utilizados pelo agronegócio são as estratégias políticas que, na prática, criam as condições para que os diversos segmentos do agronegócio implementem suas políticas territoriais.

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO AGRONEGÓCIO

No âmbito da política o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização. Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como o financiamento de campanhas eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto na esfera do poder executivo quanto do legislativo.

A adoção dessa estratégia resulta na formação de uma base de apoio multiescalar – desde a escala local, o município, até a nacional – e suprapartidária. Assim, em nome dos interesses do agronegócio – que são defendidos pelos políticos beneficiados como sendo interesses do município, do Estado e do país – se cria uma grande unidade política em que os antagonismos de classe, e suas respectivas representações político-partidárias ficam em segundo plano.

Esse tipo de estratégia não é novidade na política brasileira. Mas, diferentemente de antigas articulações agrárias, que só agrupavam representantes dos chamados partidos de direita, e tinham sua imagem associada ao latifúndio e à violência no campo, a representação política do agronegócio envolve políti-

cos de múltiplos partidos, inclusive dos que têm uma história associada às lutas pelos direitos da classe trabalhadora e em defesa da reforma agrária. Em consonância com a flexibilização econômica e produtiva, característica da globalização neoliberal, a partir da década de 1990 há uma flexibilização de princípios éticos e de programas políticos-partidários que é muito bem aproveitada pelo agronegócio ao utilizar essa estratégia.

Uma das mais importantes “conquistas” do agronegócio, garantida por esse mecanismo de representação política institucional, foi a aprovação da Lei Complementar 87/96, que isenta do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) os produtos primários e semi-elaborados voltados para exportação. Essa lei, conhecida como lei Kandir, numa referência ao economista Antônio Kandir que a propôs quando era deputado federal por São Paulo, foi aprovada em 1996 e é um dos fatores que contribui para o aumento surpreendente das exportações de *commodities*.

Por outro lado, essa lei vem provocando grande redução da receita tributária de estados em que as atividades agropecuárias e agroindustriais para exportação têm elevada participação econômica, pois o ICMS é uma das principais fontes da arrecadação. O governo federal deve repassar aos estados o valor do imposto que deixam de arrecadar com a aplicação da lei Kandir, mas como os pagamentos atrasam ou são repassados em volume muito menor do que o valor isentado, os estados que exportam *commodities* ficam bem prejudicados. Esse é o caso do Mato Grosso – principal produtor de soja do Brasil atualmente, como explica José Bertoldo Brandão Filho (2005).

O valor atual da arrecadação é semelhante ao de 1996, quando Mato Grosso tinha uma participação de 1,94% nas exportações, enquanto hoje se situa entre 8 e 10%. Cabe lembrar que em 2004, 75% das exportações de Mato Grosso faziam parte do complexo sojífero, correspondendo 44% ao grão in natura, 22% ao farelo e 8,98% ao óleo degomado e refinado, significando escassos benefícios diretos ao Estado (Galesso, 2005), resultando em perdas que atingiram 621 milhões de reais em 2003 (Brandão, 2005:147).

A diminuição da receita dos estados implica menos recursos para investimentos sociais, como saúde e educação. Ainda assim, nos debates sobre endividamento dos estados, que estão constantemente na agenda dos parlamentos e da mídia, a revogação da lei Kandir não entra na pauta. Fala-se muito sobre a lei de responsabilidade fiscal e a necessidade dos governantes em promoverem “choque de gestão” para melhorar a aplicação dos recursos cada vez mais escassos, mas nada ou muito pouco se fala sobre quem se beneficia com a redução de impostos.

Além de utilizada pelo agronegócio de forma geral, essa estratégia política eleitoral também é frequentemente usada setorialmente por complexos agroindustriais, como é o caso da área de celulose no Rio Grande do Sul. Nos últimos

anos o crescimento das monoculturas de árvores para celulose no Estado enfrentou muita resistência de movimentos sociais e ambientais. Para garantir as condições favoráveis à expansão do plantio e das fábricas de celulose, as empresas do setor deram generosas contribuições a dezenas de candidatos de distintos partidos nas eleições de 2006. O resultado foi a eleição de um governo e de muitos parlamentares apoiadores destas empresas, como mostram os dados do Tribunal Eleitoral sobre os financiamentos de campanhas dos políticos eleitos nesse pleito no RS.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que pelo menos 21 deputados estaduais e 14 deputados federais do Rio Grande do Sul receberam dinheiro da Aracruz Celulose para o financiamento das campanhas eleitorais de 2006. As informações são prestadas pelos próprios candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE. As três maiores empresas de celulose no Rio Grande do Sul doaram cerca de R\$ 1,360 milhão para 75 candidatos a deputado e governador na última eleição. A empresa finlandesa Stora Enso doou R\$ 103 mil para candidatos a deputado estadual e federal. Já a Votorantim Celulose e Papel, outra grande empresa em fase de expansão na Zona Sul do Estado, destinou R\$ 348 mil às campanhas eleitorais no RS. A Aracruz³² é a campeã de doação. A empresa, que teve sua imagem prejudicada com a invasão da Via Camapesina no dia 8 de março, em Barra do Ribeiro, e com os conflitos com populações indígenas no Espírito Santo, desembolsou mais de R\$ 900 mil nas campanhas dos candidatos gaúchos (Fonte: Agência de notícias Chasque, 23/11/2006, www.agenciachasque.com.br)

Essa base de apoio político estadual, bem como de prefeitos e vereadores dos municípios afetados pelos plantios e atividades industriais, que também receberam doações dessas empresas em suas campanhas eleitorais, garantiu, por exemplo, a elaboração de uma nova legislação ambiental no Estado extremamente permissiva aos investimentos das empresas, aprovada em abril de 2008, em substituição ao zoneamento ambiental relativamente restritivo que havia sido concluído em 2007.

Portanto, as estratégias políticas eleitorais do agronegócio, tanto de forma unitária quanto setorial, são fundamentais para garantir aprovação de legislações favoráveis, a realização de investimentos estatais que beneficiem direta ou indiretamente o setor, e também para impedir a aprovação de medidas que possam contrariar seus interesses. E, apesar das ações de âmbito nacional terem mais visibilidade, a utilização desse tipo de estratégia nas escalas local e regional tem sido determinante para a territorialização do agronegócio, uma vez que é no âmbito do município e do Estado que efetivamente se materializam por exemplo as concessões de terrenos e o não cumprimento das legislações ambientais que poderiam inviabilizar os investimentos.

³² No final de 2009, a Aracruz celulose no Rio Grande do Sul passou a se chamar Celulose Riograndense depois que a fábrica e mais de 200 mil hectares de áreas plantadas da empresa no estado foram vendidas para o grupo chileno Matte, que é proprietário da Companhia Manufatureira de Papéis e Cartões – CMPC.

Outra estratégia política institucional do agronegócio, mas não de caráter eleitoral, é a apropriação de uma multiplicidade de espaços entre os quais se destacam as universidades e outros centros de pesquisa. Tanto nas instituições públicas quanto privadas se criaram muitos programas de pós-graduação sobre agronegócio, a maioria numa perspectiva pouco crítica.

Além disso, em um número significativo de instituições se constituíram grupos de estudo e laboratórios voltados não apenas para estudar o tema, mas para desenvolver pesquisas que resultem em produtos e serviços que efetivamente são utilizados pelo agronegócio nas mais diversas áreas do conhecimento. Sendo que, muitas dessas pesquisas são diretamente encomendadas por grupos do agronegócio, especialmente multinacionais³³, que exigem a garantia de “segredo de resultados”, mesmo quando são desenvolvidas em instituições públicas.

Uma importante estratégia política do agronegócio está relacionada também a ocupação de espaços nos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, internet). Com esses veículos o agronegócio desenvolve uma estratégia comercial, voltada para incentivar vendas de seus produtos, feita pelas empresas individualmente, e também uma estratégia política-ideológica que envolve o conjunto do agronegócio. Nesse caso, a meta principal é criar no imaginário social uma representação que associe agronegócio não apenas à geração de produtos agrícolas para exportação, mas também de emprego, renda e alimentos para o país. Recentemente, inclusive o agronegócio vem adotando o discurso da responsabilidade social e ambiental.

Mesmo quando não há como negar os impactos do agronegócio, por exemplo em relação ao meio ambiente, a ofensiva política-ideológica atua no sentido de criar o consenso de que as vantagens do agronegócio superam as desvantagens, numa análise simplista de custo-benefício que supervaloriza o retorno financeiro dos investimentos e desconsidera os custos socioeconômicos e ambientais. A operacionalização dessa estratégia na mídia ocorre tanto por meio de propagandas quanto da participação frequente, em alguns veículos até cotidiana, de defensores do agronegócio, que de forma explícita ou velada transmitem mensagens que atendem aos interesses do agronegócio. Um aspecto que contribui muito para essa estratégia é o fato de que muitos veículos de comunicação são de propriedade de empresários que também investem no agronegócio, como é o caso da Rede Globo no Brasil, que inclusive é associada da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio).

³³ Um exemplo é a parceria da Monsanto com a Embrapa para o desenvolvimento de variedades de sementes transgênicas mais adequadas às condições de solo e clima brasileiros.

A partir desses exemplos pode-se constatar que as estratégias políticas constituem um mecanismo fundamental para viabilizar a apropriação simbólica e material de uma multiplicidade de espaços, sendo, portanto, um dos fundamentos do processo de territorialização do agronegócio no Brasil. No que tange à estratégia territorial, ou seja, de ampliar a apropriação de espaços, o agronegócio tem dois fortes aliados: o latifúndio e o Estado. O papel dessa tríplice aliança é o objeto de nossa análise na sequência.

A TRÍPLICE ALIANÇA AGRONEGÓCIO-LATIFÚNDIO-ESTADO COMO BASE PARA A EXPANSÃO TERRITORIAL DO AGRONEGÓCIO

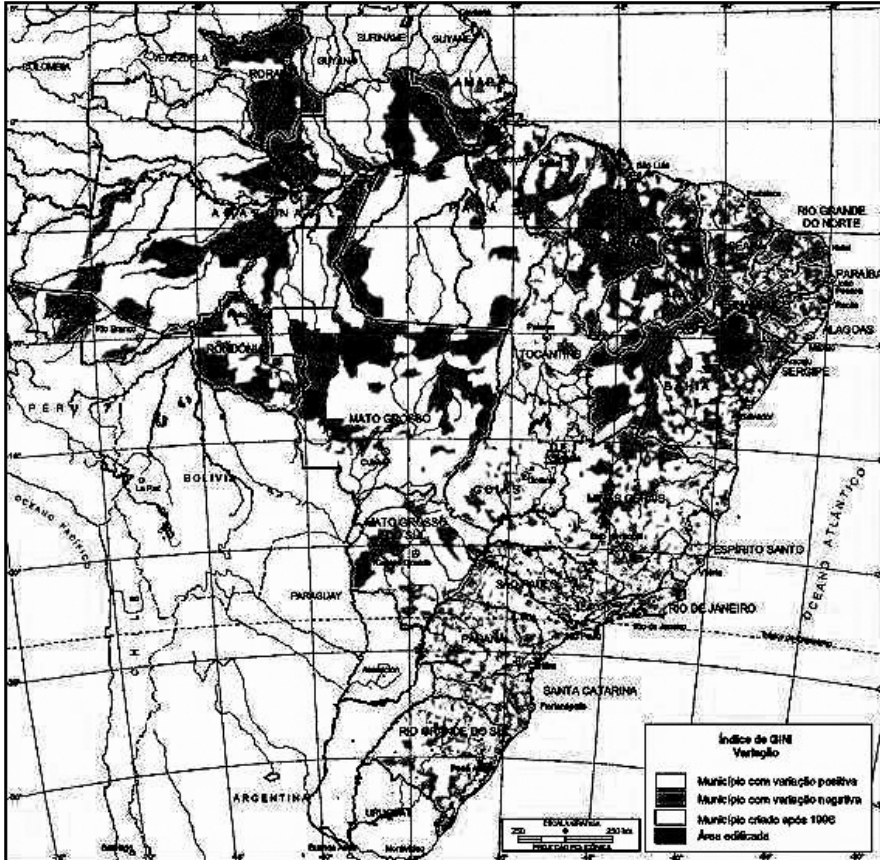
Conforme afirmamos na introdução, as modernas produções do agronegócio no Brasil se desenvolvem sob uma arcaica estrutura fundiária e com o apoio de uma “mão bem visível” do Estado. Portanto, existe no Brasil, e muito provavelmente em outros países latino-americanos, uma tríplice aliança formada pelo agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país, a partir da década de 1990.

A aliança com o latifúndio revela que, no seu processo de territorialização, o agronegócio traz elementos novos – nos aspectos técnicos, nas articulações políticas, na articulação de capitais investidos nos negócios de base agropecuária, entre outros – mas também carrega as heranças da história e da espacialidade do modo capitalista de produção no território brasileiro. Entre essas heranças está o latifúndio³⁴.

A evolução do Coeficiente de Gini de concentração da terra no Brasil é um importante indicador de que o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista não promove desconcentração fundiária. Comparando-se dados do último censo agropecuário (o censo 2006), divulgado pelo IBGE em 2009, com os que foram realizados nas décadas de 1990 e 1980 constata-se que nas décadas anteriores o coeficiente de Gini manteve-se praticamente inalterado, e no período mais recente, que coincide com grande expansão do agronegócio, houve aumento deste indicador. Em 1985 o coeficiente de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil era de 0,857; em 1995 o indicador sofre uma pequena redução para 0,856 e em 2006 passou para 0,872 (IBGE, 2009). O Mapa II permite visualizar o aumento da concentração fundiária no período entre os dois últimos censos agropecuários do país.

³⁴ Latifúndio é usado nesta pesquisa como sinônimo de grande propriedade fundiária, independente de ser produtivo ou não. Essa ressalva é importante porque alguns autores denominam latifúndio apenas as grandes propriedades improdutivas.

MAPA II – COMPARAÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR MUNICÍPIO – BRASIL – CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1995-1996 E 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE (2009).

Como se pode visualizar no Mapa II, na maior parte do território brasileiro ocorreu uma variação positiva do Coeficiente de Gini (áreas claras do mapa) no período dos censos. Os lugares em que houve variação negativa do indicador (manchas escuras do mapa), tem uma contiguidade maior nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país. Quando se observa as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em que o agronegócio domina parte significativa dos espaços rurais, o que “salta aos olhos” é a elevação do coeficiente de Gini. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde se fez o estudo de caso desta pesquisa, o coeficiente de Gini em 1995-96 era 0,762 e em 2006 passou para 0,773.

A intensificação da concentração promovida pelo avanço do agronegócio, entre outros impactos, anula os efeitos das políticas de assentamentos promovidas pelo governo federal, como constatou Horácio Martins de Carvalho (2004) a partir de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Entre 1992 e 1998 a área ocupada por imóveis maiores de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo Fernando Henrique Cardoso afirma ter desapropriado durante os seis anos do período considerado (Carvalho, 2004:51).

A maioria dos imóveis rurais no Brasil é pequena, entretanto os milhares de pequenos estabelecimentos ocupam pouca terra. Enquanto as grandes propriedades correspondem a poucos imóveis, mas ocupam amplos espaços, como se pode constatar na Tabela 13.

TABELA 13 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA – BRASIL – 2003

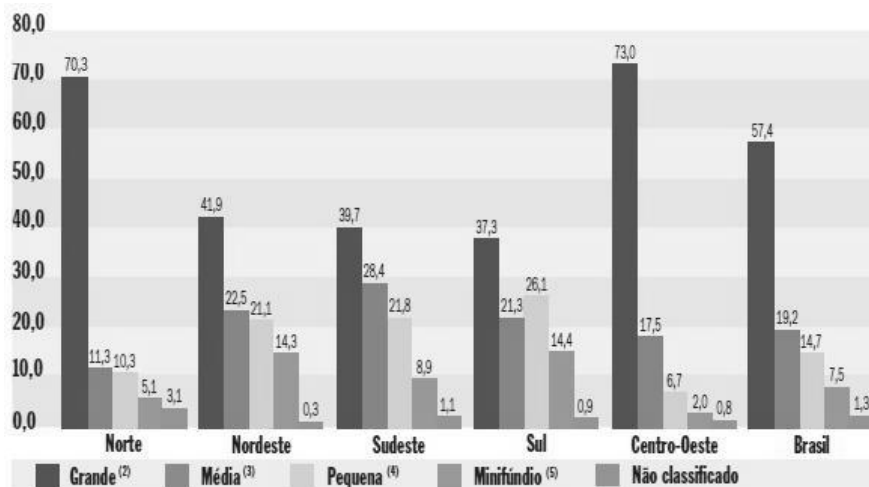
Estratos área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

Fonte: Estatísticas rurais 2008, com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Dieese/Nead – 2008:30).

Na Tabela 13 se pode observar que, por um lado, mais de 50% dos imóveis do país tem até 25 hectares, podendo ser considerados minifúndios, e juntos ocupam apenas cerca de 6% da área total – aproximadamente 27 milhões de hectares. Por outro lado, as propriedades com mais de mil hectares somam apenas 1,7% dos imóveis, mas ocupam 43,7% da área total – cerca de 183,6 milhões de hectares.

O Gráfico IX possibilita uma melhor visualização da desigual distribuição da terra no país, ao mostrar que 60% das terras do Brasil estão em poucas mãos, ou seja, são latifúndios, que na classificação do IBGE formam o grupo “grandes propriedades rurais”.

GRÁFICO IX – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1998 (%)



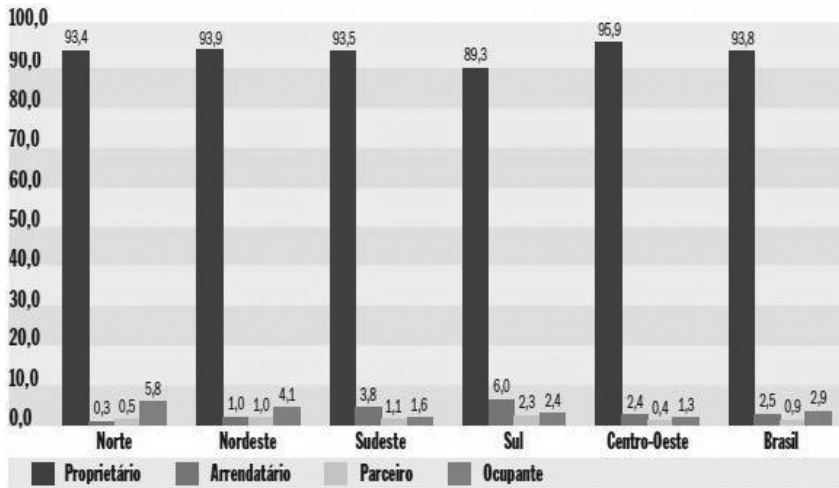
Fonte: Estatísticas rurais 2008, com base em dados do Inbra (Dieese/Nead -2008:31).

Ao se observar no Gráfico IX a distribuição da terra nas regiões verifica-se que no Norte e Centro-Oeste do país estão os maiores percentuais de latifúndios (mais de 70% da terra está no grupo “grande” propriedade), e na região Sul há o menor percentual, mas são muitos latifúndios (37,3% da área é classificada como “grande”). Aliás, em todas as regiões as grandes e médias propriedades reúnem mais de 60% das áreas rurais.

A concentração da propriedade fundiária tem uma profunda relação com a distribuição da renda nos municípios do interior do Brasil. Isso porque as atividades agrícolas constituem a base da economia da maioria desses municípios, entretanto, por controlarem a terra poucos são os que concentram os rendimentos dessas atividades. De fato, como mostra o Gráfico X, o uso da terra no Brasil é condicionado pela propriedade fundiária.

Observa-se no Gráfico X que, quando se considera todo o país, 93% das áreas são usadas pelos proprietários. A região Centro-Oeste é a que apresenta o percentual mais elevado de áreas sendo usadas pelos proprietários, aproximadamente 96%, mas em todas as regiões esse percentual fica em torno dos 90%. A categoria ocupante atinge o maior percentual na região Norte (5,8%), as de arrendatário e parceiro na região Sul, com 6% e 2,3%, respectivamente. Estes dados revelam que a propriedade da terra condiciona o acesso das pessoas à produção agropecuária no país, de modo que a reforma agrária continua sendo fundamental para possibilitar o acesso das pessoas pobres à terra, por conseguinte à agropecuária no Brasil.

**GRÁFICO X – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR –
BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1995-1996 (%)**



Fonte: Estatísticas rurais, com base em dados do IBGE – censo agropecuário (Dieese/Nead, 2008:43).

Na Constituição de 1988, uma das grandes conquistas dos movimentos sociais foi a inclusão do conceito de “função social da terra” na legislação brasileira. Isso implicava que deveriam ser desapropriadas para efeito de reforma agrária áreas que não cumprissem uma série de exigências socioeconômicas entre as quais, um índice mínimo de produtividade agropecuária e o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Entretanto, a aliança agronegócio-latifúndio está transformando em “produtiva”, no sentido capitalista de ser produtora de mercadorias, uma grande quantidade de terras que antes eram classificadas como “latifúndios improdutivos”, por conseguinte promovendo uma elevação do preço da terra. Isso se verifica principalmente nos chamados novos *fronts* de produção de grãos para exportação, como é o caso da região dos cerrados piauienses. Segundo Vicente Alves (2006)

O acompanhamento do preço do hectare de terra nos últimos anos nos principais municípios de produção de grãos, como Uruçuí e Bom Jesus, permite constatar a valorização dessas áreas, particularmente as dos platôs, mais procuradas para a agricultura moderna. Atualmente um hectare de terra bruta nos platôs é vendido pelo preço médio de trinta sacas de soja. Em meados de 1990, entretanto, este hectare custava dez sacas de soja. No final dos anos de 1980, pagava-se pelo hectare apenas uma saca de soja. Antes disso, porém, em meados daquela década, as terras planas dos platôs valiam bem menos, costumava-se dizer, na região, que o hectare poderia ser adquirido pelo “preço de uma cerveja”. Mas, apesar da sua recente valorização, o preço da terra ainda é o principal atrativo da população que chega aos cerrados piauienses (Alves, 2006:240).

Um dos fatores que contribuiu para elevar o grau de utilização e, por conseguinte, o preço das terras é a instalação de grandes empresas de segmentos do agronegócio. No caso dessa região do Piauí a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja da empresa transnacional Bunge, entre 2002 e 2003, intensificou esses processos (*idem*).

Situação semelhante ocorreu na metade Sul do Rio Grande do Sul, uma região em que predominam latifúndios e pecuária extensiva. Mas na última década a região se tornou alvo de investimentos de empresas da área de celulose, o que provocou mudanças na paisagem e elevação nos preços das terras. Empresas como Aracruz, Votorantim e Stora Enzo adquiriram muitas áreas para plantio de eucaliptos, provocando especulação no mercado de terras.

Levantamento de preços das terras no Brasil, realizado pela subsidiária da Agra Informa, constatou que o preço médio do hectare de terra no país no primeiro bimestre de 2008 era de 4.135 reais. Sendo que nas regiões Sul e Sudeste (em que a maior parte das terras agricultáveis já são ocupadas) o preço médio ficava em 7.700 e 7.450 reais, respectivamente. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste o preço médio do hectare ficava em 1.300 e 1.800 respectivamente (*Folha de São Paulo*, 2008). A explicação da consultoria para elevação dos preços das terras (um aumento de 16% em relação a 2007) era devido à grande procura por áreas para o cultivo de soja, demanda que era aquecida por grupos multinacionais.

Esses dados ratificam a tese de que à medida que o agronegócio se expande territorialmente há uma tendência aumento da especulação imobiliária e da concentração fundiária. E, em muitos casos, esses processos são patrocinados por recursos públicos. No caso das empresas de celulose, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do governo federal, é um dos grandes financiadores e em alguns casos é sócio dos investimentos de expansão, que resultam em aumento da concentração de terras.

Além do financiamento de grandes projetos, através dos bancos de desenvolvimento nacional e/ou regional, o Banco do Brasil também é uma importante fonte de capitalização de grandes empresas do agronegócio por meio do crédito rural, como demonstram os seguintes dados, referentes ao ano de 2003.

Valores repassados pelo Banco do Brasil: Aracruz celulose R\$ 1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões (dados do Banco do Brasil e Banco Central, citados por *Sem Terra*, 2004:15).

Mas a principal contribuição do Estado para a territorialização do agronegócio é por meio de investimentos para equipar o território, facilitando os processos de produção e circulação de *commodities*. Em todas as regiões do país são

os investimentos públicos, especialmente do governo federal, que dão suporte à expansão territorial do agronegócio. Nesse caso a palavra suporte tem sentido lato, uma vez que é o Estado que realiza as principais obras na infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário), de energia, entre outras que vão moldando os espaços conforme as demandas do capital. Ou seja, o Estado instrumentaliza o território para o consumo do capital, desse modo viabiliza a territorialização das empresas, entre as quais as do agronegócio, em múltiplos pontos do território nacional e uma maior fluidez das mercadorias e do próprio território, pelo encurtamento das distâncias e aceleração do processo de valorização do valor.

Além disso, conforme já se comentou anteriormente, o Estado, em todas as esferas governamentais, cria uma série de facilidades para a expansão do agronegócio entre as quais as isenções de impostos, a concessão de áreas para implantação de indústrias ou de experimentos agropecuários. Sem contar a aprovação de leis como a liberação dos transgênicos e mais flexibilidade nas regras ambientais. São ações como estas que levam Milton Santos (1997) a questionar o discurso do enfraquecimento do Estado frente ao processo de globalização. “O Estado atual, o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social”.

Por isso, diante da retórica neoliberal de redução do papel do Estado, convém sempre questionar: Estado mínimo para quê e para quem? No próximo item se discutirá a face bárbara do agronegócio, cuja expansão territorial, como se viu, ocorre preservando o latifúndio e é viabilizada pelo Estado.

A BARBÁRIE DA MODERNA AGRICULTURA CAPITALISTA

A aliança do agronegócio com o latifúndio faz com que a expansão territorial da moderna produção agropecuária perpetue não apenas a arcaica estrutura fundiária, mas também os métodos truculentos de garantir a apropriação da terra.

O tripé que marcou a modernização conservadora da agricultura brasileira – pata de boi, esteira de trator e rifle de jagunço – continua dando o tom da expansão do agronegócio no século XXI, sendo a Amazônia a região em que mais se mata e desmata no Brasil (Delgado, 2004, *apud* Alentejano, 2008:249).

Isso significa que a modernidade das técnicas não implica em uma nova ética. Mas, ao contrário, tanto que a expansão do agronegócio é acompanhada pelo acirramento dos conflitos agrários no Brasil. A partir de dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ariovaldo de Oliveira (2003) verificou que

Em 2000, aconteceram 660 conflitos; em 2001, foram 880; em 2002, registrou-se 925; e em 2003 até o mês de agosto já são 536 os conflitos. Entre os conflitos trabalhistas destacam-se

aqueles relativos à superexploração e ao respeito aos direitos e particularmente, a presença do registro de 45 casos relativos ao trabalho escravo em 2001 e 147 em 2002. Aliás, estes que vinham caindo de 1993 até 1998 quando foram registrados 14 casos, voltaram a crescer e atingiram o maior número de casos desde 1990 (Oliveira, 2003:4).

E, ainda que a Amazônia seja a região onde ocorre a maior parte dos homicídios, quando se considera a totalidade dos conflitos a maioria ocorrem no Centro-Sul do país, onde se intensificou a territorialização do agronegócio, e a aliança do agronegócio com o Estado. De modo que a mediação dos conflitos pelo Estado tem resultado em mais violência, como destaca Paulo Alentejano (2008)

Observa-se uma nítida mudança no padrão da violência no campo brasileiro, com o predomínio da violência privada na década de 1980 e da forte repressão estatal nos anos de 1990-2000, no rastro do crescimento da mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente a multiplicação das ocupações de terra, ao que o Estado brasileiro responde com o incremento do número de despejos judiciais. O que poderia ser evocado por alguns como avanço democrático, uma vez que a resolução dos conflitos passaria a se dar na esfera pública, mediada pelos poderes Judiciário e Executivo, parece-nos, ao contrário, a evidência da persistência do caráter patrimonialista do Estado brasileiro, onde os interesses da propriedade privada permanecem intocados, ao arrepio da própria ordem constitucional que prevê a função social da propriedade. Assim, ao contrário de uma democratização da sociedade brasileira, em que as reivindicações populares passam a ser crescentemente incorporadas pelo Estado sob a forma da ampliação dos direitos sociais, o que constatamos é o reforço do papel repressivo do Estado diante das manifestações populares. Evidências desse processo são a medida provisória 2.318/2001, que criminaliza ocupações de terra, e a aprovação pela CPMI da Terra no Congresso Nacional de um relatório final que classifica as ocupações como crime hediondo (Alentejano, 2008:249-250).

E mesmo no governo Lula, cujas lideranças têm uma história atrelada à defesa da reforma agrária, essa situação se manteve, uma vez que a referida medida provisória e tantas outras legislações que favorecem os proprietários rurais continuaram em vigor. E nos estados também é prática comum as tropas policiais serem usadas para garantir o direito de propriedade, mesmo que sob o derramamento de sangue de sem-terras³⁵.

Outro aspecto que revela a face bárbara do agronegócio é o aumento da insegurança alimentar no Brasil. Os constantes aumentos de produção e produtividade agrícola não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities*, não alimentos. Assim, vive-se no Brasil, bem como em outras partes da América Latina, uma situação surreal em que se produz e exporta tantos alimentos, en-

³⁵ Exemplo dessa prática foi o assassinato do trabalhador rural sem terra Elton Brum da Silva, morto pela polícia em 2009, durante um despejo no município de São Gabriel – RS. O trabalhador foi assassinado pelas costas. Parte da fazenda Southal, onde ocorreu o crime, já foi transformada em assentamento. O total da área ultrapassa 12 mil hectares.

tretanto grande parte da população tem dificuldade de se alimentar, conforme revelam a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e outros estudos.

Na última pesquisa divulgada, com dados de 2002-2003, 46,6% das famílias brasileiras afirmaram ter dificuldade em obter alimentos suficientes, sendo que para 13,8% delas, a dificuldade era frequente. Na região Norte, as proporções eram, respectivamente, de 63,9% e 17,2%, e, na Região Sudeste, de 60,8% e 19,3%, números extremamente elevados, que mostram a gravidade do problema no país. Aplicando-se a escala de segurança alimentar desenvolvida pela Universidade de Warwick, adaptada para o caso brasileiro, a situação é mais crítica. Os dados levantados pela PNAD 2004 demonstram que 39,9 milhões de brasileiros (21,7% do total), distribuídos em 9,7 milhões de domicílios estão sujeitos à condição de insegurança alimentar grave ou moderada. Tomando-se as pessoas com rendimento mensal domiciliar inferior a 1 salário mínimo o contingente observado na pesquisa é de 34,8 milhões o que representa 78,7% da população cuja renda *per capita* mensal é inferior a 1 salário mínimo e 88,1% de toda população identificada com o nível de insegurança alimentar moderada ou grave (Silva *et al.*, 2006:15).

Conforme relembra Carlos Walter Porto Gonçalves (2004:245), em meados do século XX, Josué de Castro já dizia que “a vergonha não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la”.

No entanto, quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque, apesar de ambos serem obtidos a partir do uso humano das riquezas naturais, os alimentos são produzidos conforme a lógica que Marx denominou de valor de uso, enquanto as mercadorias agroalimentares são produzidas conforme a lógica do valor, ou seja, são produzidas para possibilitar aos capitalistas maior acumulação de capital, não para atender às necessidades das pessoas.

Um outro aspecto que revela a capacidade do agronegócio de unificar barbárie e modernidade (Oliveira, 2003), é o uso de tecnologia de ponta aliado com condições subumanas de trabalho. Um exemplo dessa dualidade é o setor da cana-de-açúcar em São Paulo, que utiliza colheitadeiras informatizadas e ao mesmo tempo explora até a exaustão a força de trabalho humana, como ocorria nos tempos da escravidão no país.

Nos anos 80, o lavrador fazia cinco toneladas de cana por dia. A mecanização da colheita o obrigou a ser mais produtivo. O corta-cana derruba agora oito toneladas por dia. Para abater toda essa cana, precisa dar 8.000 golpes com seu facão. (...) O trabalhador deve cortar a cana rente ao chão, encurvado. Usa roupas mal-ajambradas, quentes, que cobrem o corpo, para que não seja lanhado pelas folhas da planta. Mas se acidenta mesmo assim. Se corta com o facão, tem lesões por esforço repetitivo. O excesso de trabalho causa a “birola”: tontura, desmaio, câibra, convulsão. A fim de aguentar dores e cansaço, toma drogas e soluções de glicose, quando não farinha mesmo. Têm havido mais mortes por exaustão nos canaviais (*Folha de S. Paulo*, 11/03/2007).

E, além da intensificação da exploração da força de trabalho, o agronegócio – em consonância com o receituário neoliberal do contexto político-econômico em que se expande no Brasil – promove uma reestruturação no mercado de trabalho dos setores que engloba. Essa reestruturação – ainda que tenha gerado alguns poucos empregos com altos salários para quem detém os conhecimentos técnicos exigidos – para a maioria dos trabalhadores dos territórios do agronegócio ampliou o desemprego e a precarização das condições de trabalho. O resultado foi o aumento da produção da pobreza e da exclusão social nestes territórios. E, na medida em que o processo de territorialização do agronegócio se viabiliza graças à atuação da tríplice aliança latifúndio-agronegócio-Estado, pode-se afirmar que esta aliança é um dos agentes perpetuadores da pobreza (Oyen, 2002). E a pobreza e exclusão social resultantes da atuação dessa tríplice aliança afetam de forma ainda mais severa as mulheres, como se verá no próximo item.

O (NÃO) LUGAR DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO VINCULADO AO AGRONEGÓCIO

O enxugamento do mercado de trabalho é um eficiente mecanismo de produção e reprodução da pobreza social. E nos municípios em que o agronegócio é a base da economia as mulheres são as maiores vítimas desse processo que se intensificou na década de 1990. Estatísticas do Dieese/Nead (2006:102) revelam que em todo o Brasil as mulheres são as maiores excluídas do mundo do trabalho rural no período de implantação das políticas neoliberais no país, como mostra a Tabela 14.

TABELA 14 – VARIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA – BRASIL 1993-2004 (EM 1.000 PESSOAS)

Pessoal ocupado na agropecuária	1993	2004	Varição em %
Homem	11.930,0	12.063,0	1,1
Mulher	6.213,2	5.670,9	- 8,7
Total	18.143,2	17.733,8	- 2,3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2006).

Isso significa que há um recorte de gênero no processo de “enxugamento” do mundo do trabalho rural. Vários estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil, analisando distintas produções vinculadas ao agronegócio, evidenciam que a força de trabalho feminina é excluída e/ou incluída de forma precária no mundo do agronegócio. Rosa Ester Rossini (2002:12), ao analisar a condição da força de trabalho feminina empregada no corte da cana-de-açúcar

no Estado de São Paulo, constatou uma série de transformações na vida dessas trabalhadoras nas últimas décadas entre as quais: diminuição relativa da mulher na força de trabalho, aumento da participação da mulher na chefia da família e aumento da migração tanto feminina quanto masculina. Verificou também que está havendo um maior controle sobre o corpo feminino, na medida em que os empregadores fazem pressão para que as mulheres realizem laqueaduras (operação que esteriliza as mulheres) ou exigem atestado médico comprovando a não gravidez.

Em estudos sobre os impactos da expansão da fruticultura em municípios do Nordeste brasileiro, Josefa Cavalcanti e outros (2006) constatam a precarização do mercado de trabalho por meio da redução do nível de emprego e da flexibilização das relações trabalhistas com a expansão do trabalho terceirizado, de modo que muitos empregos são oferecidos por empresas especializadas e não pelos produtores.

Segundo os autores também é evidente o predomínio de relações trabalhistas informais e temporárias. No Vale do São Francisco, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (PE) estimava que no início da década de 2000 cerca de 60 mil pessoas trabalhavam em atividades vinculadas a fruticultura na região, mas somente metade tinha carteira assinada, os outros 50% era informais, não tinham direitos trabalhistas. E do total de trabalhadores apenas 25 mil teriam empregos fixos e 35 mil temporários. (Silva, 2001, *apud* Cavalcanti *et al.*, 2006:130).

No que se refere à questão de gênero os autores constatam que na maior parte das áreas ocupadas pela fruticultura a força de trabalho feminina é excluída. No Platô de Neópolis, Estado de Sergipe, por exemplo, era visível a desigualdade de gênero tanto nos empregos permanentes quanto nos temporários. Levantamento feito em junho de 2004 verificou que 811 pessoas trabalhavam nesse segmento do agronegócio no Platô, dessas 651 eram empregadas permanentes – sendo 620 homens e somente 31 mulheres – e 160 eram temporárias – 147 homens e apenas 13 mulheres (Cavalcanti *et al.*, 2006:130). A partir desses dados os autores concluem que

Enquanto os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho, as mulheres se inserem apenas de forma precária e pontual, embora no discurso dos técnicos e gerentes haja o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves como adubação e cata às baratas do coqueiro, ambas atividades temporárias. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, obedientes e limpas, apesar destas características serem fundamentais para poucas atividades na agricultura do platô (*idem, ibidem*).

A exclusão feminina do mundo do trabalho rural também foi constatada na região Sul do Brasil. Sérgio Scheneider e Guilherme Radomsky (2001:4), a partir da análise de dados do IBGE/PNAD, verificam que em números absolutos

a redução da população rural não metropolitana no Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999, foi de aproximadamente 120 mil pessoas. E a principal causa disso foi “desempenho ocupacional declinante” de três setores da agricultura que absorviam força de trabalho familiar: soja, fumo e milho. Sendo a soja a maior responsável pela redução da PEA rural com a expulsão de 127 mil pessoas no período por eles analisado. Conforme os autores, o maior contingente expulso das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul nesse período fazia parte da categoria “trabalhadores rurais”. Na classificação do IBGE esta categoria é formada pelos membros não remunerados da família, e é aí que se concentra a maior parcela da população rural feminina. Portanto, as mulheres estão entre as mais excluídas das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul na década de 1990.

Estas informações da condição feminina nas áreas de cultivo destes três segmentos do agronegócio: cana, frutas e soja, evidencia que independente do tipo de produto a força de trabalho feminina é excluída ou incluída de forma precária nos processos produtivos. Também demonstra que isso não ocorre de forma localizada, uma vez que os estudos abrangem distintas regiões (Sudeste, Nordeste e Sul) e diferentes estados (São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul) do país. Evidentemente, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho não é uma criação do agronegócio, nem do neoliberalismo, mas é intensificada com esses fenômenos.

CAPÍTULO V:

CRUZ ALTA – ESTUDO DE CASO DE UM TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO

Conforme afirmamos na introdução, o objetivo desta pesquisa é mostrar que há uma relação entre a pobreza feminina e a riqueza do agronegócio nos municípios do interior brasileiro. Como no Brasil a pobreza decorre em grande parte do desemprego e dos subempregos, que por sua vez resultam da precarização do mundo do trabalho, parte-se da hipótese que as mulheres são excluídas ou incluídas de forma precária nos processos produtivos vinculados ao agronegócio. Nesse sentido o agronegócio contribui para a produção da pobreza e exclusão feminina nos seus territórios.

Devido à amplitude e complexidade do agronegócio brasileiro, consideramos essencial fazer um recorte espacial, definindo um território do agronegócio. Por isso optamos por um estudo de caso, em um município que pudesse ser caracterizado como “território do agronegócio” e onde houvesse predomínio da produção de soja, porque este é o principal produto do agronegócio brasileiro, em termos de área cultivada e de divisas geradas com exportações, e está presente em todas as regiões do país. Levando em conta esses critérios e os aspectos que em seguida serão discutidos sobre Cruz Alta – RS selecionamos este município para o estudo de caso.

POR QUE ESTUDAR CRUZ ALTA?

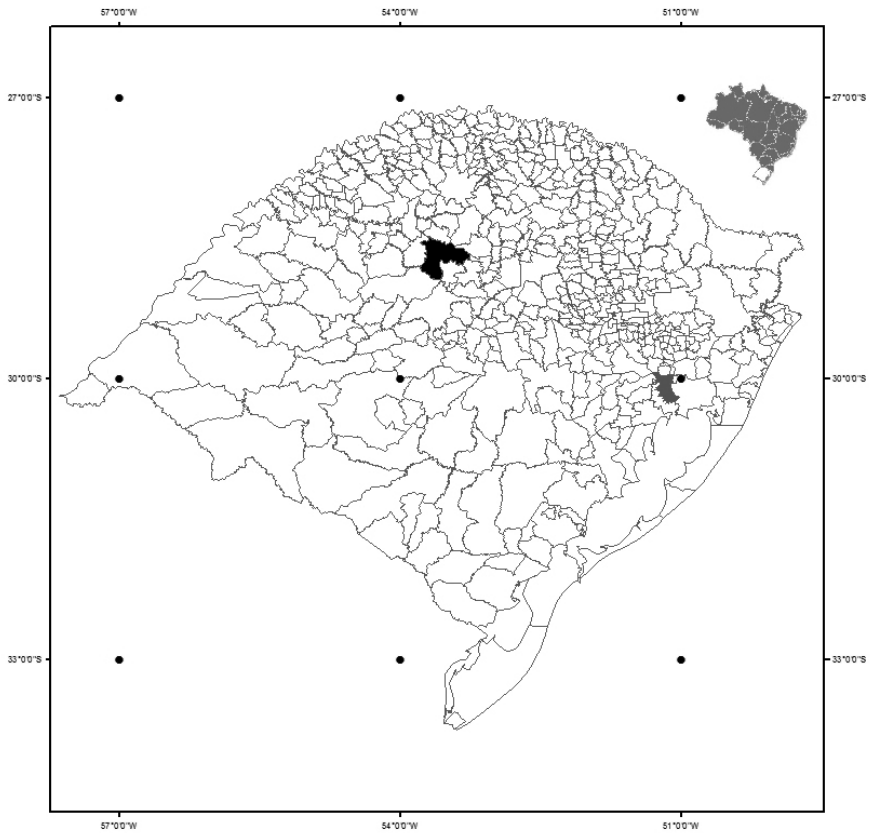
O município de Cruz Alta foi escolhido para ser o “território” desta pesquisa pelos seguintes fatores:

- É um dos maiores produtores de grãos do Estado, especialmente soja, que é o principal produto do agronegócio no Rio Grande do Sul e no conjunto do Brasil;
- O município, apesar de ter cerca de 70 mil habitantes, conta com uma universidade, sindicatos e movimentos sociais organizados, instituições públicas consolidadas, o que possibilita a obtenção de informações relevantes para a pesquisa;
- Em Cruz Alta estão territorializados múltiplos segmentos do setor do agronegócio possibilitando traçar o perfil dos empregos nos vários segmentos da cadeia produtiva da soja em um único município;
- No município o agronegócio se desenvolve sobre uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e com forte apoio governamental tanto em termos de créditos quanto de infraestrutura, entre outros benefícios. Se materializando, portanto, a atuação da tríplice aliança, Agronegócio-latifúndio-Estado, que em nossa avaliação é o principal mecanismo de produção e reprodução da pobreza nos municípios do interior do Brasil;
- Em Cruz Alta se intensificou a exclusão social e pobreza nas últimas décadas, em um contexto de crescimento da riqueza do agronegócio. E um dos indicadores de que a riqueza do agronegócio fica concentrada nas mãos de pouca gente é o fato de que o número de pessoas beneficiadas com o Programa Bolsa Família no município é quase seis vezes maior que o de pessoas que vivem na área rural. Uma situação no mínimo contraditória para um município que tem como base da economia as atividades agropecuárias.

De modo que se configura no município a situação que é o objeto de estudo desta pesquisa: intensificação da pobreza e da exclusão social, particularmente de mulheres, em um contexto de crescimento do agronegócio. Ou seja, se pode visibilizar em Cruz Alta a face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Este município fica a cerca de 370 km da capital gaúcha, Porto Alegre, e como se pode visualizar no Mapa III, localiza-se na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O estudo de caso foi desenvolvido em duas etapas. A primeira consistiu em entrevistas com representantes de diferentes segmentos socioeconômicos e políticos do município tais como: órgãos do governo municipal e estadual, universidade, cooperativa, sindicato de trabalhadores rurais e sindicato patronal rural. O objetivo das entrevistas nesta fase foi conhecer mais detalhes da realidade local e compreender a percepção de representantes destes diferentes segmentos sociais sobre o agronegócio e os impactos que engendra no município. Nessa fase foram realizadas 12 entrevistas que, juntamente com observações da realidade e coleta de dados secundários, serviram de subsídio para este capítulo. A segunda etapa do estudo de caso foi propriamente a realização das pesquisas quantitativa e qualitativa, cujos resultados serão analisados no próximo capítulo.

MAPA III – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



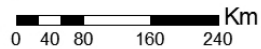
Legenda

-  Cruz Alta
-  Porto Alegre
-  Divisão Municipal

Projeção Cartográfica Lat/Long
Datum WGS 84
Fonte: IBGE

Responsável Técnico
Douglas Machado Robl
Núcleo de Estudos Agrários
Departamento de Geografia
Instituto de Geociências
UFRGS

1:5.000.000



O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – ALGUNS ELEMENTOS DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA

Conforme dados do IBGE, em 2007, o Estado do Rio Grande do Sul tinha uma população total de 10.582.840 habitantes, distribuídos em 496 municípios. Este levantamento populacional constatou a existência de pouco mais de 2 milhões de domicílios no Estado, sendo 31% destes chefiados por mulheres.

O censo do IBGE de 2000 apontou que 49% da população gaúcha é masculina e 51% feminina. A maioria, 81,7%, vivia em área urbana, e somente 18,3% tinha domicílio rural. No que se refere à etnia, 86,6% da população se declarou branca neste censo. Essa predominância de brancos tem origem na forte presença de imigrantes europeus na colonização do estado no final do século XIX e início do século XX.

Apesar de ser considerado um dos estados brasileiros com elevado nível educacional, segundo o censo de 2000, a população gaúcha com 10 anos ou mais de idade tem, em média, apenas 6,5 anos de estudo. Com relação à situação de pobreza, dados estatísticos confirmam que a partir de meados da década de 1990 se ampliou o número de pessoas pobres, como se observa na Tabela 15.

TABELA 15 – % DE PESSOAS COM RENDIMENTO* DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO POR CONDIÇÃO DE GÊNERO NO RIO GRANDE DO SUL

Anos	% de homens com renda até 1 SM**	% de mulheres com renda até 1 SM**	% da população com renda de até 1 SM**
1995	10,86	17,44	14,28
1996	10,46	15,74	13,19
1997	11,30	15,63	13,55
1998	11,34	16,23	13,86
1999	11,37	16,57	14,06
2000	13,74	18,01	15,93
2001	13,11	18,50	15,91
2002	13,92	20,36	17,24
2003	14,18	20,94	17,66
2004	12,99	21,92	17,62
2005	15,21	23,94	19,73
2006	15,76	23,60	19,83
2007	13,94	22,81	18,53

Fonte: IBGE – censo 2000 / amostras PNAD 2007 * Considera-se pessoas com 10 anos ou mais de idade.

** Como medida de aferição de pobreza foi considerado 1 salário mínimo nacional, o que foge do padrão brasileiro, que considera pobre pessoas com rendimento de até meio salário mínimo.

Os dados da Tabela 15 demonstram que o Estado foi bastante afetado pelas políticas neoliberais, o que se refletiu no crescimento do percentual de pessoas vivendo na pobreza. Em 1995 cerca de 14% da população do Estado, com dez anos ou mais de idade, vivia com rendimento de até um salário mínimo. Em 2007 esse percentual elevou-se para 18,53%. Entretanto, o aumento do número de pobres não foi homogêneo do ponto de vista de gênero. Foi mais intenso para as mulheres. Em 1995 havia 10,86% de homens, nessa faixa etária, vivendo com até um salário mínimo. Doze anos depois, este percentual pulou para 13,94%. No início desta série temporal, o percentual de mulheres pobres já era mais elevado, sendo equivalente a 17,44%. E em 2007 tinha crescido quase 5 pontos percentuais, totalizando 22,81% de mulheres, com dez anos ou mais de idade, nesta condição de pobreza.

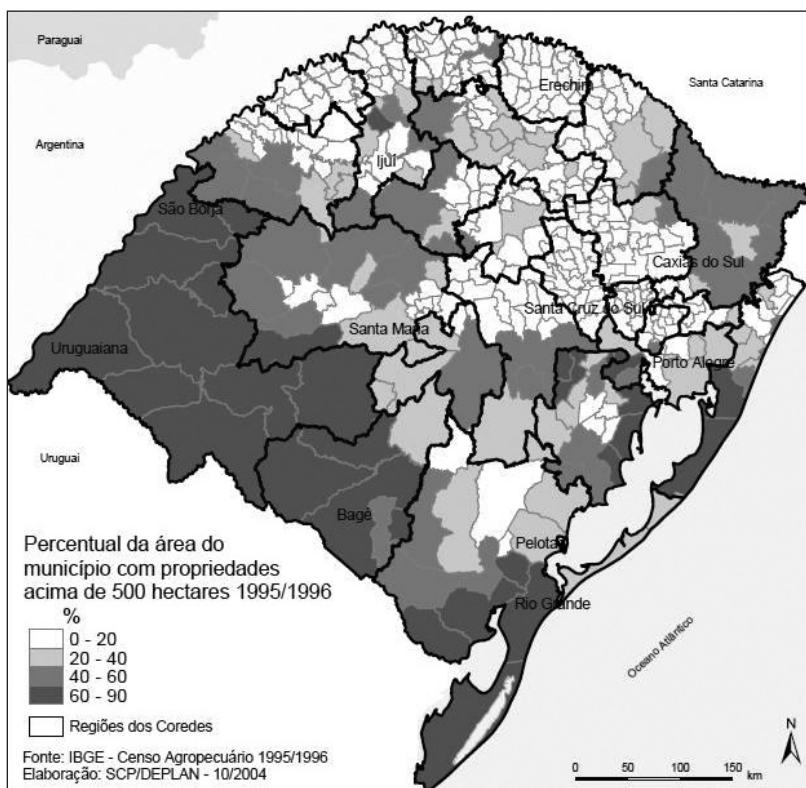
Esses dados corroboram com a tese de Márcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003) de que na cartografia da exclusão brasileira a região Sul, na qual está o Estado do Rio Grande do Sul, é uma das regiões em que tem crescido a chamada “nova exclusão”, caracterizada principalmente pelo aumento da precarização do mundo do trabalho, que na prática implica em maior desemprego e/ou subemprego.

Em termos econômicos, o Estado é bastante diversificado possuindo importantes polos industriais nas áreas petroquímica, metal-mecânica e naval. Mas, o Estado também é destaque na economia nacional por sua grande produção agropecuária. E a agropecuária gaúcha tem tradição de ser forte tanto na produção agrícola de base familiar – desenvolvida em pequenas propriedades, com predomínio de policultura e produção voltada para o abastecimento dos mercados local, regional e nacional – quanto na agricultura patronal – desenvolvida em médias e grandes propriedades, com predomínio de força de trabalho assalariada, sob a forma de monocultura, em geral destinada à exportação, produzida com uso intenso de tecnologia e insumos químicos.

Na agricultura familiar em geral os proprietários residem na propriedade e participam diretamente do trabalho produtivo. Na agricultura patronal há muito arrendamento das terras, os proprietários e/ou arrendatários em geral não residem nas propriedades e se dedicam principalmente à gestão dos negócios e contratam força de trabalho assalariada para exercer as atividades produtivas.

Apesar da forte presença da agricultura familiar, quando comparado com outros estados, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país, o latifúndio também está, territorializado no Rio Grande do Sul, como se pode visualizar no Mapa IV.

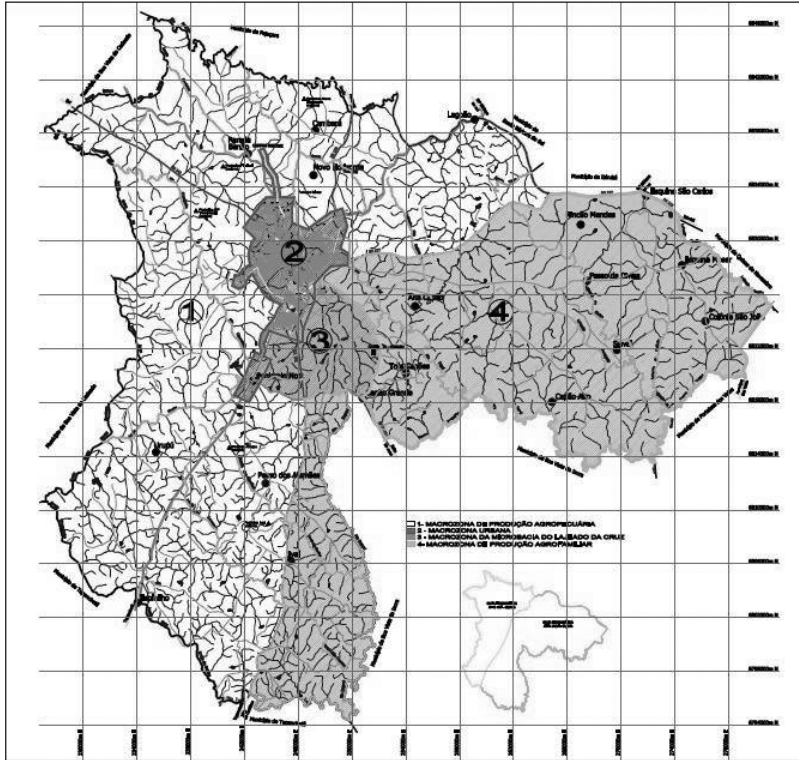
MAPA IV – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL



Como se observa no Mapa IV, à primeira vista, Rio Grande do Sul pode ser dividido em metade Norte – onde predominam municípios com reduzida extensão territorial e a agricultura é desenvolvida principalmente em pequenas e médias propriedades rurais e na metade Sul, que é constituída por grandes municípios com uma estrutura fundiária extremamente concentrada, pois entre 60% e 90% das propriedades são latifúndios com mais de 500 hectares.

Todavia, a observação mais atenta do Mapa revela que mesmo na metade Norte há enclaves de latifúndios, um deles na região Noroeste do Estado, onde predomina a produção de soja. Nessa região entre 40% e 60% das propriedades têm mais de 500 hectares. É nesta região norte, mais exatamente no Noroeste do Estado que se localiza Cruz Alta, o espaço-objeto do estudo de caso desta pesquisa. O município é um dos enclaves do latifúndio na metade Norte do Rio Grande do Sul. O Mapa V mostra que a agricultura patronal, desenvolvida em médias e grandes propriedades, ocupa a maior parte da extensão territorial de Cruz Alta.

MAPA V – CRUZ ALTA – MACROZONEAMENTO MUNICIPAL



Fonte: Plano diretor de Cruz Alta/RS, 2007.

Analisando-se o Mapa se observa que a área 2, que corresponde ao núcleo urbano, ocupa uma pequena extensão territorial, no entanto é neste espaço que se concentra mais de 90% da população do município. Na área 3 se localizam espaços de reserva ambiental e, oficialmente, não pode haver exploração econômica das terras e recursos hídricos. A área 4, em tese, é ocupada pela agricultura familiar, inclusive conta com um assentamento de reforma agrária. A área 1, que ocupa a maior parte do território municipal, é onde se concentram as médias e grandes propriedades, quase que exclusivamente destinadas à produção de trigo, milho e, principalmente, soja.

Pelo que se pode visualizar no Mapa V a extensão territorial da área 1 da agricultura empresarial é maior do que a área 4 destinada à agricultura familiar. E mesmo na área da agricultura familiar o poder do agronegócio é percebido pelo cultivo dos mesmos tipos de produtos, pelo uso intenso de máquinas e insumos industriais, e pelo arrendamento de parte das terras das pequenas propriedades, inclusive lotes de terra do assentamento, pelos capitalistas da soja.

No próximo item, apresentamos alguns elementos da história de Cruz Alta que ajudam a explicar as características econômicas e socioespaciais do município atualmente.

O MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA – UM POUCO DA HISTÓRIA

O município de Cruz Alta foi criado oficialmente em 1833, mas seu surgimento como povoado remonta ao início da colonização no Sul do Brasil, depois que os portugueses derrotam os espanhóis na disputa pela dominação deste território no século XVII. Naquele contexto, “os locais que possuíam bom pasto, boas águas e de regime perene, vegetação rasteira com campos de matos e rios que facilitassem a passagem de homens e animais tornavam-se pontos pivôs no traçado de um novo caminho” (Zambelam *et al.*, 1989:51). Desse modo o Rio Grande do Sul foi se integrando à atividade econômica do centro do país, através da pecuária, graças às suas condições naturais e localização. A região, onde atualmente fica o município de Cruz Alta, era um ponto de intersecção dos principais caminhos do gado na província gaúcha.

Para ocupar o território gaúcho o reino de Portugal trouxe imigrantes açorianos em meados do século XVIII. Historiadores estimam que muitos dos primeiros moradores de Cruz Alta fazem parte deste grupo de imigrantes, que receberam terras para cultivar na região. As famílias de açorianas recebiam 900 hectares de terras como colônia agrícola.

O desenvolvimento do município ocorre a partir de 1894 quando Cruz Alta passa a fazer parte do maior entroncamento ferroviário do Sul do país. Desse modo, torna-se uma espécie de satélite regional por onde circulavam mercadorias e pessoas através dos trens.

Na primeira metade do século XX a agropecuária era o setor econômico mais importante de Cruz Alta, entretanto, com exceção da pecuária bovina, a produção agrícola era basicamente de subsistência, utilizando técnicas tradicionais, com baixos níveis de produtividade e rendimento econômico mínimo. Em 1950 a pecuária ocupava em torno de 87% do espaço agrário produtivo e as lavouras, 11%. Mais de 60% da população vivia na área rural (Zamberlam *et al.*, 1989:65).

Apesar do predomínio da agropecuária, a economia de Cruz Alta era bastante diversificada e tinha uma composição setorial bastante semelhante à do Estado do Rio Grande do Sul. Tanto no município quanto no Estado, a participação da indústria na composição da renda era de 16,7% em 1949 (*idem*:66). Entretanto, paulatinamente, a indústria local vai entrando em decadência. De modo que em 1980 representava apenas 3,5% da renda municipal, enquanto na economia estadual, o setor industrial segue tendo grande peso econômico.

Com o crescimento do transporte rodoviário e o pouco investimento no transporte ferroviário na segunda metade do século XX o município foi deixando de ser uma rota tão importante para a circulação de mercadorias e pessoas, perdendo o dinamismo econômico local.

Paralelamente ao declínio industrial vai ocorrendo a modernização da agricultura em Cruz Alta, alavancada, principalmente, pela introdução da cultura de trigo, na década de 1950 e, posteriormente, da soja nas décadas de 1960 e 1970. Esse processo de modernização ocorre no contexto da chamada “Revolução Verde”, que consistia em profundas alterações nas técnicas produtivas, nos instrumentos e insumos utilizados, nos produtos a serem cultivados, e, sobretudo, nas relações sociais de produção – o trabalho familiar vai sendo substituído pelo uso de força de trabalho assalariada – e na relação ser humano-natureza, resultando em uma grande artificialização do espaço agrário. Em síntese, a “Revolução Verde” visava o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em que o objetivo era obter lucros crescentes e não a produção de alimentos para o autoconsumo ou mercado local, como ocorria com a agricultura colonial.

Jurandir Zamberlam e outros (1989) dividem o processo de modernização na região³⁶ em dois momentos. O primeiro vai de 1950 a 1965, quando ocorre a exclusão dos chamados “colonos” por não se adaptarem ao processo produtivo moderno, que envolvia bancos, máquinas e insumos de avançada tecnologia. Nesse cenário surge a figura do “granjeiro”, que, na prática, é o capitalista que vai cultivar a terra adotando esse pacote tecnológico.

O ‘granjeiro’ não é proveniente dos tradicionais colonos – agricultores que usam basicamente mão de obra familiar, com relações de produção pré-capitalistas – mas industriais, comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, juizes, engenheiros, etc. representando a classe mais esclarecida. (...) O governo oferece incentivos governamentais. Os ‘granjeiros’ arrendam terras de pecuaristas, adquirem propriedades de colonos. É o período em que ocorre uma concentração da terra, fator que gerou expulsão pelo capital de colonos que vão para a periferia das cidades, como é o caso de Cruz Alta (Zamberlam *et al.*, 1989:76).

O segundo momento inicia em meados da década de 1960 e se aprofunda na década seguinte. Ele é marcado pela inclusão de alguns “colonos” no processo de modernização, na medida em que adotam o pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Mas esse processo de inclusão é seletivo, pois muitos ainda foram expulsos do campo. Os impactos socioeconômicos e ambientais se agravaram consideravelmente.

³⁶ Uma análise aprofundada da modernização da agricultura no RS, incluindo esta região do Estado, pode ser encontrada na obra de Aldomar Ruckert, “*Metamorfoses do Território – A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*” – editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

A concentração das melhores áreas de terra vão passando para as mãos de uma nova classe de médios e grandes produtores ou empresários agrícolas. Tal processo acentuou o êxodo rural. A policultura tradicional é praticamente substituída pela monocultura – trigo e soja, esta consorciada com o milho – produtos de exportação do município. A modernização modificou paisagens, o boi foi substituído pelo trator. O machado pela motosserra. Matas são derrubadas e terras destocadas. O aumento da fertilidade é obtido pelo calcário e adubação química. Os inseticidas envenenam as plantas que, após cada chuva, vai acabar poluindo os rios e acabando com a fauna e flora. Anualmente, grande quantidade de áreas férteis vai se acumulando no fundo dos rios. A intoxicação de animais, de alimentos e de pessoas aumenta consideravelmente (Zamberlam *et al.*, 1989:77).

No Rio Grande do Sul, particularmente na região Norte e Noroeste do Estado, o sistema cooperativista, apoiado pelas instituições do Estado como o Banco do Brasil, teve um papel fundamental no processo de modernização da agricultura, assegurando a organização da produção nos moldes empresariais. As cooperativas contribuíram garantindo assistência técnica, implantação de infraestrutura de armazenagem e comercialização, agroindústrias e a prestação de vários serviços aos associados. Mas, com a redução do apoio estatal e o acirramento da competição no setor agroalimentar com a abertura econômica do país nos anos de 1990, as cooperativas vão perdendo espaço para empresas privadas regionais, nacionais e multinacionais. Em Cruz Alta, um dos impactos desse processo foi a falência da Cootricruz, cuja estrutura foi absorvida por cooperativas de outras regiões e pela transnacional Bunge.

Do ponto de vista demográfico, o processo de modernização gerou uma acelerada urbanização em Cruz Alta, que no final da década de 1980 tinha quase 90% da sua população vivendo na área urbana. Jurandir Zamberlam e outros (1989) atribuem esse fenômeno aos seguintes fatores: a migração dos filhos de camponeses para a cidade seja porque perderam as terras ou porque as famílias cresciam tendo cada vez menos terras para partilhar, o que inviabilizava o sustento de todo o grupo familiar. O segundo fator é que na região Cruz Alta era o município com economia urbana mais desenvolvida e melhores serviços públicos, o que atraía população dos municípios vizinhos em busca dos serviços e de empregos.

A partir da década de 1980, Cruz Alta foi perdendo território com a emancipação de vários distritos que se tornaram municípios. Com esse “encolhimento” territorial, o município diminuiu a receita, entretanto, continuou com uma grande população, especialmente nas periferias, acentuando a miséria e vários outros problemas sociais. Nas últimas décadas o crescimento populacional de Cruz Alta foi tendo um ritmo mais lento, até que no final da década de 1990 começa a perder população devido, principalmente, à incapacidade do município de gerar empregos.

Essa, aliás, é uma característica de toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, onde a agricultura familiar foi sendo substituída nos últimos 60 anos pela agricultura empresarial, que utiliza pouca força de trabalho, por ser altamente mecanizada, e os outros setores econômicos não foram capazes de absorver a população que migrou do campo para as cidades. De modo que a chamada metade norte gaúcha concentra mais da metade do PIB agropecuário do Estado, no entanto é a que mais expulsa pessoas do campo desde a década de 1970.

DADOS ATUAIS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA

Apesar de ter perdido bastante território o município ainda tem uma grande extensão, sua área territorial é de 1.360,4 quilômetros quadrados, e a densidade populacional é de 46,6 habitantes por quilômetro quadrado (bem acima da densidade do Estado que é de 38,5). Os indicadores socioeconômicos do município são bastante positivos quando se considera a realidade brasileira. Segundo dados do ano 2000, Cruz Alta tem o IDH 0,82, a taxa de analfabetismo 6,47%, a expectativa de vida ao nascer de 73 anos e a renda *per capita* R\$ 344,38. Aliás, a renda *per capita* do município teve um grande crescimento na década de 1990, como mostra a Tabela 16.

TABELA 16 – EVOLUÇÃO DA RENDA *PER CAPTA* – 1991 – 2000, COMPARATIVO ENTRE CRUZ ALTA, RIO GRANDE DO SUL E BRASIL

	Renda <i>per capita</i> 1991	Renda <i>per capita</i> 2000	Crescimento bruto da renda <i>per capita</i> –1991 a 2000 em (%)
Cruz Alta	233,20	344,38	47,68%
Rio Grande do Sul	261,30	357,74	36,9%
Brasil	230,30	297,23	29,06%

Fonte: Prefeitura de Cruz Alta, disponível em www.cruzalta.rs.gov.br

Mas, como se sabe, o crescimento da renda *per capita* não reflete melhoria da qualidade de vida do conjunto da população uma vez que este indicador é uma média. Assim, quando se soma a renda dos ricos e dos pobres a média é boa, mas não revela a desigualdade de rendimentos e de condições sociais que existe na realidade. Ademais o crescimento da renda *per capita* pode estar associado à redução do ritmo de crescimento populacional e manutenção ou crescimento dos rendimentos. De modo que, utilizando a metáfora da renda como um bolo tem-se o crescimento ou manutenção do bolo, mas menos gente para dividir, com isso a renda *per capita* se eleva. A Tabela 17 mostra o desempenho demográfico municipal.

TABELA 17 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE CRUZ ALTA – RS – 1970 A 2000

Anos	População total	População urbana	População rural
1970	57.930	44.430	13.500
1980	66.170	54.933	11.237
1991	68.793	62.490	6.303
2000	71.254	65.367	5.887

Fonte: IBGE, disponível em www.cruzalta.rs.gov.br.

Chama atenção na Tabela 17 a queda da população rural do município. Entretanto, isso não pode ser atribuído somente ao êxodo rural, mas também às emancipações de pequenos distritos em que predominava população rural. Mas, essas emancipações cessaram em 2001 quando a população total de Cruz Alta ficou em torno de 66 mil habitantes. E, ainda assim, o município perdeu um significativo contingente populacional. Tanto que na contagem de 2007, a população total de Cruz Alta era de apenas 63.450 habitantes e no Censo de 2010 esse número já havia caído para 62.825.

Segundo os pesquisadores do IBGE e da Universidade local, a principal motivação para as pessoas migrarem para outras localidades na região ou para outras partes do Estado é a busca do emprego. O que indica que as atividades econômicas vinculadas ao agronegócio, que direta ou indiretamente, são as maiores responsáveis pela geração de emprego e renda no município tem gerado um processo de desenvolvimento extremamente excludente tanto do ponto de vista sócioeconômico quanto espacial, na medida em que concentra em poucas mãos a riqueza; o que inclui a propriedade da terra e outros meios de produção.

Um outro aspecto geográfico que chama atenção em Cruz Alta é a elevação do número de domicílios chefiados por mulheres na última década, como demonstram os dados da Tabela 18.

TABELA 18 – CRUZ ALTA – TOTAL DE DOMICÍLIOS POR GÊNERO DA PESSOA DE REFERÊNCIA – EM NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO – 1996 E 2007

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	20.538	100	20.576	100
Domicílios chefiados por homens	15.477	75	11.862	58
Domicílios chefiados por mulheres	5.061	25	8.705	42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Agência – Cruz Alta.

Conforme se observa nesta Tabela, em 1996, do total de domicílios de Cruz Alta, 25% tinham uma mulher como pessoa de referência, e em 2007 esse percentual saltou para 42%. Esse é um percentual bem elevado quando comparado ao conjunto do Estado do Rio Grande do Sul em que as mulheres são responsáveis por 31% dos domicílios, e mesmo na região metropolitana da capital gaúcha o percentual de domicílios chefiados por mulheres fica abaixo de 40%.

Um dos fatores que contribuem para explicar essa elevada participação feminina na chefia de domicílios no município é o fato de que as mulheres têm maior longevidade que os homens, de modo que em muitas unidades domiciliares a chefe é viúva. Um dos indicadores desse fenômeno é que há em Cruz Alta um grande percentual de mulheres pensionistas, quando comparado com a média estadual. Segundo o censo de 2000, cerca de 21% das mulheres de 60 anos ou mais são pensionistas. Enquanto no Estado do Rio Grande do Sul somente 13,4 % de mulheres nessa faixa etária recebem este benefício previdenciário.

Por outro lado, enquanto no Estado aproximadamente 70% das mulheres com 60 anos ou mais são aposentadas – o que indica que exerciam atividade profissional anteriormente – em Cruz Alta o percentual de mulheres aposentadas é de apenas 56%, indicando uma menor taxa de atividade profissional feminina.

Assim como ocorre em outras partes do Estado e do país, o maior percentual de domicílios sob chefia feminina é na área urbana. Em Cruz Alta as mulheres são responsáveis por 43% dos domicílios urbanos como mostra a Tabela 19.

TABELA 19 – CRUZ ALTA – DOMICÍLIOS URBANOS SEGUNDO O GÊNERO DA PESSOA DE REFERÊNCIA, EM NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO – 1996 E 2007

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	18.790	100	19.930	100
Domicílios chefiados por homens	13.857	74	11.385	57
Domicílios chefiados por mulheres	4.933	26	8.536	43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Agência Cruz Alta.

Na sociedade brasileira, o aumento da chefia feminina de domicílios em geral não está associado a uma melhoria na condição de rendimentos das mulheres, nem implica em menor desigualdade de gênero. Tanto que esse fenômeno predomina nos domicílios pobres. E essa realidade não parece ser diferente em Cruz Alta. Segundo informação do coordenador da agência do IBGE em Cruz

Alta, Clayton Costa da Silva,³⁷ a maior parte dos domicílios chefiados por mulheres está nas periferias da cidade e tem renda familiar baixa.

Chama atenção o fato de que em Cruz Alta o crescimento percentual da chefia feminina de domicílios foi mais acentuado na área rural do que na urbana, conforme se pode observar pelos dados da Tabela 20.

TABELA 20 – CRUZ ALTA – DOMICÍLIOS RURAIS SEGUNDO O GÊNERO DA PESSOA DE REFERÊNCIA – EM NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO – 1996 E 2007

Domicílios	1996		2007	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Total	1.748	100	646	100
Domicílios chefiados por homens	1.620	93	477	74
Domicílios chefiados por mulheres	128	7	169	26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Agência Cruz Alta.

Pelos dados da Tabela 20 se pode constatar um crescimento de quase 20 pontos percentuais no número de domicílios da área rural sob chefia feminina. Em 1996 somente 7% dos domicílios rurais tinham uma mulher como responsável, onze anos depois 26% dos domicílios rurais eram chefiados por mulher.

Além do aumento da chefia feminina, também chama atenção na Tabela a enorme redução do número total de domicílios rurais no período considerado na Tabela. Em 1996 havia 1.748 e em 2007 apenas 646. Essa queda brusca do número de domicílios rurais decorre principalmente de dois fatores: o primeiro é que as localidades que se emanciparam politicamente de Cruz Alta tinham um número expressivo de domicílios rurais. O segundo é o esvaziamento do campo, com a continuidade do fluxo migratório campo-cidade, devido ao modelo de produção agrícola hegemônico, que usa cada vez mais “trabalho morto” (incorporado nas máquinas, insumos, infraestruturas, etc.) do que “trabalho vivo” (força de trabalho humana) nos processos produtivos.

O AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA

Conforme se observou no breve relato histórico de Cruz Alta, até a década de 1960 a economia municipal era diversificada setorialmente, ainda que a atividade agrícola tivesse grande peso na composição do PIB. Entretanto, com a decadência da atividade industrial e a intensificação da modernização da agricultura,

³⁷ O coordenador da Agência do IBGE de Cruz Alta concedeu entrevista para esta pesquisa em junho de 2008.

o setor agropecuário passou a ser efetivamente o motor da economia municipal, tendo como base a produção de trigo, milho e particularmente de soja.

Paradoxalmente, nesse contexto em que as atividades agropecuárias são o centro dinâmico da economia local, se intensifica a urbanização do município, uma vez que o processo de modernização é altamente seletivo, beneficiando um número limitado de proprietários rurais, particularmente os médios e grandes, e absorvendo um contingente de trabalhadores cada vez menor. O resultado é um contínuo esvaziamento demográfico do campo. Tanto que na contagem populacional de 2007 a população rural de Cruz Alta correspondia a menos de 4% da população total – em número absoluto 2.308 pessoas. De modo que se configura em Cruz Alta um processo que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) define como territorialização do capital no campo, que

Varre do campo os trabalhadores, concentrado-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. (...). A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem, entre outros (Oliveira, 2004:42).

No caso de Cruz Alta o “mar” que predomina no campo é o da soja, produzida com uso intenso de insumos industrializados, elevada mecanização desde o plantio até na colheita. O resultado é a geração de poucos empregos diretos na atividade agrícola. E como a maior parte da produção do município e da região é escoada para a exportação na forma de grãos (*in natura*), principalmente via transporte ferroviário, o conjunto da cadeia produtiva do agronegócio também gera poucos empregos.

Segundo o censo agropecuário (IBGE/2006), Cruz Alta tem uma área agrícola de aproximadamente 102 mil hectares, dos quais 79 mil são ocupados com lavouras. Esse levantamento também apontou que o município tem 618 propriedades rurais, nas quais estavam ocupadas 2.083 pessoas, sendo que somente 30% destas (602 pessoas) não tinham laços de parentesco com os proprietários, tendo com os mesmos apenas uma relação trabalhista.

A agropecuária municipal foi bastante afetada pela estagnação econômica do país, na década de 1980, e pela abertura econômica promovida pelas políticas neoliberais na década seguinte. Com isso, perdeu espaço no cenário econômico local, principalmente para o setor de serviços uma vez que a atividade industrial também enfrentou retração. Contudo, dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE/RS, indicam que desde o ano 2000 a agricultura vem ampliando sua participação na economia de Cruz Alta. Considerando-se o Valor Adicionado Bruto – VAB por setor no município, a agropecuária respondia por 19,45% em 2000 e em 2003 tinha ampliado sua participação no VAB para

25,67%, sendo a soja o carro-chefe desse crescimento. No entanto, a retomada do crescimento da atividade agrícola não se traduz em mais empregos porque vem acompanhada de um uso mais intenso de tecnologia.

Entre os fatores que limitam a necessidade de trabalho humano nas produções agrícolas do município está o uso do plantio direto. Segundo informações dos serviços de assistência técnica, públicos e privados, esse processo de produção, que consiste em não preparar a terra a cada ciclo produtivo, provoca a diminuição da contratação de pessoal no período de plantio. Do ponto de vista ambiental essa técnica contribui para que reduza o risco de erosão e lixiviamento dos solos que deixam de ser revolvidos como ocorria quando se arava a terra, entretanto há uma maior contaminação tanto da terra quanto dos lençóis freáticos, uma vez que se utilizam cada vez mais agrotóxicos que vão se acumulando a cada ciclo produtivo.

Outro fator que contribui para a redução do número de empregos na atividade agrícola é a utilização das sementes geneticamente modificadas, as chamadas sementes transgênicas, que são plantadas junto com um pacote de insumos químicos. Segundo os profissionais que prestam assistência técnica, essas sementes são utilizadas em praticamente todas as lavouras de soja, tanto em grandes quanto em pequenas propriedades, o que inclui os lotes do assentamento de reforma agrária do município. E em muitas propriedades também a cultura de milho já começou a ser feita com sementes transgênicas.

Cruz Alta, aliás, é um polo de difusão tecnológica, tanto no que se refere à transgenia, quanto à experimentação de insumos químicos e ao desenvolvimento de novas variedades produtivas. Uma fundação de pesquisa, mantida pelo setor cooperativista, se dedica a essas atividades no município e comercializa as sementes que desenvolve na região e no Estado.

Todos os locais pesquisados no estudo de caso, vinculados à produção, comercialização e armazenamento de sementes e grãos só trabalhavam com soja transgênica e informaram que em todo o município é esse cultivo que prevalece. De modo que produtores que queiram produzir outras variedades deste produto têm que ter a própria estrutura de armazenagem e logística de comercialização, algo inviável para pequenos produtores individuais. Assim, seja porque foram convencidos pelas empresas ou por falta de condições de sustentar uma produção diferente, a maioria dos produtores acaba direta ou indiretamente, via arrendamento, se inserindo na monocultura da soja geneticamente modificada.

Outra característica da produção agrícola no município é o uso intensivo de técnicas de irrigação, que também contribuem para a ampliação da área plantada e do aumento da produtividade sem a correspondente elevação no número de empregos rurais. Entretanto, esse recurso é utilizado principalmente por

grandes e médios proprietários rurais, uma vez que o alto custo de instalação e manutenção dos equipamentos os torna inacessíveis aos agricultores menos capitalizados como é o caso dos agricultores familiares e assentados.

Em Cruz Alta se desenvolvem diferentes atividades produtivas vinculadas as cadeias produtivas do trigo, milho e, principalmente, da soja. Isso porque no município há a produção agrícola propriamente dita, uma significativa estrutura de armazenamento e comercialização, e um sistema de transporte que no âmbito local utiliza basicamente caminhões (das propriedades até os armazéns no entorno da área urbana) e a ferrovia para levar os produtos até o porto de Rio Grande, de onde são exportados. A maior parte das cargas transportadas pelos trens da ferrovia é de insumos agrícolas e grãos da região que se destinam principalmente para exportação. Uma pequena parte da produção local é absorvida pela agroindústria de soja que tem como subprodutos o óleo e a torta de soja. Nessa cadeia também se inclui uma gama de serviços entre os quais:

- assistência técnica, tanto para a produção agrícola que é composta basicamente por agrônomos e técnicos agrícolas quanto mecânicos e operadores de máquinas agrícolas e sistemas de irrigação;
- revendas de máquinas e implementos agrícolas;
- revendas de insumos químicos como fertilizantes, herbicidas, fungicidas, entre outros produtos que compõem o pacote tecnológico utilizado nas lavouras;
- empresas de prestação de serviços burocráticos como: contabilidade, assistência jurídica e escritórios especializados em comércio exterior devido a maior parte da produção de grão ser destinada a exportação;
- sistema de crédito rural, operado pela rede bancária, pública e privada.

Este conjunto de elementos do agronegócio marcam a paisagem³⁸ de Cruz Alta. Na área rural o que chama atenção é a padronização da paisagem, uma vez que tanto em grandes quanto em pequenas propriedades predomina a monocultura da soja, mas o milho também é bastante produzido no município. E na entressafra desses produtos há uma significativa produção de trigo. Independente do produto semeado nos campos, o que impressiona na paisagem é a padronização. Um padrão marcado por grandes lavouras, elevada densidade técnica e pouca ou nenhuma densidade demográfica. No perímetro urbano, são as grandes estruturas de armazenagem e agroindústrias que marcam a paisagem dos arredores da cidade. Outra estrutura controlada pelo agronegócio que mar-

³⁸ Paisagem é uma categoria de análise geográfica, definida por Santos (1996:61) como “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”

ca a paisagem de Cruz Alta é a ferrovia, que transporta continuamente grãos e/ou insumos para a produção destes.

E além dos elementos materiais que caracterizam o domínio territorial do agronegócio em Cruz Alta, há um conjunto de elementos simbólicos que “plantam” no imaginário social a noção de que tudo na cidade gira em torno deste setor. Como exemplos pode-se citar: as propagandas de alguns cursos da universidade local – Unicruz – como agronomia, veterinária e administração rural que utilizam imagens de atividades da agropecuária empresarial, voltada para monocultura, sem nenhuma referência à agricultura familiar, como se o exercício profissional nas áreas rurais implicasse necessariamente em trabalho com o agronegócio.

A mídia local, tanto jornais quanto rádios, cotidianamente destacam os problemas e as boas notícias para os capitalistas do agronegócio como se fossem boas e más notícias para o conjunto da população. Na câmara de vereadores há sempre políticos representando interesses do setor que transformam o parlamento local em mais um espaço de articulação política. O principal evento municipal é a Fenatrigo, feira que surgiu na época em que o trigo era o principal produto agrícola local. Durante os dias dessa feira além dos negócios agrícolas e difusão de tecnologias entre os empresários dos vários ramos do agronegócio, são realizados *shows* e outras atividades culturais que envolvem a população pobre da cidade, semeando uma falsa ideia de que no mundo do agronegócio tem lugar para todos, ricos e pobres.

Apesar da amplitude de atividades é difícil mensurar o real peso do agronegócio no município porque as estatísticas econômicas são elaboradas levando em conta a clássica setorialização da economia em setor primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços). Mas as cadeias do agronegócio integram esses três setores e não apenas a produção agrícola. Seria fundamental que no levantamento de dados do setor industrial e principalmente de serviços se evidenciasse a vinculação com o agronegócio, para se ter uma base do quanto às atividades que engloba contribuem para a economia local.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM CRUZ ALTA

Enquanto a soja toma conta dos campos um espectro da pobreza, literalmente ronda a cidade, formando periferias cada vez maiores. De acordo com o censo populacional de 2000, realizado pelo IBGE, havia no município 19.554 domicílios e na maioria deles o responsável tinha renda inferior a cinco salários-mínimos. Em 4.124 domicílios a renda do responsável era de até um salário mínimo, e em 1.002 domicílios o responsável não tinha renda. Esses dados demonstram que é grande o número de famílias pobres em Cruz Alta. Na paisa-

gem da cidade, a pobreza e a exclusão se evidenciam pela precariedade das condições de habitação e pela carência de infraestrutura urbana em vários bairros.

Os números do Programa Bolsa Família no município também são um importante indicador da exclusão social que afeta milhares de famílias em Cruz Alta, como mostra a Tabela 21.

TABELA 21 – QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS VINCULADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CRUZ ALTA

Dados de Cruz Alta	Números Absolutos
População 2008 (com base em estimativa do IBGE)	64.762 pessoas
Estimativa de pobres – perfil Bolsa Família* (com base na PNAD-IBGE de 2006)	3.241 famílias
Estimativa de pobres – perfil Cadastro Único** (com base na PNAD- IBGE de 2006)	6.463 famílias
Total de famílias cadastradas – Perfil Bolsa Família (em 31-03-09)	3.673 famílias
Total de famílias cadastradas – Perfil Cadastro Único (em 31-03-09)	3.977 famílias
Total de Famílias Beneficiárias do BF (04/09)	2.971 famílias

* Perfil Bolsa Família – são famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ do salário mínimo, que em 2009 correspondia a R\$ 137,00.

** Perfil Cadastro Único – são famílias com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (R\$ 232,50 em maio/2009).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania). Disponível em www.mds.gov.br

Considerando-se que no município havia 3.673 famílias cadastradas com o perfil Bolsa Família, e que em média as famílias cadastradas no perfil BF têm quatro pessoas, tem-se um total de 14.692 pessoas inscritas para receber o benefício, o que correspondia a 22,6% da população total em 2008. Se levarmos em conta as famílias efetivamente beneficiárias com o programa, seriam 11.884 pessoas, que correspondiam a 18,35% da população municipal.

Apesar de haver tanta gente pobre em um município com elevada concentração fundiária a reforma agrária não aparece nem nos discursos de sindicalistas e políticos de esquerda nem nas proposições de combate à pobreza implementadas pelo poder público. De acordo com o Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural³⁹, Bertoldo Fagundes, a reforma agrária não é uma demanda no município, porque a maior parte da população pobre está na área urbana, mas quer melhorar de vida na cidade. E a população pobre rural carece, na visão dele, é de acesso a mercado para seus produtos e mais investimentos para melhorar as condições de vida e produção. Por isso a

³⁹ As entrevistas com os secretários municipais foram concedidas diretamente à pesquisadora em fevereiro de 2008. A entrevista com a coordenadora do núcleo de políticas para mulheres foi concedida em junho de 2008.

principal realização do município no âmbito do desenvolvimento rural foi a construção de espaços de comercialização para agricultores familiares, incluindo assentados: um galpão da agricultura familiar na maior feira do agronegócio do município – a Fenatrigo, e um espaço de economia solidária, onde semanalmente são realizadas feiras em que produtores vendem diretamente seus produtos aos consumidores.

Essa tese de que a reforma agrária não é uma demanda da população pobre do município também foi reforçada por Ieda Maria Pires, coordenadora do Núcleo de Políticas Setoriais – Juventude, Mulheres, Igualdade Racial e Livre Orientação Sexual da prefeitura de Cruz Alta. Na opinião dela, a maior parte das mulheres pobres do município quer encontrar alternativas de emprego e renda na cidade porque, apesar de serem de famílias que vieram do campo, elas são a segunda ou terceira geração e não tem mais identidade rural. Entretanto, admite que a falta de empregos urbanos tem levado muitas mulheres pobres a buscar o emprego rural que é temporário e precário.

Apesar da crença dos administradores municipais de que a reforma agrária não é uma necessidade social em Cruz Alta, nos deparamos com um acampamento de famílias sem-terra, no entorno da cidade, organizado pelo Movimento Terra, Educação e Moradia, que é restrito ao município. Ainda que pequeno, a existência do movimento indica que existe esta demanda social. De acordo com Ari Silveira, um dos acampados, esse acampamento iniciou em 2005 com 160 famílias, mas em meados de 2008 contava com apenas 39 delas.

No dia em que visitamos o acampamento só havia o senhor Ari e seu filho, uma criança especial. Segundo ele ali as famílias se cadastram, fazem o barraco de lona, mas não precisam morar no acampamento, apenas comparecem nas reuniões semanais e outras atividades convocadas pela coordenação. Conforme nos informou este Movimento municipal se diferencia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST porque “é pacífico, não faz invasões, faz a luta pela terra dentro da lei”, acreditam que assim, sem conflito, é mais fácil conseguir o assentamento. Mas admitiu que em Cruz Alta está difícil conseguirem o assentamento, tanto que a maioria das famílias desiste da luta.

Uma breve análise da história dos assentamentos no Brasil revela que esse movimento de Cruz Alta tem uma leitura equivocada do processo de conquista da terra, uma vez que a maioria dos assentamentos ocorreu em decorrência de um conflito. Entre os estudos que comprovam a importância da pressão dos trabalhadores para o avanço da reforma agrária está uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ entre 2000 e 2001 envolvendo 92 projetos de assentamentos, em 39 municípios de seis regiões do país.

Nesse trabalho se constatou que 96% dos assentamentos pesquisados nasceram de alguma disputa pela propriedade da terra entre proprietários e ocupantes; em 82 áreas (89% do total pesquisado) o pedido de desapropriação foi feito por iniciativa dos trabalhadores e de seus movimentos. Somente em 10% dos casos pesquisados a iniciativa de desapropriar a terra partiu do Incra e em apenas 3% deles não houve conflitos (Cintrão *et al.*, 2004:307).

Entretanto, em Cruz Alta também há ilhas de riqueza em meio a esse mar de pobres. O censo do IBGE de 2000 revelou que em 305 domicílios (1,6% do total) a renda do responsável era superior a 30 salários mínimos. Ou seja, a quantidade dos domicílios cujo responsável tinha renda nesse patamar era três vezes menor do que o número de domicílios em que o responsável não tinha nenhuma renda, que totalizavam 1.002 domicílios, como dissemos no início deste item.

No que tange à condição de vida da maioria das mulheres em Cruz Alta todos os secretários entrevistados concordam que é marcada pela exclusão. De acordo com a Secretária de Desenvolvimento Social do município na época do levantamento de dados empíricos – Natália Ivone Steimbrenner – uma pesquisa feita por sua equipe de trabalho ao assumir a secretaria em 2004, constatou que cerca de 60% da população do município tinha renda familiar de até dois salários mínimos, e que a pobreza em Cruz Alta afeta principalmente as mulheres. Tanto que a prostituição feminina, inclusive infanto-juvenil, é grande no município⁴⁰.

Esse conjunto de informações sobre Cruz Alta não deixa dúvidas de que no município se encontram territorializados os dois processos que são objeto de investigação desta pesquisa: a riqueza do agronegócio e a pobreza feminina. Por isso, para saber se o agronegócio contribui ou não para a pobreza e exclusão feminina no município, realizamos uma pesquisa quantitativa. O público-alvo dessa pesquisa foram empregadores (pessoas físicas e jurídicas) dos diferentes ramos de atividade do agronegócio no município, visando abranger principalmente os vários elos da cadeia produtiva da soja.

No total, a pesquisa envolveu 31 empregadores, atingindo entre 60% e 100% dos empregadores de cada um dos segmentos pesquisados: empresas de comercialização de máquinas/implementos e produtos agrícolas, de produção/armazenamento e comercialização de grãos (incluindo sementes), de armazenamento/comercialização e indústria de grãos, de transporte ferroviário e a de contratação de trabalhadores rurais. Além disso, se entrevistou alguns proprie-

⁴⁰ Relatório do Ministério da Justiça sobre prostituição infantil, divulgado em fevereiro de 2005, revela que a exploração sexual infantil é acentuada em 16,88% dos municípios brasileiros (937 no total). Do Rio Grande do Sul são citados 49 municípios. Cruz Alta está entre eles, assim como outros municípios em que o agronegócio tem grande peso econômico, como Tupanciretã, Carazinho, Santo Ângelo, Panambi, Ijuí e Passo Fundo.

tários/as rurais. Conforme dados do Ministério do Trabalho⁴¹, em Cruz Alta foram gerados 10.797 empregos formais no ano de 2008. E os empregadores entrevistados geraram 3.099 postos de trabalho. Portanto, esta pesquisa abrangeu empregadores responsáveis por 28% dos empregos gerados no município no ano pesquisado.

Para complementar a análise, realizou-se uma pesquisa qualitativa com 14 mulheres de diferentes segmentos sociais de Cruz Alta para verificar a percepção delas da condição feminina neste território do agronegócio, bem como a avaliação que fazem do principal mecanismo de combate à pobreza feminina no município, o Programa Bolsa Família. Os resultados das pesquisas, realizadas entre maio e junho de 2008, são analisados no próximo capítulo.

⁴¹ Os dados de empregos formais do Ministério do Trabalho do Brasil podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: www.mte.gov.br/pdet/consultas/isper.

CAPÍTULO VI:

PERFIL DO EMPREGO GERADO PELO AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA

Considerando-se todos os espaços do agronegócio pesquisados, incluindo atividades dentro e fora da porteira, a quantidade de empregos gerados era 3.099 no período do levantamento de dados empíricos. Deste total dos postos de trabalho, 2.403 são ocupados por homens e 694 por mulheres, evidenciando a assimetria de gênero na distribuição dos postos de trabalho. Os empregos estão divididos quanto à situação trabalhista: formal e informal, e quanto ao contrato de trabalho: fixo e temporário.

A) QUANTO À SITUAÇÃO TRABALHISTA

No Brasil, o IBGE diferencia o setor formal do informal pela organização da produção e não pela ilegalidade. O setor formal da economia é então o locus de acumulação de capital e de grandes inovações de caráter tecnológico, onde se tem a figura do trabalhador padrão: o assalariado com carteira assinada e proteção social.

Já no setor informal há dois tipos de trabalhadores: os autônomos e os assalariados, mas neste caso sem vínculos empregatícios, de modo que não há garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários. Nas atividades informais estão ocupados tanto trabalhadores com habilidades e qualificação quanto trabalhadores desqualificados com renda muito baixa para o padrão social mínimo de vida.

A pesquisa quantitativa verificou que na cadeia produtiva do agronegócio em Cruz Alta predomina o emprego formal, conforme demonstram os dados da Tabela 22.

TABELA 22 – PERFIL DO EMPREGO QUANTO À SITUAÇÃO TRABALHISTA

Características do emprego	Números absolutos	% do emprego total
Formal	3.019	97
Informal	80	3
Total	3.099	100

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Como se pode observar na Tabela, o percentual de trabalhadores/as informais envolvidos nas atividades do agronegócio em Cruz Alta é muito pequena, o equivalente a 3% de um total de 3.099. A maior parte dos trabalhadores/as com esse perfil de informal está concentrada na ocupação denominada “serviços gerais” no setor de armazenamento de grãos, que consiste basicamente na carga e descarga de produtos. Os trabalhadores/as formais estão dispersos em todos os demais ramos da cadeia produtiva do agronegócio no município.

No que tange à questão de gênero, não há diferenças significativas quanto à situação trabalhista, uma vez que tanto empregos masculinos quanto femininos são predominantemente formais, como se pode ver na Tabela 23.

TABELA 23 – PERFIL DO EMPREGO QUANTO À SITUAÇÃO TRABALHISTA POR GÊNERO

Gênero	Emprego formal	Emprego informal	Total
Masculino (absoluto)	2.326	79	2.403
Masculino (%)	77	99	-
Feminino (absoluto)	693	1	694
Feminino (%)	23	1	-

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Analisando os dados desta Tabela, salta aos olhos a enorme desigualdade de gênero na distribuição dos postos de trabalho. Considerando-se os empregos formais, as mulheres ocupam apenas 23% das vagas, ao passo que para os homens este percentual é de 77%. No emprego informal quase a totalidade das vagas (99%) é ocupada por homens, sendo isto justificado, conforme os empregadores, pelo fato de que estas vagas estão concentradas na área de armazenagem de grãos (função de serviços gerais). Mesmo que parte das atividades de serviços gerais seja mecanizada, os empregadores consideram que este é um “serviço pesado”, por isso deve ser ocupado por homens.

Em decorrência dessa exclusão das mulheres dessa função de serviços gerais de armazenagem, onde se concentra a maior parte do emprego informal, a

maioria das trabalhadoras (99,8%), vinculadas às empresas e propriedades rurais pesquisadas, tem contrato formal de trabalho e, por conseguinte, garantias trabalhistas e previdenciárias.

B) QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO

Há duas formas de contrato de trabalho previstas na legislação brasileira: o emprego fixo, quando não há prazo determinado para a vigência do vínculo empregatício. E o emprego temporário, quando se estabelece um período de tempo determinado para a relação trabalhista.

Uma das características mais evidentes da precarização do mundo do trabalho promovida pelo neoliberalismo no Brasil é a volatilidade dos postos de trabalho, por meio da ampliação de vagas temporárias em detrimento da redução de empregos fixos. De modo que uma grande parcela dos trabalhadores/as está em constante situação de vulnerabilidade por não ter garantia de emprego e renda. No mundo do agronegócio a realidade não é diferente. Como demonstra a Tabela 24, a maioria dos empregos gerados nos locais pesquisados é temporário.

TABELA 24 – PERFIL DO EMPREGO QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO

Características do emprego	Números absolutos	% do emprego total
Fixo	1.058	34
Temporário	2.041	66
Total	3.099	100

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Os empregos temporários, que totalizam 66% das vagas, estão presentes nos vários ramos do agronegócio, mas se concentram, principalmente, nas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, especialmente no cultivo de sementes de milho. Outra característica do trabalho temporário no município é o fato de ser mediado por um processo de terceirização que é monopolizado por uma empresa. Das 2.041 vagas temporárias, 1.500 correspondiam aos postos de trabalho gerados por esta empresa especializada em contratação de força de trabalho rural volante.

Tanto nas atividades urbanas quanto nas rurais, estes trabalhadores temporários têm como características básicas: baixa escolaridade, residência na periferia de Cruz Alta, baixa remuneração, e, como não têm uma profissão, se dispõem a trabalhar em qualquer ramo de atividade. Essas características são perceptíveis na maioria dos trabalhadores temporários, tanto masculinos quanto femininos.

Na maior parte dos locais pesquisados, o contrato temporário de trabalho dura em média três meses. O período de contratação na área rural varia conforme o tipo de produto cultivado, a remuneração é previamente estabelecida por convenção coletiva, entre os sindicatos patronal e trabalhista rural, que fixa uma espécie de salário mínimo municipal para trabalhadores rurais, em maio de 2008 esse valor era de R\$ 486,00. Na área urbana os serviços temporários em geral aumentam entre fevereiro e abril – período de colheita da soja – quando cresce a demanda por força de trabalho nos armazéns.

O emprego fixo absorve menos trabalhadores/as, a maior parte concentrada em área urbana e disperso nos diferentes ramos da cadeia produtiva do agronegócio, envolvendo tanto trabalhadores de baixa escolaridade quanto profissionais de nível superior. Neste sentido, há uma grande variabilidade de remuneração que, segundo os empregadores, está relacionada com a função. Entretanto, como se verá posteriormente, há uma evidente desigualdade de gênero na medida em que os postos fixos de melhor remuneração são ocupados em sua grande maioria por homens. E como se pode perceber na Tabela 25 há uma grande assimetria de gênero, desfavorável às mulheres, também na distribuição dos postos de trabalho.

TABELA 25 – PERFIL DO EMPREGO QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO POR GÊNERO

Gênero	Emprego fixo	Emprego temporário	Total
Masculino (absoluto)	871	1.534	2405
Masculino (%)	82	75	-
Feminino (absoluto)	187	507	694
Feminino (%)	18	25	-

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Conforme demonstram esses dados, as mulheres são minoria nos empregos fixos, ocupando apenas 18% das vagas, enquanto os homens são contratados para 82% destes postos de trabalho. E a desvantagem feminina se mantém nos empregos temporários, pois enquanto elas ocupam 25% das vagas, os homens preenchem 75% delas.

Analisando especificamente a condição feminina quanto ao contrato de trabalho, percebe-se que há predominância do emprego temporário (73%), que, como se disse anteriormente, está concentrado nas atividades rurais e o vínculo empregatício é com uma empresa terceirizada e não com o proprietário da fazenda. Os empregos fixos femininos, que correspondem a 27% das vagas ocupadas por mulheres, são, em quase sua totalidade, urbanos, concentrando-se em atividades comerciais e administrativas.

Tanto nos empregos fixos quanto temporários, as mulheres se concentram em funções sem poder de tomada de decisão. No emprego temporário não há mulheres em funções de comando e no emprego fixo é bastante limitada sua participação em postos de gerência ou diretoria.

A CONDIÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO DO AGRONEGÓCIO

A partir do critério da quantidade de empregos gerados, dividiu-se os empregadores pesquisados em quatro grupos. O objetivo dessa classificação é visualizar se os postos de trabalhos ocupados por mulheres estão difusos ou concentrados em grandes, médios ou pequenos empregadores.

O grupo 1 é constituído por empregadores que geram entre 1 e 29 empregos, totalizando 14 dos 31 empregadores pesquisados. Este grupo é responsável pela geração de 171 postos de trabalho, sendo 36 deles ocupados por mulheres. Ou seja, em média 21% das vagas oferecidas nesse grupo de empregadores são preenchidas por mulheres. Lembrando que este percentual é uma média, pois fazem parte deste grupo empregadores que preenchem mais de 30% das vagas com mulheres. Enquanto outros não contratam nenhuma. A justificativa dos que não empregam ou empregam poucas mulheres é de que o tipo de trabalho que geram não tem perfil feminino, revelando a predominância da tradicional divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres não ocupam espaços e funções semelhantes.

O grupo 2 é composto por nove empregadores que geram entre 30 e 50 empregos. No total, este grupo cria 346 postos de trabalho, sendo 36 preenchidos por mulheres. O percentual de força de trabalho feminina nas empresas deste grupo varia de 3,2% a 17,8%, o que resulta numa média de 10,4%.

O grupo 3 é formado por cinco empresas que geram entre 51 e 100 empregos, totalizando 399 postos de trabalho, sendo 64 ocupados por mulheres. Mais uma vez a média escamoteia a realidade de alguns locais. Em uma empresa 44% das vagas são preenchidas por trabalhadoras, enquanto em uma outra somente 3% das vagas são destinadas às mulheres.

O grupo 4 é constituído por três grandes empresas que geram mais de 100 empregos cada uma. Este grupo gera 2.183 postos de trabalho, dos quais 558 são ocupados por mulheres. Observando separadamente os empregadores deste grupo, constata-se que em uma das empresas as mulheres preenchem 10% dos postos de trabalho. E uma outra, elas são 12,7% das pessoas contratadas, enquanto numa terceira chegam a 29% dos funcionários. O que resulta em uma média de 17% de emprego feminino neste grupo.

O que se verifica desse agrupamento é que não há um empregador padrão para a força de trabalho feminina, uma vez que as mulheres ocupam postos de trabalho em empresas de distintos tamanhos, mas quando somadas as médias

de empregos femininos dos quatro grupos obtém-se uma média de 15% de postos de trabalhos ocupados por mulheres, onde se tem dois extremos: empregadores que não contratam nenhuma mulher e outros em que quase um terço da força de trabalho contratada é feminina.

Apesar da média de emprego feminino ser pequena, em grande parte dos locais pesquisados (48%) os empregadores responderam que houve um aumento dos postos de trabalho ocupados por mulheres nos últimos dez anos. Em 42% dos locais manteve-se a mesma quantidade de emprego feminino e somente em 10% dos estabelecimentos houve redução da força de trabalho feminina. A justificativa para o aumento do número de mulheres empregadas foi a expansão dos negócios no período considerado.

O LUGAR FEMININO NO AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA

Em Cruz Alta, a exclusão social, ainda que afete uma significativa parcela da população, é muito mais severa entre as mulheres, uma vez que elas têm mais dificuldade de acesso a postos de trabalho. Na economia do município, o agronegócio, direta ou indiretamente, é o maior responsável pela criação de vagas de trabalho. No entanto há uma grande desigualdade de gênero na ocupação das vagas. A exclusão feminina do mundo do trabalho engendra não apenas a pobreza, no sentido de escassez de rendimentos monetários, mas produz impactos em múltiplas dimensões da vida das mulheres e das crianças pelas quais elas são responsáveis diretamente. Castel (1988) chama a atenção justamente para o fato de que a perda por estar excluído socialmente é muito mais do que a do rendimento.

Embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência (Castel, 1998:98).

Isso significa que a perversidade desse processo não se resume apenas na privação de trabalho ou renda, mas também devido à falta de perspectivas de futuro e a preconceitos de classe, etnia, gênero, entre outros, eliminando, marginalizando ou impossibilitando a entrada nas formas de participação das várias esferas da sociedade como cidadãos.

Nos locais pesquisados constatou-se essa desigualdade de gênero na ocupação dos postos de trabalho. Sendo que em alguns estabelecimentos verificou-se a completa exclusão feminina, mas, na maioria, o que ocorre é a inclusão precária das mulheres. Em síntese, a inserção feminina nas atividades do agronegócio caracteriza-se pela ocupação de poucos postos de trabalho e exercendo funções sem importância decisória.

A exclusão ou inserção precária das mulheres nos locais pesquisados pode ser observada tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Em termos de quantidade, constatou-se que dos 3.099 postos de trabalho apenas 694 são ocupados por mulheres; sendo que destes 507 são temporários com uma duração média de três meses por ano. Portanto, 73% das mulheres empregadas pelo agronegócio estão em uma condição socioeconômica de alta vulnerabilidade.

Como se descreveu anteriormente na metodologia, para a aplicação dos questionários desta pesquisa, o público-alvo (empregadores do agronegócio) foi dividido em sete grupos:

- 1) empresas de comercialização de máquinas, implementos e produtos agrícolas;
- 2) empresas de armazenamento, comercialização e industrialização de grãos;
- 3) empresa de transporte ferroviário;
- 4) empresas de produção e comercialização de sementes;
- 5) proprietários rurais;
- 6) proprietárias rurais;
- 7) empresa de contratação de mão de obra rural.

A Tabela 26 evidencia a quantidade de empregos femininos gerados em cada um desses grupos de empregadores.

TABELA 26 – PERFIL E QUANTIDADE DE EMPREGO FEMININO POR GRUPOS DE EMPREGADORES DO AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA

Grupos	Total de empregos do grupo	Mulheres			
		Total de Mulheres Empregadas por grupo	% de mulheres por grupo	Mulheres com emprego fixo no grupo	Mulheres com emprego formal no grupo
1	141	23	16,3	23	22
2	851	96	11,3	90	96
3	31	1	3,2	1	1
4	275	60	21,8	60	60
5	56	9	16	9	9
6	42	4	9,5	4	4
7	1.703	501	29,4	1	501

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa quantitativa realizada no primeiro semestre de 2008.

Observa-se na Tabela que em nenhum dos grupos de empregadores as mulheres ocupam um terço dos postos de trabalho. O grupo 7 é o maior emprega-

dor feminino, onde elas são quase 30% dos trabalhadores, porém oferece apenas trabalho temporário que, neste caso, tem como corolário a precarização e o perfil de mulheres contratadas é de baixa escolaridade e sem qualificação profissional. No outro extremo está o grupo 4 que preenche com mulheres cerca de 22% dos postos de trabalho, e tem como especificidade uma elevada demanda por força de trabalho qualificada. Essa característica se deve ao fato de que neste grupo está incluída uma fundação de pesquisa que emprega mulheres com escolaridade predominantemente superior e grande qualificação profissional para os parâmetros do município.

Tanto no grupo 1 quanto no 5 as mulheres correspondem a 16% do total de empregados. Esses dois grupos são compostos por pequenos e médios empregadores, que por sua vez geram poucas vagas de trabalho para ambos os sexos. Portanto, este percentual não se traduz em muitos empregos, somam apenas 32 postos de trabalho.

O grupo 2 é o segundo maior empregador e tem como principal característica a maior geração de empregos fixos entre os locais pesquisados. Nesse grupo, a exclusão feminina é percebida quando se observa a totalidade de postos de trabalho criados e a quantidade ocupada pelas mulheres. De 851 postos as mulheres ocupam 96, correspondendo a 11,3%.

O grupo 3 é constituído por apenas uma empresa multinacional e monopólio no seu ramo de atividade – o transporte ferroviário. Porém sua grandeza financeira e sua importância estratégica para o agronegócio não se traduzem em postos de trabalho. Em Cruz Alta são gerados apenas 31 empregos dos quais somente 1 é ocupado por mulher.

A peculiaridade do grupo 6 é o fato de que os empregadores são mulheres. Contudo, isso não se reflete em igualdade de gênero na ocupação dos postos de trabalho. Enquanto empregadoras, as mulheres fazendeiras não se diferenciam dos homens fazendeiros, seguem a tradicional divisão sexual do trabalho no preenchimento das vagas de emprego. Tanto em propriedades comandadas por homens quanto por mulheres, a força de trabalho feminina se concentra em serviços de cozinha e limpeza.

Nos estabelecimentos que empregam força de trabalho feminina, as mulheres estão presentes da seguinte forma: a) área administrativa – em 27 locais pesquisados as mulheres exercem funções nessa área, mas a maioria trabalha como recepcionista ou secretária, sem nenhum poder de decisão na gestão do negócio; b) área de limpeza: em 17 estabelecimentos as atividades de limpeza são atribuições femininas; c) área de alimentação: em sete locais há mulheres contratadas como cozinheiras. Uma função predominante nas propriedades rurais; d) área comercial: em três empresas as mulheres trabalham como vendedoras; e) área de assistência técnica: apesar de haver um grande número de mulheres com

formação superior, em cursos como agronomia, veterinária, zootecnia entre outros, em apenas três empresas há mulheres trabalhando nesta área; e f) área de serviços gerais: para os empregadores pesquisados a função denominada serviços gerais é sinônimo de trabalho rural assalariado para mão de obra feminina. Em três locais há mulheres contratadas para este tipo de serviço.

Apesar de negarem uma discriminação por gênero na contratação de trabalhadores, a maioria dos empregadores (64%) afirmou ter preferência por contratar homens, sob o argumento de que a maior parte dos postos de trabalho que cria exige mão de obra masculina por ser “serviço pesado”. Nesse caso está subentendido que consideram as funções ocupadas pelas mulheres como “trabalho leve”, inclusive o trabalho de limpeza de grandes estabelecimentos e de responsável pela cozinha em propriedades rurais.

Interessante notar que os maiores salários são pagos para funções que não podem ser caracterizadas como trabalho pesado, como é o caso de gerência, diretoria, responsável pela área comercial e administrativa. Entretanto, dentre todos os locais pesquisados somente em duas empresas há mulheres ocupando esse tipo de função e recebendo altos salários. Em 29 estabelecimentos são os homens que ocupam essas funções, concentrando, portanto, os maiores salários.

Desse modo, se constata que a expressão “trabalho pesado” é uma justificativa para escamotear a exclusão das mulheres dos postos de trabalho gerados pelo agronegócio.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA EMPREGADA PELO AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA

Nos locais pesquisados todas as mulheres trabalhadoras estão em idade ativa, possuem entre 19 e 45 anos. Na maior parte dos estabelecimentos predomina as trabalhadoras brancas. Entretanto, na empresa terceirizada que gera a maioria das vagas de trabalho do agronegócio no município, há mais pardas. Por isso a etnia parda é a predominante entre as mulheres que ocupam os postos de trabalho gerados pelos empregados pesquisados.

Em relação ao local de moradia, as trabalhadoras do agronegócio estão concentradas na área urbana, especialmente na periferia da cidade. Poucas moram nas áreas centrais e é insignificante o número de empregadas residentes na área rural.

No que tange à educação, a pesquisa constatou que se configura no mundo do agronegócio uma situação similar a que predomina no mercado de trabalho brasileiro, em que as mulheres têm um nível de escolaridade superior à dos homens. Nos locais pesquisados, 58% dos homens empregados possuem até o ensino fundamental completo, 26% dos trabalhadores têm até o ensino médio e apenas 16% têm ensino superior.

Entre as mulheres trabalhadoras a situação se inverte na medida em que quase 70% têm ensino médio (39%) ou superior (29%). Enquanto com ensino fundamental são 29% das trabalhadoras.

Entretanto, maior escolaridade não implica qualificação profissional. Uma vez que a maioria dos locais pesquisados informou que não há mulheres qualificadas, entendendo por qualificação uma especialização na função exercida. Em apenas dois estabelecimentos, o número de mulheres qualificadas supera 20 funcionários, sendo que um desses locais é uma fundação de pesquisa e emprega 40 técnicas, considerando todas qualificadas.

A escolaridade também não se traduz em melhores remunerações, visto que embora os homens tenham menos anos de estudo recebem melhores salários. Nos locais pesquisados, a maior parte dos homens recebe entre dois e cinco salários mínimos. E a menor remuneração varia de um a dois salários mínimos. Em três estabelecimentos, a remuneração masculina varia de cinco a dez salários mínimos.

No caso das mulheres, a maioria dos estabelecimentos paga entre um e dois salários mínimos. Há inclusive duas empresas em que o salário das trabalhadoras não chega ao mínimo nacional. E em apenas uma empresa a maior parte das trabalhadoras tem remuneração que varia de cinco a dez salários mínimos.

Em síntese, o que se percebe no mercado de trabalho vinculado ao agronegócio em Cruz Alta é que a quantidade de empregos que gera é desproporcional ao poder econômico das empresas e proprietários rurais. Na medida em que são as atividades deste setor que concentram a maior parte das riquezas do município (terras, indústrias, casas comerciais, entre outras), entretanto geram poucos empregos diretos. Além disso, este mercado de trabalho se caracteriza pela precarização, na medida em que predominam os empregos temporários e com baixos salários.

E para as mulheres a situação é ainda pior. A pesquisa constatou que independente de sua escolaridade, elas têm menos acesso aos postos de trabalho por sua condição de gênero. Nos cargos de menor poder de decisão e pequena remuneração a pouca participação feminina é justificada por ser trabalho pesado. Mas a participação delas é ainda menor nos cargos de maior poder de decisão e melhores remunerações, que de modo algum requerem a força física alegada pelos empregadores.

Portanto, há uma evidente assimetria de gênero no preenchimento das vagas, que privilegia os homens, em detrimento das mulheres. E também há uma segregação ocupacional por gênero que reserva aos homens tanto os postos que exigem trabalho operacional quanto de gestão e direção, ficando as mulheres segregadas em funções burocráticas sem poder decisório ou em atividades que o senso comum define como femininas, que é o caso dos serviços de limpeza e cozinha.

Em Cruz Alta a exclusão, bem como a inclusão precária das mulheres nesse mercado de trabalho vinculado ao agronegócio é um fator determinante para a produção e a reprodução da pobreza no município. Uma vez que poucas são as mulheres empregadas no mercado do agronegócio, mas muitas são as que precisam de emprego e renda para sustentar suas famílias. E, na medida em que as atividades dos vários ramos do agronegócio são o motor da economia local, há poucas oportunidades de trabalho fora desse circuito de atividades.

A CONDIÇÃO FEMININA NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO – PERCEPÇÃO DE ALGUMAS MULHERES

Neste item analisamos os resultados da pesquisa qualitativa que teve como objetivos: compreender a percepção de algumas mulheres sobre a condição feminina neste território do agronegócio; entender se e como se sentem excluídas; como avaliam o papel do agronegócio no município e o impactos que gera; como avaliam o PBF, que beneficia principalmente as mulheres; e, por fim, o que deve ser feito para reduzir a pobreza e a desigualdade no município, particularmente para as mulheres.

Antes de retratar a percepção e opinião das mulheres sobre esses temas consideramos necessário fazer um breve relato do perfil dessas mulheres, uma vez que partimos do pressuposto de que a condição de classe (que implica maior ou menor rendimento), de etnia e localização geográfica influenciam profundamente a visão que as pessoas têm da realidade em que vivem. Como é de praxe neste tipo de pesquisa, as identidades de todas as entrevistadas serão preservadas e nos referiremos a elas por números. As mulheres da periferia urbana receberam nomes que começam por Maria; as assentadas, por Ana; e as proprietárias rurais receberam como primeiro nome Eva.

PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS:

A) MORADORAS DA PERIFERIA URBANA DE CRUZ ALTA

Maria Antônia: tem 45 anos, é negra, tem ensino fundamental incompleto, é casada e mãe de 6 filhos (sendo 2 menores), mora na área urbana de Cruz Alta há 27 anos, antes morava na área rural de uma das localidades que posteriormente se emancipou de Cruz Alta. É beneficiária do Bolsa Família desde 2006. No período da entrevista (junho 2008) recebia um benefício no valor de R\$ 94,00. Tanto ela quanto o marido não tinha emprego fixo com carteira assinada. Ela trabalhava como faxineira ganhando R\$ 30,00 por faxina, mas era difícil conseguir mais que uma por semana. Gasta a maior parte do dinheiro do

Bolsa Família em alimentação. A família mora em casa própria, uma habitação bastante precária, e a mulher é a chefe da família.

Maria Lúcia: tem 22 anos, é branca, tem ensino fundamental completo, é casada e mãe de um filho. É natural do município e sempre morou na periferia urbana da cidade. Recebe o Bolsa Família desde 2006, na época da entrevista seu benefício era de R\$ 76,00. Ela não trabalha fora de casa, alega que não consegue emprego porque pedem experiência e ela nunca trabalhou, também não consegue creche para o filho. O marido trabalha “onde aparece vaga”, sem emprego fixo, em média recebe R\$ 100,00 por semana. A família não tem casa própria, vive em imóvel cedido pelo sogro.

Maria Soledade: tem 16 anos, é branca, tem ensino fundamental completo e estava estudando o primeiro ano do ensino médio. Apesar da pouca idade é casada e tem dois filhos. Mora em Cruz Alta há 13 anos, antes vivia em Porto Alegre. Não trabalha fora de casa, declarou que quer muito um emprego fixo mas não consegue por ser menor e sem experiência. Outro empecilho é que tem que cuidar do filho menor, pois só conseguiu vaga na creche pública do bairro para a criança maior. O marido também é estudante, tem 20 anos e trabalha “no serviço que aparecer”, em geral ele consegue algum trabalho para carregar e descarregar caminhões nos armazéns das cooperativas e empresas do agronegócio da cidade. Ela faz eventualmente alguma faxina que aparece. Mas a renda mensal dos dois não chega a um salário mínimo. Ainda não recebia o benefício do Bolsa Família. A família mora na casa da mãe do marido.

Maria Cândida: tem 42 anos, é parda, tem ensino fundamental incompleto, tem dois filhos (um menor), é viúva. Está desempregada, trabalhava como doméstica, mas há um ano não consegue emprego fixo. Problemas de saúde a impedem de aceitar serviço pesado como o de trabalhadora rural temporária. Ela é chefe da família, e para garantir o sustento dela e do filho pequeno só contava com uma pensão (paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) no valor de R\$ 200,00. Mora em casa própria, uma habitação precária na periferia da cidade. Ela ainda não recebia o Bolsa Família.

Maria Laura: tem 71 anos, é negra, tem só um ano de estudo, mas adverte “sei ler e escrever”, é natural do interior de Cruz Alta, onde trabalhou como agricultora até os 36 anos de idade. É viúva, tem 10 filhos. É chefe de família, mora em casa própria, uma habitação pequena e precária na periferia da cidade, onde também moram 2 de seus filhos, ambos desempregados, e 4 netos (crianças pequenas). As únicas fontes de renda fixa da casa são a pensão de 1 salário mínimo e o benefício de R\$ 54,00 que ela recebe do Bolsa Família por ser responsável por três das crianças da casa, que são órfãos.

Maria Carolina: tem 43 anos, é negra, possui o ensino fundamental incompleto, é separada e mãe de 3 filhos, sendo dois menores e moram com ela.

Nasceu no interior do município, mas sua família migrou para a cidade há 40 anos. Antes trabalhava como doméstica, mas na época da entrevista estava desempregada, “há muito tempo”. É chefe da família e tem como fontes de renda somente o benefício do Bolsa Família (R\$ 94,00) e a pensão que o pai da filha paga de R\$ 50,00. O dinheiro da pensão usa para pagar água e luz e o do Bolsa Família para garantir alimentação, roupas, material escolar. “Não passamos fome, mas vivemos bem apertados”, declara. Ela tem uma pequena horta no quintal que complementa a alimentação. Mora em casa própria, uma habitação simples na periferia da cidade.

Maria Augusta: tem 53 anos, de cor parda “não sou nem branca nem preta, uma mistura, como se diz por aqui, sou brasileira”, tem ensino fundamental incompleto, é mãe de quatro filhos (sendo que dois são menores e moram com ela), perguntada sobre o estado civil responde alegre “sou solteira graças a Deus”. Já trabalhou em várias funções: babá, cozinheira, faxineira e trabalhadora rural temporária. Não é natural de Cruz Alta, mas “já moro aqui há tanto tempo, nem me lembro quantos anos”. Na época da pesquisa estava desempregada. O último trabalho foi de trabalhadora rural temporária, contratada por uma empresa terceirizada que presta serviço para fazendeiros, trabalhou em lavouras de milho. “Tive que largar aquele serviço porque a gente saía para trabalhar ainda de madrugada e só chega quando tá escurecendo. Um dia entrou ladrão no barracão que eu morava quando saí para trabalhar e meus filhos estavam sozinhos, me levaram uma TV novinha. Tenho filho pequeno, uma é guria, já imaginou se fazem mal para ela?” Ela estava à procura de emprego na cidade. É chefe de família e para o sustento familiar suas únicas fontes de renda fixa eram o Bolsa Família, recebia um benefício de R\$ 94,00, e a pensão que o pai de um dos filhos pagava, que na ocasião da entrevista era de R\$ 120,00, o totalizava como R\$ 214,00 como rendimento mensal fixo para a família toda (mãe e duas crianças). Como não conseguia mais pagar aluguel e comprar alimentos, “estamos morando em uma peça cedida por uma igreja”. A referida “peça” é um imóvel de apenas 1 cômodo e 1 banheiro em um bairro da periferia da cidade.

B) MULHERES DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO ASSENTAMENTO SEIVAL:

Ana Clara: – tem 58 anos, é branca, possui ensino fundamental incompleto, é viúva, não tem filhos (“não pude ter”, explica-se). Vive em Cruz Alta há 20 anos, desde que se implantou o assentamento. Ela e o marido eram filhos de pequenos agricultores mas não tinham terra, então foram acampar. Ficaram dois anos acampados na fazenda Annoni no início dos anos 1980 – este acampamento que ficou famoso na história do Rio Grande do Sul porque marca

o início das ocupações massivas de latifúndios do MST no estado e o acirramento dos conflitos agrários⁴². Ela participou de todo o processo de luta pela terra, que foi conduzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Mas há muitos anos ela se dedica como militante em outro movimento social: o de mulheres camponesas. Administra sozinha o lote do assentamento, vive do dinheiro que obtém das lavouras, especialmente soja, e da renda semanal que obtém vendendo produtos em uma feira na cidade. Vende queijos, doces, salames, entre outros produtos coloniais. Tem um funcionário que a ajuda, que ela paga por dias trabalhados, também contrata pessoal na época do plantio e colheita da lavoura. Além disso, recebe pensão do marido. Não informou o total da renda mensal, mas garantiu que “dá para viver bem sem precisar de doação do governo”, referindo-se ao programa Bolsa Família. “Tenho orgulho de dizer que tudo que eu e meu marido conseguimos foi com luta e trabalho”.

Ana Cristina: tem 47 anos, é branca, tem ensino fundamental incompleto, é casada, tem 6 filhos sendo que “dois já são maiores e foram acampar para lutar pela terra para eles”. Sempre viveu e trabalhou no campo, saiu de sua cidade natal para acampar porque ela e o marido trabalhavam na terra dos outros. Em sua família vigora uma divisão sexual e espacial do trabalho: o marido cuida da lavoura, planta milho, feijão e principalmente soja, que ocupa mais da metade do lote de 18 hectares. Ela se dedica à criação de pequenos animais, a hortas, tira leite. Ela também comercializa produtos coloniais (banha de animal, queijo, salames, etc.) na feira da cidade todos os sábados. A feira garante renda de mais ou menos um salário mínimo por mês. Não sabe informar quanto a família obtém de renda com as lavouras. Recebeu o Bolsa Família por cinco anos, mas perdeu o benefício no início de 2008, pois a renda declarada pela família para acessar o Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, era maior do que o limite máximo dos beneficiários do Bolsa Família e o governo fez o cruzamento das informações dos dois programas. “Agora poucas mulheres assentadas pegam o Bolsa Família por causa do Pronaf, só que a gente não administra o dinheiro do Pronaf, ele fica com os homens. Aquele dinheiro da bolsa me faz falta, eu com-

⁴² Roseli Nunes foi a primeira grande liderança feminina do MST no Rio Grande do Sul, ela morreu durante uma mobilização das famílias do acampamento da fazenda Annoni quando, juntamente com outros três agricultores, foi violentamente atropelada por um caminhão que se jogou em cima dos sem terra que faziam um protesto em uma rodovia reivindicando a desapropriação da fazenda. Roseli ficou conhecida por declarar publicamente várias vezes: “prefiro morrer lutando do que morrer de fome”. Ela também foi a primeira mulher a dar à luz no acampamento da fazenda Annoni poucos dias após a ocupação; o nome da criança foi escolhido pelas famílias acampadas – Marcos Tiarajú – em homenagem ao líder da resistência indígena nas terras gaúchas Sepé Tiarajú. O filho de Rose, como ela ficou conhecida, atualmente é um dos muitos jovens militantes do movimento que estuda medicina em Cuba em um convênio do MST com o governo daquele país.

prava roupa e material escolar para as crianças”. Ela participa das atividades do movimento de mulheres camponesas.

Ana Luiza: tem 48 anos, ensino fundamental incompleto, é branca, casada, mãe de três filhos. Não foi acampada, casou-se com um homem assentado que é natural do mesmo município que ela. Está no assentamento há 19 anos. Também faz feira no sábado, vendendo produtos coloniais. O marido cuida mais das lavouras e ela se dedica à produção de alimentos para o autoconsumo, como mandioca e verduras, também tira leite e faz os produtos para vender na feira. É beneficiária do Bolsa Família, valor de R\$ 94,00 que considera fundamental para garantir que crianças frequentem a aula com material e roupas boas. Participa de mobilizações e atividades de formação do Movimento de mulheres camponesas.

Ana Júlia: tem 43 anos, é branca, possui ensino fundamental incompleto, vive há 15 anos no assentamento, também não participou do processo de luta pela terra, casou-se com assentado e tem três filhos. Ela não faz feira, só fornece produtos para outras mulheres revenderem. A maior parte da renda da família vem da venda desses produtos e do leite. O rendimento familiar caiu muito desde que o marido ficou doente há alguns anos e não consegue nem trabalhar na terra nem se aposentar. Para a lavoura precisam contratar força de trabalho, “sempre pagamos alguém do assentamento para nos ajudar”. Ela é beneficiária do Bolsa Família, recebe um valor de R\$ 55,00 que “ajuda muito”. Diz que na prática é a chefe da família porque é o trabalho dela que garante a renda, mas como a terra está no nome do marido ele é quem recebe os créditos.

C) MULHERES PROPRIETÁRIAS RURAIS

Eva Maria: tem 44 anos, ensino superior completo, é branca, vive em Cruz Alta há 30 anos, é natural de um município vizinho, é casada e tem dois filhos. Reside na área urbana central de Cruz Alta em casa própria. Começou a atuar no ramo do agronegócio em 2002, antes trabalhava com publicidade, mas sempre teve vínculo com a produção rural porque é filha de proprietários rurais. Tornou-se fazendeira depois que recebeu propriedades como herança do pai e juntamente com o marido comprou mais terras. Afirmou que são médios produtores (possuem até 500 hectares). Além de plantarem em terras próprias arrendam cerca de 400 hectares. Os principais produtos que cultivam são milho e particularmente soja. A agricultura é a principal fonte de renda da família que, segundo a entrevistada, auferem um rendimento líquido (renda efetivamente recebida depois de descontados custos de produção, impostos e taxas) de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano. Considerando que a família é de quatro pessoas, tem-se uma renda *per capita* mensal de pouco mais de R\$ 10.400,00.

Eva Vilma: tem 36 anos, ensino superior completo, casada, sem filhos, é branca. A família possui entre mil e dois mil hectares de terras e além de plantar nas terras próprias arrenda cerca de 400 hectares. Os produtos que cultiva são trigo, milho e principalmente soja. Possui terras somente em um município vizinho, mas reside na área urbana de Cruz Alta em casa própria. Atua no setor do agronegócio desde 1993 por incentivo dos pais e porque recebeu terras de herança, vem de uma família de fazendeiros. A renda familiar mensal é de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) sendo a agricultura a principal fonte dos rendimentos.

Eva Paula: tem “menos de 50 anos”, é parda, possui ensino superior completo, casada, mãe de dois filhos. Entrou para o ramo do agronegócio na década de 1990 depois de se casar e vir para Cruz Alta, antes vivia em uma metrópole no Sudeste do país. A família tem entre 500 e mil hectares de terras próprias e arrendam mais 700 hectares. Reside na área urbana central de Cruz Alta, mas só possui terras em outros municípios. Os principais produtos que ela e o marido produzem são soja, milho e feijão, além de pecuária de corte. Além da produção rural a família tem uma indústria e comércio de alimentos e ela cuida mais dessa parte dos negócios. A maior parte da renda familiar vem das atividades vinculadas ao agronegócio, mas não informou o rendimento familiar. Só a indústria e comércio de alimentos, cujo carro-chefe é o feijão, teve um faturamento de cerca de R\$ 2.350.000,00 e o lucro líquido (depois de retirado todos os custos e impostos) ficou em 8% do faturamento, o que significa um montante de aproximadamente R\$180.000,00. Esses números dão uma dimensão que trata-se de uma representante da face feminina da riqueza no município.

A partir desses perfis percebe-se que foram entrevistadas mulheres extremamente pobres (moradoras da periferia urbana), algumas com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 100,00, outras mulheres ricas, proprietárias rurais, diretamente vinculadas ao agronegócio, algumas com renda *per capita* mensal de R\$ 10.000,00, ou seja, renda 100 vezes maior que as pobres da periferia. E também mulheres com condição socioeconômica mediana, as assentadas. Tem-se, portanto, o olhar feminino de diferentes estratos econômicos e de distintas realidades socioespaciais sobre os mesmos temas.

Na análise das entrevistas constatamos que há semelhanças de opiniões entre as mulheres de um mesmo grupo socioeconômico, por isso em vários momentos da sistematização nos referimos a elas de modo coletivo usando as expressões: mulheres da periferia urbana, mulheres assentadas e mulheres proprietárias rurais. Nos momentos em que consideramos importante destacar a opinião individual nos referimos à mulher utilizando o número do seu perfil.

A CONDIÇÃO FEMININA NO MUNICÍPIO, PARTICULARMENTE NO MERCADO DE TRABALHO VINCULADO AO AGRONEGÓCIO

Para as mulheres da periferia urbana é difícil a vida das mulheres pobres na cidade porque há poucos empregos. Acreditam que em outros lugares onde tem mais indústrias é mais fácil as mulheres conseguirem trabalho. As empresas do agronegócio geram poucos empregos até para os homens, mas menos ainda para as mulheres. Tanto que a maioria das pessoas pobres que conhecem são mulheres. Todas afirmaram que no município as mulheres pobres e com pouco estudo só conseguem emprego de doméstica, sem carteira assinada e com pequeno salário. E mesmo dessa forma está difícil conseguir emprego fixo de doméstica, principalmente para as mulheres mais velhas (acima de 40 anos). Como destaca Maria Laura, “nos últimos 10 anos está cada vez mais difícil arrumar emprego, porque o povo aumentou mas os empregos, não”.

As assentadas concordam que o maior problema do município é o desemprego e que ele afeta principalmente as mulheres. Estão preocupadas porque veem que apesar disso a juventude está deixando o assentamento e indo para a cidade iludida que a vida lá é melhor, que o trabalho é mais leve que na roça. E como não acham emprego em Cruz Alta vão indo para outras cidades mais distantes. O campo vai ficando com pouca gente e a maioria velhos. Ana Clara lembrou que um outro aspecto que dificulta muito a vida das mulheres em Cruz Alta é o machismo. “A maior parte do dinheiro vem da soja, que é um negócio tocado pelos homens, por isso há um machismo muito grande em todo lugar, no comércio, nos bancos e no próprio assentamento, as pessoas acham que uma mulher não tem condições de conduzir os negócios”.

Esse aspecto também foi destacado pelas mulheres proprietárias rurais. Eva Maria relatou que mesmo ela sendo proprietária e ativa nos negócios, sente que “as pessoas consideram que a mulher é sempre auxiliar” do marido ou do pai ou do irmão. Segundo Eva Paula se criou um estereótipo de que o agronegócio é masculino e aí as mulheres que rompem com isso enfrentam preconceito. Citou como exemplo a dificuldade em conseguir empréstimo em uma instituição financeira, empréstimo que foi prontamente concedido ao marido. Eva Vilma tem opinião diferente, afirma que as mulheres proprietárias ativas no agronegócio não enfrentam preconceito.

Eva Paula também percebe a discriminação por parte de outras mulheres esposas de fazendeiros que acham estranho ter mulher que dirige os negócios junto com o marido ou sozinha: “é como se isso quebrasse uma regra social”. Tanto Eva Maria quanto Eva Vilma comentaram que muitas mulheres ricas, caso se separem dos maridos, correm o risco de ficar pobres, pois desconhecem os negócios e o patrimônio da família. Nesse sentido, o envolvimento das mulheres é uma segurança para elas e para os filhos.

Todas as mulheres proprietárias rurais destacaram que a pequena participação das mulheres que têm propriedades rurais ou outros empreendimentos vinculados ao agronegócio na vida socioeconômica da cidade se deve em grande parte à falta de interesse das próprias mulheres. “Falta iniciativa das mulheres em buscar seu espaço” diz Eva Paula, “mas também tem muito marido que não deixa”, lembrou Eva Maria.

Essa dificuldade de participação das mulheres também foi levantada pelas mulheres assentadas. Todas elas destacaram que no assentamento as mulheres participam muito do trabalho, mas quando o movimento de mulheres promove mobilizações, que em muitos casos é para reivindicar ou protestar sobre temas que afetam o conjunto das famílias, “poucas são as companheiras que conseguem ir”, diz Ana Cristina. Na opinião de todas as assentadas a pequena participação feminina nas mobilizações é porque as mulheres não querem criar conflitos. “Para a gente sair de casa, o marido tem que assumir os cuidados com os filhos, com a casa, na maioria das famílias também é a mulher que tira leite. Tem muito homem que não quer fazer isso, e aí a mulher não tem como sair”, conta Ana Luiza.

Entre as mulheres pobres urbanas o termo machismo não aparece diretamente nas falas como um obstáculo à participação das mulheres, mas pode ser lido nas entrelinhas de narrativas como esta, de Maria Carolina: “na minha rua todas as mulheres são sozinhas mas têm filhos. Somos nós mães que assumimos. Os homens podem arrumar emprego em qualquer lugar, mas nós temos que pensar nos filhos”. Várias das entrevistadas deste grupo apontaram que uma das dificuldades para as mulheres trabalharem é que elas têm que cuidar dos filhos. As creches públicas, que podem amenizar esse dilema entre trabalho e maternidade para as mulheres pobres, oferecem poucas vagas segundo as entrevistadas. Maria Lúcia e Maria Soledade afirmaram que já se inscreveram várias vezes mas não conseguem vaga para suas crianças na creche do bairro. “Com filho pequeno para cuidar não dá para arrumar emprego fixo. Precisaria ter mais creche na cidade, era até uma forma de dar trabalho para nós, porque são mulheres que trabalham lá”, diz Maria Lúcia. “De vez em quando posso deixar o neném com a sogra, mas todo dia não, aí teria que pagar para alguém cuidar, só que isso não compensa porque os salários são pequenos”, afirma Maria Soledade.

Se para as que têm filhos pequenos o problema é a falta de creche, para as que têm filhos maiores é a falta de escolas em tempo integral⁴³. Segundo Maria Carolina “tem muita mãe que sai trabalhar e as filhas caem na prostituição, os filhos começam a usar drogas. Falta muita coisa em Cruz Alta, não só emprego”. Ela e outras três entrevistadas deste grupo demonstraram preocupação com

⁴³ No Brasil o período diário que as crianças ficam nas escolas é de apenas 4 horas.

a prostituição, tráfico de drogas e várias outras formas de violência que, segundo elas, vêm crescendo na cidade, especialmente nos locais em que vivem. Para as assentadas, uma das vantagens do assentamento é exatamente não ter esse tipo de preocupação com as crianças, esses problemas ameaçam a juventude que migra do assentamento. Nas entrevistas com as mulheres proprietárias rurais em nenhum momento a maternidade foi apontada como obstáculo à atividade econômica feminina.

A EXCLUSÃO DAS MULHERES EM CRUZ ALTA

Todas as mulheres da periferia urbana afirmaram que as pessoas pobres são excluídas em Cruz Alta, não só as mulheres. “Aqui tem valor quem tem dinheiro” lamenta Maria Cândida. “Aqui quem é rico é muito rico, e quem é pobre é pobre mesmo, só que tem muito mais pobre que rico” analisa Maria Laura.

Apesar de frisarem que a pobreza afeta pessoas de ambos os sexos, todas as entrevistadas apontaram que para as mulheres a situação é pior, principalmente para as que têm filhos, porque não conseguem emprego. A maioria delas reagiu com naturalidade à justificativa apresentada pelos empregadores pesquisados de que preferem contratar homens para ocupar a maior parte dos postos de trabalho por ser “serviço pesado”. Maria Augusta, que até pouco tempo era trabalhadora rural, discorda: “lá nas lavouras tanto os homens quanto as mulheres pegam no pesado, não tem moleza para ninguém, acho que tem muito lugar aqui na cidade que as mulheres podiam trabalhar mas não dão oportunidade. Se abrissem vaga para mulher, eu pegava esse ‘serviço pesado’”.

As mulheres assentadas consideram essa justificativa dos empregadores como absurda. “Aqui no assentamento a maioria das mulheres trabalha em serviço pesado, eu mesma, que tenho marido doente, faço de tudo na roça, tiro leite e ainda cuido da casa e das crianças. Vai dizer que isso é leve?” questiona Ana Júlia. Ana Clara completa: “engraçado que na maioria dessas empresas do agronegócio que a gente vai o serviço de faxineira é de mulher, mesmo em empresa grande. Será que eles acham que limpar chão, janelas, banheiros, é coisa leve? E a maioria dos vendedores e gerentes são homens, o peso que eles pegam é dos papéis e das calculadoras para vender os produtos. Isso para mim é preconceito”.

Na opinião das assentadas ainda há muita exclusão das mulheres agricultoras em relação à titulação da terra, que em geral fica no nome dos homens, e, na concessão de créditos, avaliam que precisaria ter um crédito para as mulheres⁴⁴.

⁴⁴ O Movimento de Mulheres Camponesas, como outros movimentos sociais vinculados à Via Campesina, critica o programa governamental Pronaf Mulher, que é uma linha de crédito dentro do programa nacional de crédito da agricultura familiar (Pronaf). Em primeiro lugar criticam o próprio Pronaf, que libera os créditos tendo como critério o tamanho da propriedade e a renda familiar. Defendem que se leve em conta outros critérios, e que dependendo da situação das famílias se ofereça melhores condições de pagamento. Em segun-

Os recursos são liberados para a família, mas são poucas famílias em que a mulher consegue definir junto os investimentos. Contudo, esses problemas não são específicos de Cruz Alta, afetam o conjunto do país, uma vez que as políticas agrícolas são de responsabilidade do governo federal.

Tanto as mulheres da periferia urbana quanto às assentadas avaliam que a população pobre, principalmente as mulheres e crianças, é excluída dos investimentos públicos no município. “Os governos se preocupam com as estradas, com os problemas das empresas, mas pouco com os do povo, precisava melhorar a saúde, ter mais escolas, ter mais creches, diminuir o preço do ônibus da cidade” reclama Maria Cândida. Nessa mesma linha de preocupação as mulheres assentadas lembraram que a escola do assentamento tem poucos anos de estudo, para seguir estudando as crianças acabam indo para a cidade. Além da preocupação com a segurança, porque é muito tempo de viagem, alegam que o ensino desconsidera a realidade do campo e atrai muito cedo a juventude para o meio urbano. Acham que a falta de escolas de ensino médio no assentamento ou em uma localidade próxima é uma forma de exclusão com as famílias rurais, não especificamente com as mulheres.

Ana Clara argumentou que a atual administração do município está mais preocupada em garantir espaços para as mulheres agricultoras, citou por exemplo a criação do espaço da economia solidária onde realizam a feira no sábado, “essa feira melhorou nossa renda, mas para acabar com a exclusão das mulheres do município ainda tem muito que ser feito”.

As proprietárias rurais consideram que a exclusão social no município existe como existe em todo o país, mas isso não se deve ao agronegócio e sim a falta de investimentos públicos em educação. Também analisam essa questão em uma perspectiva individual, acreditam que a própria pessoa tem que se esforçar para romper com a exclusão.

COMO ANALISAM O PAPEL DO AGRONEGÓCIO EM CRUZ ALTA E OS DIFERENTES IMPACTOS QUE GERA

As mulheres proprietárias rurais argumentam que o agronegócio é o que movimenta a economia de Cruz Alta, “se o agronegócio vai mal, seja pela seca, seja pelos baixos preços dos produtos, toda a cidade sofre as consequências”, declara Eva Maria. Nesse sentido é preocupante a enorme dependência do município de apenas um setor econômico, principalmente da produção de soja.

do lugar criticam o Pronaf Mulher porque esse crédito só pode ser acessado por mulheres cujas famílias não atingiram o teto de recursos do Pronaf liberado para toda a família, situação que é difícil ocorrer. E, por fim, porque as exigências burocráticas inviabilizam a liberação dos recursos à maioria das mulheres que os solicitam. De modo que consideram que o Pronaf Mulher é mais um programa de propaganda do que de inclusão feminina na agricultura.

Duas destas mulheres que, também são empregadoras, consideram que o agronegócio contribui para a pobreza e a exclusão das mulheres porque gera poucos empregos para elas, mas apontam que a saída é a diversificação da economia do município e a ampliação da cadeia do agronegócio com mais indústrias. Eva Vilma pensa diferente, afirmando que o agronegócio não contribui para isso, e acredita que a saída é que o governo e a prefeitura ofereçam cursos de qualificação para as mulheres pobres para elas serem incluídas onde tem demanda. O desemprego é o tema recorrente nas falas das mulheres da periferia urbana. Por isso o impacto mais negativo do agronegócio, na percepção delas, é que emprega pouca gente. Não apontaram impacto positivo.

As mulheres assentadas já demonstram preocupação com outros aspectos como a concentração fundiária e os impactos ambientais. Segundo estas entrevistadas, muita gente no assentamento arrenda e até vende as terras, com isso legalmente os lotes seguem divididos, mas na prática tem pessoas que controlam vários lotes e plantam soja. “O agronegócio tá dentro do assentamento, para todo lado que se olha só se vê soja, é uma monocultura, diminuiu muito as plantações de alimentos que a gente come por aqui. E é quase tudo soja transgênica, plantada com agrotóxico, do mesmo jeito que os fazendeiros fazem” relata Ana Clara.

A preocupação ambiental aparece nas falas das fazendeiras, mas somente no que se refere ao cumprimento das leis. Elas afirmam que as leis são necessárias porque é importante preservar os recursos naturais, ainda que os órgãos dessa área sejam muito burocráticos. Não associam o agronegócio com as mudanças climáticas ou com outros problemas ambientais enfrentados pelo município. Outro assunto ausente nas falas das proprietárias rurais é o da concentração fundiária.

Tanto no grupo das mulheres da periferia urbana quanto no do assentamento predomina a opinião de que a vida das mulheres pobres é mais fácil na zona rural. Como diz Maria Soledade, “no campo pobre pelo menos come, e na cidade não pode produzir porque não tem terra e não tem serviço”. Das sete entrevistadas na periferia três argumentam que mesmo achando que o campo deve ser um lugar bom para se viver preferem morar na cidade para garantir estudo aos filhos, e porque é mais fácil o acesso à saúde. Uma delas afirmou que é difícil uma mulher sozinha se virar com o serviço na roça e as outras duas avaliam que não se acostuariam porque nasceram e se criaram na cidade. Quatro entrevistadas afirmaram que se tivessem oportunidades de ter um pedaço de terra, casa e os filhos tivessem escola iriam viver no campo. Um aspecto comum entre essas mulheres é que todas já viveram na área rural. Apesar dessa vontade de viver no campo, as mulheres da periferia não apontaram a concentração fundiária como um problema no município.

Interessante notar que a opinião da maioria das entrevistadas contraria o discurso de secretários municipais de que a população pobre do município quer melhorar de vida na cidade, por isso a reforma agrária não é uma demanda dos pobres de Cruz Alta. Evidentemente que se trata de uma amostra pequena e pode não refletir a opinião da maioria, mas é algo que mereceria ser aprofundado, até porque as argumentações dos secretários também se baseiam só em percepções não em pesquisa.

OPINIÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Todas as entrevistadas tinham conhecimento deste programa do governo federal. Na opinião de duas mulheres proprietárias rurais esse programa não contribui para tirar as pessoas da pobreza e ainda as deixa acomodadas em sua condição de vida. Uma delas pensa que o programa até alivia, mas não contribui para que as pessoas superem a pobreza. Ambas acham que o governo deve ajudar a iniciativa privada a criar mais empregos. Apontam como exemplo a redução de impostos para contratar funcionários, que aumentaria a oferta de trabalho.

Entre as assentadas prevalece a opinião de que é um programa bom para garantir o material escolar, roupa e calçados para as crianças. Na avaliação delas é um bom complemento de renda. “É bom porque vem no nome da gente, aí não é preciso tá pedindo dinheiro para o marido. Porque eles sempre reclamam que as coisas das crianças gastam muito rápido. Se esquecem que elas estão crescendo, claro que as roupas e sapatos se perdem rápido”, explica Ana Luiza. Nessa perspectiva, o Bolsa Família é entendido como uma ajuda do governo para melhorar o acesso das crianças a alguns bens de consumo, e consideram positivo que a mulher receba o dinheiro para garantir que seja usado com essa finalidade.

Para as mulheres da periferia urbana, o Bolsa Família tem uma função de garantir um mínimo de renda fixa, uma vez que nas famílias das quais fazem parte não há nenhuma pessoa com emprego fixo, o que as deixa em situação de grande vulnerabilidade. Nesse sentido, o dinheiro do programa é a única receita certa, por isso é usado prioritariamente para suprir necessidades de alimentação. Portanto, cumpre a função de prover necessidades básicas.

As beneficiárias do grupo da periferia, que somam quatro mulheres, avaliaram positivamente o programa, “só tenho que agradecer ao Lula” diz Maria Carolina. Mas, também consideram que é insuficiente para retirar as pessoas da pobreza. Nenhuma das beneficiárias entrevistadas fez algum tipo de curso que pudesse capacitá-las para alguma atividade geradora de emprego e renda.

Todas as mulheres da periferia urbana e algumas assentadas afirmaram que há desvio no programa porque muita gente recebe o dinheiro sem ser tão pobre. “Tem gente que até tem emprego certo e pega, e nós que precisamos mesmo

não conseguimos pegar o benefício”, reclama Maria Soledade. Elas acreditam que falta fiscalização da prefeitura. Outra queixa é sobre o tempo de espera. Maria Augusta afirmou que ficou quatro anos insistindo para receber o benefício. Maria Lúcia, Maria Soledade e Maria Cândida também alegaram que já tentaram receber várias vezes. “A prefeitura nem cadastra a gente, porque diz que até no cadastro já tem muita gente”. Explicam que na prefeitura tem a lista das beneficiárias (com os nomes de quem já recebe), a lista das cadastradas (que estão inscritas para receber) e a lista das que querem se cadastrar.

Pelas falas das mulheres se percebe que foi incorporado pela população o discurso da necessidade da focalização das políticas sociais, tanto que criticam o fato de o programa, na visão delas, não estar atingindo os mais pobres entre os pobres. Mesmo as que consideram o Bolsa Família um mecanismo insuficiente de redução da pobreza não criticam o fato de ser uma política focalizada.

O QUE DEVE SER FEITO PARA REDUZIR A POBREZA E A DESIGUALDADE, PARTICULARMENTE PARA AS MULHERES EM CRUZ ALTA

As mulheres assentadas são unânimes em afirmar que a melhor alternativa para reduzir a pobreza em Cruz Alta, como em outros municípios do país, é fazer reforma agrária. “O assentamento é o melhor lugar que já vivi. Com ou sem dinheiro a gente tem comida, tem casa” explica Ana Cristina. Nessa mesma direção Ana Júlia constata que “na cidade quem não tem emprego passa necessidade, principalmente se viver de aluguel. Aqui pelo menos comida tem, e a gente sempre pode contar com o apoio das companheiras”. Ana Clara critica o governo federal, que, segundo ela, não faz reforma agrária: “O Lula fica querendo servir a dois senhores, aos ricos e aos pobres, fica com essa história que o Brasil é de todos. Mas o agronegócio tem cada vez mais terra, mais crédito, e para os pobres é só o Bolsa Família. Na prática ele agrada muito mais os ricos, porque se quisesse mesmo acabar com a pobreza ele fazia a reforma agrária”, conclui a assentada.

Para as mulheres da periferia urbana o município tinha que ter oferta de trabalho em outros setores. “Nesse negócio de soja não oferecem emprego para a gente, se tivesse firma de calçado que nem tem no Vale dos Sinos⁴⁵, aí tinha emprego para as mulheres”, avalia Maria Antônia. A diversificação da economia também é sugerida por duas das mulheres proprietárias rurais. “Cruz Alta tem que atrair empresas de vários segmentos, uma economia dependente de um só setor é muito sujeita à crise, tem que diversificar” propõe Eva Paula.

⁴⁵ Vale dos Sinos fica na região metropolitana da capital do Rio Grande do Sul. O vale é composto por vários municípios e tem como centro dinâmico da economia a indústria calçadista, que produz tanto para o mercado brasileiro quanto para exportação.

Maria Carolina se mostrou mais preocupada com as necessidades imediatas, por isso acredita que o governo facilitaria a vida da população pobre se junto com o Bolsa Família as mulheres recebessem uma cesta básica, e que as pessoas beneficiárias tivessem desconto de 50% na passagem de ônibus. “Aí a gente tinha como sair e procurar trabalho, despreocupada porque a comida tava garantida”. Dessa fala se constata que o preço da passagem de ônibus é um obstáculo para as mulheres que moram nos bairros mais distantes procurarem trabalho.

Tanto as mulheres da periferia urbana quanto as assentadas também apontaram que investimentos sociais em serviços de saúde (“incluindo dentista”, lembra Ana Júlia) creches, escolas de turno integral e moradia popular têm que ser garantidos pelos governos para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das mulheres.

Isso revela que, apesar de incorporarem o discurso dominante da focalização, a precariedade da vida material alimenta a consciência dessas mulheres de modo que elas têm a percepção de que políticas públicas universais são fundamentais para a redução da pobreza.

CONCLUSÕES

Iniciamos este trabalho com análises sobre as temáticas de gênero, pobreza e agronegócio em uma perspectiva geral, para depois aprofundar a análise com um estudo de caso. Nosso método de exposição foi, portanto, do geral para o particular. Nesta conclusão se pretende percorrer o caminho inverso. Começando por recuperar os elementos mais relevantes que vieram à tona no estudo de caso e a partir deles ampliar a perspectiva de análise, procurando estabelecer os pontos de intersecção entre a realidade local e a nacional.

Constatamos que o município de Cruz Alta – RS, onde realizamos o estudo de caso, é um “território do agronegócio”. A noção de território implica sempre uma relação de poder, mediada pelo controle do espaço. E em Cruz Alta o agronegócio tem o domínio do espaço, o que não quer dizer necessariamente a propriedade. E são os segmentos do agronegócio que basicamente constituem o que Milton Santos (2004) denominou de circuito superior da economia tanto na área urbana quanto nas áreas rurais do município. No que tange à produção agrícola, por exemplo, o poder do agronegócio no município pesquisado se manifesta:

- na padronização da paisagem agrária, com o predomínio da monocultura da soja. O agronegócio define o que deve ser produzido mesmo em algumas áreas em que a propriedade jurídica da terra é de agricultores assentados. De modo que visualmente se diluem as diferenças entre grandes, médias e pequenas propriedades, uma vez que do ponto de vista do uso da terra o que aparece é uma grande uniformidade;

- na padronização técnica e tecnológica das lavouras. A técnica de plantio (o plantio direto) e o tipo de sementes (transgênicas) são os mesmos em praticamente todas as lavouras de soja. Assim, fica garantindo o mercado consumidor para os segmentos do agronegócio a montante da produção agrícola, como máquinas e insumos;
- no controle das estruturas de armazenagem e redes de comercialização, garantindo lucros para os segmentos do agronegócio a jusante da produção agrícola. Isso, somado à padronização técnica e tecnológica, dificulta muito a produção de outros produtos, ou até dos mesmos produtos de forma diferente como soja orgânica, por exemplo. Pois no âmbito local não há oferta de insumos adequados e nem de estruturas para armazenar produtos que fogem do padrão ditado pelo agronegócio.

Em Cruz Alta, a maior parte das terras ocupadas com cultivos de soja e milho, os principais produtos agrícolas do município, são em grandes e médias propriedades, o que significa que há uma relação bastante estreita entre latifúndio e agronegócio. Também se constatou que vários proprietários de empreendimentos de diferentes ramos do agronegócio como armazéns, revendas de máquinas e implementos, comercialização de sementes, etc., são também proprietários rurais no município ou em outros próximos, o que reforça essa aliança.

Os impactos dessa harmoniosa relação entre agronegócio e latifúndio se estendem para outras dimensões da vida social. A maioria absoluta dos proprietários rurais do município tem domicílio urbano e uma grande parte deles, além de serem produtores ou arrendarem as terras, são profissionais liberais como médicos, advogados, comerciantes, proprietários de veículos de comunicação, etc., de modo que não há uma separação entre elite agrária e urbana. Os lucros com as lavouras e/ou a renda da terra constituem parte importante dos rendimentos dos ricos do município, mesmo que tenham ocupação sem relação com o agronegócio no meio urbano. E esses profissionais se utilizam do poder de influência, nas áreas em que atuam, para difundir o discurso de que o agronegócio é bom para tudo e para todos.

No que se refere ao papel do Estado, observa-se que atualmente a maioria dos empreendimentos é de iniciativa privada, mas o apoio estatal é fundamental para garantir o funcionamento de toda a engrenagem do agronegócio em Cruz Alta. Entre outras coisas, a mão do Estado é visível no financiamento de custeio e investimento agrícolas, nas obras de infraestrutura rodoviária, nas isenções de impostos para produtos destinados à exportação (lei Kandir), na redução de impostos para compras de veículos novos para proprietários/as rurais (isso justifica, por exemplo, o grande número de caminhonetes circulando na cidade), nos financiamentos subsidiados para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, bem na rolagem de dívidas dos proprietários rurais. A partir

desses elementos pode-se afirmar que se materializa no município a ação da tríplice aliança: latifúndio-Estado-agronegócio.

Assim como ocorre no contexto nacional, em Cruz Alta a atuação da tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado gera, por um lado, muita riqueza (como mostram os indicadores de PIB e renda *per capita*), e, por outro lado, produz e reproduz a pobreza, por meio da concentração de terras, de rendimentos, de imóveis urbanos, bem como da exclusão ou inclusão precária no mundo do trabalho.

Desse modo, o estudo de caso e o levantamento de dados secundários validaram nossa primeira hipótese de que a aliança latifúndio-agronegócio-Estado é um dos principais responsáveis pela produção e reprodução da pobreza nos municípios do interior do Brasil. Resgatando a classificação de Else Oyen (2002) essa tríplice aliança é um dos agentes perpetuadores da pobreza no país e em Cruz Alta os três componentes dessa aliança podem ser definidos como agentes diretos/indiretos. Esse tipo de agente é aquele que pratica diretamente ações que resultam em geração de pobreza e/ou ainda que não pratique diretamente as ações está inserido no sistema que as produzem.

Como resultados da atuação dessa tríplice aliança podemos destacar a manutenção e até aumento da concentração de terras, aplicação de recursos públicos em financiamentos subsidiados para os empreendimentos do agronegócio e em obras que instrumentalizam o território conforme as necessidades dos grupos do agronegócio, dando pouca relevância aos impactos socioambientais que geram. Além disso constatamos que no rastro da territorialização do agronegócio, viabilizada por essa tríplice aliança, crescem a precarização do mundo do trabalho e a pobreza. E, a exemplo do que ocorre no conjunto do Brasil, em Cruz Alta a pobreza e exclusão resultantes da ação dessa tríplice aliança afetam de modo ainda mais perverso as mulheres.

Para aprofundar a compreensão da relação entre a riqueza do agronegócio e pobreza feminina em Cruz Alta o nosso estudo foi orientado também por uma segunda hipótese: de que o agronegócio não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais em que se territorializa, por promover a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no mundo do trabalho. Portanto, pressupomos que o agronegócio contribui para a produção da pobreza e da exclusão em seus territórios, e esses fenômenos não são apenas diferentes para homens e mulheres, são mais amplos, profundos e duradouros para o gênero feminino.

O principal procedimento metodológico do estudo de caso foi uma pesquisa quantitativa, que teve como objetivo traçar o perfil do emprego gerado pelo agronegócio no município, para verificar onde e como as mulheres se inserem no mercado de trabalho, formado pelos vários segmentos do agronegócio territorializados em Cruz Alta. Foram pesquisados 31 empregadores, abrangendo

entre 60 e 100% dos empregadores de distintos segmentos do agronegócio no município. E os resultados desta pesquisa validaram a nossa segunda hipótese ao comprovar que o perfil predominante do emprego gerado pelo agronegócio em Cruz Alta pode ser resumido em quatro palavras: masculino, formal, temporário e precário.

O perfil predominante do emprego gerado pelo agronegócio é masculino porque dos 3.099 postos de trabalho gerados pelos empregadores pesquisados, apenas 694 (em torno de 22% do total) são ocupados por mulheres. É formal porque 97% dos empregos tinham contrato de trabalho que garante direitos trabalhistas. É temporário porque 66% dos empregos são oferecidos por um período predeterminado, geralmente de três meses. É precário devido ao curto período de tempo da maioria das vagas e à baixa remuneração para a maior parte das funções, especialmente no caso das mulheres.

A exclusão das mulheres de muitos postos de trabalho, bem como a inclusão precária delas no mundo do trabalho pôde ser verificada pelos seguintes aspectos:

- elas ocupam menos postos de trabalho nos empregos fixos (somente 18%) e nos temporários (25%). A justificativa dos empregadores é que os postos de trabalho que geram são de “serviço pesado”. Entretanto, mesmo os cargos de vendedores, gerentes, entre outros que não exigem força muscular são, na sua quase totalidade, ocupados por homens. E, ironicamente, entre os postos que as mulheres conseguem vaga estão o trabalho agrícola temporário e os serviços de limpeza nas empresas, que não podem de maneira alguma ser caracterizados como “serviço leve”;
- do total de postos de trabalho preenchidos por mulheres, 73% são temporários, sendo somente 27% fixos. Os empregos temporários femininos são basicamente para o trabalho em propriedades rurais e o vínculo empregatício é com uma empresa terceirizada e não com o/a proprietário/a da fazenda. Os empregos fixos femininos são, em quase sua totalidade, urbanos e a maioria em atividades comerciais, administrativas e de serviços de limpeza, funções pouco valorizadas na hierarquia das empresas;
- há uma segregação ocupacional por gênero, pois, tanto em empregos fixos quanto em temporários, as mulheres se concentram em funções sem poder de tomada de decisão;
- há uma desigualdade salarial entre homens e mulheres, pois na maioria dos locais pesquisados a média salarial feminina fica abaixo da masculina apesar de, em geral, elas terem um maior nível de escolaridade. Nos locais pesquisados, a maior parte dos homens recebe entre dois e cinco salários mínimos. No caso das mulheres, a maioria dos estabelecimentos paga entre um e dois salários mínimos. Há inclusive duas empresas em que o salário das trabalhadoras não chega ao mínimo nacional.

A partir destas constatações, avaliamos que a pesquisa quantitativa cumpriu a função de visibilizar a exclusão feminina da maioria dos postos de trabalho gerados pelo agronegócio no município. E nos poucos lugares em que elas se inserem isso ocorre de forma precária, ocupando as funções menos importantes e recebendo os piores salários. Essa situação de exclusão feminina também foi constatada por Josefa Cavalcanti *et al.*, (2006) em municípios do Nordeste brasileiro em que o agronegócio da fruticultura é base da economia. Rosa Ester Rossini (2002) também conclui que tem sido bastante desvantajosa para as mulheres as transformações no processo produtivo da cana em São Paulo, uma vez que resultam na maior exclusão feminina e na precarização das condições de trabalho. De modo que a territorialização e o enriquecimento do agronegócio tendem a ter como corolário o aumento da pobreza feminina nos municípios do interior do Brasil.

Em Cruz Alta o agronegócio contribui decisivamente para retroalimentar a pobreza, pois mesmo que suas atividades movimentem a economia local, elas geram poucos e precários empregos, principalmente para as mulheres. Portanto, os dados de Cruz Alta e os exemplos já citados de estudos em outros locais do país nos permitem inferir que onde se territorializa o agronegócio se intensifica a desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

No estudo de caso também se realizou uma pesquisa qualitativa, como procedimento metodológico complementar para analisar a relação entre agronegócio e pobreza feminina. Foram entrevistadas 14 mulheres, sendo: três proprietárias rurais, representando a face feminina da riqueza do agronegócio; quatro agricultoras que vivem em um assentamento de reforma agrária e participam do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, que tem uma condição socioeconômica mediana graças a um projeto de reforma agrária em um lugar em que domina o latifúndio; e sete mulheres moradoras das periferias de Cruz Alta.

O principal objetivo desta pesquisa qualitativa foi compreender a percepção destas mulheres sobre a condição feminina em um município que é território do agronegócio. E se conseguiu entrevistar representantes dos dois extremos do ponto de vista de renda: mulheres ricas (as proprietárias rurais), com renda familiar *per capita* mensal de R\$ 10.000,00, e mulheres extremamente pobres (moradoras da periferia urbana), com renda familiar *per capita* mensal de menos de R\$ 100,00, além de assentadas, que têm um padrão médio de qualidade de vida devido à boa condição de moradia e à produção de alimentos para autoconsumo.

Mesmo vivendo em condições socioeconômicas tão distintas, a maioria das mulheres entrevistadas avalia que a condição feminina no município, que elas concordam ser um território do agronegócio, é marcada pela exclusão. Evidentemente a percepção de como se sentem excluídas é condicionada pela realidade

socioeconômica em que estão diretamente inseridas. Para as mulheres da periferia urbana, a principal forma de exclusão de que são vítimas é no mercado de trabalho, sendo condenadas ao desemprego. As assentadas se queixam da predominância masculina no acesso à terra e créditos, e as mulheres proprietárias rurais reclamam do machismo no mundo do agronegócio. O aspecto comum nesse caso é que a maioria se percebe como vítima de uma situação de desigualdade de gênero e isso gera impactos negativos em suas vidas.

No que se refere a propostas de combate à pobreza a pesquisa constatou que as mulheres dos dois extremos – pobreza e riqueza – têm a mesma opinião: é necessário diversificar a economia, por meio de empreendimentos em outros setores que gerem mais empregos. Mesmo as mulheres da periferia que fazem avaliação negativa do agronegócio parecem percebê-lo como uma realidade inevitável e acham que o melhor caminho para superar a pobreza é a diversificação da economia municipal, rompendo com a dependência desse setor que emprega poucas mulheres. Apenas as mulheres assentadas apontam a reforma agrária como caminho para superar a pobreza.

Sobre o Programa Bolsa Família – PBF, a pesquisa qualitativa demonstra que as pessoas beneficiárias avaliam positivamente o programa uma vez que na maioria das famílias não há pessoas com empregos fixos e este benefício é a única fonte de renda fixa. Entretanto, até devido à precariedade da vida material, a maior parte das beneficiárias entrevistadas tem a percepção de que este programa não cumpre a função de combater a pobreza, só alivia.

Quanto ao tema da produção da pobreza, verificamos a partir da contribuição de vários autores que o Estado brasileiro contribui para a retroalimentação desse processo bem como da exclusão social no país. Isso porque ao dar suporte para os vários processos de acumulação capitalista viabiliza o aumento da concentração de riquezas, que é a base da desigualdade social no Brasil. E a expansão territorial do agronegócio é um dos vetores desse processo de concentração não só de renda, mas principalmente de meios de produção (terras, recursos hídricos, agroindústrias, etc.). O reverso da concentração de riquezas como já se sabe é a produção da pobreza e da exclusão.

E, como forma de compensar a população mais afetada, o Estado intensifica as políticas assistenciais focalizadas, ou seja, voltadas para atender as necessidades básicas dos mais pobres entre os pobres. O contínuo crescimento do número de famílias beneficiárias do PBF demonstra que a transferência de renda é a política do governo brasileiro para os pobres. Isso pode até produzir efeitos positivos no sentido de tirar as pessoas da miséria, mas não permite a superação da pobreza e nem reduz a concentração de riqueza. Como as mulheres são as mais excluídas, ou seja, constituem a maior parte das pessoas que Robert Castel (1998) denomina de “sobrantes” do mundo do trabalho, elas são o foco da

maior política compensatória da história do Brasil – o Programa Bolsa Família. E em Cruz Alta essa realidade não é diferente; tanto o levantamento de dados do município quanto as pesquisas quantitativa e qualitativa evidenciaram que a pobreza tem rosto de mulher. E mesmo neste cenário de elevada concentração fundiária, de poucas oportunidades de emprego urbano, a reforma agrária sequer entra na agenda de discussão dos órgãos públicos. O combate à pobreza se sustenta basicamente na transferência de renda, através do PBF.

A exclusão feminina do mercado de trabalho gerado pelo circuito superior da economia local, nesse caso o agronegócio, é um dos grandes responsáveis pela produção e reprodução da pobreza no município. Junto com o desemprego e o subemprego, vêm a insegurança alimentar, as condições precárias de moradia, de saúde e de transporte, a falta de creches, etc. De modo que a exclusão do mercado de trabalho é a base da pobreza, que engendra novas formas de exclusão, que por sua vez reproduzem a pobreza.

Enfim, tem-se aí um perverso círculo vicioso de pobreza e exclusão com evidente recorte de gênero, na medida em que afeta, sobretudo, as mulheres. E todo esse processo tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que é crescente o número de domicílios em que os rendimentos do trabalho feminino são a principal, quando não a única fonte de sustento. Em Cruz Alta, por exemplo, quase 40% dos domicílios são chefiados por mulheres, a maioria deles nas periferias urbanas.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta é que quando se territorializa o capital, no caso específico os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda mais assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de reprodução da força de trabalho. Essa assimetria se materializa no território com a exclusão social e a pobreza, que também se territorializam.

A expressão material da pobreza e da exclusão pode ser lida na paisagem. Os bairros sem infraestrutura e de construções inacabadas e/ou deterioradas evidenciam o crescimento da urbanização sem acesso a equipamentos urbanos. Esses fenômenos também se evidenciam pelo crescimento da prostituição e do tráfico e consumo de drogas. Portanto, ao promover a precarização do mundo do trabalho, o neoliberalismo promoveu a precarização das condições de vida, das perspectivas de futuro. E o agronegócio foi um dos processos de acumulação capitalista que mais se favoreceram com as políticas neoliberais.

Uma constatação importante desta pesquisa é que, ao contrário do que se veicula nos meios de comunicação, a pobreza não é resultado da escassez de riqueza. Sob a forma capitalista de produção, a pobreza resulta principalmente

do modo como a riqueza é produzida. Nesse sentido é que em meio à riqueza do agronegócio se colhe também a pobreza e a desigualdade social.

Entretanto, como se constatou, tanto com dados secundários quanto com as pesquisas de campo, a pobreza e a exclusão não afetam indistintamente todas as pessoas. Também não se pode dizer que esse fenômeno é apenas diferente para homens e mulheres. Como elas têm menos acesso ao mundo do trabalho, por sua condição de gênero, a pobreza tende a ser mais ampla, profunda e duradoura para o gênero feminino.

Não se identificou na pesquisa de campo nenhum processo de luta social organizado contra esse processo de pobreza e exclusão. Mas, como o espaço não foi aniquilado pelo tempo, nem a história chegou ao fim, como profetizavam os pós-modernos, a realidade atual não é imutável. Toda tendência engendra também contratendências, os processos de dominação ensejam resistências, e ambos se materializam no espaço, por meio da construção, desconstrução e reconstrução de territórios. Como ensinou Manuel Correia de Andrade (1994:220) “no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação”.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, Paulo. “Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro”. In: OLIVEIRA, Márcio *et al.*, (org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, Tomo II.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. “Sociedade patriarcal rural, feminismo e educação no século XIX”. In: Setor Nacional de Gênero – MST- *Construindo novas relações de gênero – Desafiando relações de poder*. São Paulo, 1ª edição, 2003.
- ALVES, Vicente Lemos Eudes. “Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista”. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- AMIN, Samir e VEGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local”. In: SANTOS, Milton *et al.*, (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, n. 1, 2000.
- ARRIAGADA, Camilo. *Pobreza en América Latina: nuevos escenarios y desafíos de políticas para el habitat urbano*. Santiago/Chile, série Medio Ambiente e Desarrollo n. 27 – Cepal, 2000.
- ARRIAGADA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género, Santiago/Chile, *Revista de La Cepal*, n. 85, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. *A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero*. Texto para discussão 453. Rio de Janeiro, Ipea, 1997. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0453.pdf. Acesso em 18 de abril de 2009.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável*. Texto para discussão n. 800. Rio de Janeiro, Ipea. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf. Acesso em 18 de abril de 2009.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan e ULYSSEA, Gabriel (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil – Uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006, v.1.
- BRANDÃO, José Bertoldo Filho. “Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira”. In: BERNARDES, Júlia e FREIRE, Osni Filho (Org.). *Geografias da Soja – BR 163 – Fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2006.
- CAMPOS, André Gambier; AMORIN, Ricardo L.C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *O estado de uma nação 2007 – A eficiência do Setor Público no Brasil*. Brasília: Ipea, 2008.

- CAMPOS, Christiane e CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil, *In: Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. Barcelona, Universidade de Barcelona, v. XI, n. 245 (68), 1º de agosto de 2007.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. “As relações de gênero e o MST”, *In: Construindo novas relações de gênero – Desafiando relações de poder*. São Paulo, Setor Nacional de Gênero, 2005.
- _____. *Complexo agroindustrial, sob a forma de cooperativas, na ocupação e uso do cerrado – O caso da Comigo em Rio Verde – GO*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFG (Goiânia), 1999.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. “Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social”, *In: GENTILI, Pablo (Org.). Globalização excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome – O dilema brasileiro: pão ou aço*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1963.v.1.
- CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da pobreza em cenário neoliberal”. *In: Mulher e Trabalho*, Porto Alegre: FEE, v. 1, p.89-96, 2001.
- CAVALCANTI, Josefa; MOTA, Dalva e SILVA, Pedro. “Transformações recentes nos espaços de fruticultura do nordeste do Brasil”. *In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Org.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.
- CINTRÃO, Rosângela; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. “Impactos dos assentamentos rurais na redução da pobreza e nas condições de vida das mulheres rurais”. Artigo publicado em anexo ao relatório do *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*. Brasília: Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil – Câmara dos Deputados, 2004, p.304-320.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Territorialidade e corporação: um exemplo”. *In: SANTOS, Milton et al., (Org.). Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- CORONEL, Daniel Arruda e FILIPPI, Eduardo Ernesto. “O desenvolvimento rural nas óticas da CEPAL e do Banco Mundial”. Artigo apresentado no *XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)*, Londrina, 22 a 25/7/07.
- COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo e QUEIROZ, Cristina. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: Ipea, 2005. Texto para discussão n. 1.137.
- COSTA, Rogério Haesbaert da, e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006.
- COSTA, Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- DELGADO, Guilherme Costa. “Capital e política agrária no Brasil – 1930-1980”. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.
- _____. *Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985*. São Paulo: Icone/Unicamp, 1985.
- DIEESE/NEAD. *Estatísticas do meio rural*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas – Dieese e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvol-

- vimento Rural – Nead, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=328>, 2006. Acesso em 10/01/2008.
- _____. *Estatísticas do meio rural*. 3. Ed. São Paulo: Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas – Dieese e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Nead, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2008. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=360>. Acesso em 18/04/2009.
- ELIAS, Denise. “Agronegócio e desigualdades socioespaciais”. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo – Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.
- ESTAY, Jaime R. “La inserción de América Latina em el actual orden internacional: crisis y alternativas”. In: GAMBINA, Julio C. y ESTAY, Jaime (compiladores) *Hacia donde va el sistema mundial? Impactos y alternativas para América Latina y El Caribe*. Buenos Aires: Fund. Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio e reforma agrária*. São Paulo, agosto 2004. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1640>. Acesso em 27/10/2004.
- FERRAZ, João Carlos; CROCCO, Marco e ELIAS, Luiz Antônio (Org.). *Liberalização econômica e desenvolvimento*. São Paulo: Futura, 2003.
- Folha de São Paulo*. O preço da terra no país sobe 16% e bate novo recorde. Agrofolha, p. B12. São Paulo, 20 de maio de 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GAMBINA, Julio. “Hacia donde van América Latina y El Caribe?”. In: GAMBINA, Julio y ESTAY, Jaime (Comp.) *Hacia donde va el sistema mundial? Impactos y alternativas para América Latina y El Caribe*. Buenos Aires: Fund. Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2007.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Apêndice I da tese de doutorado, Geografia/Unesp, Presidente Prudente, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “Geografia da riqueza, fome e meio ambiente – Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.) *O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando G ; ICHIHARA, Silvio M.; AZZONI, Carlos, R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, (Brasília) v. 44, n. 33, jul/set. 2006.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUTIÉRREZ, Alicia B. *Pobre, como siempre... – Estratégias de reproducción social en la pobreza – um estudio de caso*. Córdoba, Argentina: Ferreyra Editor, 2007.

- HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Origem, magnitude e expansão territorial do agronegócio no Brasil. *Conferência no III Encontro de Grupos de Pesquisa Rurais*. Porto Alegre, 2007 (no prelo).
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. “Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho”. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Mirian e GODINHO, Tatau (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Publicação da Prefeitura Municipal – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- IASI, Mauro Luis. “Ideologia... quer uma para viver?”. In: *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- IBASE. *Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias*. Documento síntese da pesquisa, junho/2008. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/documento_sintese.pdf. Acesso em 04/04/2009.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em 17/09/2009.
- Ipea. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Nota técnica n. 8, Brasília, agosto de 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas9.pdf>. Acesso em 02/06/2008.
- _____. *PNAD 2007 – Primeiras análises – volume 1 – Pobreza e mudança social*. Série Comunicados da presidência n. 9, Brasília, Ipea, 22/9/08.
- _____. *PNAD 2007 – Primeiras Análises – volume 3 – Demografia e gênero*. Série Comunicados da Presidência n. 11, Brasília, Ipea, 07/10/2008.
- IVO, Anete. “A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 90. In: CIMA-DAMORE, Alberto *et al.* *A pobreza do Estado – Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- Jornal Sem Terra*. São Paulo, edição de maio de 2004.
- LAVINAS, Lena. “Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. In: LAVINAS, L. e LEÓN, F. (Org.) *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Santiago, Cepal/OIT, 2002, série Políticas Sociais, v.1.
- LAVINAS, Lena e NICOLL, Marcelo. “Pobreza, transferência de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas”. In: *Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004*. Edição especial da publicação Parcerias Estratégicas, n. 22, junho 2006. Disponível em: www.cgee.org.br/prospecca/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3073.pdf. Acesso em 02/06/2008.
- LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe – estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Colección Clacso-Crop.
- _____. “Capital social y concepciones de la pobreza en el discurso del Banco Mundial, su funcionalidad en la “nueva cuestión social”. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 Ed. Petrópolis: Vozes/CNTE, 1997.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1985.

- MARIANO, Silvana Aparecida e CALOTO, Cássia Maria. Gênero e combate a pobreza: o programa Bolsa Família. Florianópolis/UFSC, *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 901-908, set./dez. 2009.
- MARINI, Rui Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México, 1977. Série Popular Era.
- MARX, Karl. *Préface para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.
- _____. *O Capital*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I, volume I.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos – O outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.
- MELLO, Hildete Pereira de. “Mulheres, reestruturação produtiva e pobreza”. In: *Seminário Internacional Políticas y Programas de Superación de la Pobreza desde la Perspectiva de la Gobernabilidad Democrática y el Género*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. Quito, Ecuador, 26 e 27 de agosto de 2004.
- _____. Exposição no *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*. Brasília, Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil – Câmara dos Deputados – Relatório Final, 2004.
- _____. *Linha de pobreza: um olhar feminino*. Texto para discussão 169 – Economia/UFF. Rio de Janeiro, maio de 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Perfil das famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único – Brasil, regiões e unidades da federação*. Brasília: MDS, 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006. Série Nead-Debate n.9.
- MONTEIRO, Lourdes. “Introducción. La recomposición capitalista y sus diversos modos de producción de la pobreza”. In: *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Orientación, Santa Cruz, Bolívia. CLACSO/CROP/CEDLA Seminário Internacional, 14 a 16 de abril de 2004.
- MONTEIRO, Maria do Socorro e AGUIAR, Teresinha de Jesus. “Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais”. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- NARAYAN, D. *Bonds and bridges: social capital and poverty*. Tradução Rosana Soares Campos. Washington DC: World Bank. 2000.
- NEY, Marlon Gomes e HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*, v. 4, n. 1, jan/jun de 2003, Niterói/RJ. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p113_152.pdf. Acesso em 05/05/2009.
- NOBRE, Mirian e FARIA, Nalu. Gênero e desigualdade. *Cadernos Sempreviva*. São Paulo, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 1997.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- _____. *O trabalho duplicado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NUN, José. *Marginalidad y Exclución Social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. *Terra Livre* 01, São Paulo, ano 1, 1986.
- _____. “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 2. São Paulo, jul./dez. 2003.
- _____. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A navegação venturosa – Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- OLIVEIRA, Guacira César de. “Gênero, raça e classe: contribuições para a erradicação da pobreza”. Artigo publicado como anexo do relatório final do *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*. Brasília, Câmara dos Deputados – Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, 2004.
- ORTEGA, Antônio César. *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia: Edufu, 2005.
- OYEN, Else. *Producción de la pobreza, un enfoque diferente para comprender a pobreza*. Bergen, Centre for International Poverty Research -University of Bergen y CROP, 2002.
- PETERSEN, Áurea. “Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero”. ROSO, Adriane; MATTOS, Flora; WERBA, Graziela e STREY, Marlene (Org.). *Gênero por escrito – Saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; QUERINO, Ana Carolina; BONETTI, Alinne e ROSA, Waldemir. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3ª ed. Brasília: Ipea, SPM e Unifem, 2008.
- PRÁ, Jussara Reis. “Pobreza, gênero e políticas públicas”. Artigo publicado como anexo ao relatório final do *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*, Brasília, Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, 2004.
- PREHN, Denise R. “Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher?”. In: ROSO, Adriane; MATTOS, Flora; WERBA, Graziela e STREY, Marlene (Org.). *Gênero por escrito – Saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. “Nova política de inclusão socioeconômica”. In: WERTHEIN, Jorge e NOLETO, Marlowa J. *Pobreza e desigualdade no Brasil – Traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: Unesco, 2003.
- _____. Exposição no painel “Modelo econômico, pobreza, gênero e raça”, realizado durante o *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*. Brasília, Câmara dos Deputados – Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, 2004a.
- _____. Gastos sociais, distribuição de renda e cidadania. *Revista Econômica*, v. 5, n. 1, p. 109-113. Rio de Janeiro, fevereiro de 2004b.
- _____. *Desigualdade e justiça tributária*. Palestra proferida no *Seminário sobre Reforma Tributária*, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Brasília, maio de 2008.

- POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo (Org.) *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- QUIJANO, Aníbal e WELFFORT, Francisco. *Populismo, marginación y dependencia*. Costa Rica: Ed. Universitaria de Centro América, 1973.
- RAHNEMA, Majid. “Erradicating poverty or the poor?” Tradução Rosana Soares Campos. Original em inglês disponível em: www.iucn.org/themes/ceespl. Acesso em 04/5/07.
- RAMBO, Anelise Graciele e FILIPPI, Eduardo Ernesto. “Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, v. 5, n. 1, p. 121-148. Taubaté, SP – jan./abr. 2009.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, José Roberto Tozoni. “Família, emoção e ideologia”. In: LANE, Silva T. M. CODD, Wanderley (orgs). *Psicologia social: o homem em movimento*. p.99-124. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata? 2ª ed.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. “Pobreza e transferências de renda”. In: WERTHEIN, Jorge e NOLETO, Marlowa J., *Pobreza e desigualdade no Brasil – Traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: Unesco, 2003.
- ROSSINI, Rosa Ester. “A modernidade tecnológica no campo exclui a mulher e acelera as masculinidades na agricultura”. In *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto/MG, novembro de 2002.
- RUCKERT, Aldomar. *Metamorfoses do Território – A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. Artigo apresentado no *I Seminário Nacional de Múltiplas Territorialidades*. Canoas-RS, set./2004.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- SALAMA, Pierre. “Novas formas da pobreza na América Latina”. In: GENTILI, Pablo (Org.), *Globalização excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: Clacso.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: SANTOS, Milton *et al* (Org.), *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado – fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Da política dos estados à política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1997a. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/santos.pdf>. Acesso em 20/02/2008.
- _____. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec), 1997b.
- _____. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 13 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- _____. *O espaço dividido*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAQUET, Marco Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular e Programa de Pós-Graduação em Geografia/Unesp-Presidente Pudente, 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio e RADOMSKY, Guilherme. “O mercado de trabalho rural gaúcho na década de 1990: as transformações recentes”. In: *XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira*

- de *Economia e Sociologia Rural*, Recife, 5-8/8/2001. Disponível em www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober01/s01sergi.html. Acesso em 20/02/2008.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.
- _____, “A mulher trabalhadora”. In: DUBY, G. & PERROT, M. *Histórias das mulheres no Ocidente*. Porto: edições Afrontamento, vol. IV, 1994
- SILVA, José de Ribamar Sá e MESQUITA, Benjamin Alvino de. “Algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na amazônia brasileira: exclusão social e concentração de riqueza”. Artigo apresentado no *XII Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL*, Montevideu/Uruguai, 3 a 7/04/2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6031_Silva_Jose_de_Ribamar_Sa_.pdf. Acesso 14/10/2009.
- SILVA, José Graciano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- SOARES, Cristiane e OLIVEIRA, Sônia. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. *Revista Econômica*. Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 5-33, 2004.
- SOARES, Vera. Palestra proferida no *Seminário Internacional Por um Brasil Sem Desigualdades*. Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, 2004.
- STREY, Marlene Neves. “Mulher e Trabalho”. In: ROSO, Adriane; MATTOS, Flora; WERBA, Graziela e STREY, Marlene (Org.). *Gênero por escrito – Saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- SUZUKI, Júlio César. *Reflexões a cerca do agronegócio no Brasil*. Artigo apresentado no *III Encontro dos Grupos de Pesquisa*. Porto Alegre, 2007 (no prelo).
- SZMRECSANYI, Tamás e RAMOS, Pedro. “O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira”. In: SZMRECSANYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo:Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- ZAMBERLAM, Jurandir; BAIOCCHI, Mario e FLORÃO, Santo Reni. *Cruz Alta: as perspectivas do desenvolvimento – um estudo socioeconômico prospectivo*. Cruz Alta/RS, Aprocruz – Associação dos Professores de Cruz Alta, 1989.

ANEXO I: Associados Abag – Associação Brasileira de Agribusiness

Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ
www.abcz.org.br

ADM do Brasil Ltda
www.admworld.com

AGCO do Brasil
www.massey.com.br/agco

Agência Estado
www.estadao.com.br/agestado

Agroceres Nutrição Animal Ltda.
www.agroceres.com.br/na/principal.jsp

Agropalma S.A.
www.agropalma.com.br

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
www.algar.com.br

Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – Abia
www.abia.org.br

Associação da Indústria de Açúcar e Alcool – Aiaa

Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef
www.andef.com.br

Banco Cooperativo Sicredi S.A. – Bansicredi
www.sicredi.com.br/

Banco do Brasil S.A.
www.bancobrasil.com.br

Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa
www.banespa.com.br

Banco Itaú BBA S/A
www.itaubba.com.br

Basf S.A.
www.basf.com.br

Bayer S.A.
www.bayer.com.br/bsa/home.nsf

Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
www.bmf.com.br

Bunge Alimentos S.A.
www.ceval.com.br

Bunge Fertilizantes S.A.
www.bungefertilizantes.com.br

Caramuru Alimentos S.A.
www.caramuru.com/home.htm

Cargill Agrícola S.A.
www.cargill.com

Ceres Consultoria S/C. Ltda.
www.cma.com.br

CNH Latin America Ltda.
www.casece.com – Divisão Agrícola – Case CE

Cocamar Cooperativa Agroindustrial
www.cocamar.com.br

Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas
www.coteminas.com.br

Companhia Vale do Rio Doce
www.cvrd.com.br

Coopavel Cooperativa Agroindustrial
www.coopavel.com.br

Cooperativa Agropecuária de Araxá – Capal
www.capal.coop.br

Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – Comigo
www.comigo.com.br

Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé Ltda. – Cooxupé
www.cooxupe.com.br

Du Pont do Brasil S.A.
www.dupont.com.br

Evonik Degussa Brasil Ltda.
www.degussa.com.br

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
www.embrapa.br

Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Fecoagro/Fecotrigo

FMC Química do Brasil Ltda.
www.fmcagricola.com.br

Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – Fealq
www.fealq.org.br

Globo Comunicação e Participações S.A.

redeglobo3.globo.com/home

Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda.

www.goodyear.com

IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional

John Deere Brasil S.A.
www.johndeere.com.br

Maeda S.A. – Agroindustrial
www.maeda.com.br

Malteria do Vale S.A.

Máquinas Agrícolas Jacto S.A.
www.jacto.com.br

Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.

www.marchesan.com.br

Monsanto do Brasil Ltda.
www.monsanto.com.br

MRS Logística S.A.
www.mrs.com.br

Petróleo Brasileiro S.A.
www.petrobras.com.br

Pirelli Pneus S.A.
www.pirelli.com.br

PricewaterhouseCoopers
www.pwcglobal.com

Sadia S.A.
www.sadia.com.br

Safras & Mercado

Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas – Sindag
www.sindag.com.br

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
www.sindan.org.br

Syngenta
www.syngenta.com.br

Trademaq – Eventos e Publicações Ltda.

União da Indústria de Cana-de-Áçúcar – Unica
www.unica.com.br

União dos Produtores de Bioenergia – Udop
www.udop.com.br

Usina Alto Alegre S/A. – Açúcar e Alcool

www.altoalegre.com.br

(Disponível em www.abag.com.br – acesso 03/08/2009).

Rosana Soares – 2009



Foto 1: Paisagem rural padronizada – elevada densidade técnica, baixa densidade demográfica.

Christiane Campos – 2008



Foto 2: As estruturas de armazenagem que marcam a paisagem no entorno da cidade já evidencia aos visitantes que Cruz Alta é um território do agronegócio.

Christiane Campos – 2008 – ao fundo estruturas da Cesa – Companhia estadual de armazenagem



Foto 3: A grandiosidade das estruturas de armazenagem agronegócio contrastam com a precariedade das condições de urbanização da periferia de Cruz Alta.

Christiane Campos – 2008



Foto 4: O global no local – a multinacional tem entreposto de recebimento de grãos no município, mas isso não amplia nem qualifica os empregos gerados pelo agronegócio em Cruz Alta.

Rosana Soares – 2009



Foto 5: O poder dos grupos regionais – em Cruz Alta há grupos de atuação regional que cresceram com serviços de armazenagem, comercialização e exportação de grãos.

Christiane Campos – 2008



Foto 6: Os trilhos são rugosidades na paisagem, herança de outro contexto temporal que marcam a paisagem de Cruz Alta e foram apropriados pelo agronegócio, pois atualmente só transporta grãos e insumos.

Christiane Campos – 2008



Foto 7: Bairro Cohab em Cruz Alta – um dos endereços das pessoas que vivem em condições de pobreza no município.

Christiane Campos – 2008



Foto 8: Bairro Progresso: o nome parece até uma perversa ironia.

Christiane Campos – 2008



Foto 9: Uma mancha de pobreza ao lado de um grande símbolo de riqueza do agronegócio – acampamento de sem terras visibiliza que o agronegócio não é bom para todas as pessoas.

Christiane Campos – 2008



Foto 10: Sem Terra de um movimento municipal que acredita na reforma agrária sem necessidade de ocupação de terra.

Christiane Campos – 2008



Foto 11 – Casas e processos de urbanizações inacabados – construções envelhecem sem terminarem de serem construídas devido à precária condição de trabalho dos moradores.

Christiane Campos (2008), divulgação autorizada pela entrevistada.



Foto 12: Mulher beneficiária do Programa Bolsa Família, avalia positivamente o benefício mas argumenta "eu queria mesmo era um trabalho".

Christiane Campos – 2008



Foto 13: Casas e vidas em condição de precarização na periferia urbana de Cruz Alta.

Christiane Campos – 2008. Divulgação autorizada pelas assentadas.



Foto 15: Casa e vida digna – a reforma agrária garantiu a superação da condição de pobreza para muitas famílias do Assentamento Ceivalem Cruz Alta/RS.